

Revista

PERcursos Linguísticos

Volume 12

Edição N. 30

Ano 2022

Discurso e Gramática Sob a Perspectiva

Funcionalista

Organizadores: Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ), Amanda
Heiderich Marchon (UFES), Gesieny Laurett Neves
Damasceno (UFES)

PPGEL- UFES

PERcursos Linguísticos

VITÓRIA
2022 / 01

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Dossiê temático

Discurso e Gramática Sob a Perspectiva Funcionalista

Organizadores: Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ), Amanda Heiderich
Marchon (UFES), Gesieny Laurret Neves Damasceno (UFES)

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

PERcursos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 12, n. 30 (2022)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: UFES, 2011-

Quadrimestral.

ISSN: 2236-2592

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: < <http://periodicos.ufes.br/percursos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:

Saulo de Jesus Peres

CRB6 – Reg. 676/ES

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 027 4009-280

PERcursos Linguísticos

Esta revista é um periódico quadrimestral.

Reitoria

Reitor: Paulo Sérgio de Paula Vargas

Vice-Reitor: Roney Pignaton da Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Valdemar Lacerda Jr.

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretor: Renato Rodrigues Neto

Vice-Diretor: Ricardo Correa de Araújo

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Mário Cláudio Simões

Sub-chefe: Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan.

Programa de Pós-Graduação em Linguística Mestrado em Estudos Linguísticos

Coordenadora: Gesieny Laurett Neves Damasceno

Coordenador Adjunto: Lillian Yacovenco

EQUIPE EDITORIAL

Patrick Rezende (Editor-gerente)

Guilherme Brambila

Elaine Cristina Borges Souza

Mônica Lopes Smiderle de Oliveira

Micheline Mattedi Tomazi

Maria da Penha Pereira Lins

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Carmelino (UNIFESP)

Anna Olga Prudente (PUC-RIO)

Adriana Baptista (UFRJ)

Alexandre Timbane (ACIPOL)

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES)

Bernardo Limberger (PUC- RS)

Bruno Deusdará (UERJ)

Daniel Ferraz (USP)

Davi Borges Albuquerque (UNB)

Daniervelin Renata Marques Pereira (UFTM)

Edenize Ponzó Peres (UFES)

Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP)

Elena Godoy (UFPR)
Fernanda Mussalim (UFU)
Gustavo Ximenes Cunha (UFMG)
Guilherme Brambila Manso (Sedu-ES)
Isadora Machado (UFBA)
Janice Helena Chaves Marinho (UFMG)
José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG)
Júlia Maria da Costa de Almeida (UFES)
Júlio Araújo (UFC)
Junia Mattos Zaidan (UFES)
Juscelino Pernambuco, (UNESP/UNIFRAN)
Karylleila Santos Andrade (UFT)
Kyria Finardi (UFES)
Lilian Coutinho Yacovenco (UFES)
Lillian V. F. DePaula (UFES)
Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)
Luciano Vidon (UFES)
Luís Fernando Bulhões Figueira (UFES)
Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP)
Maria Cristina Giorgi (CEFET- RJ)
Maria da Penha Pereira Lins (UFES)
Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN)
Maria Luiza Braga (UFRJ)
Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR)
Marina Célia Mendonça (UNESP)
Marta Scherre (UNB/UFES)
Mayara Oliveira Nogueira (PUC-RIO)
Mayelli Caldas de Castro (IFES)
Michele Freire Schiffler (UFES)
Micheline Mattedi Tomazi (UFES)
Pedro Henrique Lima Praxedes Filho (UECE)
Patrick de Rezende Ribeiro (Sedu-ES)
Roberto Perobelli Oliveira (UFES)
Renata Martins Amaral (PUC-RIO)

Rita Maria Ribeiro Bessa (UFBA/UEFS)

Rivaldo Capistrano Souza Júnior (UFES)

Sandra Mara Moraes Lima (UNIFESP)

Tatiany Pertel Sabaini Dalben (UESC)

Vanda Elias (UNIFESP)

Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ)

A revista está indexada em:

LATINDEX, Diadorim, JOURNALSEEKER,
SEER, SUMÁRIOS.ORG, Journals4free, SHERPA/RoMEO, Google
Scholar, LIVRE, WorldCat.org, EZB-Elektronische
Zeitschriftenbibliothek, WZB, ERIHplus, CIRC, CCG / IBT - UNAM, Vésila-Biblioteca
Digital, REDIB, SEER, ZDB, JURN, DOAJ, Periódicos.Capes, The Linguist
List, BASE, I2OR, Europub, MLA - Modern Language Association

SUMÁRIO

PALAVRA DOS EDITORES	9
Guilherme Brambila Patrick Rezende	
APRESENTAÇÃO	10-15
Violeta Virginia Rodrigues Amanda Heiderich Marchon Gesieny Laurett Neves Damasceno	
ENTREVISTA COM MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES	16-27
Violeta Virginia Rodrigues Amanda Heiderich Marchon Gesieny Laurett Neves Damasceno	
ESTRUTURA TEMÁTICA EM INTRODUÇÕES DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DE LETRAS: UMA ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL	28-48
Isadora de Vasconcelos Picanço Magda Bahia Schlee	
POR UMA PERSPECTIVA NÃO ATOMÍSTICA DAS CONSTRUÇÕES RELACIONAIS INTENSIVAS ATRIBUTIVAS: REFLEXÕES EM TORNO DO EMPARELHAMENTO DE PAPÉIS TEMÁTICOS E DA CONFIGURAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DA CLÁUSULA RELACIONAL	49-68
Jhonathan Leno Reis Franca Santana	
TRANSITIVIDADE E RELEVÂNCIA DISCURSIVA EM NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO E CANÇÕES-PROTESTO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	69-89
Alfredo Evangelista dos Santos Neto Jamilly Lorencini Carone Gesieny Laurett Neves Damasceno,	
RELAÇÕES RETÓRICAS NAS CLÁUSULAS DE GERÚNDIO EM DECRETOS GOVERNAMENTAIS	90- 110
Sávio André de Souza Cavalcante Maria Beatriz Nascimento Decat	
SOBRE CLÁUSULAS ENCAIXADAS A NOMES-CÁPSULA: ASPECTOS SEMÂNTICOS, DISCURSIVOS E COGNITIVOS	111-130

Thiago Laurentino de Oliveira Eduardo Patrick Rezende dos Reis TECENDO DIÁLOGOS ENTRE FUNCIONALISMO E DIALOGISMO PARA ANÁLISE DE FENÔMENOS EM PROCESSO DE VARIAÇÃO/MUDANÇA	131-153
Marcela Langa Larcerda CONECTORES CORRELATIVOS EM CONTEXTOS DE ORALIDADE: PRODUTIVIDADE FUNCIONAL VIA GRAMATICALIZAÇÃO	154- 171
Raissa Moreira Camilo Silva USOS DE <i>COM CERTEZA</i> ENTRE OS SÉCULOS XV E XX	172-191
Ester Moraes Gonçalves Deise Cristina de Moraes Pinto ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO [SER+ O QUE + V_(ELOCUÇÃO) + SUJ] EM LÍNGUA PORTUGUESA	192-212
Ivo da Costa do Rosário Myllena Paiva Pinto de Oliveira INSTANCIACIONES DO ESQUEMA VOLITIVO [(EU) QUERO LÁ V_{INF}] NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO	213-234
Mariangela Rios de Oliveira Bruna Ribeiro Lemos [SEM V_{DICENDI} QUE]: UM CONECTOR HIPOTÁTICO DE ADIÇÃO DO PORTUGUÊS	235-255
Monclar Guimarães Lopes Samara Costa Moura INSUBORDINAÇÃO E DESGARRAMENTO NOS FOLHETINS DO JORNAL DO COMÉRCIO NO SÉCULO XIX	256-276
Marcelo Rodrigues Affonso Junior Violeta Virginia Rodrigues POLÍTICA EDITORIAL	277- 282

ALGUMAS PALAVRAS DOS EDITORES

É com grande alegria que anunciamos a publicação de mais um volume temático da *Revista PERcursos Linguísticos*. O presente dossiê está inserido na Linha de Estudos Analíticos-descritivos da Linguagem e reitera o compromisso do periódico com a produção acadêmica de alto nível na área dos estudos linguísticos. Neste volume, temos a satisfação de apresentar uma compilação de artigos organizados pelas professoras Violeta Virginia Rodrigues, Amanda Heiderich Marchon e Gesieny Laurett Neves Damasceno. Foram diversos trabalhos submetidos e 12 foram aprovados para compor o dossiê *Discurso e Gramática sob a perspectiva funcionalista*. É parte também desta edição uma entrevista com a renomada professora titular da Universidade de São Paulo, Maria Célia Lima-Hernandes.

Partindo da compreensão de linguagem como instrumento de interação social, os presentes trabalhos trazem pesquisas que dão forma às pesquisas funcionalistas contemporâneas em interface com diferentes áreas, como os estudos bakhtinianos e os estudos discursivos, alcançando não só o âmbito teórico, como também a prática com a linguagem em esferas distintas.

Esperamos, assim, que este dossiê seja uma referência para os interessados em questões relacionadas ao funcionalismo. Aproveitamos e agradecemos aos autores e às organizadoras pela contribuição.

Desejamos uma excelente leitura a todos!

Vitória, Espírito Santo, junho de 2022.

Patrick Rezende
Guilherme Brambila
Editores

APRESENTAÇÃO

O Funcionalismo, como um conjunto de teorias que se ocupa em estabelecer os vínculos entre as estruturas linguísticas e os contextos em que elas se materializam, motivou a organização de um dossiê temático com o título *Discurso e gramática sob a perspectiva funcionalista*. Nosso objetivo principal era, além de reunir trabalhos baseados nessa perspectiva teórica, congregar estudos que envolvessem interface entre o Funcionalismo e outras áreas da Linguística. Assim, pesquisas que analisassem as regularidades que caracterizassem a gramática a partir dos papéis e funções das formas linguísticas na situação real de comunicação, investigações com base em *corpora* orais e/ou escritos, em perspectiva sincrônica ou diacrônica, acerca das variedades do português estavam no escopo deste dossiê.

Felizmente, esse objetivo se efetivou. O leitor encontrará, no dossiê que ora se apresenta à comunidade científica, doze artigos desenvolvidos à luz das diferentes vertentes do funcionalismo linguístico, como o Funcionalismo Clássico, a Linguística Sistêmico-Funcional, a Linguística Funcional Centrada no Uso, a Teoria da Estrutura Retórica, o Sociofuncionalismo. Conforme bem resume Pezatti (2004, p. 176), apesar de diferentes, todas as vertentes do Funcionalismo possuem uma base comum: “a de que uma análise linguística deve levar em conta a interação social, isto é, a consideração metodológica de que o componente discursivo desempenha um papel preponderante na gramática de uma língua”.

Esta edição temática apresenta também uma entrevista com Maria Célia Lima-Hernandes, Professora Titular e Pesquisadora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FLCH) da Universidade de São Paulo (USP). A pesquisadora, além de estudar temas relativos à linguagem e à cognição, focalizando a relação entre evolução da complexidade gramatical e fatores cognitivos, tem desenvolvido importantes projetos sobre português como língua de herança e interculturalidade. Nesta entrevista, a professora reflete sobre o percurso de estudos funcionalistas, aponta possibilidades de interfaces teóricas, compartilha resultados de seus projetos de pesquisa, bem como assinala o desafio (e a necessidade) de as pesquisas linguísticas atingirem estudiosos de outros campos de atuação.

Os dois primeiros artigos que compõem este dossiê tomam como base teórica os postulados da vertente funcionalista denominada Linguística Sistêmico-Funcional, cujo principal expoente é o britânico Michael A. K. Halliday. Sob essa perspectiva, a linguagem deixa de ser um mero conjunto de regras e uma representação do pensamento, e passa a ser

vista como o lugar de interação e, principalmente, como um recurso para a construção de significados. Considerar o nível sistêmico implica dizer que a gramática é vista como um sistema de escolhas possíveis não arbitrariamente motivadas, ainda que nem sempre consciente, visto que o grau de consciência pode variar de uma escolha completamente subconsciente até a escolha plenamente consciente (HALLIDAY, 1994).

Em **ESTRUTURA TEMÁTICA EM INTRODUÇÕES DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DE LETRAS: UMA ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL**, de Isadora de Vasconcelos Picanço e Magda Bahia Schlee, analisa-se a organização da unidade retórica *introdução* em artigos científicos para o cumprimento de seu propósito comunicativo, assim como se investiga a estrutura temática dos períodos que compõem essa seção. Partindo da necessidade de tratamento do artigo científico como gênero textual, as autoras selecionaram como *corpus* quatro introduções de artigos científicos da área de Letras, publicados pelas revistas ALFA e DELTA, no período de 2019 a 2020. Com base na investigação do sistema léxico-gramatical que realiza a metafunção textual da linguagem, o trabalho das autoras contribui não só para as discussões sobre o ensino de gêneros acadêmicos, mas também para a ampliação dos estudos com base na Linguística Sistêmico-Funcional.

O artigo **POR UMA PERSPECTIVA NÃO ATOMÍSTICA DAS CONSTRUÇÕES RELACIONAIS INTENSIVAS ATRIBUTIVAS: REFLEXÕES EM TORNO DO EMPARELHAMENTO DE PAPÉIS TEMÁTICOS E DA CONFIGURAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DA CLÁUSULA RELACIONAL**, de Jhonathan Leno Reis Franca Santana, realiza uma discussão sobre o estatuto léxico-gramatical e construcional das cláusulas relacionais intensivas atributivas. Tomando como base a interface entre a perspectiva teórica da Linguística-Sistêmico Funcional (LSF), quanto a esse tipo de cláusula, e o conceito de *construção* desenvolvido no campo da Gramática de Construções, o autor analisou 91 cláusulas relacionais intensivas atributivas, presentes em 48 sequências relatadas por vítimas de violência homofóbica. Ao se distanciar da doutrina difundida pelo Paradigma Tradicional de que o predicado nominal (correlativo gramatical do conceito lógico de proposição) apresenta um verbo destituído de significado, consistindo, portanto, em uma palavra gramatical, o estudo propõe uma mudança de perspectiva para a abordagem das construções relacionais, que poderá possibilitar respostas a questões em aberto no que se refere à natureza dessas construções.

O trabalho intitulado **TRANSITIVIDADE E RELEVÂNCIA DISCURSIVA EM NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO E CANÇÕES-PROTESTO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**, de Alfredo Evangelista dos Santos Neto, Jamilly Lorencini Carone e

Gesieny Lauret Neves Damasceno, lida com o clássico conceito de transitividade proposto por Hopper & Thompson (1980) e, por isso, traz à tona postulados característicos do modelo funcionalista, tais como a noção de que as categorias não são discretas, mas contínuas e escalares, e a integração dos componentes sintático, semântico e discursivo, ao considerar a proeminência gramatical e semântica da transitividade como derivada de sua função discursiva característica. Os autores desse trabalho analisam o fenômeno da transitividade integrado aos gêneros notícia e canção-protesto cuja temática é a violência contra a mulher, com o propósito de compreender o modo como os componentes da transitividade constroem os significados nessas ambiências linguísticas. A análise de seis notícias de feminicídio veiculadas em jornais *on-line* do Espírito Santo e de quatro canções-protesto sobre violência contra a mulher revelou que há, em termos de relevância discursiva, uma diferença significativa entre os gêneros notícia e canção-protesto analisados: enquanto neste observou-se uma predominância dos eventos realizados sob a perspectiva das personagens femininas, naquele constatou-se que a narrativa é construída com foco nos assassinos.

O trabalho **RELAÇÕES RETÓRICAS NAS CLÁUSULAS DE GERÚNDIO EM DECRETOS GOVERNAMENTAIS**, de Sávio André de Souza Cavalcante e Maria Beatriz Nascimento Decat, fundamenta-se nos postulados da teoria funcionalista desenvolvida na Costa Oeste Norte-Americana – a Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST), que teve como seus fundadores William Mann e Sandra Thompson. Como informam os autores, pautada na instrumentalidade comunicativa dos textos, a RST busca descrever a maneira como se organiza o texto em termos de suas porções significativas, os *spans*, em relações hierárquicas internas, para a construção de um discurso coeso. Subsidiado pelos aportes da RST, os autores analisam as relações retóricas estabelecidas pelas cláusulas de gerúndio, em Decretos do Governador do Estado do Ceará, observando sua posição, sua quantidade e as relações retóricas que estabelecem com as nucleares, correlacionando os achados ao princípio de iconicidade. Os resultados das 64 cláusulas localizadas revelaram, dentre outros aspectos, que as relações emergentes nos textos analisados estão a serviço do princípio de motivação do ato administrativo, preparando o leitor para compreender e aceitar o teor dos Decretos.

O artigo **SOBRE CLÁUSULAS ENCAIXADAS A NOMES-CÁPSULA: ASPECTOS SEMÂNTICOS, DISCURSIVOS E COGNITIVOS**, de Thiago Laurentino de Oliveira e Eduardo Patrick Rezende dos Reis, ancora-se em uma visão cognitivo-funcional da língua para analisar construções formadas por nomes abstratos ligados a estruturas oracionais. Os autores, baseados em estudos de Schmid (2000; 2007; 2018), argumentam que há uma

interrelação entre as partes constituintes dessas construções de modo que ambas (sintagma nominal e cláusula encaixada) são igualmente relevantes para a compreensão dos mecanismos linguístico-cognitivos que licenciam e incitam a sua produção.

O trabalho **TECENDO DIÁLOGOS ENTRE FUNCIONALISMO E DIALOGISMO PARA ANÁLISE DE FENÔMENOS EM PROCESSO DE VARIAÇÃO/MUDANÇA**, de Marcela Langa Larcerda, analisa que o agenciamento de um par forma/função, considerando fenômenos em processos de variação/mudança, ocorre no âmbito dos gêneros do discurso. Para isso, a autora parte de reflexões sobre um fenômeno específico, o caso do futuro do presente no português brasileiro, em direção a uma discussão epistemológica e teórico-metodológica, alicerçada na interface teórica entre postulados variacionistas, funcionalistas e bakhtinianos.

O artigo **CONECTORES CORRELATIVOS EM CONTEXTOS DE ORALIDADE: PRODUTIVIDADE FUNCIONAL VIA GRAMATICALIZAÇÃO**, de Raissa Moreira e Camilo Silva, ancora-se nos princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991). Analisando dados da modalidade de língua falada, proveniente do *corpus* do D&G da cidade de Natal, Rio Grande do Norte, os autores focalizam a produtividade de novos pares ou a transformação de pares de conectores correlativos já consolidados pelos usos, defendendo que a correlação é um processo sintático e discursivo distinto da subordinação e da coordenação.

Os artigos subsequentes vinculam-se direta e/ou indiretamente à Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), perspectiva teórico-metodológica pela qual se analisa a língua em seu real contexto de uso e se concebe a gramática como uma rede de construções que se interligam. Segundo essa perspectiva, construção é definida como um pareamento de forma e sentido.

O trabalho **USOS DE COM CERTEZA ENTRE OS SÉCULOS XV E XX**, de Ester Moraes Gonçalves e Deise Cristina de Moraes Pinto, apresenta uma investigação diacrônica da formação da construção adverbial modalizadora *com certeza*, sob a hipótese de que, originalmente, essa construção apresentava uso mais qualitativo. A partir de dados do *Corpus do Português* dos séculos XV a XX, as autoras discutem caminhos que podem ter levado à formação de *com certeza* modalizador e de suas especializações pragmático-discursivas nessa função, propondo alguns subtipos a partir de seus usos: i) conclusão lógica situacional; ii) conclusão lógica evidencial; iii) reafirmação; e iv) focalização.

O estudo **ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO [SER+ O QUE + V_(ELOCUÇÃO) + SUJ] EM LÍNGUA PORTUGUESA**, de Ivo da Costa do Rosário e Myllena Paiva Pinto de Oliveira, visa a demonstrar que a construção [SER + O QUE + V_(elocução) + SUJ] integra o esquema conformativo em língua portuguesa. Analisando dados do *Corpus do Português* (NOW) do século XXI, os autores verificaram que a construção em análise, em sequências textuais informativo-argumentativas, apresenta características do domínio da conformidade. Além disso, os autores identificaram dados ambíguos, em que há evidencialidade e focalização amalgamadas, distinguindo-se do padrão prototípico da conformidade.

O artigo **INSTANCIACIONES DO ESQUEMA VOLITIVO [(EU) QUERO LÁ V_{INF}] NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO**, de Mariangela Rios de Oliveira e Bruna Ribeiro Lemos, investiga o esquema volitivo [(eu) quero [lá V_{inf}]] e sua instanciação no português contemporâneo. As autoras verificam que esse esquema se divide em dois subesquemas: um de polaridade positiva, codificado como [[(eu) quero] [lá V_{inf}]], e outro de polaridade negativa - [[(eu) quero lá] [V_{inf}]]. Além dessas distinções, esses subesquemas apresentam nível de composicionalidade, de produtividade e de intersubjetividade.

O trabalho **[SEM V_{DICENDI} QUE]: UM CONECTOR HIPOTÁTICO DE ADIÇÃO DO PORTUGUÊS**, de Monclar Guimarães Lopes e de Samara Costa Moura, descreve o uso e investiga a origem de [sem V_{dicendi} que], um conector aditivo que atua na articulação hipotática integrada e na hipotática desgarrada do português. Foram analisadas 248 ocorrências da sequência *sem + V_{dicendi} + que* da base de dados *Now* do *Corpus do Português*. Os resultados evidenciam que essa sequência de palavras pode instanciar mais de uma construção: a de conexão aditiva [sem V_{dicendi} que] e a de conexão modal/condicional [[sem][oração não finita]].

O artigo que fecha o dossiê, intitulado **INSUBORDINAÇÃO E DESGARRAMENTO NOS FOLHETINS DO JORNAL DO COMÉRCIO NO SÉCULO XIX**, de Marcelo Rodrigues Affonso Junior e Violeta Virginia Rodrigues, analisa usos de cláusulas independentes, adotando como *corpus* folhetins publicados no *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* em meados do século XIX. Os autores partem da hipótese de que as cláusulas desgarradas e insubordinadas já eram usadas no português brasileiro escrito da época dos folhetins. Os dados de cláusulas independentes são categorizados em estruturas desgarradas e insubordinadas, explorando as possibilidades formais de sua constituição e as nuances semânticas por elas veiculadas. Na análise de 38 periódicos, foram identificadas 78 cláusulas independentes, sendo 46 ocorrências de desgarradas e 32 de insubordinadas.

Concluimos esta apresentação com nossos agradecimentos a todos os pesquisadores que compartilham com a comunidade científica importantes resultados de suas investigações. Agradecemos também a colaboração dos professores e pesquisadores que atuaram como pareceristas *ad hoc* e avaliaram minuciosamente os artigos que recebemos para esta edição da **Revista PERcursos Linguísticos**. Nossos agradecimentos também aos editores do periódico, pela oportunidade de organizarmos este dossiê temático que focaliza a relação entre discurso e gramática sob a perspectiva funcionalista. Acreditamos que os estudos aqui publicados aprofundam os conhecimentos sobre os estudos da língua em uso e esperamos que fomentem novas investigações no(s) Funcionalismo(s).

Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ)

Amanda Heiderich Marchon (UFES)

Gesieny Laurett Neves Damasceno (UFES)

ENTREVISTA COM MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES

AN INTERVIEW WITH MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES

Maria Célia Lima-Hernandes (USP)

Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ)

Amanda Heiderich Marchon (UFES)

Gesieny Laurett Neves Damasceno (UFES)

RESUMO: Nesta entrevista¹, queríamos ter a chance e dar a chance de nossa escolhida extrapolar as informações que podem ser acessadas pelo Currículo Lattes, não por não serem importantes, mas porque, muitas vezes, nós, pesquisadores e professores, realizamos e idealizamos projetos que não cabem no Lattes. Faremos aqui uma breve apresentação de nossa entrevistada; todavia, maiores detalhes de sua produção acadêmica podem ser conferidos em <http://lattes.cnpq.br/9911064074235775>. Maria Célia Lima-Hernandes é Professora Titular e Pesquisadora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e tem estudado temas relativos à cognição e à linguagem, dentre os quais a atenção e a percepção via construções e princípios sintáticos. Além disso, tem se voltado à investigação da relação entre evolução da complexidade gramatical e fatores cognitivos. Tem também desenvolvido projetos sobre português como língua de herança e interculturalidade e tem atuado como pesquisadora no grupo de estudos interdisciplinares acerca da atuação da região occipital em cegos congênitos, em parceria com o Instituto Luiz Braille e com o Instituto Federal de São Paulo (IF-SP), orientando trabalhos interdisciplinares sobre a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), mindset de idosos, engajamento e inferência intercultural. Mais do que agradecer a solicitude em nos atender e reservar um tempo em suas atividades para tal, o que mais encanta em suas respostas é a paixão pela ciência e pela metodologia científica, uma constante preocupação em sua busca pelo conhecimento.

¹ As perguntas para a entrevista com a Professora Doutora Maria Célia Lima-Hernandes foram feitas com base no roteiro elaborado pela Professora Doutora Sílvia Figueiredo Brandão para recolha dos depoimentos dos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLEV/UFRJ).

Entrevistadoras: Em que ano você passou a atuar na USP? Sintetize sua relação com a universidade até o presente momento.

Maria Célia: Quando iniciei minha atividade docente na USP, no ano de 2000, já tinha longa estrada na rede particular de ensino. Era professora substituta. Ministrei uma disciplina intitulada **Introdução aos Estudos de Língua Portuguesa I**, em que apresentava o panorama de variação e mudança linguística desde o Latim vulgar até o Português do Brasil, destacando as mudanças fônicas, morfossintáticas e sociolinguísticas e provocando reflexões sobre o preconceito linguístico em instâncias variadas, dentre as quais a da escola básica. No segundo semestre, atuei junto a uma disciplina vinculada à Etnometodologia e Análise da Conversação. Foram momentos de grande aprendizado para mim. Depois dessa experiência, concorri a mais um processo seletivo, o que, com a renovação do contrato, durou mais um ano. Em 2003, concorri a uma vaga de professora com carga horária completa de dedicação. Ali dividi o tempo do doutorado na Linguística da Unicamp com as aulas e os compromissos adicionais junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da FFLCH - USP, além da educação de minhas duas filhas, a prioridade das prioridades para mim. A carga e jornada de trabalho sempre são muito maiores para mulheres. Apesar disso, consegui ter sempre uma produção bastante adequada no campo científico de lá para cá. A USP me abriu oportunidades que nunca teria fora dali. O serviço público permitiu meu exercício autônomo tanto de pensamento quanto de ações. Sou muito orgulhosa de ter chegado aonde cheguei.

Entrevistadoras: Qual a linha de pesquisa a que você se vincula? Você atua eventualmente em interface com outra linha?

Maria Célia: A linha de pesquisa “gramáticas do português e de línguas em contato” é a que me vincula ao Programa de Pós-Graduação Filologia e Língua Portuguesa. É um espaço muito rico de estudos e de produção acadêmico-científica. Os docentes dessa linha são muito ativos e cobrem as várias frentes de demanda em estudos, sempre num contraste entre o português do Brasil e suas variedades, ou na comparação com outras línguas aparentadas ou não. Nela, desenvolvo três frentes de trabalho e projetos: com língua de herança, com línguas adicionais e com o desenvolvimento gramatical via aparato teórico-metodológico da Linguística Cognitiva.

Entrevistadoras: Como se intitula e em que consiste o projeto de pesquisa que você está desenvolvendo no momento?

Maria Célia: Estou à frente de dois projetos muito importantes e que foram frutos de intenso empenho em fronteiras de estudos. O primeiro – e mais antigo – é um projeto sobre evolução gramatical correlacionada à cognição. O segundo iniciou-se há quinze anos, quando buscava fortalecer o diálogo entre uma equipe interdisciplinar que aproxima a Linguística, a Psicologia, a Física, a Neurociência e a Medicina. Depois de tantos anos, tentativas inglórias e pequenos passos para fortalecer esse tipo de estudo – tão elogiado por todo comitê científico, mas que não recebe o devido fomento para dar vazão às boas perguntas que surgem –, coordeno um projeto Universal, financiado pelo CNPq, em que estudamos contrastivamente as respostas inferenciais de cegos congênitos e de videntes típicos por meio de ressonância magnética funcional. Para um estudo dessa natureza, contamos com a colaboração de algumas importantes instituições paulistas (Hospital das Clínicas da USP, Instituto Braille e Laramara para Cegos). Tenho aprendido muito e sinto, neste quase final de carreira científica, o gostinho da descoberta interdisciplinar inédita.

Um segundo projeto – muito precioso projeto de vida – tem sido desenvolvido em passos lentos, mas muito promissores sobre a sociocultura chinesa num espaço pós-colonial interessantíssimo. Nesse ambiente, passei a compreender melhor a história do Brasil e os efeitos de processos colonizatórios. Lido com manifestações socioculturais – língua, literatura, teatro e outras formas de expressão cultural – de uma razoavelmente minúscula população híbrida euroasiática. É uma comunidade que me encanta e me emociona desde 2010. São doze anos de um amor incondicional e de uma construção gradativa e intensa de amizades, que cada vez mais me ligam a raízes (que legitimamente não são as minhas) e a paixões que congregam em minha alma. Essa inexplicável ligação que sinto pelo lugar-cultura – mas principalmente pela comunidade de macaenses – só consigo entender e explicar por outras vias filosóficas ainda inadmissíveis no meio acadêmico-científico.

Entrevistadoras: Quais os modelos de análise que você vem adotando? Quais autores lhes serviram de inspiração?

Maria Célia: Nos dois projetos, aparentemente diferentes entre si, minha formação em Linguística grita muito alto. Inicialmente os pressupostos e método quantitativo da

Sociolinguística deram-me a base para compreender dinâmicas sociais por meio da língua de uma forma muito peculiar. Inspirou-me por anos o estudo sobre os pescadores de Martha's Vineyard, feito por Labov. Com o tempo, o método se sobrepôs às condições sociais, talvez porque essa articulação língua-dinâmicas social demande longo trabalho de campo e de observação, além de recursos financeiros compatíveis. Então, passei a ler uma produção cheia de tabelas e números e rala ou parca articulação social. Acho mesmo que foi nessa alta especialização em modelos matemáticos da Sociolinguística no confronto com o que eu observava na mudança operada na sociedade paulista e suas dinâmicas, que passei a me interessar por processos mais gerais. Foi inevitável o contato com Tom Givon. A genialidade desse linguista, talvez um dos mais referidos e citados ao longo do século XX – até a atualidade, somada às conversas que mantivemos despertaram minha atenção para algo mais específico e – ao mesmo tempo – mais geral nas sociedades do mundo todo: o componente cognitivo, porque somos todos humanos.

Essas conversas, principalmente quando eu cumpria o estágio pós-doutoral na China, justamente porque nos aproximava a experiência de vida na China, onde ele havia sido professor e também pesquisador, eram como bálsamo em minha vida, e me tornar aluna do cantonês foi inevitável. De analfabeta na China a falante pouco habilidosa do cantonês foi rápido. Aprendia melhor quando saía às ruas e prestava atenção aos contextos sociopragmáticos e às respostas mais produtivas. Fui aprendendo o básico.

Quando regressei ao Brasil, imediatamente, matriculei-me num mestrado em Neurociências. Estudei muito e quase enlouqueço com os conteúdos biológicos e químicos. No entanto, tive um orientador fabuloso, um psiquiatra que incentivava a quebra de fronteiras entre as áreas e articulava equipes de discussão numa diversidade de áreas muito interessante. Ele, na verdade, queria entender melhor o que observávamos de nossas perspectivas. Um dos desafios num dado momento era saber se fórmulas químicas para tratamentos de patologias psíquicas poderiam afetar o processamento da interação linguística.

Foram tempos difíceis, pois tive que estudar ao mesmo tempo em que trabalhava muito. Minhas filhas foram peça fundamental nesse momento. Aos sábados, após as pizzas familiares, elas sentavam-se comigo à mesa e discutiam alguns textos em que eu me perdia entre fórmulas. As duas sempre gostaram muito dessa área bioquímica. Uma acabou se formando biomédica e a outra, psicóloga. Ensinaaram-me muito sobre métodos de compreensão bioquímica. Mas foi Givon, falante de algumas línguas chinesas, especialmente do sul da China, que, depois, se tornara o carvão que fazia arder minhas intuições sobre a

articulação interdisciplinar com estudos da Linguística. Sinto-me hoje realizada por conseguir fazer boas perguntas, mesmo que não consiga respondê-las pelas perdas que da doença deste século, a escassez do tempo, produz.

Nesse sentido, não tenho um modelo fixo para responder às questões que se apresentam. Desenvolvo cada passo na medida exata das necessidades locais, já que lido com objetos teóricos tão dinâmicos quanto são os perfis de pós-graduandos que me buscam para orientação. Hoje, temas ligados à identidade familiar (língua materna, língua de herança, língua ancestral, língua de raiz e línguas adicionais) nos conduzem a *designs* metodológicos que envolvem árvores genealógicas, genogramas em cotejo com pesquisa documental e etnometodologia orientada por questões distratoras aprendidas com Labov e Malu Braga, no meu mestrado em Sociolinguística. Outras foram demolidas no contato com Walt Wolfram, e em muito me liberou de modelos rígidos e situados que nem sempre explicam o que os dados revelam.

Nas pesquisas sobre Cognição, os métodos neurocientíficos que aprendi têm sido limados pela metodologia trazida por médicos oftalmologistas (porque nem todos que não enxergam podem ser encaixados na categoria de cegos congênitos ou totalmente cegos), por físicos (porque nem tudo pode, ainda, ser investigado por ressonância magnética funcional, o que torna a forma de cercar o objeto um problema primário), por psicólogos (porque a forma de abordagem do tema e os resultados pretendidos são problemas associados, de forma não categórica, à resposta a ser considerada) e um tanto de outros problemas suscitados, inclusive pela Linguística (posto que inferir não se constitui a leitura em si). Um cego infere e emite sinais muito bem localizados em regiões occipitais tanto quanto um vidente. Como discernir o processo em um e em outro é a questão inicial e como a complexidade da metáfora pode interferir nesse processamento é a questão que se desdobra.

Acho mesmo que os métodos são muito importantes, mas para que possamos desenvolver métodos adequados ao tema, ou tematicamente situados, precisamos ter a liberdade de experimentar caminhos, que poderão, a posteriori, serem validados por outras equipes. Essa liberdade nem sempre é muito bem-vinda na Linguística *hard*, e as respostas acabam sendo sempre as mesmas como se estivéssemos em eterno treinamento sobre o método e não buscando respostas para problemas relevantes na sociedade.

Entrevistadoras: Quais avanços do funcionalismo na contemporaneidade você destacaria?

Maria Célia: Depois de tantos anos lendo tantos trabalhos funcionalistas, tenho a convicção de que *funcionalismo* é uma generalização imprópria. Nunca foi um só, nem partido de um único ponto. Sempre caminhou mesclado a outros movimentos científicos, a outras áreas científicas também. Melhor seria falar em “funcionalismos”. Há funcionalistas que mapeiam objetos investigativos com uma linguagem totalmente estruturalista, e sofrem um pouco mais para explicar fenômenos de incorporação sintática (com incorporação cognitiva, via reanálise) e o sintagma não é mais bem-vindo para esse terreno. Há funcionalistas que conseguem fazer essa transposição, demonstrando que os sintagmas corrompidos em sua fronteira à direita podem ter se gramaticalizado para, depois, gerar um novo item lexical. Isso não seria possível de ser dito há muito pouco tempo atrás. Leiamos Maria Helena de Moura Neves e Ataliba Teixeira de Castilho. Como podem perceber fenômenos de mudança como algo dinâmico, apresentando novos rótulos para estes e não se constrangerem de utilizar elementos de sua formação mais estruturalista? Eles tiveram o contato com pesquisas de fundo sobre fenômenos linguísticos dinâmicos e foram fazendo ciência ao mesmo tempo em que foram construindo as pontes necessárias entre as escolas linguísticas. Eles são exemplos nítidos de como os funcionalismos foram avançando, justamente porque tanto um quanto outro pisam sem cerimônia alguma o campo da Cognição com uma clarividência impressionante. O que explica isso? A própria dinâmica científica, a dinâmica do conhecimento, a dinâmica que impõe o estudioso mais experiente para orientar o caminho de teses e dissertações intuídas em sua fase incipiente por linguistas mais jovens, em formação. Em suma, os desenvolvimentos dos vários funcionalismos que identificamos nas publicações diversas traduzem o contato entre o funcionalismo do Círculo Linguístico de Praga e as várias áreas de conhecimento ali representadas, também há o contato entre leituras que fazem o perfil do funcionalismo ser tão difuso, oferecendo as respostas a novas questões sempre num modelito novo. Uma ciência que se enrijece em métodos naturalmente não pode responder a fenômenos progressivamente complexos. Estar aberto ao novo, e modular as ações pelo que teoricamente foi bem construído, é um trabalho que coloca em campo o funcionalista experiente e o jovem pesquisador.

Entrevistadoras: Desde sua proposição, a concepção de gramaticalização vem passando por reformulações. Como você entende esse conceito atualmente?

Maria Célia: Na dissertação de Mestrado que desenvolvi na USP, gramaticalização era um processo (entre os grupos funcionalistas, especialmente), mas também era um paradigma (entre os formalistas, especialmente). Obviamente, houve uma dança das cadeiras na ciência linguística com o advento das Neurociências e suas surpreendentes descobertas. Muitos formalistas passaram a olhar para objetos em seu processamento e muitos funcionalistas passaram a olhar para objetos em sua representação mais formal. Ambos migraram para um lugar mais confortável de análise. No entanto, passou a existir um ponto evidentemente mais comum entre eles: gramaticalização é um processo que impacta o paradigma linguístico, atendendo a mecanismos cognitivos (metáfora e metonímia) e a universais com forças internas (da própria história semântica do item) e com forças externas (das intenções discursivo-pragmáticas localmente situadas).

Há, ademais, um outro componente que entra nesse jogo da gramaticalização, que é a face da apreensão/compreensão do *output* (porque as máximas da cooperação fazem com que o falante não atualize o que pressupõe que o outro já tenha disponível). Há um elemento fundamental para esse cálculo que todo falante faz projetivamente: as frequências de uso (*type* e *token*). Logo, gramaticalização poderia ser definida (incompleta, mas suficientemente no momento) como um processo de fundo paradigmático que atende a mudanças cognitivas, motivadas contextual e pragmaticamente, considerando sua trajetória de revestimento de traços etimológicos. Com o perdão do exagero e “crime” científico que cometerei, do ponto de vista dos puristas da Ciência: gramaticalização é o resultado de mudanças operadas numa gradativa complexidade acoplada sincrônica e diacronicamente (como um produto), durante os estágios da comunicação ontogênica em resposta a processos atricionais que impactam as condições mais ou menos estáveis da comunicação filogênica (como um processo).

Entrevistadoras: Quais os principais temas que você tem abordado em seus cursos e em suas pesquisas?

Maria Célia: Tenho investido em cursos que tragam para a discussão os efeitos da superdiversidade numa paisagem linguística específica. Embora meus cursos sejam atrelados à área de Língua Portuguesa, as aulas trazem para o debate alunos ávidos de conhecer como línguas nascem, morrem e se interferem mutuamente, muitas vezes sem o contato físico materializado por imigrações e colonização, por exemplo. Desses interesses surgem discussões sobre a literatura híbrida, línguas-culturas pós-coloniais, identidades híbridas,

bilinguismo como condição de língua materna em famílias imigrantes, processos atricionais, dentre uma variedade de tantos outros vieses e questões que surgem a depender da demanda das turmas na leitura dos textos que proponho como norte de reflexão.

Entrevistadoras: Poderia comentar alguns dos resultados de suas pesquisas e daquelas que você tem orientado? Dos resultados de seus trabalhos, seria possível indicar contribuições para o ensino?

Maria Célia: Creio que os trabalhos que tenho orientado contribuem primariamente para o autoconhecimento desses pesquisadores. O primeiro trabalho que faço quando recebo um aluno interessado no tipo de pesquisa que desenvolvo é conhecer melhor esse aluno, sua história familiar, seus ideais de vida. Muitos chegam querendo replicar estudos que já estão feitos. Querem uma oportunidade de seguir na vida acadêmica, mas não sabem por onde começar. E eu, por outro lado, só aceito seguir adiante se houver uma contribuição que impacte positivamente o campo de conhecimento. Conhecer o potencial do aluno, saber no que ele pode contribuir é uma tarefa inicial para orientador e orientado. Eu procuro me alinhar a essa descoberta e ajudo a delinear esse processo de autoconhecimento via pressupostos e métodos científicos que conheço. Quando não conheço, volto a estudar, vou assistir a aulas em outras áreas, vou interagir com especialistas. Acabo me oxigenando para acolher mais adequadamente a proposta.

Com o tempo, acabei ganhando maior liberdade de reflexão; desvinculei-me de modelos rígidos e de grupos que tentavam colocar uma espécie de “cabresto” ou camisas de força teóricas que não se podiam adicionar nenhum ponto além do que ali estivesse. Atualmente, olho para o problema que se apresenta, identifico junto com o pesquisador envolvido a parte legítima que lhe compete considerando o tempo e o grau de maturação, dali projetando hipóteses científicas. Oriento caminhos de estudos, sugiro disciplinas que possam abrir ainda mais a visão sobre o fenômeno a ser estudado. Coloco o pesquisador em contato com as reuniões de grupo, e algo fantástico vejo acontecer: as pessoas entusiasmam-se com o percurso de cada um.

Aprendi devagarzinho a ser orientadora. Aprendi com erros e acertos; estes últimos exemplificados pela maioria dos trabalhos. No grupo de pesquisa *Linguagem e Cognição* (LinC-USP), as contribuições são inúmeras, muitas das quais com reflexos em pesquisas internacionais, especialmente no campo das línguas de herança.

Entrevistadoras: Quais de suas publicações você considera mais relevantes e por quê?

Maria Célia: Todas as publicações foram em seu momento relevantes para o conhecimento situado. Todos os textos, sem exceção, que escrevi foram feitos ineditamente. A cada convite procuro saber o que esperam de mim exatamente. De imediato, verticalizo o tema em leituras. Vou fichando textos e procurando identificar um problema relevante para minha proposta de discussão.

Talvez eu pudesse dizer que a mais importante publicação que fiz foi a tese de meu doutorado, quando vivi experiências científicas cruciantes para minha formação e para o que sou hoje como pesquisadora. Tive uma orientadora brilhante (Maria Luiza Braga), e uma banca que leu e identificou pontos frágeis durante o exame de qualificação – Anthony Naro, Maria da Conceição Paiva, Sebastião Carlos Gonçalves – este último meu colega durante todo o doutorado na Unicamp e perspicaz linguista, filho acadêmico de mesma orientadora. Aprendi, convivendo com o grupo da UFRJ – o do Censo Linguístico – como se faz uma respeitável pesquisa sociolinguística. Foram tantos colóquios com minha orientadora e perguntas tão inteligentes que ela me fazia, que não havia como dizer que minha tese não foi importante na minha vida. Foi, de longe, o trabalho de que tenho as melhores lembranças pela aprendizagem contínua. Dizem que o doutorado é um trabalho solitário. O meu não foi. Tive jantares e almoços e cafés que eram verdadeiros colóquios científicos.

Seria, no entanto, injusto se eu dissesse que foi o único bom trabalho de minha vida. Aprendi na vida que os trabalhos são como filhos, são únicos e pedem intenso dispêndio de energias, de tempo de convívio, de atenção, de sol, de paisagens. Cada trabalho é um trabalho, é uma publicação diferente. É o fruto de horas e horas de empenho e estudo num subtema específico das questões que nos enriquecem a vida. Assim foi minha tese de livre-docência, com defesa emocionada, já que estava num ambiente de amor pleno, cercada de meu grupo de pesquisa, da Malu Braga, da Maria Helena de Moura Neves, de colegas de área, gente que é humilde diante do conhecimento e perde seu tempo indo ouvir uma colega falar sobre suas descobertas.

A tese de titularidade não foi diferente. Dediquei-a às minhas filhas e ao meu neto, e a todos os que ocuparam a posição de meus professores antes daquele momento (fossem eles meus atuais colegas, fossem eles meus orientandos, que tanto me ensinaram com sua conduta firme

de estudo e de humildade no aprender). Trabalhei com a síntese de minhas descobertas na área da cognição.

Entrevistadoras: Como você tem concorrido para a formação de recursos humanos?

Maria Célia: Lidero o Grupo de Pesquisa *Linguagem e Cognição* na USP (LinC-USP), prolífico desde 2006. Formei até hoje 19 mestres e 10 doutores. A maioria deles continua vinculada ao LinC-USP, produzindo intensamente. Alguns são professores de universidades públicas, mas todos estão atuando em algum campo da especialidade. Atualmente, oriento 10 doutorandos e 2 mestrados. Alguns desses fizeram cotutela com dupla titulação em universidades de alguns países em que tenho parceiros (Alemanha, Portugal), e outros foram coorientados por parceiros sem duplo diploma (China, Portugal, França, Uruguai e Itália). Orientei e oriento vários projetos de iniciação científica. Alguns desses alunos se formaram mestres e doutores também no LinC-USP. Alguns fizeram e outros fazem pós-doutorado por aqui também. Além desses, recebo continuamente pesquisadores como visitantes no LinC-USP. Alguns têm interesse em aprender técnicas de pesquisa no campo, outros vêm oxigenar a mente e outros ainda permanecem por um ano de estágio para desenvolver projetos. Alguns fazem pós-doutorado, outros só se beneficiam das leituras e discussões. Tenho aprendido muito em todos esses espaços de interação.

Entrevistadoras: Quais os seus planos futuros em termos de pesquisa?

Maria Célia: Meus atuais planos têm um prazo bem delimitado. Pretendo, até 2025, concluir os dois projetos em andamento: Universal sobre inferência de cegos congênitos e o Individual sobre a Sociocultura Chinesa. Depois de 2025, seguirá comigo somente o último, do qual tenho vasta documentação a ser explorada e pouco tempo para essa dedicação. Pretendo também concluir todas as orientações até 2025, mas isso já não depende só de mim, naturalmente.

Entrevistadoras: Quais as principais parcerias que você tem firmado com pesquisadores da USP ou de fora dela (instituições brasileiras e/ou do exterior)?

Maria Célia: Coordeno convênios internacionais com a China (Sichuan e Macau) e com Portugal (Évora) e Itália (Roma). Tenho parceiros em vários países do cenário global, alguns dos quais enviam seus alunos para uma formação mais especializada no LinC-USP e eu mesma vou inserindo meus alunos nesse universo de intercâmbios.

Na China, tenho vários parceiros de pesquisa. O mais frequentemente associado ao meu nome é o Roberval Teixeira e Silva, por termos publicado muitos trabalhos sobre a sociocultura de Macau. Mais recentemente, Xiang Zhang, doutorado pela USP, é uma promessa de parceria relevante na China. Além dele, o teatrólogo Miguel de Senna Fernandes e o professor Jorge Morbey podem ser listados como os que me inspiram a ir debatendo temas sobre a China. Não posso esquecer do Alan Baxter, que me acolheu em meu primeiro estágio em Macau, com uma generosidade ímpar, e da Maria José Grosso, que me acolheu no segundo estágio e me deu oportunidades grandiosas de convivência com seus alunos de graduação e de pós-graduação.

Na USP, meus parceiros são tantos que mal consigo listar aqui. A USP é um enorme dinossauro que oferece muitas possibilidades de interação. Meus mais frequentes parceiros estão na Escola de Educação Física e Esportes (Elisabeth Mattos), no Instituto de Física (Said Rabbani e Hernán Joel Cervantes), no Instituto de Psicologia (Fraulein de Paula e Briseida Dôgo de Resende), na Faculdade de Educação (Tizuko Murchida), creio. Nas Letras, meus parceiros são mais episódicos, talvez pela própria distância entre as linhas de pesquisa, mas há três nomes que mais frequentemente aparecem associados ao meu no Lattes, que é a Patricia Carvalhinhos (Onomástica e Toponímia), o Manoel Mourivaldo S. Almeida (Filologia) e Marcelo Módolo, funcionalista com que dialogo mais frequentemente numa mesma linguagem.

Há universidades brasileiras com que interajo com maior frequência e nos motivamos em nossas pesquisas: a UFRJ (Violeta Rodrigues), a UFF (Nilza Barrozo Dias e Jussara Abraçado), a UFMT (Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque) e um tanto de outras que mais episodicamente alimentam minhas reflexões no campo da Linguística.

Entrevistadoras: Quais os principais desafios que você tem enfrentado nos campos da pesquisa e do ensino?

Maria Célia: No ensino, vivemos um momento em que o céu de brigadeiro já não é cenário nem perspectiva. Houve a pandemia, que impactou negativamente as interações entre

professores e alunos. Estamos reiniciando o fortalecimento das interações face a face e tenho vivenciado experiências tão ricas quanto antes da pandemia.

No campo da pesquisa científica, o maior desafio é falar a linguagem que o cientista de outras áreas de conhecimento possa compreender. Nas áreas da Psicologia com que tenho contato, antes desse advento, aquisição de linguagem só tinha uma referência, Chomsky. Os funcionalistas precisam escrever obras de divulgação científica para pessoas que estão em outros campos de reflexão. Precisamos dizer que há grande diferença de pressupostos teóricos entre formalistas e funcionalistas, assim como há imensa diferença entre alguns formalistas e também entre alguns funcionalistas.

O namoro com a área da Física levou um ano só para que compreendessem o que exatamente dizíamos a respeito de “dinâmicas de mudança”. Foram aulas que nos deram sobre dinâmicas de mudança que fizeram com que eu percebesse quais eram esses entraves que nos afastavam. Na sequência, começamos a apresentar nossos trabalhos e questões e buscamos nos encontrar no método. Foi o lugar mais seguro para iniciarmos os trabalhos. Eles sempre eram hábeis na objetividade do *design*. Isso trouxe grande contribuição para minha visão de mundo científico. O mesmo, guardadas as devidas diferenças de objetos, vivenciei na Psicologia. E tem sido assim. Dias de verdadeira oxigenação. De extração de vícios metodológicos (repetições cegas sem reflexão sobre outras formas de ação). Creio que esse seja o maior desafio para a Ciência contemporânea. Afastar a preguiça de se explicar de modo simples para o outro e estar aberto a aprender continuamente.

ESTRUTURA TEMÁTICA EM INTRODUÇÕES DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DE LETRAS: UMA ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL

THEMATIC STRUCTURE IN INTRODUCTIONS OF LANGUAGE PAPERS: A SYSTEMIC-FUNCTIONAL APPROACH

Isadora de Vasconcelos Picanço ¹
Magda Bahia Schlee ²

RESUMO: Em um ambiente que exige cada vez mais da sociedade letrada, os integrantes da comunidade científica costumam enfrentar desafios no momento da escrita de artigos acadêmicos, gênero fundamental para a disseminação e democratização do conhecimento científico de diversas áreas. Com o objetivo de investigar as características formais desse gênero, este trabalho se propõe a analisar a organização da unidade retórica *introdução* em artigos científicos para o cumprimento de seu propósito comunicativo, assim como investigar a estrutura temática dos períodos que compõem essa seção. Para isso, foram selecionadas como *corpus* introduções de artigos científicos da área de Letras, publicados pelas revistas *ALFA* e *DELTA*. Com base na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATHIESSEN, 2014), será possível identificar, por meio da metafunção textual, a estrutura temática dos períodos a fim de analisar os tipos de Temas nas orações e a sua função léxico-gramatical em relação aos elementos essenciais da seção fundamental desse gênero. O trabalho, portanto, busca ampliar não só os estudos sobre a escrita de artigos científicos, como também os avanços da Linguística Sistêmico-Funcional.

PALAVRAS-CHAVE: Artigo científico. Introdução. Linguística Sistêmico-Funcional. Tema.

ABSTRACT: In a context that increasingly demands a literate society, members of the scientific community often face challenges when writing academic articles, which is fundamental for disseminating and making scientific knowledge democratic in various areas. Aiming to investigate the formal characteristics of the genre, this work seeks to analyse the organisation of the rhetorical unit introduction in scientific articles to fulfill its social purpose and investigate the thematic structure of the sentences that make up this section. For this purpose, introductions of scientific articles in the area of Portuguese language, published by the journals *ALFA* and *DELTA*, were selected as corpus. Based on Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATHIESSEN, 2014), it will be possible to identify, through the textual metafunction, the thematic structure of the sentences to analyse the types of Themes in them and their lexical-grammatical concerning the essential elements of the fundamental section of that genre. Therefore, the present work seeks to expand studies on the writing of scientific articles and the advances in Systemic-Functional Linguistics.

KEYWORDS: Journal Article. Introduction. Systemic Functional Linguistics. Theme.

¹ Doutoranda da Área de Estudos de Língua do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: isadoravpicanco@gmail.com.

² Professora Associada de Língua Portuguesa dos cursos de graduação e de Pós-Graduação *stricto sensu* do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: magdabahiaschlee@gmail.com.

Introdução

Documentos e orientações curriculares preconizadores da educação básica orientam, desde as últimas décadas, que o ensino de língua portuguesa deve priorizar o desenvolvimento da competência discursiva para que o indivíduo tenha participação crítica nas diversas práticas sociais cristalizadas no mundo. No entanto, devido à persistente abordagem formalista da língua, os anos de escolaridade não dão conta desse propósito de maneira efetiva. Consequentemente, afastando-se da redação escolar, esse indivíduo é inserido, sem experiência, em um meio de contato com gêneros próprios do âmbito universitário: os acadêmicos.

Os gêneros acadêmicos, por suas particularidades composicionais e pelos propósitos sociais a que servem, desempenham um papel fundamental para a disseminação e democratização do conhecimento científico. Apesar disso, a escrita acadêmica ainda constitui um desafio para muitos pesquisadores. Segundo Motta-Roth (2007), no meio acadêmico, muitos discentes se sentem impotentes em algumas esferas da comunicação porque não dominam, na prática, as formas dos gêneros textuais que circulam nesse espaço. Por não compreenderem o seu propósito social e a sua estrutura, “redigir um texto para ser publicado ainda impõe um grande desafio para a maioria daqueles envolvidos com produção do conhecimento em instituições dedicadas à ciência e à educação” (MOTTA-ROTH, 2007, p. 829). Nesse cenário, a atuação social desses indivíduos por meio da pesquisa, uma forma de estar no mundo científico permeada pela escrita, parece se tornar uma tarefa custosa.

Essa dificuldade, por sua vez, evidencia a necessidade de promover a familiarização dos graduandos com artigos acadêmicos. Em um ambiente que exige cada vez mais da sociedade letrada, a inserção social desses indivíduos passou a estar diretamente atrelada à publicação científica. Ao se tornar um importante elemento no processo de consolidação de diversas áreas do saber no Brasil, a publicação científica é, para Motta-Roth (2007, p.830), uma ação política educacional e de desenvolvimento social por tornar público o conhecimento gerado em pesquisas. À vista dessa importância, o docente, como agente facilitador entre os discentes e a produção científica, tende a diminuir os entraves desse processo.

Partindo da necessidade de tratamento do artigo científico como gênero textual, o presente trabalho pode ser visto, na perspectiva de Motta-Roth (2007), como uma forma de atuação política por se ater à colaboração do ensino de produção de gêneros acadêmicos. Reconhecendo a relevância da produção de artigos científicos como meio de divulgação das pesquisas, tem-se como objeto deste estudo a seção introdutória dadas as dimensões deste artigo. A fim de extrapolar a questão da estrutura e preencher possíveis lacunas, o presente trabalho reforça o papel da introdução em artigos de todos os campos do conhecimento – por preparar o leitor para entender a investigação e a

justificativa de sua realização (PEREIRA, 2011) – e objetiva uma pesquisa que trate das escolhas linguísticas feitas na organização textual dessa seção.

Este trabalho, portanto, tem o objetivo não só de colaborar no desenvolvimento da escrita de artigos científicos de alunos de graduação e de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, como também nos avanços da Linguística Sistêmico-Funcional. É organizado da seguinte maneira: a seção 2 orienta quanto aos procedimentos metodológicos; a seção 3 expõe o artigo científico como gênero textual acadêmico e trata da seção introdutória; apresenta-se, na 4, a Linguística Sistêmico-Funcional, ferramenta para o estudo da estrutura temática, com foco na metafunção textual; e a seção 5, por fim, esclarece a análise de *corpus* e os resultados obtidos.

Procedimentos metodológicos

O *corpus* deste trabalho é composto por quatro introduções de artigos científicos publicados no período de 2019 a 2020 em periódicos de excelência internacional da área de Letras: *ALFA*³ e *DELTA*⁴, ambas classificadas como nível A1 no sistema Qualis/CAPES. Escolhidas pelo alto impacto na comunidade científica no domínio da Linguística, considerou-se que essas revistas apresentam artigos científicos de referência em todos os aspectos, inclusive quanto à organização de suas seções. Por isso, as introduções foram tomadas como exemplares. Para compor uma amostra das escolhas linguísticas feitas nas introduções da área de Letras, os artigos em PDF foram extraídos dos periódicos *on-line*, e as introduções foram gravadas na íntegra no formato docx.

Apoiado nos instrumentos de descrição oferecidos pelo aporte teórico da Linguística Sistêmico-Funcional, o contexto de situação em que os textos se inserem foi descrito. Em seguida, foi selecionada a primeira oração de cada período, totalizando, assim, 58 orações. A partir disso, com base no sistema léxico-gramatical que realiza a metafunção textual da linguagem (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2014), investigou-se realização da função léxico-gramatical Tema em períodos que constituem a introdução.

A análise da estrutura temática se deu pelos seguintes procedimentos: i) análise descritiva das introduções e de seus elementos; ii) identificação do Tema de cada oração e classificação quanto à metafunção e à quantidade; iii) análise quantitativa de parágrafos, de períodos e de Temas; iv) análise qualiquantitativa dos tipos de Tema e v) quantificação dos

³ <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/about>

⁴ <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/about/#focusAndScope>

Temas para o levantamento de uma possível recorrência, prototipicidade. Com a intenção de facilitar a visualização dos elementos em posição temática nas orações, foram usados os seguintes destaques: os Temas ideacionais são sublinhados, os Temas interpessoais são italizados, e os Temas textuais negritados.

O gênero acadêmico artigo científico e a seção introdutória

Com circulação bastante acentuada, o artigo científico é um dos primeiros gêneros textuais apresentados aos graduandos. Da graduação aos diferentes níveis da pós-graduação, o artigo é utilizado não só como leitura indicada em diferentes disciplinas, mas também solicitado como forma de avaliação (VIAN JR., 2011). Considerado uma forma de comunicação, em seu contexto de uso, entre professores, pesquisadores e alunos, tornou-se uma exigência do meio acadêmico por proporcionar interação entre os membros da comunidade científica.

Segundo Aranha (2007), os pesquisadores vinculados a qualquer instituição precisam estar atualizados acerca dos trabalhos produzidos em sua comunidade, bem como compartilhar os resultados de seus estudos. Essa interlocução entre os pesquisadores de uma área, que se dá por meio da divulgação de trabalhos científicos, “expande as possibilidades de partilha e discussão de pesquisas que, de outra forma, ficariam ignoradas ou restritas a pequenos grupos ou a determinadas regiões geográficas” (ARANHA, 2007, p. 98). Assim, Aranha (2007) fortalece a importância da publicação desses trabalhos, tratando-a como o cerne do avanço do conhecimento científico.

O artigo científico, nessa perspectiva, tem como propósito comunicativo compartilhar as pesquisas desenvolvidas em universidades e instituições e, por isso, consolidou-se como uma prática discursiva em condições de produção e de circulação restritas. Divulgado em congressos, tem, na maioria das vezes, a publicação como fim, dentro dos formatos especificados nas normas de submissão, em anais e/ou revistas científicas especializadas. Circulando nessa esfera discursiva, é escrito por membros acadêmicos altamente letrados que se dirigem à comunidade discursiva da qual fazem parte, usando a variante mais elaborada da linguagem pelo contexto formal.

O gênero artigo científico, para alcançar propósitos sociais claros e definidos, é organizado estruturalmente de forma específica. Independentemente da área do saber, algumas seções são essenciais e estão frequentemente presentes na maioria dos textos publicados em periódicos e meios de divulgação científica (COSTA, SILVA FILHO & FERREIRA, 2021, p.24). Composto por várias seções, os autores apresentam as seguintes partes essenciais do

artigo: resumo, introdução – objeto de análise deste trabalho – metodologia, resultados, discussão e conclusão.

A seção introdutória

Dentre as partes de composição do artigo científico, destaca-se, aqui, a seção introdutória. O interesse por esse segmento se deu porque, de acordo com Aranha (2007), depois do título e do resumo, a introdução é a seção responsável pela continuação ou não da leitura. Para a autora, seu propósito comunicativo é fornecer o assunto a ser abordado pelo artigo como um todo. Em outras palavras, a introdução deve funcionar como um convite instigante para o leitor, oferecendo-lhe esclarecimentos claros a respeito da pesquisa e despertando-lhe interesse e motivação para seguir na leitura.

A introdução, nesse sentido, precisa apresentar aspectos particulares claros da pesquisa. Pereira (2011) afirma que é necessário informar o que foi pesquisado e o porquê da investigação, isto é, o objeto de estudo, o objetivo do trabalho e a justificativa da necessidade de sua elaboração. Na obra intitulada *Artigos Científicos: Como Redigir, Publicar e Avaliar*, em que trata da redação acadêmica com o propósito de publicação em periódico de prestígio, o autor salienta que a localização desses aspectos torna a introdução convincente ao leitor quanto à relevância da pesquisa, à originalidade da investigação e às bases sólidas na qual está assentada.

Responsável, então, por uma parte importante da interlocução entre a comunidade científica, a introdução precisa ser estruturada de acordo com suas partes constitutivas. Isso significa que, apesar de ser uma seção dentro de uma totalidade, torna-se, também, um todo: é um texto autônomo dentro do artigo que não exige retomada e segue a circularidade lógica de introdução, desenvolvimento e conclusão. A fim de alcançar a sua finalidade discursiva, a autonomia desta seção se estabelece a partir dos seguintes elementos: “(a) o tema da pesquisa; (b) a revisão da literatura; (c) as justificativas; (d) metodologia empregada; (e) os objetivos da pesquisa; e (f) a apresentação sintética da estrutura proposta para pesquisa” (COSTA, SILVA FILHO & FERREIRA, 2021, p.26).

Costa, Silva Filho e Ferreira (2021), ao proporem um roteiro investigativo para orientar o processo de escrita de um texto científico, recomendam que, nos primeiros parágrafos da introdução, estejam presentes informações mais centrais e gerais sobre a pesquisa com base em estudos mais consistentes. Depois, consideram oportuno já manifestar um ponto de vista sobre o tema para indicar sob qual ângulo o tema será abordado. Isso também é orientado por Pereira

(2011), que, comparando esse momento da escrita à figura de um funil, indica partir da apresentação das informações gerais para fixar-se no problema específico investigado.

Nesse movimento de afinamento, chega-se ao tópico a ser estudado e se conhece o que merece ser investigado. Costa, Silva Filho e Ferreira (2021) instruem que os parágrafos subsequentes devem colocar em questão o que ainda não se sabe sobre o tema. Assim, estabelecer diálogo com a literatura e com fundamentações teóricas pertinentes é conveniente exatamente para apresentar as justificativas para a elaboração do trabalho. Desse modo, a relevância e a originalidade da pesquisa devem ser defendidas de modo a convencer que o artigo oferece caminhos para preencher lacunas deixadas por estudos anteriores.

A partir disso, deve-se abordar o tratamento que será dado ao tema da pesquisa. Eles orientam a formulação e a exposição do objetivo geral da pesquisa de maneira concisa, clara e elegante, pois sua exploração será cobrada durante o desenvolvimento do artigo. Em seguida, sugerem que a metodologia adotada para tratar dos dados e alcançar o objetivo da pesquisa seja exposta e, conseqüentemente, a discussão dos resultados também. Assim, transmite-se o que se vai estudar, como se efetivará a pesquisa e de que modo os resultados serão discutidos. Por fim, o último parágrafo deve direcionar o leitor quanto ao que vai encontrar no corpo do trabalho, ou seja, à sua organização.

Princípios da Linguística Sistêmico-Funcional

Na Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), a palavra *Sistema* é usada “no sentido firthiano de paradigma funcional, mas é desenvolvido no construto formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua enquanto escolha (NEVES, 1994, p. 116). A LSF, em outras palavras, é sistêmica porque vê a língua como uma rede de sistemas linguísticos interligados para a construção dos significados durante uma interação; e é funcional porque busca explicar as estruturas gramaticais de acordo com as funções que desempenham no texto. Afastando-se da análise da língua como objeto autônomo predominante na área linguística, elege o uso como marca fundamental de caracterização de uma língua e de sua descrição (GOUVEIA, 2009, p. 15).

A LSF trata como imprescindível a consideração do contexto de uma interação. Segundo Gouveia (2009), a língua está intimamente relacionada às necessidades sociais e pessoais as quais é chamada a servir. Como está ligada a fatores extralinguísticos, a língua deve ser encarada como uma estrutura maleável e adaptável a diferentes contextos situacionais, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical. Assim, as escolhas linguísticas não são gratuitas:

são motivadas, mesmo que inconscientemente e de forma intuitiva, pelas variáveis contextuais em que o texto é produzido e pelos participantes que nele estão envolvidos.

O uso da língua, desse modo, depende de dois tipos de contexto: o de cultura e o de situação. Para Halliday & Matthiessen (2014), o contexto de cultura diz respeito ao potencial cultural de uma comunidade e às práticas institucionalizadas em grupos sociais. Já o contexto de situação concerne ao “entorno mais imediato em que o texto se insere (FUZER & CABRAL, 2014, p. 29) e apresenta as seguintes variáveis: *campo* abarca o que está acontecendo na situação, *relação* remete a quem está participando da situação e seus respectivos papéis desempenhados, e *modo* se refere à função da linguagem e o veículo utilizado na interação (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 33).

Com base nesses pressupostos, Halliday (1994) entende que a linguagem é como é por causa das funções em que se desenvolveu na espécie humana e que, em vista disso, desempenha três funções fundamentais para além da função comunicativa. Referidas como metafunções “para sugerir que a função era um componente integral dentro da teoria geral” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 31), essas funções ocorrem simultaneamente, ou seja, não são desempenhadas em uma relação de predominância ou restrição, mas, sim, de coexistência. A LSF propõe, então, que, em relação ao ambiente social, a linguagem cumpre as metafunções ideacional, interpessoal e textual.

A metafunção ideacional é a responsável por transformar as experiências humanas em significados, nomeando-as e representando-as, e se expressa na variável *campo*. Enquanto isso, a linguagem também está cumprindo a metafunção interpessoal, isto é, encarrega-se de dar conta da interação entre os falantes, que a utilizam para agir – informando, questionando, dando ordem, ofertando e expressando uma avaliação –, e é realizada na variável *relações*. Ao mesmo tempo, a linguagem tem a atribuição de habilitar a construção de experiências e o desenvolvimento de relações interpessoais em um texto. Dessa maneira, cumpre a metafunção textual, que ocorre na variável *modo*.

Reconhecendo que a funcionalidade é intrínseca à linguagem, a LSF coloca em questão a dimensão paradigmática da língua, fortalecendo, assim, o seu caráter paradigmático também. Além de ser uma teoria de descrição gramatical das escolhas linguísticas, a teoria hallidayana “fornece instrumentos de descrição, uma técnica e uma metalinguagem que são úteis para a análise de textos, pelo que, adicionalmente, pode ser encarada como um modelo de análise textual” (GOUVEIA 2009, p. 14). Assim sendo, por permitir que todos os significados da língua sejam explicados por meio da gramática, oferece uma rica contribuição para a análise dos

artigos científicos, tornando pertinente explorar, a seguir, a metafunção textual.

Metafunção textual

Dentre os papéis que a linguagem exerce em uma interação, a metafunção textual – a terceira e última vertente de significado feito na oração (EGGINS, 2004) – é descrita por Halliday (1994) como habilitadora. Essa descrição se dá porque, em uma relação de coexistência, ela habilita, capacita a realização dos significados das demais metafunções. Relacionada à construção do texto, é responsável por organizar os significados experienciais e interpessoais em um todo coerente (FUZER & CABRAL, 2014, p. 127), ou seja, a representação do mundo e a interação com os outros falantes só são possíveis em significado lógico porque a metafunção textual é responsável por organizar a informação.

Essa organização, para Halliday & Matthiessen (2014), é materializada no nível da oração. Os autores afirmam que, em todas as línguas, a oração tem o caráter de mensagem e apresenta uma forma de estruturação pela qual se encaixa e contribui para o fluxo da informação do discurso (HALLIDAY & MATHIESSEN, 2014, p. 88). Nesse sentido, no nível da oração, o sistema de realização léxico-gramatical que envolve a organização da mensagem em um texto é chamado de estrutura temática. É por meio dessa estrutura, segundo ainda os referidos linguistas, que a oração carrega toda a linha de significado, elevando-se ao *status* de evento comunicativo.

Do ponto de vista da metafunção textual da linguagem, toda oração tem estrutura temática e se constitui de duas partes: o Tema e o Rema, exatamente nessa ordem. O Tema é o elemento colocado na posição inicial, até o final do primeiro elemento experiencial, e serve como ponto de partida da mensagem, enquanto o Rema é a parte em que o Tema é desenvolvido, isto é, o restante da oração (HALLIDAY & MATHIESSEN, 2014, p. 89). O Tema, conforme Eggins (2004), contém normalmente informações já fornecidas em algum momento do texto, sendo, portanto, familiar; o Rema, por sua vez, carrega informações desconhecidas ou novas. De forma prática, uma vez identificado o Tema, identifica-se, também, o Rema, pois é o que sobra na oração depois do primeiro elemento experiencial.

A mensagem, nesse sentido, desdobra-se a partir da proeminência temática, já que o Tema é o constituinte oracional responsável por orientar o interlocutor a desenvolver a interpretação da mensagem com base na parte que recebeu destaque (HALLIDAY & MATHIESSEN, 2014, p. 89). Além da orientação, Lima-Lopes & Ventura (2002) afirmam que a análise da estrutura temática das orações de um texto permite a identificação e a compreensão

do que o escritor teve como preocupação ao organizar a mensagem. Em vista disso, Eggins (2004) considera que a escolha do Tema contribui muito significativamente para o efeito comunicativo da mensagem, o que enaltece e fortalece o caráter paradigmático da teoria.

Como a definição de Tema é, para Eggins (2004), presumida universalmente válida, foi possível reconhecer elementos da oração como Tema também além da língua inglesa. Lima-Lopes & Ventura (2002) asseguram que, em língua portuguesa, a noção de Tema ainda é polêmica, mas que o elemento escolhido para ocupar a posição de Tema depende, diretamente, da escolha do modo da oração. Considerando isso, autores como Lima-Lopes & Ventura (2002), Fuzer & Cabral (2014) e Fuzer & Bárbara (2014) compreendem que o Tema é classificado, inicialmente, de acordo com as metafunções, podendo ser classificado como ideacional, interpessoal e textual.

Em seguida, o Tema passa a ser analisado conforme a quantidade de elementos que o compõe. O Tema é simples quando, em posição temática, há um único constituinte de significado ideacional – o Tema tópico –, que pode ser: Tema não marcado, desde que o primeiro elemento seja representado por um grupo nominal que exerça a função de sujeito na oração declarativa, ou Tema marcado, no caso de o primeiro elemento não exercer a função de sujeito, configurando a oração na ordem indireta e o afastamento da prototipicidade da estrutura linguística do português. Por outro lado, o Tema é múltiplo quando, além do Tema tópico, a oração apresenta, em posição temática, elementos interpessoais, chamados de Temas interpessoais, e/ou textuais, chamados de Temas textuais.

Ligada à escolha do falante para criar efeitos de sentido em um enunciado, a estrutura temática de oração a oração deixa claro que a ordem dos constituintes significa muito dentro de um texto. Na esteira de Eggins (2004), sabe-se que a oração oferece potencial para que seus constituintes sejam organizados de forma a atingir objetivos diferentes. Isso significa que as escolhas por certas construções oracionais, em detrimento de outras, apresentam maior eficácia quanto ao cumprimento e à realização de seu propósito comunicativo. Sendo assim, no movimento entre informações fornecidas e desconhecidas, o ordenamento dos elementos constituintes costura as partes do texto, criando coesão e continuidade à medida que avança.

Análise do *corpus*

Propõe-se, nesta seção, a análise não só do contexto de situação das introduções coletadas, mas também da estrutura temática, que fornecerá os resultados do trabalho. Serão analisadas as ocorrências em contexto de quatro introduções.

Contexto de situação das introduções em análise

A despeito da variável *campo*, os artigos cujas introduções foram analisadas neste trabalho têm por objetivo apresentar à comunidade científica do Brasil pesquisas que envolvem todas as linhas referentes ao fenômeno linguístico. Os artigos foram publicados nos volumes de 2019 e 2020 das revistas acadêmicas *ALFA* e *DELTA*.

Quanto à variável *relações*, os textos foram escritos, necessariamente, por, no mínimo, um pesquisador com título de doutor. Os pesquisadores não doutores puderam submeter os trabalhos em co-autoria com um doutor. Depois, foram avaliados por dois pareceristas indicados, sem o conhecimento da autoria, e encaminhados para os autores com suas respectivas instruções para possíveis modificações. A partir disso, foram destinados e disponibilizados gratuitamente a fim de divulgar o conhecimento científico ao público interessado, proporcionando maior democratização mundial do conhecimento. No entanto, há distância social máxima entre os pesquisadores e os leitores, pois não há interação direta.

Relativamente à variável *modo*, a linguagem desempenha um papel constitutivo, por meio de um canal gráfico e um meio escrito. Os textos foram organizados com base na exposição e na argumentação.

Análise da estrutura temática e interpretações

Introdução 1

Tratando-se da introdução 1⁵, observa-se que apresenta apenas quatro dos elementos essenciais: a apresentação do tema da pesquisa, a justificativa, o objetivo e a metodologia. O autor parte de uma contextualização consistente sobre o tema e, logo no segundo parágrafo, problematiza-o de modo a guiar o leitor para o problema específico a ser investigado. A partir disso, apresenta suas justificativas com a finalidade de demonstrar a relevância do seu estudo. Em seguida, expõe, de maneira sucinta, o seu objetivo e, de forma mais explícita, o estudo dos caminhos para se alcançar o propósito específico.

Para analisar melhor a introdução 1, que não entrega esclarecimentos claros, o quadro 1 expõe a sua divisão em períodos, cada qual analisado a partir da organização temática de sua primeira oração:

Quadro 1: Organização temática da introdução 1

⁵ <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/11949>

PERÍODOS	TIPO(S) DE TEMA	
	Quanto à metafunção	Quanto à quantidade
(1) <u>Os textos de divulgação científica</u> são aqueles que têm o objetivo de tornar público o conhecimento produzido por diferentes segmentos da sociedade (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(2) <u>Seu propósito primordial</u> consiste em transmitir à população um saber necessário (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(3) <u>Não / existe</u> um consenso entre os diferentes estudos sobre os textos de divulgação científica a respeito de quando eles surgiram no mundo ocidental.	Interpessoal e Ideacional (marcado)	Múltiplo
(4) <u>Alguns</u> afirmam que isso ocorreu simultaneamente às descobertas que foram sendo realizadas, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(5) <u>Em verdade, / porém, / o que de fato ocorreu até o século XIX</u> foi a difusão do saber científico (...).	Interpessoal, Textual e Ideacional (não marcado)	Múltiplo
(6) <u>Foi</u> a partir do século XX, principalmente, de seu final e do início do século XXI, que se intensificaram os meios de divulgação das informações científicas para a população em geral, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(7) <u>Mas / para que esse conhecimento atingisse um grupo de pessoas que não possuía conhecimento técnico sobre os diferentes fatos científicos</u> , a informação passou por um processo de “didatização”, (...).	Textual e Ideacional (marcado)	Múltiplo
(8) <u>Dessa forma, / portanto, / os textos de divulgação científica</u> passaram a assumir um caráter instrucional e, na maioria das vezes, de cunho jornalístico.	Textual, Textual e Ideacional (não marcado)	Múltiplo
(9) <u>Na sua forma</u> , procuraram destacar a objetividade na reprodução dos fatos, o que implicou criar o efeito de apagamento do ponto de vista subjetivo (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(10) <u>Dentre os diversos meios de comunicação existentes no Brasil</u> , que assumem a tarefa de socializar o conhecimento científico, destacam-se determinadas revistas, tais como, a Scientific American Brasil, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(11) <u>É importante, / porém, / verificar</u> que existem diferenças na maneira como cada uma dessas revistas propõe divulgar as informações científicas.	Interpessoal, Textual e Ideacional (não marcado)	Múltiplo
(12) <u>A revista Scientific American Brasil</u> é responsável pela divulgação de fatos científicos da atualidade para um público que já possui informação, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(13) <u>As revistas Pesquisa FAPESP e UNESP Ciência</u> , por sua vez, preocupam-se em divulgar o conhecimento produzido pela academia, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(14) <u>Entre essas duas</u> há, porém, uma diferença.	Ideacional (marcado)	Simple
(15) <u>Enquanto a Pesquisa FAPESP é produzida exclusivamente por jornalistas que tratam o conhecimento como um fato de divulgação jornalística</u> , na revista UNESP Ciência quem divulga o conhecimento é, na maioria das vezes, o próprio cientista, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(16) <u>As revistas Super Interessante e Mundo Estranho</u> , por sua vez, voltam-se para um público mais genérico, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(17) <u>O propósito específico deste artigo</u> consistirá em analisar dois textos de divulgação científica produzidos por duas das revistas (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(18) <u>O primeiro deles</u> procurará verificar como estão compostos os elementos verbais e os visuais nas reportagens destacadas, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple

(19) <u>O segundo</u> , será examinar como os sentidos constroem-se em cada uma das reportagens, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(20) <u>A perspectiva a partir da qual essas análises serão elaboradas</u> será a da semiótica discursiva, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple

De acordo com o quadro 1, foram encontrados na divisão da introdução 1:

Tabela 1: Quantitativo de parágrafos, períodos e Temas na introdução 1

Introdução 1	Nº de parágrafos	Nº de períodos	Nº de Temas
	6	20	29

Explorando os tipos de Temas, têm-se:

Tabela 2: Tipos de Tema na introdução 1 quanto à metafunção

Introdução 1	Temas ideacionais	Temas interpessoais	Temas textuais
	20	3	5

Com base no quadro e nas tabelas, a introdução 1 é estruturada em seis parágrafos que, juntos, totalizam 20 períodos em orações declarativas.

Com predomínio de Temas simples, os Temas ideacionais não marcados se destacam, mostrando a escolha desse autor pela estrutura linguística que preserva a ordem direta da língua portuguesa nas orações declarativas, sobretudo no momento que justifica o seu estudo e apresenta o caminho a ser seguido. Isso sugere que o autor busca conduzir o seu leitor na ordem direta dos termos como forma de estratégia de convencimento – representada em (1), (2), (12) e (13) – em decorrência da rápida identificação do referente e compreensão do texto. Em menor número, destacam-se os Temas ideacionais marcados. Esses Temas aparecem majoritariamente na etapa em que o autor contextualiza, (6) e (9), e problematiza o tema da pesquisa, (10), e expressam circunstâncias.

Quanto aos Temas múltiplos, vê-se que são formados pelos Temas interpessoais e Textuais. Os Temas interpessoais, de forma interpretativa, são evidenciados nos momentos de problematização e de justificativa. Essa escolha, obviamente, não se dá de maneira aleatória: apesar de escrever em terceira pessoa, o autor se fez presente no texto ao exprimir sua avaliação a seu leitor, como em (11), sobre a importância do tema de seu estudo. No que diz respeito aos Temas textuais, observa-se que não são tão utilizados para promover a organização da

informação, isto é, a costura do texto se dá por meio de outros recursos que não serão aqui explorados.

Introdução 2

No que diz respeito à introdução 2⁶, pode-se afirmar que essa seção não satisfaz a circularidade de introdução-desenvolvimento-conclusão. Sem apresentar contextualização para a apresentação do tema da pesquisa, a revisão da literatura científica e suas justificativas quanto à relevância do estudo, o autor do texto inicia a sua introdução a partir da explanação dos objetivos. Em seguida, explica, de maneira breve, o que vai abordar no desenrolar do trabalho e a sua organização. A introdução 2, dessa forma, não apresenta todos os elementos essenciais. Por essa razão, não é convincente para o leitor, que fica sem esclarecimentos sobre o tema geral, sem a base sólida na qual o artigo se apoia e sem, também, a defesa de sua relevância.

Selecionando a primeira oração de cada período dessa seção, a introdução 2 tem a seguinte disposição:

Quadro 2: Organização temática da introdução 2

PERÍODOS	TIPO(S) DE TEMA	
	Quanto à metafunção	Quanto à quantidade
(21) <u>O objetivo deste artigo panorâmico</u> é discutir a motivação e adequação de uma semântica de graus para o verbo modal <i>dever</i> do português, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(22) <u>Durante todo o artigo</u> , exploraremos analogias com outros domínios já mais bem mapeados, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(23) <u>Passaremos</u> por questões relacionadas à quantificação, probabilidade, gradação e pluralidade, numa amostra das complexidades que a semântica desse verbo nos coloca.	Ideacional (marcado) ⁷	Simple
(24) <u>Cotejaremos</u> <i>dever</i> com determinantes proporcionais (a maioria dos), adjetivos graduáveis (grande), DPs universais restritos (todo NP+AP) e descrições definidas plurais (os+NP), (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(25) <u>O artigo</u> está organizado da seguinte forma: (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(26) <u>Na seção 3</u> , apresentamos o desafio introduzido pelo verbo <i>dever</i> e sua força modal intermediária entre possibilidade e necessidade.	Ideacional (marcado)	Simple
(27) <u>Discutimos</u> possíveis alternativas semânticas em termos de cardinalidade (seção 3.1), probabilidade (seção 3.2) e gradação (seção 3.3).	Ideacional (marcado)	Simple

⁶ <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/52303>

⁷ Na tradição gramatical, a oração (23), (24) e (27) apresentam sujeito desinencial: o sujeito não é expresso, mas pode ser recuperado pela forma verbal na primeira pessoa do plural. Essa particularidade da língua portuguesa não é prevista pela teoria inicial de Halliday porque foi uma proposta elaborada com base na língua inglesa. O sistema de inflexão verbal é, conforme Ventura & Lima-Lopes (2002), uma questão que provoca divergência entre os linguistas sistêmicos que tomam a Linguística Sistêmico-Funcional como ferramenta para descrever a língua portuguesa. Aqui, optou-se por analisar os Temas como marcados, com base em Ventura & Lima-Lopes (2002), por ser o primeiro elemento um processo, isto é, experiencial – diferentemente de Barbara & Gouveia (2001), que defendem que, apesar de estar elíptico, o Tema é recuperável, sendo, portanto, não marcado.

(28) <u>Esta última</u> é explorada mais detalhadamente na seção 4.	Ideacional (não marcado)	Simple
(29) <u>Já/ na seção 5</u> , questionamos empiricamente a adequação do uso gramatical (semântico) da noção de gradação na modelagem da força modal de dever.	Textual e Ideacional (marcado)	Múltiplo
(30) <u>Na seção 6</u> , apresentamos a formalização de Kratzer (1981,1991) (...). (seção 6.1).	Ideacional (marcado)	Simple
(31) <u>Essas propostas</u> buscam modelar a força modal intermediária de verbos como dever sem apelar a uma semântica baseada em graus.	Ideacional (não marcado)	Simple
(32) <u>A seção 7</u> apresenta algumas objeções conceituais levantadas mais recentemente pela própria Kratzer.	Ideacional (não marcado)	Simple
(33) <u>Por fim,</u> <u>a seção 8</u> destaca um outro ponto levantado recentemente por Kratzer, (...).	Textual e Ideacional (marcado)	Múltiplo

Agora, as tabelas referentes à quantidade de parágrafos, períodos e Temas e aos tipos de Temas:

Tabela 3: Quantitativo de parágrafos, períodos e Temas na introdução 2

Introdução 2	Nº de parágrafos	Nº de períodos	Nº de Temas
	2	13	15

Tabela 4: Tipos de Tema na introdução 2 quanto à metafunção

Introdução 2	Temas ideacionais	Temas interpessoais	Temas textuais
	13	0	2

Os resultados da introdução 2, baseados no quadro e nas tabelas acima, são muito significativos. Curta e escrita na primeira pessoa do plural, é predominantemente organizada por Temas simples. Dentre eles, os Temas marcados ganham espaço nas orações declarativas: o pesquisador escolhe dar destaque não só aos processos referentes ao fazer pesquisa em (23), (24) e (27), como também a grupos adverbiais na função de circunstância/adjunto, constatados em (22), (26) e (30), a fim de localizar o leitor quanto ao que vai encontrar durante a leitura do artigo. Os Temas não marcados, por sua vez, estão distribuídos em diferentes momentos do texto: em (21), (25) e (32), os Temas têm função de participante; e retomam o Rema anterior em (28) e (31).

Já os Temas múltiplos só ocorrem em (29) e (33), apresentando apenas o Tema tópico antecedido de um elemento textual. Como para a LSF nada é arbitrário, a ausência de Temas interpessoais também deve ser assinalada: o pesquisador não expressa nenhum tipo de avaliação em sua breve introdução.

Introdução 3

A introdução 3⁸ é uma das mais completas. É iniciada pela contextualização do tema da pesquisa, seguida pela revisão da literatura científica, que dá embasamento para a problematização do tema e seu aprofundamento e para a justificativa da elaboração do artigo. A partir disso, apresenta o seu objetivo com a pesquisa, fortalecido, novamente, com as justificativas, o que demonstra a preocupação do pesquisador com o convencimento da relevância da pesquisa. Depois, sem apresentar a metodologia, isto é, os procedimentos adotados para alcançar seu objetivo, há a explanação dos tópicos da organização do artigo.

Selecionada a primeira oração de cada período, a introdução 3 é organizada do seguinte modo:

Quadro 3: Organização temática da introdução 3

PERÍODOS	TIPO(S) DE TEMA	
	Quanto à metafunção	Quanto à quantidade
(34) <u>A relação entre os gêneros dentro de sistemas de atividades</u> tem sido tratada como uma premissa por teorias de gênero contemporâneas, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(35) <u>A partir dessas abordagens</u> , a referida inter-relação tem sido categorizada de diferentes formas por diferentes autores, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(36) <u>Nesse sentido,/ a forma como os gêneros se relacionam mutuamente ao coordenar atividades sociais</u> foi descrita por Devitt (1991) em termos de “conjuntos de gêneros”, (...).	Textual e Ideacional (não marcado)	Múltiplo
(37) <u>Entretanto,/ apesar de tudo que sabemos sobre as relações entre gêneros em diversas situações sociais e comunicativas</u> , Bawarshi (2015:187), referindo-se especificamente aos Estudos Retóricos de Gênero, identifica uma lacuna (...).	Textual e Ideacional (marcado)	Múltiplo
(38) <u>Um levantamento abrangente da literatura sobre gêneros</u> mostraria que tal lacuna se verifica de forma ainda mais intensa noutras abordagens teóricas (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(39) <u>Neste trabalho</u> , o que “acontece entre os gêneros” é enfocado a partir do conceito de uptake ou “apreensão” ⁴ , termo oriundo da Teoria dos Atos de Fala.	Ideacional (marcado)	Simple
(40) <u>Do mestrando do PROFLETRAS</u> se espera que apresente um trabalho final na maioria das vezes talhado nos moldes de uma dissertação de mestrado acadêmico, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(41) <u>Considerando-se a ausência de uma tradição de mestrado profissional na área de Letras</u> ⁵ , e sabendo-se que o PROFLETRAS é um curso recente, o qual foi aprovado em 2012 e cujas atividades iniciaram-se no segundo semestre de 2013, a questão central do estudo é de que forma o mestrando do PROFLETRAS vem atendendo ao desafio de construir seu trabalho (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(42) <u>Diante da situação posta</u> , nos parece que o “artefato” (DRYER, 2016) resultante desse processo de uptake sugere a emergência de um gênero acadêmico relativamente novo, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(43) <u>Na busca por atingir o objetivo deste estudo</u> , o trabalho está organizado em cinco tópicos além desta introdução e das considerações finais: (...).	Ideacional (marcado)	Simple

⁸ <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/52556>

Com base no quadro da organização temática, a introdução 3, estruturalmente, apresenta a seguinte configuração:

Tabela 5: Quantitativo de parágrafos, períodos e Temas na introdução 3

Introdução 3	Nº de parágrafos	Nº de períodos	Nº de Temas
	5	10	12

Explorando os Temas utilizados, tem-se o seguinte resultado:

Tabela 6: Tipos de Tema na introdução 3 quanto à metafunção

Introdução 3	Temas ideacionais	Temas interpessoais	Temas textuais
	10	0	2

Na predominância de Temas Simples, os Temas marcados expressam notoriedade em todas as etapas. Nas orações declarativas, há a recorrência de grupos adverbiais como Tema na função de circunstância/adjunto, verificados, por exemplo, (35), (39) e (40), dentre outras ocorrências. Os Temas não marcados, no que lhes diz respeito, são representados em (34) e (38) por grupos nominais na função de sujeito, destacando o tema da pesquisa e a importância do levantamento da literatura.

Já a ocorrência de Temas múltiplos traz à tona, mais uma vez, um ponto muito importante. Não há, nessa introdução, assim como na 2, nenhum elemento interpessoal que espelhe qualquer tipo de julgamento por parte do pesquisador na interação com o leitor. Nas duas orações em que aparecem, os Temas textuais são constituídos pelo Tema textual como primeira parte, seguido de Temas ideacionais, em momentos diferentes: valor semântico de síntese na revisão da literatura em (36) e oposição na justificativa em (37).

Introdução 4

A introdução 4⁹ contém as seis partes constitutivas. De maneira objetiva, o pesquisador apresenta logo no primeiro período a reflexão que se propõe e objetivo da pesquisa. No segundo período, contextualiza o tema escolhido e adentra, simultaneamente, na justificativa de promover pesquisa sobre o seu objeto de estudo. Com isso, faz uma breve revisão da literatura para poder embasar a continuidade da justificativa logo depois. Finalizando a seção, expõe, resumidamente, a metodologia e a organização do artigo científico. Dessa forma, apresenta os aspectos necessários e convincentes ao leitor.

⁹ <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/47122>

A partir da seleção da primeira oração de cada período, têm-se o quadro 4 e as tabelas 7 e 8:

Quadro 4: Organização temática da introdução 4

PERÍODOS	TIPO(S) DE TEMA	
	Quanto à metafunção	Quanto à quantidade
(44) <u>Nesta pesquisa</u> , reflete-se acerca do plano de texto do gênero artigo científico, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(45) <u>Nos últimos anos</u> , têm sido sublinhadas, em Portugal, as dificuldades sentidas por estudantes dos diversos níveis de ensino, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(46) <u>Essas constatações</u> têm desembocado em estudos que destacam a necessidade de promover pesquisas acerca de gêneros usados nas instituições de ensino superior (cf. Silva e Santos 2013, 2018; Rosa 2018a, 2018b).	Ideacional (não marcado)	Simple
(47) <u>O artigo científico</u> tem sido objeto de múltiplas pesquisas e reflexões, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(48) <u>O modelo analítico e pedagógico baseado em movimentos e em passos que concretizam esses movimentos</u> foi alargado a diversos gêneros acadêmicos (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(49) <u>Em Portugal</u> , todavia, são muito escassas as pesquisas que incidiram no artigo científico (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(50) <u>Tratando-se de um gênero maior do discurso acadêmico</u> , é importante que as propriedades do artigo científico sejam conhecidas pelos estudantes (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(51) <u>Entre essas propriedades</u> , está o plano de texto, nomeadamente no que diz respeito à distribuição dos conteúdos e à divisão em seções.	Ideacional (marcado)	Simple
(55) <u>Aferir o grau de convencionalidade dos planos de texto de artigos de áreas disciplinares distintas</u> constitui, de igual modo, um objetivo relevante (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(53) <u>No âmbito do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD)</u> , tem sido enfatizada a necessidade de se proceder a pesquisas sobre as características de gêneros, (...).	Ideacional (marcado)	Simple
(54) <u>Entre esses instrumentos</u> , contam-se os modelos didáticos e as sequências didáticas (Schneuwly e Dolz 2004).	Ideacional (marcado)	Simple
(55) <u>A presente pesquisa</u> constitui uma abordagem exploratória, que pretende testar a validade da análise efetuada, (...).	Ideacional (não marcado)	Simple
(56) <u>Após a apresentação da revisão da literatura (seção 2) e do enquadramento teórico (seções 3 e 4)</u> , refletir-se-á acerca do conceito de plano de texto e das propriedades que deverão ser consideradas na sua análise (seção 5).	Ideacional (marcado)	Simple
(57) <u>Segue-se</u> a caracterização sumária do gênero artigo científico, a apresentação do corpus e da metodologia adotada, e o estudo efetuada (seção 6).	Ideacional (marcado)	Simple
(58) <u>Por fim</u> ,/ <u>serão</u> sistematizadas as conclusões (seção 7).	Textual e Ideacional (marcado)	Múltiplo

Tabela 7: Quantitativo de parágrafos, períodos e Temas na introdução 4

Introdução 4	Nº de parágrafos	Nº de períodos	Nº de Temas
	5	15	16

Tabela 8: Tipos de Tema na introdução 4 quanto à metafunção

Introdução 4	Temas ideacionais	Temas interpessoais	Temas textuais
	15	0	1

Tomando como suporte esses dados que oferecem uma visão geral da introdução 4, nota-se um texto encorpado pelo predomínio – forte – de Temas Simples: conforme o quadro 4, há 14 Temas simples e apenas um Tema múltiplo. No que concerne ao grupo maior, o quadro 4 também indica maior ocorrência de Temas marcados. Da mesma forma que nas introduções 2 e 3, por exemplo, os Temas marcados são, majoritariamente, constituídos por grupos adverbiais, que expressam circunstâncias de localização-tempo e localização-espço em três momentos diferentes: (44) e (45) na contextualização do tema, (51) e (53) na justificativa, e (56) na organização do texto. Compreende-se, aqui, que isso se deve a uma preocupação didática do autor em orientar de forma clara as etapas de leitura pelas quais o leitor está transitando.

Enquanto isso, os Temas não marcados, em menor número, cumprem a função de sujeito na ordem direta das orações declarativas, retomando informação anterior e gerando uma nova, na revisão da literatura, na justificativa e no período que trata da metodologia: (48), (55) e (55), respectivamente.

Por fim, em uma única ocorrência, o Tema múltiplo é composto por um elemento textual que finaliza o artigo e por um Tema ideacional representado por um processo. Assim como nas introduções 2 e 3, a introdução 4 também não dispõe de um Tema interpessoal, o que reforça o afastamento do pesquisador nessa seção do artigo científico.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar os elementos essenciais que compõem a introdução de artigos científicos e a estrutura temática da primeira oração de cada período. Em outras palavras, buscou-se verificar não só se as introduções selecionadas apresentaram todas as informações consideradas necessárias para convencer o leitor a dar continuidade na leitura, mas principalmente quais escolhas linguísticas foram feitas para a posição de Tema na oração, ou seja, o que se escolheu colocar como destaque – como estratégia de desenvolvimento do texto e fluência da informação nessas introduções, para despertar o interesse do leitor e fazê-lo continuar a leitura da pesquisa.

Quanto à primeira parte da análise, pode-se afirmar que a hipótese de que as introduções selecionadas apresentariam organização exemplar, conforme os elementos explicitados por

Costa, Silva Filho e Ferreira (2021), já que foram publicadas em revistas de Qualis A1, não foi confirmada. Das quatro introduções analisadas, apenas duas oferecem todas as informações necessárias para o leitor de acordo com os autores, podendo ser consideradas, desse modo, convincentes ao leitor no que se refere a deixá-lo ciente do que vai encontrar na seção. Esse resultado traz à tona a questão da necessidade desses elementos na estrutura em relação à qualidade geral dessa seção: que tipo de comprometimento há na introdução e em seu propósito comunicativo com a ausência de determinados elementos nas demais introduções?

A análise da estrutura temática, feita posteriormente ao levantamento das partes constitutivas, também trouxe resultados expressivos. A partir da análise feita da primeira oração de cada período que compõe as introduções, com a predominância de Temas simples, os Temas ideacionais, entre marcado e não marcado, destacam-se ao mesmo tempo em que, apesar de baixa ocorrência, os Temas interpessoais e Temas textuais também devem ser apontados. O que se percebeu foi uma preferência nítida por Temas não marcados, facilitando a compreensão do texto, assim como por Temas marcados que expressam circunstâncias, independentemente da parte constitutiva da seção. Entende-se, aqui, que essas foram as formas de movimentar e estabelecer coesão no texto, uma vez que os Temas textuais aparecem em minoria.

Da mesma forma, é expressiva a (pouca) quantidade de Temas interpessoais. Por permitir a veiculação da opinião, o Tema de significado interpessoal estabelece uma interação maior com seu interlocutor. Nesse sentido, compreende-se que a ausência dos Temas interpessoais pode ser atrelada à distância social entre os potenciais leitores e os pesquisadores. Notada pela escrita do texto na terceira pessoa do discurso, a distância se torna inquestionável com a falta de relação com o leitor acadêmico por meio de expressões de juízo de valor quanto à pesquisa feita. A evidência disso também sugere a problematização sobre a não-presença do autor do texto e a democratização do conhecimento. Acredita-se, aqui, que, se há intenção de popularizar resultados obtidos por meio de pesquisas, aquele que oferta pesquisas à sociedade não deve estar em uma posição tão evidente de hierarquia a ponto de não se aproximar. A sociedade científica não deveria ser inacessível.

Sem dúvida, a análise desenvolvida não pretendeu esgotar o assunto abordado. Em um *corpus* consideravelmente maior de introduções de artigos científicos, pode ser possível encontrar resultados mais significativos no que diz respeito à estrutura temática em relação aos elementos essenciais dessa seção. De qualquer modo, espera-se que, por meio das introduções dos artigos da área de Letras, este trabalho tenha contribuído não só para as discussões sobre o ensino de gêneros acadêmicos, mas também para a ampliação dos estudos com base na

Linguística Sistêmico-Funcional, que forneceu os instrumentos para a descrição desses (mini)textos e de suas respectivas escolhas linguísticas.

Referências

ARANHA, Solange. A busca de modelos retóricos mais apropriados para o ensino da escrita Acadêmica. *Revista Do GEL*, v. 4, n. 2, 2007, p. 97–114. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/363>. Acesso em: 4 set. de 2021.

BARBARA, Leila; GOUVEIA, Gouveia. It is not there, but [it] is cohesive: the case of pronominal ellipsis of subject in Portuguese. *Direct Papers* n. 46, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brazil, and AELSU, University of Liverpool, United Kingdom, 2001.

COSTA, Marcos Rogério Martins; SILVA FILHO, Demétrio Antônio; FERREIRA, Marcello. *Escrita científica*. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2021.

EGGINS, Suzanne. *An introduction to Systemic Functional Linguistics*. 2 ed.. London: Continuum, 2004.

FUZER, Cristiane.; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

GOUVEIA, Carlos A. M.. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, [S.l.], v. 16, n. 24, 2009. ISSN 2446-6905. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27795>. Acesso em: 15 maio de 2021.

HALLIDAY, Michael. A. K. *An Introduction to functional grammar*. Hodder Education, 1994.

HALLIDAY, Michael. A. K; MATHIESSEN, Christian. M. I. M. *An introduction to function grammar*. 4ed. London: Routledge, 2014.

LIMA-LOPES, Rodrigo. E.; VENTURA, Carolina. S. M. O Tema: caracterização e realização em Português. *Direct Papers* 47, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www2.lael.pucsp.br/direct/DirectPapers47.pdf>. Acesso em: 14 ago. de 2021.

MOTTA-ROTH, Desirée. Escrevendo no contexto: contribuições da lsf para o ensino de redação acadêmica. In: *33rd International Systemic Functional Congress - LAEL/PUCSP.*, São Paulo, SP. p.828-860, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa* (São Paulo), v.38, p.109-127, 1994.

PEREIRA, Maurício Gomes. *Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.

VIAN JR., Orlando. O artigo na família de gêneros acadêmicos: notas sobre aspectos tipológicos, topológicos e seu papel no ensino-aprendizagem de leitura. In: BARBARA, L.;

MOYANO, E. I. (Orgs.). *Textos e linguagem acadêmica: explorações sistêmico-funcionais em espanhol e português* ed. Campinas: Mercado de Letras, p. 67-86, 2011.

POR UMA PERSPECTIVA NÃO ATOMÍSTICA DAS CONSTRUÇÕES RELACIONAIS INTENSIVAS ATRIBUTIVAS: REFLEXÕES EM TORNO DO EMPARELHAMENTO DE PAPÉIS TEMÁTICOS E DA CONFIGURAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DA ORAÇÃO RELACIONAL

FOR A NON-ATOMISTIC PERSPECTIVE OF ATTRIBUTIVE INTENSIVE RELATIONAL CONSTRUCTIONS: REFLECTIONS ON THE PAIRING OF THEMATIC ROLES AND THE MORPHOSYNTACTIC CONFIGURATION OF THE RELATIONAL CLAUSE

Jhonathan Leno Reis França Santana¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo tecer reflexões de natureza teórica acerca do estatuto gramatical das orações relacionais intensivas atributivas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Para isso, o texto retoma resultados obtidos por Santana (2021) no que se refere à descrição desse tipo de oração. O problema constatado se refere à dificuldade em explicar a seleção dos participantes da oração como função do processo, bem como em descrever a seleção dos papéis participantes codificados por esses constituintes com base na semântica do verbo. A hipótese é a de que os constituintes dessas orações são função da construção, e não da centralidade do predicador. Como suporte à explanação, operou-se a seleção de 91 orações relacionais intensivas. Observaram-se aspectos dessas construções não descritos pelo pesquisador na investigação antecedente, como: a natureza dos constituintes codificadores do Portador, a frequência de ocorrência das formas verbais, a relação dessas formas com as redes de qualificação e classificação, dentre outros pontos. O texto conclui propondo uma mudança de perspectiva para o tratamento das construções relacionais. Essa mudança poderá possibilitar respostas a questões em aberto no que se refere à natureza dessas construções.

PALAVRAS-CHAVE: Orações Relacionais. Linguística Sistêmico-Funcional. Gramática de Construções.

ABSTRACT: The objective of this article is to make reflections of a theoretical nature on the grammatical status of attributive clauses (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). For this, the text takes up results obtained by Santana (2021) with regard to the description of this type of clause. The problem found refers to the difficulty in explaining the selection of the participants of the clause as a function of the process, as well as in describing the selection of participant role coded by these constituents based on the semantics of the verb. The hypothesis is that the constituents of these clauses are a function of the construction, and not of the centrality of the predicator. In support of the explanation, the selection of 91 intensive clauses collected was carried out. Aspects of these constructions not described by the researcher in the previous investigation were observed, such as: the nature of the coding constituents of the Carrier participant, the frequency of occurrence of verbal forms, the relationship of these forms with

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL – UFES). Mestre em Estudos Linguísticos pela UFES. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). E-mail: lenoreisf@gmail.com.

the qualification and classification networks. The text concludes by proposing a change of perspective for the treatment of relational constructions. This change may enable answers to open questions regarding the nature of these constructions.

KEYWORDS: Relational Clauses. Systemic-Functional Linguistic. Constructions Grammar.

Considerações iniciais

O filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce, um dos principais responsáveis pelo estabelecimento dos estudos semióticos, afirma que as relações tricotômicas são o que permite ao pensamento realizar sínteses entre *termos*, *proposições* e *silogismos* e que estariam na essência da linguagem humana. Peirce (2010, p. 11) sustenta que “deveria haver três classes de *signos*, pois há uma conexão tripla de *signo*, *coisa significada* e *cognição produzida na mente*”.

Percebe-se, no raciocínio do semioticista, a convergência de três eixos responsáveis pela efetivação do processo semiótico, a saber: (i) o eixo da relação indissociável entre forma e significado, o eixo do *signo*; (ii) o eixo da relação que o signo estabelece com a referência, instância do real extralinguístico; e (iii) o eixo da atividade cognitiva do sujeito, relativo ao domínio de construção da experiência.

Segundo o pensador, “a mera coexistência de dois fatos singulares constitui uma forma degenerada de um fato duplo” (PEIRCE, 2010, p. 11). Isso ocorre porque há a necessidade de algo que realize o relacionamento entre os dois fatos, que por seu emparelhamento direto não resultam em uma unidade sintética. Assim, uma proposição² como:

(1) *Algo é branco*. (PEIRCE, 2010, p. 11)

apresenta dois termos (fatos), que são descrições gerais, “Algo” e “branco”. Todavia, para que a relação de síntese entre os termos ocorra, torna-se necessária a presença de um terceiro elemento, que no caso do exemplo 1 é expresso pela *cópula* “é”. Reiteramos que segundo o pensamento do autor, a síntese entre essas descrições gerais somente é possível como decorrência do papel do eixo da atividade cognitiva do sujeito (iii).

² Neste momento do texto, utiliza-se o termo proposição, pois é o escolhido Peirce (2010) para refletir acerca do processo de raciocínio gerador da capacidade sintetizadora da mente humana. Contudo, cabe ressaltar que o exemplo selecionado consiste de uma oração relacional intensiva, que são as construções gramaticais primeiramente analisadas pela lógica clássica (ARISTOTELES, 2005) e que ainda perpassam os estudos de muitos lógicos na atualidade.

O propósito em iniciarmos a discussão por essas reflexões de Peirce (2010) se relaciona com o fato de que algumas abordagens sobre a linguagem, como doutrinas instituídas no Paradigma Tradicional de Gramatização (VIEIRA, 2018), parecem negar o estatuto lógico-semântico que construções como a do exemplo 1 apresentem verbos que expressem significados. A reflexão que aqui se pretende realizar vai na contramão desse entendimento, pois se posiciona de um ponto de vista em que as formas da língua apresentam contrapartes semânticas. Como postula Halliday (1985), o sistema linguístico é um potencial de significação, nele, a razão de ser das formas é significar. Por isso, impõe-se com urgência o alargamento da compreensão acerca da natureza do significado, pois como revelam os estudos semânticos, sua natureza é heteróclita e difusa, não se deixando captar por inteiro.

Algumas obras do Paradigma Tradicional de Gramatização difundem a doutrina de que o predicado nominal (correlativo gramatical do conceito lógico de proposição) apresenta um verbo destituído de significado, consistindo em uma palavra gramatical (LUFT, [1976] 2013). O significado, nesse tipo de predicado, fica ao elemento predicativo (nomes), que segundo Luft ([1976] 2003), ocupa a terceira posição na ordem da oração:

O trem	estava/chegou	atrasado	quando chegou
1	2	3	4

Fonte: Luft ([1976] 2003, p. 53).

Contudo, mais à frente, na parte em que discute o predicado nominal, esse gramático afirma que diferentes são os aspectos que podem ser expressos pelos verbos de ligação: estado normal/habitual; estado transitório; mudança de estado; duração ou continuidade de estado; e, semelhança, dúvida de estado. Essa afirmação parece contradizer a definição defendida pelo autor, de que verbos de ligação são apenas palavras gramaticais, destituídas de significado.

Sob a mesma perspectiva, Cunha e Cintra ([1985] 2007) propõem que os verbos de ligação (também denominados copulativos) “funcionam apenas como elo entre o sujeito e o predicativo” (p. 147), tal como uma conjunção (também considerada apenas uma palavra gramatical). Mas, novamente, à semelhança de Luft ([1976] 2003), aqueles gramáticos indicam que os verbos de ligação expressam: estado permanente; estado transitório; mudança de estado; continuidade de estado; e aparência de estado. Essa indicação evidencia distinções de natureza semântica, e não unicamente gramaticais.

A fim de efetuarmos uma comparação entre doutrinas gramaticais solidamente assentadas na ambiência dos estudos tradicionais, pois as três gramáticas selecionadas representam obras de amplo conhecimento e reconhecimento por parte de muitos estudiosos de fenômenos gramaticais, apresentamos também a compreensão de Rocha Lima ([1972] 2013) sobre a natureza do predicado nominal. Para esse autor, no predicado nominal, o núcleo é ocupado por um nome, que pode ser substantivo, adjetivo ou pronome. No exemplo:

(2) *Pedro está doente.* (ROCHA LIMA, [1972] 2013, p. 293)

O gramático diz que a declaração feita sobre o sujeito “Pedro” está contida no adjetivo “doente”, que seria, na realidade, o predicado. Sobre o verbo que figura nessa oração, caberia apenas a expressão do aspecto sobre o qual se considera a condição (estado) de doente. Entretanto, diferentemente das obras anteriores, a gramática de Rocha Lima ([1972] 2013) não circunscreve os verbos de ligação ao grupo das palavras gramaticais, não explicitando o grupo de palavras em que estariam incluídos esses verbos, segundo sua concepção.

A análise das três obras revela uma dificuldade desses gramáticos em estabelecerem o estatuto categorial dos verbos de ligação, pois ao considerá-los apenas como conectores, meras palavras gramaticais, ficam excluídas, com base na doutrina tradicional, considerações semânticas. Pondera-se que essa dificuldade está no fato de que, embora expressem significados muito gerais, os verbos copulativos não são destituídos de significado, pois além de expressarem diferentes aspectos, são eles os responsáveis pelo significado de *estado*. Em outras palavras, são esses verbos que instanciam na oração um desdobramento temporal estático, como descrevem Halliday e Matthiessen (2014). Esses traços semânticos, reconhecidos pelas três obras de descrição gramatical, inviabilizam a compreensão de que o verbo que ocorre no predicado nominal seja um mero conector, ou um elemento destituído de sentido.

Retornando a Peirce (2010), a unidade sintética de orações com predicado nominal só é possível pela presença do terceiro elemento, o verbo que opera a cópula. Essa consideração é de extrema importância quando se considera a atividade cognitiva do falante, que pode ser linguisticamente aferida, precisamente, pela presença do verbo copulativo (verbo de ligação). Em certa medida, a perspectiva peirciana parece se conciliar com a posição sistemicista de que todos os tipos de processos (grupos verbais) instanciam significados na estrutura representacional da oração, e que, no caso dos processos relacionais, isso se dá pela instanciação

de um significado generalizador (de síntese) no que se refere às entidades participantes da figura (*figure*) linguisticamente codificada.

É no bojo dessas reflexões que o presente texto intenciona realizar uma discussão sobre o estatuto léxico-gramatical e construcional das orações relacionais intensivas atributivas. Por conseguinte, realizar-se-á uma interface entre a perspectiva teórica da Linguística-Sistêmico Funcional (LSF), quanto a esse tipo de oração, e o conceito de *construção* desenvolvido por Goldberg (1995, 2006).

A organização das próximas seções deste texto se dá da seguinte forma: inicia-se discutindo a perspectiva metodológica adotada neste trabalho; a seguir adentra-se no ponto de vista efetivamente adotado pela Gramática Sistêmico-Funcional, além da proposta de Santana (2021) no que se refere à abordagem das especificidades das orações relacionais intensivas atributivas, propondo-se uma abordagem construcional para as orações relacionais intensivas atributivas; as duas últimas seções são voltadas à discussão dos resultados oriundos da análise da amostra selecionada e às considerações finais.

De onde se parte: perspectiva metodológica

O presente estudo está em consonância com a tendência qualitativa e holística assumida atualmente pelas investigações funcionalistas (OLIVEIRA, 2012). Esse posicionamento representa um compromisso com a acuidade e a especificação na análise e descrição dos fatos observados.

Conforme o entendimento funcionalista, faz-se necessário que os dados sejam analisados à luz de seu contexto de ocorrência, o *uso linguístico*. Entretanto, há que se modalizar esse axioma funcionalista. Lançar luz aos fatores pragmático-discursivos que regulam o *Discurso* não representa conceder menor importância à *Gramática* que instancia esse uso.

Assim, assumimos a compreensão de que, na trajetória bidirecional que se estabelece entre a *Gramática* e o *Discurso*, a *Semântica* exerce papel central, configurando-se como eixo de ligação entre esses dois componentes da linguagem. Consequentemente, o nível semântico é afetado tanto por fatores pragmático-discursivos, quanto por fatores internos ao sistema. Conforme Santana (2021, p. 87), “da relação entre a Gramática e a Semântica resultam as

relações entre *forma* e *significado*, relações simbólicas (PERINI, 2008). Da relação entre a *Semântica* e o *Discurso* resultam as escolhas linguísticas efetuadas pelos indivíduos”.

Considerando a trajetória citada no parágrafo anterior e a relação entre os segmentos que interligam os componentes, o posicionamento qualitativo assumido por este trabalho especifica os fatores internos à construção das orações relacionais, a relação simbólica que se estabelece entre a estrutura dos constituintes e das orações e o seu significado.

Como categorias analíticas, utilizamos os seguintes quatro parâmetros, desenvolvidos por Santana (2021):

- 1- Papéis Semânticos das Estruturas Emparelhadas (PSEE) – *visa a descrever os pares de papéis temáticos selecionados pelas orações relacionais.*
- 2- Propriedades das Estruturas de Agnação (PEA) - *objetiva descrever as configurações morfossintáticas e as especificidades semânticas das estruturas em que se pode operar a reversão posicional entre os participantes da oração.*
- 3- Relação Semântica entre os Participantes (RSP) – *delimita o esquema representacional da estrutura com base na relação entre participantes e processos nos diferentes tipos de orações relacionais.*
- 4- Natureza do Atributo (NATT) – *desenvolvido para a descrição das orações relacionais atributivas, verifica a natureza concreta (referencial) ou abstrata (não referencial) do participante Atributo.*

Além desses parâmetros, também nos servimos do conceito de Goldberg (1995, 2006), como parâmetro para a análise da cláusula relacional enquanto um complexo construcional linearizado (sem hierarquia de certos constituintes sobre outros).

Resultados de frequência também foram observados. Como afirma Givón (2012), verificar a frequência de uso das estruturas linguísticas possibilita ao analista compreender a natureza discursiva dessas estruturas.

A amostra selecionada para estudo neste texto consiste em 91 orações relacionais intensivas atributivas, coletadas por Santana (2021)³. Essas orações integravam a estrutura textual de 48 sequências relatadas por vítimas de violência homofóbica, publicadas em cinco reportagens veiculadas *on-line* por 5 sites jornalísticos, quais sejam: BuzzFeed Brasil, UOL, Globo Esporte, Bol e Projeto Colabora. Os textos publicados por esses sites são de acesso livre, o que facilitou o processo de coleta dos dados.

A presença de relatos de vítimas de violência homofóbica foi o critério norteador para a seleção das reportagens (SANTANA, 2021). Por conseguinte, reportagens que não apresentaram relatos de vítimas não foram selecionadas. Inicialmente, objetivava-se a construção de um recorte temporal que abarcasse o intervalo entre os anos de 2014 e 2019, anos subsequentes à publicação do *Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013* (último relatório da série iniciada em 2011). Contudo, não se obteve sucesso em coletar reportagens publicadas no ano de 2015. O quadro a seguir apresenta as informações relativas ao *corpus*:

Quadro 1: Caracterização das reportagens selecionadas para a coleta dos dados.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE		
Sites Jornalísticos	Título da Reportagem	Autoria e Ano da Publicação
Buzzfeed Brasil	20 histórias reais que mostram que agressões psicológicas sofridas por gays são tão traumáticas quanto as físicas (GIUSTI, 2014) ⁴	Giusti (2014)
UOL	Homossexuais relatam agressões e preconceitos e dizem: “não esqueceremos” ⁵	Perobelli (2016)
Globo Esporte	Basta de homofobia: relatos de gay, lésbica, bi, trans e travesti no esporte ⁶	Oliveira e Jorge (2017)

³ O *corpus* analisado por Santana (2021) continha 181 orações relacionais dos três tipos descritos por Halliday e Matthiessen (2014). Desse conjunto, a ocorrência de orações relacionais intensivas atributivas representou 50,28% (91 orações) dos dados.

⁴ Acesso em: <<https://www.buzzfeed.com/br/irangiusti/situacoes-que-lgbts-passam-e-mostram-que-homofobia-vai-alem>>

⁵ Acesso em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/listas/homossexuais-relatam-agressoes-e-preconceitos-e-dizem-nao-esqueceremos.htm>>

⁶ Acesso em: <<https://globoesporte.globo.com/ce/noticia/basta-de-homofobia-relatos-de-gay-lesbica-bi-trans-e-travesti-no-esporte.ghtml>>

BOL	Depoimento de jovem gay que sofreu ataque homofóbico em Santos viraliza nas redes sociais ⁷	Querino (2018)
Projeto Colabora	10 relatos que mostram a importância de criminalizar a lgbtfobia ⁸	Fernandes (2019)

Fonte: elaboração própria.

As orações relacionais na perspectiva da GSF e sob a noção de construção desenvolvida por Goldberg (1995, 2006)

A LSF (HALLIDAY, 1985; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) estabelece uma arquitetura gramatical modelada na forma de sistemas e redes sistêmicas instanciadores das estruturas sintáticas e semânticas das orações. Por se tratar de uma teoria funcionalista, considera-se que esses sistemas e redes são acionados pelos falantes de uma língua para a construção dos textos em contextos de uso específicos.

Um desses sistemas é o sistema de orações relacionais e suas redes ideacionais, nas quais verifica-se uma tipologia tripartite no que se refere às configurações léxico-gramaticais assumidas pelas orações desse sistema (domínio). Os três tipos de orações relacionais registrados pelas pesquisas sistemicistas são: possessivas, circunstanciais e intensivas. Este último tipo, como já mencionado, representa o objeto analisado neste trabalho. A seguir, apresentam-se exemplos desses tipos de orações:

(3) Ela não está muito interessada na comida – *oração relacional intensiva atributiva*. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 270)

(4) O encontro será sexta-feira – *oração relacional circunstancial atributiva*. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 289)

⁷ Acesso em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/depoimento-de-jovem-gay-que-sofreu-ataque-homofobico-em-santos-viraliza-na-redes-socias>>

⁸ Acesso em: <<https://projetocolabora.com.br/ods5/relatos-para-entender-por-que-brasil-deve-criminalizar-lgbtfobia/>>

(5) Emily tem um piano – *oração relacional possessiva atributiva*. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 289)

Esses três tipos de orações ainda se subdividem nos modos *atributivo* e *identificativo*, o que resulta em um total de seis tipos de construções possíveis: (i) orações intensivas identificativas e atributivas; (ii) orações circunstanciais atributivas e identificativas; e (iii) orações possessivas atributivas e identificativas. Cada modalidade de oração relacional apresenta dois participantes inerentes (obrigatórios): o Portador e o Atributo, para as orações do modo atributivo, e Identificador e o Identificado para as orações do modo identificativo. Cumpre ainda lembrar que os participantes das orações possessivas, no modo atributivo, recebem os nomes de Possuidor e Coisa Possuída.

O que diferencia as duas modalidades de orações relacionais é o fato de que algumas são passíveis de reversão posicional entre seus participantes, sem que isso promova uma mudança de proeminência temática (identificativas). Já outras, quando realizado esse procedimento, demonstram uma mudança de proeminência temática (atributivas). Essa diferenciação gera organizações sintagmáticas distintas nos constituintes, a depender do modo em que a construção se apresente.

No que diz respeito à relação entre a estrutura sintagmática das orações relacionais e sua estrutura representacional, fixa-se, neste trabalho, um posicionamento que busca a interface entre a proposta systemicista, no que concerne a esse sistema de cláusulas, e o conceito de construção (LAKOFF, 1987; GOLDBERG, 1995, 2006). Notam-se alguns pontos de contato entre postulados da teoria systemicista e dois posicionamentos teóricos da Gramática de Construções:

Quadro 2: Interface entre o funcionalismo hallidiano e a perspectiva construcional

Convergências entre posições teóricas da LSF e da Gramática de Construções	
A língua é um inventário de formas que consistem em recursos para a significação (HALLIDAY, 1994)	O sistema da língua consiste em um conjunto estruturado de unidades simbólicas (LANGACKER, 1987)
O significado é construído pela experiência de mundo dos falantes, sendo as formas linguísticas resultado de suas	O significado é originado no uso e na experiência e o sistema gramatical é motivado (GONÇALVES, 2016, p. 09)

escolhas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004)	
---	--

Fonte: elaboração própria.

Voltando-se para a perspectiva construcional, observa-se que Goldberg (1995) define construções como pareamentos entre formas e significados (semântico-pragmáticos) que são convencionalizados pelo uso linguístico. Já em Goldberg (2006), pode-se constatar a concepção de construção como esquema construcional que pode variar em grau de complexidade e tamanho. Por conseguinte, “palavras, expressões idiomáticas, padrões sintáticos preenchidos parcialmente e padrões frasais mais gerais” (GONÇALVES, 2016, p. 22) são considerados como construções.

No bojo dessas considerações, também podem ser enquadradas como construções as *construções de estrutura argumental* – conceito que abarca as estruturas sintagmáticas em que se verifica a relação entre o verbo e seus complementos –, categoria em que se inserem as orações relacionais. Ao tratar desses tipos de construções, Goldberg (1995, 2006) distingue entre *papéis participantes* (selecionados pelo verbo) e *papéis argumentais* (possibilidades previstas pela construção). O ponto crucial dessa diferenciação recai no fato de que, embora alguns constituintes não sejam necessariamente previstos pelo verbo, no âmbito da construção, eles exercem papel fundamental. Recordar-se que esse conceito considera a dimensão pragmática do sentido no pareamento forma-significado, ou seja: o significado é concomitantemente semântico e pragmático.

Ao passo que alguns verbos, como *verbos de ação* e *ação-processo*, apresentam a tendência de perfilar certos papéis participantes (Agente, Paciente e Beneficiário), *Verbos de estado* revelam não possuírem uma tendência inferível na seleção de seus papéis participantes. A investigação empreendida por Santana (2021) demonstrou, por exemplo, que o verbo *ser* (processo relacional por excelência) pode selecionar uma gama bastante variada de papéis participantes:

(6) *as agressões* [COISA QUALIFICADA] *foram* [PROCESSO] *tão intensas* [QUALIDADE]. (BOL, 2018)

(7) *ser* [PROCESSO] *homem* [CLASSE]. (BOL, 2018)

(8) *Essas [AREF] foram [PROCESSO] as últimas palavras [AREF].* (BUZZFEED BRASIL, 2014)

(9) *parece que essa luta [COISA POSSUÍDA] é [PROCESSO] só nossa [POSSUIDOR] mas na verdade é[PROCESSO] de todo mundo[POSSUIDOR].* (GLOBO ESPORTE, 2017)

(10) *Minha luta [OBJETIVO] é [PROCESSO] para existir com todas as minhas identidades de gênero [FINALIDADE].* (GLOBO ESPORTE, 2017)

(11) *Foi [PROCESSO] na adolescência [TEMPO]que.* (BUZZFEED, 2014)

(12) *Foi [PROCESSO] onde [LUGAR] eu conheci a maior repressão sobre o meu eu no mundo.* (GLOBO ESPORTE, 2017)

Na modalidade identificativa (exemplos 3, 4, 5 e 7), em que se estabelece uma relação de simetria referencial entre os participantes da oração relacional ($A = B$), o verbo *ser* é o que apresenta maior frequência, como destacam Halliday e Matthiessen (2014). Nos exemplos referentes a essa modalidade, pode-se observar a ocorrência de quatro pares de papéis participantes, resultando em um total de oito tipos de papéis selecionados pelo verbo *ser*.

Por sua vez, os exemplos relativos à modalidade atributiva (1, 2 e 6), em que há maior tendência na ocorrência de outras formas verbais, e que estabelece uma relação de qualificação, classificação ou localização de entidades (*A é qualificado/classificado como B; A é localizado em B*), também apresentam diferentes possibilidades de papéis participantes. Os exemplos registram três pares, o que resulta em seis diferentes tipos de papéis selecionados.

Por conseguinte, ao considerar-se a totalidade dos exemplos apresentados, constata-se que o verbo *ser* é capaz de selecionar, ao menos com base na amostra de Santana (2021), 14 tipos de papéis participantes. Isso revela um sistema de construção oracional em que a centralidade do verbo parece exercer um papel menor se comparado a estruturas oracionais de outros domínios, como o material, o mental e o verbal (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

A noção de emparelhamento de papéis temáticos (neste trabalho, usa-se emparelhamento de papéis participantes) levantada por Santana (2021), a respeito da estrutura conceitual das orações relacionais, consiste em mais um indicativo da baixa centralidade do verbo codificador do processo relacional. Os papéis que figuram em torno do eixo processual

parecem estar relacionados diretamente, e não como posições que se originam e são requeridas pela semântica do verbo codificador – observe-se que estamos falando da relação entre os papéis participantes, mas não de suas relações sintagmáticas, tampouco da semântica do verbo.

Com essa afirmação, não se objetiva defender a ideia de que as formas verbais codificadoras de processos relacionais sejam destituídas de significado, consistindo em palavras gramaticais, tal como alguns autores da tradição gramatical – veja-se Luft (2003), que afirma serem os verbos de ligação meros conectores gramaticais. Ao contrário, na perspectiva teórica da LSF, toda a estrutura formal da cláusula possui seu correlativo ideacional (semântico-cognitivo). Consequentemente, os verbos de ligação, que é o grupo de verbos considerado mais prototipicamente relacional, não são destituídos de significado, pois a noção de relação, nessas orações, é configurada pelo processo. Sem a presença do processo, obteríamos apenas um conjunto de unidades gramaticais e significativas sem unidade. Basta que se apague o verbo nos exemplos de 1 a 7 para que isso possa ser demonstrado.

Contudo, a relação instanciada pelo processo relacional apresenta uma natureza generalizadora. Além do conteúdo relacional, o outro aspecto que pode ser apontado no que tange à semântica dessas formas é o tipo de desdobramento temporal realizado. Trata-se de um desdobramento temporal estático, que revela, ao nível da experiência do falante, uma tendência sintética (generalizadora), tal como afirmava Peirce (2010) sobre a atividade cognitiva do sujeito.

Na próxima seção, em que se discutem os resultados, poderá ser examinado que a diversidade de tipos de constituintes, nas cláusulas intensivas atributivas, também é bastante ampla. Isso revela uma correlação entre o nível morfossintático e o semântico-pragmático, como afirmam as principais tendências funcionalistas hodiernamente.

Análise de dados

Esta seção apresentará os resultados gerais e a descrição da natureza morfossintática e semântica da amostra selecionada. Buscou-se maior acuidade no tratamento das especificidades relativas ao estatuto léxico-gramatical dos constituintes em consonância com os parâmetros descritivos arrolados por Santana (2021). Finaliza-se apresentando o alcance a que se pode chegar no estudo das orações relacionais através da interface com o conceito de *construção* de Goldberg (1995, 2006).

Santana (2021) demonstrou que duas redes ideacionais eram acionadas quando vítimas de violência homofóbica escolhiam as orações relacionais intensivas atributivas para comunicarem sua experiência, quais sejam: a rede de qualificação e a rede de classificação. A análise das 91 orações identificou a seguinte compartimentalização:

Tabela 1: Redes ideacionais acionadas pelo uso de orações relacionais intensivas atributivas em sequências de relatos de violência homofóbica

Rede ideacional	Número de Ocorrências	Percentual de Ocorrências
Qualificação	52	57,14%
Classificação	39	42,86%
Total	91	100%

Fonte: elaboração própria.

Esse potencial de significado, que é estruturado nessas duas redes, não apresenta uma correlação categórica entre a estrutura representacional da oração e sua estrutura sintagmática. Na verdade, diferentes configurações léxico-gramaticais podem codificar a experiência representada pela oração, como pode se observar na tabela abaixo:

Tabela 2: tipos de arranjos sintagmáticos

Combinatórias Sintagmáticas	Número de Ocorrências	Percentual de Ocorrências
Ø + V + Sadj	20	21,98%
SN + V + Sadj	16	17,58%
Ø + V + SN	16	17,58%
Pron + V + Sadj	12	13,19%
SN + V + SN	11	12,09%
Pron + V + SN	06	6,58%

SN + V + Sprep	02	2,20%
SO + V + Sadj	02	2,20%
Pron + V + Pron	01	1,10%
V + Sadj + Sprep	01	1,10%
Ø + V + SO	01	1,10%
V + SN + Pron	01	1,10%
Sprep + V + SN	01	1,10%
Pron + V + Sprep	01	1,10%
<hr/>		
Total	91	100%

Fonte: elaboração própria.

Nota-se que os três arranjos sintagmáticos mais produtivos ([SN + V + Sadj]; [Ø + V + Sadj]; [Pron + V + Sadj]) foram os que codificaram o participante Atributo (terceira posição) por Sadj. Esses arranjos somam 48 ocorrências (52,75%) do total de 91 ocorrências (100%) de orações intensivas atributivas.

Esses arranjos codificaram significados acionados pela de rede de qualificação, que também acionou os arranjos: [SN + V + Sprep] – duas ocorrências (2,20%); e [SO + V + Sadj] – duas ocorrências (2,20%). Verifica-se um total de seis arranjos sintagmáticos responsáveis pela codificação das orações intensivas atributivas oriundas da rede de qualificação.

Outra observação importante é a de que das 52 ocorrências de orações intensivas atributivas qualificadoras, apenas duas (3,85%) não apresentaram Sadj como codificador do Atributo, sendo que as outras 50 orações (96,15%) o apresentaram.

Além disso, quando observada a estrutura argumental do Processo codificador dessas orações, constata-se uma ordenação fixa dos participantes em 100% das ocorrências. A primeira

posição foi ocupada pelo Portador. A segunda posição coube ao Processo. Ficando a terceira posição ocupada pelo Atributo.

Relativamente às estruturas sintagmáticas acionadas pela rede de classificação, 39 ocorrências (42,86%), observou-se um conjunto de nove arranjos, o que revela maior gama de recursos léxico-gramaticais para a expressão dos significados acionados por essa rede. As combinatórias mais produtivas foram: $[\emptyset + V + SN]$ – 16 ocorrências (17,58%); $[SN + V + SN]$ – 11 ocorrências (12,09%); e, $[PRON + V + SN]$ – seis ocorrências (6,58%). Esses três arranjos foram responsáveis pela codificação de 33 ocorrências (87,18%) das 39 (100%) de orações relacionais atributivas classificadoras.

Os outros seis tipos de combinatória codificaram apenas uma ocorrência cada (1,10%), o que aponta menor produtividade em relação aos três arranjos mais recorrentes. Todavia, cabe perceber que a rede de classificação apresentou mais opções de constituintes codificadores do participante Atributo do que a rede qualificadora, somando um total de cinco tipos de configurações morfossintáticas: SNs, Sads, SO, Sprep e PRON.

Interpretamos esse diagnóstico com base no principal critério distintivo que embasa a definição das duas redes, qual seja: o da referencialidade. Ao passo que a rede de qualificação não expressa significados referenciais, a rede de classificação fica responsável por realizá-lo. Na primeira rede, o significado realizado refere-se a uma característica que pode ser atribuída indistintamente a diversos tipos de entidades, como objetos, animais, ações, instituições etc. Entendemos que isso é possível porque, nesse caso, o Atributo opera um juízo de valor (de natureza não referencial) sobre o conteúdo referencial codificado pelo núcleo do SN. Na segunda rede, uma entidade é classificada como pertencente a uma categoria de coisas, seres etc., passíveis de verificação no mundo extralinguístico.

No discurso, as funções de qualificar e classificar são motivadas por propósitos distintos. Ao qualificar uma entidade, o falante expressa sua avaliação, que pode ser positiva, negativa ou neutra, como no exemplo 13 em que a avaliação é positiva:

(13) *Muitas travestis no Brasil são extremamente boas no esporte.* (GLOBO ESPORTE, 2017)

Já ao classificar uma entidade, o falante intenciona operar uma descrição da entidade como membro de um conjunto de coisas observáveis no real da vida social, como no exemplo 14, em que o Atributo codifica uma categoria de lugares que discriminam os indivíduos:

(14) *o futebol ainda hoje é um lugar repelente para as pessoas diferentes.* (GLOBO ESPORTE, 2017)

Ao analisar-se a posição ocupada pelo Portador, se verificará que das 91 ocorrências 37 (40,66%) foram de apagamento formal do participante. Já a escolha por SNs foi constatada em 29 ocorrências (31,87%). Em terceiro lugar, vieram os pronomes, que somam 21 ocorrências (23,08%). Em menor número, houve duas ocorrências (2,20%) de Sprep como codificador do Portador e duas ocorrências (2,20%) de sintagma oracional como codificador desse participante.

A explicação para a significativa ocorrência de apagamento formal do participante Portador é de natureza textual (coesiva). Quando a vítima relata acontecimentos relacionados à violência sofrida, e esses acontecimentos perfilam na sequência textual uma mesma entidade, há, como efeito do princípio da economia, a necessidade de se evitar a repetição, tendo em vista que o encadeamento textual permite, sem muito esforço cognitivo, a recuperação do referente. Veja-se o exemplo a seguir:

(15) depois, abandonou. “Foi onde eu conheci a maior repressão sobre o meu eu no mundo. [*PARTICIPANTE FORMALMENTE APAGADO*] *Foi tão forte* que ainda hoje eu sinto inacabado”, lembra Victor, de 27 anos. (GLOBO ESPORTE, 2017)

O trecho sublinhado apresenta uma oração atributiva cujo participante Portador encontra-se apagado. Na tessitura textual do relato, a inferência de quem seja esse participante é possível, pois o trecho que imediatamente o antecede, “a maior repressão sobre o meu eu no mundo”, consiste exatamente na referência textual do Portador.

O último eixo da construção a ser analisado concerne ao do predicador. Considerado o verbo prototípico do domínio relacional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), foi o verbo *ser* o que mais ocorreu, como demonstra a seguinte tabela:

Tabela 3: As formas verbais registradas

Formas verbais	Número de Ocorrências	Percentual de Ocorrências
Ser	80	87,91%
Estar	07	7,69%
Ficar	02	2,20%
Virar	01	1,10%
Ter	01	1,10%
Total	96	100%

Fonte: elaboração própria.

O alto índice do verbo *ser*, tanto nas orações atributivas qualificadoras, quanto nas orações atributivas classificadoras, revela uma fluidez comportamental e uma alta produtividade dessa forma verbal. Ao mesmo tempo, demonstra que a relação que o processo estabelece com seus participantes não é hierárquica, como em outros tipos de construções argumentais. Tentar explicar a seleção dos papéis temáticos e a natureza dos constituintes das orações atributivas tendo como centro o verbo *ser* resulta em um esforço pouco frutífero. Muitos são os papéis e os tipos de constituintes presentes na estrutura dessas orações.

Contudo, a finalidade de relacionar entidades, categorias e qualidades persiste em todas as ocorrências desse processo na amostra selecionada. Isso se dá porque o significado mais prototípico desse verbo é o de expressar *relação*. Na conjunção do significado de *relação* e dos papéis temáticos codificados nos participantes é que se chega à especificidade do tipo de relação construída pelo falante. Isso pode ser verificado em todos os tipos de orações relacionais analisados por Santana (2021). O pesquisador revelou cinco tipos de relações operadas pela combinatória de processos mais participantes:

X é localizado em A:

(16) *Souza [Coisa localizada] estava no litoral do estado [Lugar]. (BOL, 2018)*

X é classificado como A:

(17) Além de *jogadora [Classe]*, *Carla [Coisa classificada]* é *maquiadora [Classe]* e *cabeleireira [Classe]* no município. (GLOBO ESPORTE, 2017)

X é caracterizado como A:

(18) O nome Victor é fictício, mas *a história [Coisa qualificada]* é *bem característica [Qualidade]*. (GLOBO ESPORTE, 2017)

X possui A:

(19) *Carla[Possuidor]* não fala mais seu nome civil, mas o apelido da infância permanece: Kakah. Com 23 anos, ela mora no município de Apuairés, no interior do Ceará. Sem condições financeiras para arcar com o processo judicial, *ainda não tem os registros com o nome social: Carla Lima Moura [Coisa possuída]*. (GLOBO ESPORTE, 2017)

X é identificado como A:

(20) *Ela disse pra mim: "eu acho muito legal você ser gay, mas não faz nada na minha frente porque eu vou ter nojo de ver dois homens se beijarem" [Identificador]*. Acho que até hoje, mesmo depois de tanto tempo, *ainda foi o que mais me marcou [Identificado]* porque era uma pessoa que eu tinha muito carinho, ela era super esclarecida e a gente estava junto sempre. (UOL, 2016)

Partindo das motivações semântico-pragmáticas do falante ao se utilizarem de orações relacionais para narrarem experiências vivenciadas (como a da violência homofóbica, que é relatada nas orações componentes do *corpus*), não se pode ignorar que, ao escolher por uma determinada oração relacional, ele não intenciona expressar meramente uma relação, mas um tipo de relação específica, que se estabelece unicamente quando considerado o todo da oração, e não somente uma ou algumas de suas partes, como se pode observar nos dados de 16 a 20.

É com base nas constatações aqui expostas e nas reflexões que delas se originaram que o presente texto pretende iniciar uma proposta de interface com o conceito de construção desenvolvido no campo da Gramática de Construções, especialmente com o conceito desenvolvido por Goldberg (1995, 2006). Desse modo, a abordagem linguística das orações relacionais ganha em nível de especificidade e em potencial heurístico.

Julga-se que muitas questões podem ser elucidadas à luz dessa interface. Uma dessas questões abarca a questão da presença de circunstâncias como participantes da oração. Vistas sob o prisma da centralidade do verbo, o enquadramento das circunstâncias como participantes pode se afigurar algo problemático. Entretanto, se abordadas no nível da construção, alcança-se, parcialmente, a resolução desse conflito.

Considerações finais

A proposição de uma abordagem construcional para as orações relacionais, em que as posições argumentais (codificadas pelo Processo e seus Participantes) estão relacionadas ao todo da construção, não representa negar que relações intraoracionais sejam estabelecidas entre seus constituintes. Isso representaria negar o perceptível, pois ao analisar-se uma oração relacional, pode-se verificar a ocorrência do fenômeno de concordância tanto do verbo com um de seus complementos (o sujeito), quanto dos complementos entre si.

Contudo, um posicionamento atomístico, segundo o qual a centralidade do verbo em relação aos demais constituintes seja um axioma quase irrevogável, pode gerar um efeito negativo ao nível da análise que se pretende factual e que preze pela especificação do fenômeno, no que concerne à descrição das orações relacionais intensivas atributivas. Em que pesem algumas constatações que permitam descrever essas orações sob a perspectiva da centralidade do verbo, não se obtém, contudo, uma descrição que dê conta da heterogeneidade constitutiva desse sistema de orações. Quando muito, chega-se a sínteses de natureza geral, que não obtém uma resolução relativamente consistente acerca da multiplicidade de seus usos.

Um olhar construcional sobre o funcionamento das orações relacionais intensivas atributivas permite compreender que os constituintes, processos e participantes que codificam e são representados por essas orações exercem um papel no eixo da construção. Desse modo, pode-se explicar o emparelhamento categórico que ocorre entre os papéis participantes dessas construções. Fica explicado, também, a razão de uma forma verbal, como o verbo *ser*, selecionar tantos e tão diferentes constituintes e papéis temáticos.

Por fim, essa perspectiva também permite vincular essas construções às motivações pragmáticas que lhes originaram. No caso das orações relacionais intensivas atributivas, a motivação nasce das necessidades do falante em comunicar seus juízos de valores sobre coisas, seres, ideias, etc. do seu entorno social. De sua necessidade de organizar sua experiência em

categorias. De seus processos cognitivos responsáveis por operarem a síntese dos fatos que vivencia, seja externamente, seja internamente.

Referências

ARISTOTELES. *Órganon: Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas*. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: EDI-PRO, 2005.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [1985] 2007.

GOLDBERG, A. *Constructions*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, C. A. *Morfologia Construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; MATHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 4 ed. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2014.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

OLIVEIRA, M. R. Tendências atuais da pesquisa funcionalista. In: SOUZA, E. R. *Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, p. 133-148. 2012.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 38 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1972]2000.

SANTANA, J. L. R. F. “*É difícil andar na rua sem ter medo*”: o papel das cláusulas relacionais em relatos de vítimas de violência homofóbica. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2021.

VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.

TRANSITIVIDADE E RELEVÂNCIA DISCURSIVA EM NOTÍCIAS DE FEMINICÍDIO E CANÇÕES-PROTESTO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER¹

TRANSITIVITY AND DISCURSIVE RELEVANCE IN FEMINICIDE NEWS AND PROTEST SONGS ABOUT VIOLENCE AGAINST WOMEN

Alfredo Evangelista dos Santos Neto²

Jamilly Lorencini Carone³

Gesieny Laurett Neves Damasceno⁴

RESUMO: Este artigo analisa, à luz do Funcionalismo Linguístico, o fenômeno da Transitividade integrado aos gêneros notícia e canção-protesto cuja temática é a violência contra a mulher, com o propósito de compreender o modo como os componentes da Transitividade constroem os significados nessas ambiências linguísticas. A partir de uma concepção escalar e discursiva da Transitividade (Hopper; Thompson, 1980; Thompson; Hopper, 2001; Silveira, 1990; Carone, 2020), objetiva-se correlacionar os resultados obtidos com a aplicação dos parâmetros de Transitividade aos propósitos comunicativos dos gêneros em questão, tendo em vista o que é selecionado como Figura (*foregrounding* – informação mais relevante) e como Fundo (*backgrounding* – informação que serve de moldura para a Figura). O *corpus* desta pesquisa é composto por seis notícias de feminicídio veiculadas em jornais on-line do Espírito Santo e quatro canções-protesto sobre violência contra a mulher. Os resultados revelaram que há, em termos de relevância discursiva, uma diferença significativa entre os gêneros notícia e canção-protesto analisados: enquanto neste observou-se uma predominância dos eventos realizados sob a perspectiva das personagens femininas, naquele constatou-se que a narrativa é construída com foco nos assassinos (especialmente no que tange a seu *modus operandi*).

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo Linguístico, Transitividade, Plano discursivo, Notícias de feminicídio, Canções-protesto sobre violência contra a mulher.

ABSTRACT: This article analyzes, in the light of Functionalism in Linguistics, the phenomenon of Transitivity integrated into the news and protest songs, which have as their theme violence against women, with the purpose of understanding how the components of Transitivity construct meanings in these linguistic environments. From a scalar and discursive

¹ As discussões apresentadas neste texto integram as dissertações intituladas “A transitividade e a relevância discursiva em notícias de feminicídio do Espírito Santo” (SANTOS NETO, 2020) e “Um lamento que ecoa: canções sobre violência contra a mulher — análise da transitividade à luz do funcionalismo” (CARONE, 2020), desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, com o apoio financeiro da CAPES.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFES. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). E-mail: alfredo.evangelista@hotmail.com.

³ Mestra em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFES. E-mail: jamilly.carone@gmail.com.

⁴ Professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFES. E-mail: gesieny@yahoo.com.br.

conception of Transitivity (Hopper; Thompson, 1980; Thompson; Hopper, 2001; Silveira, 1990; Carone, 2020), the objective of this study is to correlate the results obtained with the application of the Transitivity parameters to the communicative purposes of the genres in question, in view of what is selected as Foregrounding (the most relevant information) and Backgrounding (the information that serves as a frame for the Foregrounding). The *corpus* of this research consists of six news about femicide published in online newspapers in Espírito Santo and four protest songs about violence against women. The results revealed that, in terms of discursive relevance, there is a significant difference between the news and protest song genres analyzed: while in the latter there was a predominance of events carried out from the perspective of female characters, in the former it was found that the narrative is built with a focus on the assassins (especially in terms of their *modus operandi*).

KEYWORDS: Linguistic Functionalism, Transitivity, Discursive Plan, News about femicide, Protest songs about violence against women.

Introdução

As pesquisas desenvolvidas a partir dos pressupostos teóricos do Funcionalismo Linguístico, como a que ora se apresenta, concentram-se na multifuncionalidade das estruturas linguísticas e, por consequência, distanciam-se da preocupação em analisar as orações sob uma perspectiva estritamente formal. Partindo do pressuposto de que as escolhas linguísticas não são aleatórias, mas são efetuadas com base nos objetivos comunicativos a que se pretende chegar, este artigo visa a compreender o fenômeno da Transitividade em sua ambiência linguística – mais especificamente, em notícias jornalísticas de feminicídio e em canções-protesto cuja temática é a violência contra a mulher.

A Transitividade, considerada por diversos estudiosos da língua como um fenômeno altamente complexo, está longe de ser um tema consensual. Enquanto os estudos tradicionais classificam os verbos como transitivos ou intransitivos, orientando-se pela noção de completude e incompletude verbal – Rocha Lima ([1957]2005), Cegalla ([1964]2008) e Cunha e Cintra ([1984]2013), por exemplo –, as pesquisas funcionalistas – mais precisamente aquelas da vertente norte-americana, com os postulados de Hopper e Thompson (1980) – exploram a temática a partir de outro viés, passando a analisar não somente os verbos, mas as orações como um todo, além de atrelarem a análise da Transitividade à perspectiva discursiva.

Como bem explica Furtado da Cunha (2011), os funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura mutável, sujeita a pressões advindas das diferentes situações comunicativas. Essa concepção de língua justifica o fato de os estudos funcionalistas acerca da Transitividade terem como foco a maneira como os indivíduos organizam seu discurso durante os atos comunicativos cotidianos. Com isso, a pesquisa aqui apresentada se

justifica pelo olhar gradiente lançado sobre esse fenômeno e pela forma de analisá-lo, a partir da interação dos componentes sintático, semântico e discursivos.

Assim sendo, o presente estudo objetiva compreender o fenômeno da Transitividade em sua ambiência linguística – mais especificamente, em seis notícias jornalísticas veiculadas em jornais on-line do Espírito Santo e em quatro canções-protesto. A temática será considerada a partir dos pressupostos teóricos do Funcionalismo Linguístico, pelos moldes de Hopper e Thompson (1980) e Thompson e Hopper (2001).

Busca-se com este trabalho: (i) analisar o fenômeno da Transitividade integrado aos gêneros notícia e canção-protesto (cujas temáticas são, respectivamente, feminicídio, de forma mais estrita, e a violência contra a mulher, de forma mais geral), com o propósito de compreender o modo como os componentes da Transitividade constroem os significados nesses contextos linguísticos; e (ii) averiguar a correlação entre os resultados obtidos na aplicação dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) – a saber: Participantes, Cinese, Aspecto, Pontualidade, Polaridade, Volicionalidade, Modalidade, Agentividade, Afetamento do O e Individuação do O⁵ – e os propósitos comunicativos dos gêneros em questão, com vistas a destacar o que é selecionado como Figura (informação mais relevante) e Fundo (informação que serve de moldura para a Figura).

Os gêneros notícia jornalística e canção-protesto compuseram o recorte analítico aqui apresentado pelo fato de contextualizarem os relatos sobre a violência contra a mulher a partir de duas diferentes perspectivas: a do repórter, autor da notícia, e a da própria mulher vítima de violência, já que as letras das canções selecionadas possuem narrativas e desabafos sobre a violência doméstica sofrida por personagens femininas. No total, foram analisadas 553 orações, sendo 343 constitutivas das notícias jornalísticas e 210 das canções-protesto.

Quadro teórico: A Transitividade sob uma perspectiva escalar e discursiva

Na linha funcionalista de análise linguística, o termo *Transitividade* é usado em sentido mais amplo, pois se refere a um sistema que descreve a oração como um todo, não apenas o verbo e seus complementos. Nos parágrafos subsequentes, serão apresentados os princípios gerais que norteiam o estudo da Transitividade sob o viés da linguística funcional norte-

⁵ Abreviação utilizada por Hopper e Thompson (1980) para se referirem ao objeto afetado nas orações transitivas prototípicas, ou seja, aquelas que apresentam dois participantes, sendo um o Agente e o outro o Paciente: “We follow Dixon (1979) in using "A" (for Agent) and "O" (for Object) to refer to the two participants in a two-participant clause. We make no claims about the grammatical relations that the NP arguments referring to these participants might bear to the verb. The term "patient" refers to an "O" which is in fact the "receiver" of the action in a cardinal transitive relationship” (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 252).

americana, mais especificamente, os estudos de Hopper e Thompson (1980) e Thompson e Hopper (2001).

O modelo de Transitividade desenvolvido por Hopper e Thompson (1980) – e rediscutido por Thompson e Hopper (2001) – ocupa uma posição de grande destaque dentro do funcionalismo linguístico, pois a concepção desses teóricos abandona a visão dicotômica e discreta, que enxerga a Transitividade como uma propriedade inerente ao verbo, e adota uma perspectiva de análise que considera a cláusula como um todo, no seu real contexto de uso.

Ao eleger a estrutura narrativa como foco de suas análises, Hopper e Thompson (1980) atrelam o estudo da Transitividade a uma perspectiva discursiva, que considera a proeminência gramatical e semântica da Transitividade como derivada de sua função discursiva característica. Dessa forma, a alta Transitividade relaciona-se ao primeiro plano discursivo de uma narrativa (Figura – *foregrounding*), e a baixa Transitividade, ao segundo plano (Fundo – *backgrounding*).

A noção de transitividade formulada por Hopper e Thompson (1980) não se baseia na seleção *versus* não seleção de complemento(s), conforme a maioria dos manuais de gramática propaga, mas se define como uma propriedade que está relacionada à efetividade de transferência de uma ação de um agente para um paciente. A diferença pode ser percebida, ainda, pelo fato de a Transitividade ser, para esses autores, escalar, contínua e não categórica. Para Hopper e Thompson (1980), a Transitividade é concebida como um complexo de dez componentes sintático-semânticos, cada qual sugerindo uma escala de acordo com a qual as cláusulas podem ser ordenadas, conforme é demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1: Componentes de Transitividade, segundo Hopper e Thompson (1980)

Componentes	Alta Transitividade	Baixa Transitividade
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinese	Ação	Não ação
Aspecto do verbo	Perfectivo	Não perfectivo
Pontualidade do verbo	Pontual	Não pontual
Volicionalidade	Volitivo	Não volitivo
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	<i>Realis</i>	<i>Irrealis</i>
Agentividade do sujeito	Agentivo	Não agentivo
Afetamento do O	Afetado	Não afetado
Individuação do O	Individuado	Não individuado

Fonte: Hopper; Thompson (1980, p. 252)

Cada parâmetro que compõe a escala da Transitividade anteriormente reproduzida diz respeito a um aspecto diferente da forma como a ação é transferida de um Participante para outro, como é resumido a seguir:

1. Participantes: refere-se à presença de participantes na cláusula. Não pode haver transferência a menos que dois participantes estejam envolvidos.

2. Cinese: ações podem ser transferidas de um participante a outro; estados, não.

3. Aspecto: uma ação vista do seu ponto final, isto é, uma ação télica, é mais eficazmente transferida para um participante do que uma ação que não tenha término.

4. Pontualidade: ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim têm um efeito mais marcado sobre seus pacientes do que ações que são inerentemente contínuas.

5. Volicionalidade⁶: o efeito sobre o paciente é tipicamente mais aparente quando a ação do agente é apresentada como proposital.

6. Polaridade: refere-se ao fato de as cláusulas serem afirmativas ou negativas.

7. Modalidade: refere-se à distinção entre a codificação *realis* e *irrealis* de eventos. Uma ação que não ocorreu, ou que expressa um evento hipotético, ou ainda que é apresentada como tendo ocorrido em um mundo não real é menos eficaz do que uma ação cuja ocorrência é de fato asseverada.

8. Agentividade: participantes que têm agentividade alta podem efetuar a transferência de uma ação de um modo que participantes com agentividade baixa não podem.

9. Afetamento do O: relaciona-se diretamente ao fato de o objeto ser afetado ou não pela ação.

10. Individuação do O: uma ação pode ser transferida mais efetivamente para um objeto individuado do que para um não individuado. Os critérios expostos em seguida distinguem um objeto individuado de um não individuado:

Quadro 2: Parâmetros de Individuação do objeto

⁶ O termo “Volitividade” tem sido frequentemente utilizado para traduzir o que fora apresentado por Hopper e Thompson (1980) para *Volitivity*, em referência ao quinto parâmetro da transitividade. No entanto, como “volitividade” ainda não é um termo dicionarizado, optou-se por utilizar um termo já recorrente e que expressa o sentido pretendido pelos autores base, qual seja: “qualidade ou ato pelo qual a vontade se determina a alguma coisa” (MICHAELIS, 2015).

Individuado	Não individuado
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Fonte: Hopper; Thompson (1980, p. 253)

A título de exemplo, considere-se a aplicação dos parâmetros nos exemplos (01) e (02), citados pelos autores:

(01) Jerry nocauteou Sam.

(02) Jerry aprecia cerveja.⁷

Para grande parte das gramáticas de língua portuguesa consideradas tradicionais, os verbos que compõem as orações supracitadas (*nocautear* e *apreciar*) são classificados, indistintamente, como transitivos, pois possuem predicação incompleta e, por isso, necessitam de um complemento (objeto) para integralizar seu sentido. Todavia, quando as cláusulas são analisadas a partir da escala sugerida por Hopper e Thompson (1980), é possível observar que há diferença significativa na eficácia e na intensidade com que a ação é transferida de um participante para outro, conforme descrição a seguir.

A partir dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980), o exemplo (01) ocupa o ponto mais alto na escala de Transitividade (grau dez de Transitividade), pois contém todos os dez traços do complexo: dois Participantes (*Jerry* e *Sam*), verbo de ação (*nocautear*), aspecto perfectivo (ação completa), verbo pontual (ação não durativa), sujeito volitivo (*Jerry*), cláusula afirmativa, sujeito agente (*Jerry*), cláusula *realis* (modo indicativo), objeto afetado (*Sam*) e individuado (referencial, humano, próprio, singular). Ocupando uma posição mais abaixo na escala de Transitividade, encontra-se o exemplo (02), que apresenta apenas cinco dos dez traços do complexo (portanto, grau cinco de Transitividade): dois Participantes (*Jerry* e *cerveja*), sujeito volitivo (*Jerry*), cláusula afirmativa, cláusula *realis* (modo indicativo) e sujeito agente (*Jerry*).

Com o intuito de averiguar como a Transitividade se manifesta em outros domínios do uso da língua, Thompson e Hopper (2001) retomam o tema, examinando, dessa vez, a

⁷ Traduções livres de *Jerry knocked Sam down* e *Jerry likes beer* (HOPPER; THOMPSON: 1980, p. 4).

Transitividade na conversação. A análise quantitativa de um *corpus* conversacional permitiu que os autores observassem, dentre outros aspectos, que o tipo mais frequente de cláusulas usadas pelos falantes em interações conversacionais cotidianas é aquele pobre em Transitividade, ou seja, que apresenta, por exemplo, apenas um participante ou dois participantes com baixa Transitividade, segundo os demais parâmetros. Tendo em vista esse estudo, Thompson e Hopper (2001) destacam, ainda, que o leque de formas com as quais os verbos podem ser usados pelos usuários da língua, de acordo com os diferentes sentidos que têm, apresenta fortes implicações para a noção de estrutura argumental.

A análise de um *corpus* conversacional apontou que as cláusulas prototípicas de Transitividade, ou seja, aquelas em que são preenchidos todos os dez parâmetros da escala de Transitividade proposta por Hopper e Thompson (1980), são bastante raras no uso real da língua. Em contrapartida, a representação significativa, por exemplo, das cláusulas intransitivas e das cláusulas cópulas (os chamados verbos de ligação) nas interações cotidianas normais sugere que seja dada mais atenção aos estudos da gramática de cláusulas com apenas um participante.

O modelo de Transitividade elaborado por Hopper e Thompson (1980) tem sido bastante discutido, ao longo dos anos, pelos estudiosos funcionalistas. Silveira (1990) e Carone (2020), por exemplo, revisando o conceito de Transitividade desses autores, propõem a redefinição de alguns parâmetros que compõem o modelo, assim como o redimensionamento da pontuação utilizada na análise.

Além de redefinir o conceito de Transitividade, Silveira (1990) discute o caráter binário da pontuação proposta para a determinação do grau de Transitividade das cláusulas e redimensiona essa pontuação, optando pela marcação eneária, determinando escalas com amplitude de zero a cinco, a partir do desmembramento de cada um dos parâmetros em traços semântico-pragmáticos. A pesquisadora explica que a diversificação dos traços se deu pela observação direta de dados, ou seja, os níveis foram sendo definidos à medida que aqueles, que já haviam sido propostos, não davam conta das cláusulas estudadas. Assim, para o parâmetro Participante, por exemplo, Silveira (1990) desmembrou a escala binária de Hopper e Thompson (1980) em cinco níveis diferentes. Os valores dessa nova escala, que considera o local como um dos participantes, são os seguintes:

(i) Zero – para as cláusulas sem agente, sem paciente e sem local, isto é, sem nenhum limite explícito para a situação expressa pelo verbo.

(ii) Um – para cláusulas com um único participante.

- (iii) Dois – para as cláusulas com um paciente e um local.
- (iv) Três – para cláusulas com agente e local.
- (v) Quatro – para cláusulas com agente e objeto (esquema transitivo canônico).
- (vi) Cinco – para cláusulas com agente, objeto e local.

O desmembramento desses indicadores, realizado por Silveira (1990), foi revisitado por Carone (2020), que estabeleceu novas subcategorizações para alguns dos dez parâmetros, como foi o caso do parâmetro Aspecto, cujos marcadores foram segmentados da seguinte forma:

(i) Zero – para situações em que a noção aspectual não esteja presente na oração, ou seja, a ideia de não aspecto.

(ii) Um – para situações ainda não começadas, apresentadas numa fase anterior ao início de sua realização, em que “há ou houve ‘intenção’ ou ‘certeza’ de a situação se realizar” (TRAVAGLIA, 2016, p. 95).

(iii) Dois – para as situações imperfectivas, incompletas, sem que seja dado o foco ao todo do evento, mas a alguma parte de seu desenvolvimento (início, meio ou fim — em que a situação esteja em seus momentos finais).

(iv) Três – para situações que indiquem um processo, sendo elas de aspecto durativo (que apresenta uma duração contínua limitada), indeterminado (que apresenta uma duração contínua ilimitada, em que não haja limites perceptíveis, e que sejam atemporais), iterativo (que apresenta uma duração descontínua limitada) ou habitual (que apresenta uma duração descontínua ilimitada).

(v) Quatro – para situações pontuais, em que a duração não seja marcada ou que não seja expressiva.

(vi) Cinco – Para situações perfectivas, apresentadas de maneira completa, em que o todo situacional é mostrado de forma com que o início, o meio e o fim do evento sejam observados de maneira única.

Apesar de as perspectivas eneárias apresentadas por Silveira (1990) e Carone (2020) terem sido consideradas na efetiva categorização dos dados desta pesquisa, para efeito da apresentação do grau de Transitividade das cláusulas analisadas, será mantida a escala proposta por Hopper e Thompson (1980), que considera a Transitividade até o grau dez (Transitividade prototípica). Essa tomada de decisão encontra respaldo no fato de as análises aqui empreendidas terem demonstrado que a segmentação dos marcadores, apesar de ter se revelado uma importante ferramenta para o analista, não acarretou mudanças significativas no que tange ao

grau de Transitividade das cláusulas, quando consideradas sob a ótica do plano discursivo (cláusulas-Figura e cláusulas-Fundo).

Pressupostos metodológicos

Nesta investigação, a descrição da Transitividade encontra-se atrelada à noção de plano discursivo (Figura e Fundo), conforme os moldes do Funcionalismo Linguístico de vertente norte-americana. Assim sendo, este trabalho baseia-se numa pesquisa quali-quantitativa, uma vez que tem como objetivo descrever os significados que são acionados em dois contextos discursivos particulares – notícias de feminicídio e canções de protesto sobre violência contra a mulher –, por intermédio da aferição do grau de Transitividade de suas cláusulas constitutivas. Para tanto, foram analisadas seis notícias de feminicídio veiculadas em jornais on-line do Espírito Santo (343 cláusulas) e quatro canções de protesto sobre violência contra a mulher (210 cláusulas), pertencentes ao cenário musical nacional.

A seleção das notícias foi realizada mediante pesquisa feita nos arquivos digitais dos jornais on-line do Espírito Santo. As notícias escolhidas foram as que veicularam relatos acerca dos crimes cometidos contra Danielly Wandermuren Benício, Gabriela Silva de Jesus e Sabrina de Oliveira Mendes. A justificativa para a escolha desses relatos baseou-se no ano em que os crimes aconteceram: 2017 – mesmo ano em que o estado do Espírito Santo ocupou o lamentável primeiro lugar em taxas de feminicídio da Região Sudeste e o também lamentável terceiro lugar no *ranking* nacional.

As notícias analisadas foram extraídas de dois veículos digitais, a saber: Gazeta Online e G1 Espírito Santo. A escolha desses jornais justifica-se pela audiência que eles possuem no Espírito Santo e, tendo em vista o intuito de investigar a Transitividade em notícias do estado, foram eleitos jornais com ampla abrangência estadual.

Quanto às canções, as 210 cláusulas foram extraídas, conforme foi dito, de quatro canções de protesto, com narrativas voltadas à denúncia sobre violência contra a mulher, cujos versos foram coletados de sites da Web destinados à postagem de letras de músicas, sendo elas: “P.U.T.A”, do grupo feminino Mulamba (2016); “Maria da Vila Matilde (Porque se a da Penha é brava, imagine a da Vila Matilde)”, da cantora Elza Soares (2015); “Não foi em vão”, da rapper Livia Cruz (2013); e “100% Feminista”, de Mc Carol e KarolConka (2016).

A noção de gênero discursivo adotada neste trabalho encontra-se em consonância com os postulados de Bakhtin (1997), para quem as atividades humanas, de um modo geral, estão relacionadas com a utilização da língua, ou seja, o caráter e o modo como a língua é utilizada

podem divergir quando relacionados a cada tipo de atividade diferente. Segundo Bakhtin (1997, p. 279), o falante, ao utilizar a língua, se vale de enunciados (escritos ou orais) e, esses, por sua vez, são realizados por meio dos integrantes de uma esfera da atividade humana, sendo então, refletores da finalidade de cada esfera, [...] não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional.

O gênero notícia jornalística, atrelado ao domínio discursivo jornalístico, de forma geral, tende a possuir linguagem clara, precisa e objetiva, uma vez que se trata de uma informação e, por isso, traz marcas típicas do domínio no qual está inserido. A notícia, como resume Jorge (2008, p.23), deve ser definida como um texto que envolve conteúdo factual, ou seja, que contenha conhecimento de fatos, acontecimentos, situações, dados e fenômenos concretos e singulares.

A canção, por sua vez, caracteriza-se por ser um gênero híbrido, já que abrange os campos textual e musical, tem em seu objeto de pesquisa, a música, “um fato social em constante mudança” (MANZONI; ROSA, 2010, p. 2), que exprime a realidade de uma sociedade através de letras e melodias feitas com o intuito de causar algum tipo de sensação ou inquietação em seu ouvinte/leitor. A canção-protesto, de forma mais específica, enquadra-se na categoria das músicas funcionais, visto que possui um repertório criado e executado com finalidades extramusicais, ou seja, que não chama a atenção do ouvinte para si, para seus componentes estritamente musicais, mas tenta intervir na sociedade, denunciando seus problemas, especialmente no que tange à violência, à repressão e à alienação (MANZONI; ROSA, 2010, p.5).

Análise da Transitividade em notícias de feminicídio e canções-protesto sobre violência contra a mulher

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados encontrados a partir da análise da Transitividade nos dois gêneros discursivos selecionados: notícias jornalísticas e canções-protesto, cujas temáticas estão atreladas ao feminicídio, de forma mais específica, e à violência contra a mulher, de forma mais geral (como violências doméstica e sexual). Por intermédio da aferição do grau de Transitividade das cláusulas constitutivas das seis notícias e das quatro canções analisadas, buscou-se averiguar as especificidades de cada gênero, em termos de relevância discursiva. Conforme postularam Hopper e Thompson (1980) e Thompson e Hopper (2001), a proeminência gramatical e semântica da Transitividade é mostrada para

derivar de sua função de discurso característica: a Transitividade alta está correlacionada à Figura (*foregrounding*) – informações importantes para a construção de sentido do que está sendo dito, e a Transitividade baixa ao Fundo (*backgrounding*) – informações adicionais, que apenas permeiam o discurso.

O *corpus* referente às notícias jornalísticas constituiu-se de três casos de feminicídio: os assassinatos de Danielly Wandermurem Benício, Gabriela Silva de Jesus e Sabrina de Oliveira Mendes.

O primeiro caso, analisado em duas notícias (1A e 1B), informa como Danielly Wandermurem Benício, professora de geografia, de 36 anos, moradora de Jardim Camburi – Vitória/ES, foi morta, em seu apartamento, por seu marido. As manchetes a respeito deste caso destacam:

1A – “Polícia divulga imagens dos últimos minutos de vida de professora”, veiculada no jornal Gazeta Online, no dia 19 de março de 2018.

1B – “Polícia conclui que professora do ES foi morta pelo marido por ciúmes”, veiculada no G1 Espírito Santo, no dia 19 de março de 2018.

O segundo caso diz respeito ao assassinato de Gabriela Silva de Jesus, de 24 anos, moradora de Colinas de Laranjeiras, Serra/ES, que sonhava passar em um concurso público, mas foi morta pelo ex-noivo. As manchetes das duas notícias analisadas são:

2A – “Universitário é preso por matar a ex-noiva com ajuda do amigo na Serra”, veiculada no Gazeta Online, no dia 28 de agosto de 2017.

2B – “Jovem é morta estrangulada e ex-noivo é preso em flagrante, no ES”, veiculada no G1 Espírito Santo, no dia 28 de agosto de 2017.

O terceiro caso diz respeito a Sabrina de Oliveira, de 35 anos, que foi morta pelo ex-marido, na frente dos vizinhos, da mãe e do filho. Não há informações a respeito da ocupação da vítima ou sobre suas características. As manchetes desse caso salientam:

3A – “Homem invade faculdade após matar ex-mulher com 30 facadas em Vila Velha”, veiculada no Gazeta Online, no dia 25 de janeiro de 2017.

3B – “Mãe diz que filha morta pelo ex no ES não conseguiu ajuda em delegacia”, veiculada no jornal G1 Espírito Santo, no dia 26 de janeiro de 2017.

As seis notícias analisadas veiculam informações, sob a ótica do veículo jornalístico, acerca dos fatos que circundam o assassino e a vítima, até a concretização do feminicídio. As temáticas mais recorrentes nas notícias analisadas estiveram relacionadas, com maior ou menor relevância discursiva, ao assassino (companheiros ou ex-companheiros das vítimas), à vítima

(mulheres mortas em razão do gênero), ao relacionamento do casal, ao crime, às investigações e às testemunhas.

A análise da Transitividade sob a ótica da relevância discursiva demonstrou que as cláusulas-Figura das notícias de feminicídio analisadas estiveram mais frequentemente atreladas aos assassinos de Danielly, Gabriela e Sabrina: do total de 343 cláusulas analisadas, 181 (52,77%) caracterizaram-se como sendo de alta Transitividade; e dessas 181 cláusulas-Figura, 79 cláusulas (o equivalente a 44% do total) veicularam informações estritamente relacionadas aos fazeres dos assassinos (especialmente acerca de seu *modus operandi*). Os trechos apresentados a seguir exemplificam essas ocorrências:

(03) Mãe e filha foram surpreendidas com Fábio Delvacy Meirelles Ferreira do lado de dentro do portão da casa dela, na noite desta quarta. Ele **matou** a ex-companheira com 30 facadas na frente da mãe dela, Elcira Martins de Oliveira Mendes, de 75 anos. A mulher chegou a ser socorrida, mas não resistiu aos ferimentos. Fábio foi preso (G1 Espírito Santo, 26 de janeiro de 2017) (Grau nove de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Aspecto, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade, Afetamento de O, Individuação de O);

(04) A dupla de amigos abordou a vítima novamente, a colocou de volta no carro e **esganaram** (*sic*) Gabriela (Gazeta Online, 28 de agosto de 2017). (Grau nove de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Aspecto, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade, Afetamento de O, Individuação de O);

(05) A polícia afirmou que o marido **socou** a cabeça da vítima diversas vezes no chão (G1 Espírito Santo, 19 de março de 2018). (Grau nove de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Aspecto, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade, Afetamento de O, Individuação de O).

A partir desses percentuais, é possível inferir que o propósito comunicativo das notícias analisadas é o de retratar o que o assassino fez e, especialmente, como ele fez. Os exemplos supracitados indicam que essas notícias atribuem demasiada relevância ao relato das ações cruéis dos ex-companheiros sobre suas vítimas: nos trechos supracitados, a marcação negativa para o parâmetro Pontualidade denuncia, por exemplo, o agravante de as vítimas terem sido mortas de forma não pontual, o que prolongou seu sofrimento. Como bem postula Mariano (2019), a motivação dos crimes é narrada pelas notícias com foco no agressor, evitando o uso

de elementos pedagógicos que permitam ao leitor visualizar a territorialidade milenar da misoginia, que se traduz em uma realidade ampla e contínua de violência contra as mulheres.

Das seis notícias constitutivas do *corpus* desta pesquisa, apenas a notícia 3B (“Mãe diz que filha morta pelo ex no ES não conseguiu ajuda em delegacia”) teve a vítima de feminicídio (Sabrina de Oliveira Mendes) como sendo a temática mais proeminente do relato.

Foram analisadas, na notícia 3B, um total de 94 orações, sendo que 51 (54,25%) delas caracterizaram-se como sendo de alta Transitividade. As temáticas veiculadas pelas cláusulas-Figura nesse contexto de interação apresentaram os seguintes percentuais: relacionadas à vítima: 34% (17 ocorrências); relacionadas ao assassino: 26% (13 ocorrências); relacionadas à cena do crime: 21% (11 ocorrências); relacionadas às testemunhas: 17% (nove ocorrências); e relacionadas à polícia: 2% (uma ocorrência). São exemplos dessas ocorrências, respectivamente:

(06) "A informação que eu tenho, que está no registro, é que ela [Sabrina de Oliveira Mendes] **registrou** a ameaça por telefone que recebeu do ex-parceiro. Ela não registrou pedido de representação criminal formal. Ao voltar para casa, é que se deparou com ele", falou a gerente de proteção à mulher, Mirian Cortez. (G1 Espírito Santo, 26 de janeiro de 2017) (Grau oito de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Aspecto, Pontualidade, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade);

(07) Conforme o Boletim de Ocorrência, a reclamação registrada foi de que a dona de casa estava recebendo ameaças dele via mensagem de celular. Mas Fábio já **estava rondando** a casa da ex-mulher. (G1 Espírito Santo, 26 de janeiro de 2017) (Grau sete de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade, Individuação de O);

(08) “Após o crime, um policial militar esteve aqui e olhou superficialmente a mochila. Como ele disse que ia jogá-la fora, eu **abri** [a mochila] para ver o que tinha dentro e achei isso. As anotações [sobre Sabrina] foram entregues na delegacia”, ressaltou [uma comerciante, 31 anos, que ajudou a socorrer Sabrina]. (G1 Espírito Santo, 26 de janeiro de 2017) (Grau nove de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Aspecto, Pontualidade, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade, Individuação de O);

(09) A mãe da dona de casa Sabrina de Oliveira Mendes, de 35 anos, morta pelo ex-marido nesta quarta-feira (25), **disse** que ela e a filha pediram ajuda na Delegacia da Mulher na

Prainha, em Vila Velha, para serem escoltadas até em casa, mas receberam a resposta de que não havia viatura. (G1 Espírito Santo, 26 de janeiro de 2017) (Grau sete de Transitividade, com marcação positiva para todos os parâmetros: Participante, Cinese, Aspecto, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade);

(10) “Após o crime, um policial militar esteve aqui e olhou superficialmente a mochila. Como ele **disse** que ia jogá-la fora, eu [uma comerciante, 31 anos, que ajudou a socorrer Sabrina] abri para ver o que tinha dentro e achei isso [anotações sobre Sabrina]. (G1 Espírito Santo, 26 de janeiro de 2017) (Grau sete de Transitividade, com marcação positiva para todos os parâmetros: Participante, Cinese, Aspecto, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade).

Apesar de, nessa notícia, a proeminência discursiva recair sobre as cláusulas cuja temática é a vítima, observou-se que os percentuais de ocorrência relacionados à vítima, ao assassino e ao crime não são tão díspares (respectivamente, 34%, 26% e 21%). Constatou-se, ainda, que as notícias relacionadas ao caso Sabrina de Oliveira descrevem todo o desenrolar do crime, ora pelo viés do assassino, evidenciando todos os seus passos, desde a realização do crime até a tentativa de fuga (notícia 3A: “Homem invade faculdade após matar ex-mulher com 30 facadas em Vila Velha”), ora pela perspectiva da vítima, que se sentia ameaçada e, numa tentativa desesperada de preservação da própria vida, procurou por ajuda na Delegacia da Mulher, mas não obteve sucesso e foi assassinada pelo ex-companheiro, ao retornar para casa (notícia 3B: “Mãe diz que filha morta pelo ex no ES não conseguiu ajuda em delegacia”).

A análise contrastiva acerca da relevância discursiva nos dois gêneros discursivos, por intermédio dos parâmetros de Transitividade, permitiu observar diferenças significativas entre essas duas instâncias comunicativas. Se nas notícias de feminicídio o foco da narrativa recaiu sobre as ações dos agressores, nas quatro canções-protesto sobre violência contra a mulher analisadas aqui, os planos discursivos configuraram-se de outra forma, como será demonstrado nos parágrafos subsequentes.

Para a composição do *corpus* referente às canções-protesto, conforme dito na seção anterior, foram analisadas as canções “P.U.T.A”, do grupo feminino Mulamba; “Maria 89 da Vila Matilde (...)”, de Elza Soares; “Não foi em vão”, da rapper Livia Cruz; e “100% Feminista”, do dueto protagonizado por MC Carol e Karol Conka.

“P.U.T.A” – sigla que, possivelmente, foi utilizada como uma ironia ao fato de a palavra “puta” ser um xingamento, mas, ao ter sido transformada numa sigla, denota a ideia de

composição de uma organização de pessoas – foi composta por Amanda Pacífico e Cacau de Sá, do grupo Mulamba, que é um grupo curitibano e majoritariamente composto por mulheres, e lançada em 2016 nas principais plataformas digitais. A canção tornou-se uma das músicas mais conhecidas do grupo, por tratar, com uma letra exibida em tom de protesto, de um assunto caro à sociedade de um modo geral: a violência contra a mulher.

A canção que alterna entre versos cantados e partes declamadas em forma de rap, mostra, na perspectiva de uma mulher, todo o medo que ela tem ao andar pelas ruas, por causa do perigo iminente de um abuso. Então, apertando o passo, ao citar um “grito agudo” que pôde ser escutado pela cidade (referindo-se a outra mulher sendo estuprada), ela questiona o fato de essa barbárie já ter se tornado tão comum, que aquele caso não seria noticiado também, sendo considerado apenas “mais um” entre tantos outros.

Num desabafo, a personagem dessa canção narra o estupro que ela mesma sofreu, muito provavelmente, por seu próprio pai (informação inferida através do verso “Painho quis de janta eu...”); fala sobre o julgamento social que a mulher, mesmo sendo vítima, sofre; reflete sobre como as coisas poderiam ser diferentes se os papéis de gênero fossem invertidos e se não houvesse uma figura masculina preenchendo quase todas as posições de poder; e promete se vingar desse homem que a estuprou.

“Maria da Vila Matilde (...)”, por sua vez, uma composição de Douglas Germano e interpretada por Elza Soares, canção que foi indicada ao Grammy Latino de Melhor Canção em Língua Portuguesa, possui em seu subtítulo “Porque se a da Penha é brava, imagina a da Vila Matilde” uma menção à Maria da Penha Maia Fernandes, que, através de sua luta contra seu agressor, inspirou a criação da Lei Maria da Penha.

A narrativa mostra a presença de uma personagem feminina que relata, nas entrelinhas de seus versos, a agressão sofrida por seu companheiro, especialmente ao dizer que, “quando o Samango chegar” (sendo que Samango é uma gíria para polícia), ela mostrará o “roxo” em seu braço, indicando os hematomas adquiridos através das agressões.

Livia Cruz, uma rapper da cena *underground* do Hip-Hop brasileiro, lançou em 2013 a canção “Não foi em vão”, que, assim como “P.U.T.A”, também narra a história de uma personagem feminina que, ao contar o abuso sofrido por seu, aparentemente, ex-companheiro, também diz sobre o que fará contra ele, e de como se vingará das agressões e abusos sofridos.

E, por fim, “100% Feminista”, um dueto formado especialmente para a interpretação dessa canção, por MC Carol, cantora conhecida no meio do Funk, e Karol Conka, uma artista também bastante reconhecida na cena do Hip-Hop, sendo ambas artistas negras, exibe uma

narrativa que conta com a presença de uma personagem feminina retratada como uma mulher forte, e que, apesar da violência doméstica presenciada desde pequena dentro de sua família, cresceu com o ideal de combater esse tipo de situação, e de representar as mulheres de periferias do país.

A análise das quatro canções de acordo com os parâmetros de Transitividade permitiu constatar que, nas orações caracterizadas como Figura, encontradas nos versos analisados, houve uma predominância dos eventos realizados sob a perspectiva das personagens femininas, e não através de seus agressores. Essa acaba sendo, portanto, uma das características do gênero canção-protesto, uma vez que ele coloca em evidência o local de fala da mulher que sofre a agressão, em detrimento de outros gêneros textuais, como a notícia jornalística, por exemplo, que dão um enfoque maior ao agressor, colocando em evidência suas ações. Os trechos a seguir exemplificam essas ocorrências:

(11) Socorro tô num mato sem cachorro / Ou eu mato ou eu morro / E ninguém vai me julgar / E foda-se se me rasgar a roupa / Te **arranco** o pau com a boca / E ainda dou pra tu chupar (“P.U.T.A”) (Grau oito de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Pontualidade, Volicionalidade, Polaridade, Agentividade, Afetamento de O, Individuação de O);

(12) Cadê meu celular? / Eu vou ligar prum oito zero / Vou entregar teu nome / E explicar meu endereço / Aqui você não entra mais / Eu digo que não te conheço / E **jogo** água fervendo / Se você se aventurar (“Maria da Vila Matilde”) (Grau sete de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Pontualidade, Volicionalidade, Polaridade, Agentividade, Afetamento de O);

(13) Então senta aqui, vamos conversar / Toma o seu café que eu acabei de passar / Esse eu fiz especialmente pra você / **Pus** um ingrediente que cê fez por merecer (“Não foi em vão”) (Grau nove de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Aspecto, Pontualidade, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade, Afetamento de O);

(14) Eu cresci / Prazer, Carol bandida / **Represento** as mulheres, 100% feminista / Represento Aqualtune, represento Carolina / Represento Dandara e Xica da Silva (“100% Feminista”) (Grau seis de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade).

Em “P.U.T.A”, das 19 orações marcadas como Figura (30,1% do total de orações), 11 foram protagonizadas pela personagem feminina (57,9%); em “Maria da Vila Matilde (...)”, das 16 orações configuradas como Figura (55,2%), 11 tiveram a presença da protagonista (68,7%); já em “Não foi em vão”, das 35 orações caracterizadas como Figura (45,4%), 22 envolviam eventos realizados pela personagem feminina (62,8%); e em “100% Feminista”, assim como ocorreu em “P.U.T.A”, 11 (57,9%) das 19 orações (46,4%) codificaram eventos realizados pela personagem.

Diferentemente, portanto, do que ocorreu nas notícias, em que o primeiro plano da narrativa foi majoritariamente ocupado pelas ações dos agressores, há, nas canções de protesto analisadas, uma proeminência no que tange ao papel da figura feminina e, mais especificamente, em suas ações, tanto nos momentos em que ela relata o desespero a respeito do abuso iminente, como quando ela conta sobre como irá se vingar de seu abusador (conferir os exemplos 11, 12 e 13, supracitados).

Assim como ocorreu nas análises empreendidas por Thompson e Hopper (2001), as canções de protesto apresentaram, em sua totalidade, mais cláusulas-Fundo, ou seja, cláusulas com baixa Transitividade (55,7%). No entanto, acerca desse percentual, duas considerações fazem-se necessárias. São elas:

(i) a canção “P.U.T.A” foi a que apresentou o percentual mais elevado de cláusulas-Fundo, representando um total de 63,5% das 63 cláusulas encontradas. A interpretação desse resultado, dentre outros aspectos, passa pelo fato de essa canção codificar um elevado percentual de verbos de estado ou identificadores de condições caracterizadas pela inércia (55,5%). Nessa canção, os eventos mais estativos são responsáveis pela representação da forma como essa mulher conceptualiza o mundo do qual faz parte:

(15) Ontem desci no ponto ao meio dia / Contramão me parecia / Na cabeça a mesma reza / Deus que não **seja** hoje o meu dia (“P.U.T.A”) (Grau zero de Transitividade, com marcação negativa para todos os parâmetros).

(ii) A canção “Maria de Vila Matilde”, diferentemente das demais canções, codificou mais cláusulas-Figura (55,2%) que cláusulas-Fundo (44,8%). Ainda que a diferença não tenha sido expressiva, a maior ocorrência de cláusulas com alta Transitividade nessa obra musical se deu pelo fato de se tratar de uma canção em que a personagem expressa tudo o que fará contra

o seu agressor, o que denotou um percentual maior de verbos de ação (86,2%), como os exemplificados a seguir:

(16) Cadê meu celular? Eu vou ligar prum oito zero / **Vou entregar** teu nome / E explicar meu endereço (“Maria da Vila Matilde”) (Grau sete de Transitividade, com marcação positiva para os seguintes parâmetros: Participante, Cinese, Volicionalidade, Polaridade, Modalidade, Agentividade, Individuação de O).

Considerações finais

Os resultados apresentados e discutidos aqui permitiram cotejar uma diferença significativa entre as notícias de feminicídio e as canções de protesto sobre violência contra a mulher no que tange à relevância discursiva sob o viés da Transitividade: as análises demonstraram que o foco das cláusulas-Figura (informações mais relevantes) das notícias tendeu a estar no agressor (companheiros e ex-companheiros das mulheres assassinadas) e, em contrapartida, o foco das cláusulas-Figura das canções-protesto tendeu a estar nas próprias mulheres vítimas de agressão (agressão doméstica e agressão sexual).

No contexto das seis notícias jornalísticas analisadas, a prática discursiva se construiu através das ações daqueles que cometem o feminicídio, trazendo para o foco da narrativa *o que ele fez* e, ainda, *como ele fez*. Já nas quatro canções-protesto analisadas, constatou-se que as cláusulas caracterizadas como sendo Figura tiveram papel fundamental para a construção dos efeitos de sentido dentro desse tipo de canção, uma vez que abordaram, principalmente, eventos relacionados às figuras femininas retratadas, as protagonistas das narrativas analisadas.

As discussões apresentadas aqui endossam a premissa de que a conjugação do estudo da Transitividade a uma perspectiva discursiva permite lançar luz sobre as narrativas produzidas pelos diferentes gêneros discursivos e, nos casos que envolvem temáticas mais específicas, como foi o recorte dado às notícias de feminicídio e às canções-protesto sobre violência contra a mulher, permite compreender de que forma esses discursos colaboram (ou não) para o enfrentamento de um grave problema social, a saber: as violências contra as mulheres. Se nas notícias de feminicídio analisadas, veiculadas pelos jornais capixabas *Gazeta Online* e *GI Espírito Santo* (dois veículos com expressiva audiência no Espírito Santo) o foco das narrativas incidiu sobre os fazeres dos assassinos, sem qualquer efetiva contribuição para o real enfrentamento desse que, lamentavelmente, tem sido um tipo de crime altamente rotineiro no

estado, no caso das peças musicais arroladas, foi possível fazer, a partir de suas letras, uma reflexão acerca da finalidade com que foram escritas, com vistas a servir de protesto e voz a tantas mulheres que sofreram e ainda sofrem violência doméstica e sexual nas ruas e, principalmente, dentro de seus próprios lares.

Acerca dos resultados encontrados, ressalta-se, ainda, o circuito mercadológico atrelado ao texto midiático, como é o caso da notícia jornalística: a notícia que chama a atenção, no geral, é aquela que apela para emoções mais intensas, como a revolta e a indignação geradas pela descrição detalhada de um crime hediondo. Em outras palavras, a notícia que vende seria aquela de teor mais sensacionalista, por isso, a ênfase nas ações dos criminosos. Já no caso das canções-protesto, como o nome já diz, o propósito está atrelado ao protesto e à denúncia das barbáries cometidas contra as mulheres. Nesses contextos, o circuito mercadológico também existe, mas, em menor escala.

Referências

AUTOR NÃO IDENTIFICADO. Polícia divulga imagens dos últimos minutos de vida de professora. *Gazeta Online*, 19 de março de 2017. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/policia-divulga-imagens-dos-ultimos-minutos-de-vida-de-professora-0318> Acesso em: fevereiro de 2020.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *Estética da criação verbal*, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CARLA, Daniela; VAREJÃO, Victória. Polícia conclui que professora do ES foi morta pelo marido por ciúmes. *G1 Espírito Santo*, 19 de março de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/professora-foi-espancada-e-morta-pelo-marido-no-es-diz-policia.ghtml> Acesso em: fevereiro de 2020.

CARONE, Jamilly Lorencini. *Um lamento que ecoa: canções sobre violência contra a mulher – análise da transitividade à luz do funcionalismo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFES), 2020.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1964] 2008.

CRUZ, Lívia. *Não foi em vão*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/livia-cruz/nao-foi-em-vaio.html>> Acesso em: 20 out. 2019.

CUNHA, Celso. CINTRA, Lindley. *Gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, [1984] 2013.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 157-174.

HOPPER, Paul; THOMPSON, Sandra. Annear. Transitivity in grammar and discourse. *Language*. V. 56 (2), Baltimore, 1980.

JORGE, Thais de Mendonça. *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAIA, Ruhani. Universitário é preso por matar a ex-noiva com ajuda do amigo na Serra. *Gazeta Online*, 25 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/01/homem-invade-faculdade-apos-matar-ex-mulher-com-30-facadas-em-vila-velha-1014017790.html> Acesso em: fevereiro de 2020.

MANZONI, Ahiranie Sales S.; ROSA, Danielle Botti. *Gênero canção: Múltiplos olhares*. Universidade Federal de Alagoas, 2010. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNepi2010/paper/viewFile/322/230>> Acesso em 13 mai. 2019.

MARIANO, Isabella Silva de Freitas. *Jornalismo, narrativas e discursos: um estudo sobre o feminicídio no jornal a gazeta*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (UFES), 2019.

MC CAROL. KAROL CONKA. *100% Feminista*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/mc-carol/100-feminista.html>> Acesso em 10 jun. 2019.

MULAMBA. *P.U.T.A*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/mulamba/p-u-t-a.html>> Acesso em: 09 mar. 2019.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 44. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1957] 2005.

SANTOS NETO, Alfredo Evangelista dos. *A transitividade e a relevância discursiva em notícias de feminicídio do Espírito Santo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFES), 2020.

SILVEIRA, Elisabeth Santos. *Relevância em narrativas orais*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFRJ), 1990.

SOARES, Elza. *Maria da Vila Matilde (Porque Se A Da Penha É Brava Imagine A Da Vila Matilde)*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/elza-soares/maria-da-vila-matilde-porque-se-a-da-penha-e-brava-imagine-a-da-vila-matilde.html>> Acesso em 10 jun. 2019.

TEDESCO, Leandro. Mãe diz que filha morta pelo ex no ES não conseguiu ajuda em delegacia. *G1 Espírito Santo*, 26 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/01/mae-diz-que-filha-morta-pelo-ex-no-es-nao-conseguiu-ajuda-em-delegacia.html> Acesso em: fevereiro de 2020.

THOMPSON, Sandra; HOPPER, Paul. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul J. (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. 5. ed. Uberlândia: EDUFU, 2016.

VOLICIONALIDADE. In: *MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/volicionalidade/>> Acesso em 20 mar. 2022.

RELAÇÕES RETÓRICAS NAS CLÁUSULAS DE GERÚNDIO EM DECRETOS GOVERNAMENTAIS

RHETORICAL RELATIONS IN GERUND CLAUSES IN GOVERNMENT DECREES

Sávio André de Souza Cavalcante¹
Maria Beatriz Nascimento Decat²

RESUMO: Segundo a Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST) (MANN; THOMPSON, 1987, 1988), as relações retóricas núcleo-satélite não pressupõem uma correspondência biunívoca entre cláusula nuclear e cláusula hipotática, o que reflete, no uso, padrões de combinação oracional em que cláusulas hipotáticas em relação de lista constituem satélite de um único núcleo. Considerando tais assunções, o presente artigo propõe-se a analisar as relações retóricas estabelecidas pelas cláusulas de gerúndio, em Decretos do Governador do Estado do Ceará. Essas estruturas, após coleta, foram codificadas consoante as seguintes variáveis: (i) posição em relação à nuclear, (ii) quantidade de orações e (iii) relação retórica, tendo sido os resultados associados ao princípio de iconicidade (GIVÓN, 2001). Os resultados das 64 cláusulas analisadas revelaram que as cláusulas de gerúndio são pré-verbais (100%), confirmando a iconicidade de sequência, e que a maioria dos Decretos se apresenta com duas dessas cláusulas. No que diz respeito às relações retóricas, identificamos as relações multinucleares de lista e de mesma-unidade e as relações núcleo-satélite de elaboração, circunstância, fundo, preparação e justificativa. Percebemos que as relações emergentes nos textos analisados estão a serviço do princípio de motivação da Administração Pública (BRASIL, 1999), preparando o leitor para compreender e aceitar o teor dos Decretos.

PALAVRAS-CHAVE: Cláusulas de gerúndio. Teoria da Estrutura Retórica. Diário Oficial do Estado do Ceará. Iconicidade.

ABSTRACT: According to the Rhetorical Structure Theory (RST) (MANN; THOMPSON, 1987, 1988), the rhetorical nucleus-satellite relations do not presuppose a one-to-one correspondence between the main clause and the hypotactic clause. In terms of language use, this fact reflects patterns of clause combination in which hypotactic clauses in list relation constitute a satellite of a single nucleus. Considering such assumptions, this article proposes to analyze the rhetorical relations established by gerund clauses collected in the Governmental Decrees of Ceará state. Such structures were coded according to the following variables: (i) position concerning the nuclear, (ii) number of clauses and (iii) rhetorical relation. The results were associated with the principle of iconicity (GIVÓN, 2001). It was noticed that the 64 collected clauses revealed the gerund clauses are pre-verbal (100%), confirming the iconicity of the sequence and the fact that most Decrees have two of these clauses. Concerning rhetorical relations, we identified the multi-nuclear list and same-unit relations as well as the nucleus-satellite relations of elaboration, circumstance, background, preparation, and justification. Through the text analysis, we realized that the emerging relations are under the Public

¹ Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e no Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Estadual do Ceará (ProfLetras/UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço Eletrônico: savio.andrec@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (POSLIN/UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Endereço Eletrônico: bdecat@uol.com.br.

Administration's principle of motivation (BRASIL, 1999) and they provide the reader to understand and accept the Decrees' content.

KEYWORDS: Gerund clauses. Rhetorical Structure Theory. Ceará State Register. Iconicity.

Introdução

Os estudos sobre combinação de orações têm recebido aportes da Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – doravante RST) (MANN; THOMPSON, 1987, 1988). No âmbito dessa teoria, que distingue relações núcleo-satélite e relações multinucleares, as associações com a hipotaxe e a parataxe são inevitáveis, o que fornece subsídios para a análise da articulação de cláusulas³ no uso real.

Entre os diversos gêneros praticados pelas comunidades linguísticas, chamam a atenção os textos jurídicos, que circulam em contextos altamente monitorados e precisam ser regidos por prescrições gramaticais e legislativas. Entre os atos administrativos, podemos destacar o Decreto, “forma escrita de ato administrativo, através do qual o Poder Executivo manifesta sua vontade, o que torna resultante de competência administrativa específica”. (MADEIRA, 2014, p. 560). Tal prática, que demonstra o poder do chefe do Executivo, atua “seja com o fim de regulamentar algum dispositivo legal, seja como ato de império, autônomo no âmbito da capacidade que lhe foi conferida pela lei maior”. (JOBIM; BRITTO, 2013, p. 71). Entre os requisitos do rito administrativo, acha-se a motivação, característica que deve ser rigorosamente atendida, sob pena de sua anulação (JOBIM; BRITTO, 2013).

No Decreto apresentado em (01)⁴, percebe-se que a cláusula “O Governador do Estado do Ceará (...) Decreta (...)” é interrompida por uma série de reduzidas de gerúndio, que, iconicamente, expressam os fatos que contextualizam e fundamentam a decisão do Governador do Ceará, preparando o leitor para compreendê-la:

(01)

DECRETO Nº 34.520, de 25 de janeiro de 2022.

INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL COM A FINALIDADE DE DISCUTIR, PLANEJAR E DEFINIR O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO NO ESTADO DO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o escopo do Projeto “Municipaliza”, criado com o propósito de fomentar o processo de municipalização do trânsito no Estado do Ceará, a partir de iniciativa do Ministério Público do Estado do Ceará, em parceria com Tribunal de Contas do Estado – TCE, órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Conselho Estadual de Trânsito – Cetran, Associação dos Municípios do Estado do Ceará – Aprece; CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Estadual n.º 180, de 18 de julho de 2018, que criou o Programa de Governança

³ Neste artigo, os termos “cláusula” e “oração” são usados intercambiavelmente.

⁴ Foram aqui trazidas somente as partes do Decreto nº 34.520 em que ocorre a estrutura-objeto de estudo deste artigo.

Interfederativa do Estado do Ceará, “Ceará um Só”, baseado no princípio da ação coletiva institucional voltada a apoiar o planejamento, a gestão, a execução e o monitoramento das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas no Estado do Ceará; CONSIDERANDO a necessidade de proceder a uma ampla discussão interinstitucional, por meio da instituição de grupo de trabalho, a fim de que se possa criar meios para viabilizar o processo de municipalização do trânsito no Estado do Ceará; DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, nos termos deste Decreto, Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de discutir, planejar e definir o processo de municipalização do trânsito no Estado do Ceará. (...). (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2022b, p. 1).

Neste trabalho, objetivamos analisar as cláusulas de gerúndio nos Decretos do Governador, observando sua posição, sua quantidade e as relações retóricas que estabelecem com as nucleares, correlacionando os achados ao princípio de iconicidade (GIVÓN, 2001), referido nos parágrafos anteriores, a ser detalhado durante a análise. A relevância deste trabalho reside no fato de se investigar a atuação de princípios cognitivos nas produções linguísticas, apontando relações entre linguagem e outros domínios a ela relacionados. Além disso, debruça-se sobre análises de fatos linguísticos efetivamente atestados no uso, contribuindo para os estudos em descrição do Português.

A fim de apresentar as bases teóricas norteadoras desta investigação, discutimos, na próxima seção, o tratamento dado à combinação oracional, na tradição e no âmbito do Funcionalismo, dando especial relevo às cláusulas de gerúndio. Ainda na mesma seção, apresentamos os fundamentos da RST e suas implicações para a análise aqui delineada. Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos que embasaram a coleta e análise de dados. Na sequência, apresentam-se os resultados e as discussões teórico-analíticas devidas. O artigo encerra-se com as considerações finais e as referências utilizadas.

Cláusulas de gerúndio na tradição gramatical e na linguística moderna

Para além da divisão dicotômica coordenação-subordinação, assumida pela tradição gramatical, a teoria funcionalista, em suas diversas abordagens, distingue diferentes possibilidades de combinação oracional. Segundo Haiman e Thompson (1984), a subordinada estrita apresenta as seguintes características formais, se comparada à sua principal: (i) identidade de sujeito, tempo ou modo, (ii) redução, (iii) incorporação sinalizada gramaticalmente, (iv) elo entonacional entre as duas cláusulas, (v) uma cláusula no escopo da outra, (vi) ausência de iconicidade temporal entre as duas cláusulas e (vii) identidade entre as duas cláusulas na perspectiva do ato de fala. Nem todos esses traços estão presentes, ao mesmo tempo, nas subordinadas adjetivas, adverbiais e substantivas, da gramática tradicional, que precisa, portanto, de revisão.

Em Hopper e Traugott (2003), os mecanismos de combinação oracional distribuem-se em um *cline*, com três pontos salientes: (i) parataxe, em que predomina relativa independência de uma oração em relação a outra; (ii) hipotaxe, marcada por interdependência, situação em que há uma cláusula relativamente dependente de outra, mas sem relação de constituência; e (iii) subordinação estrita, caso em que há completa dependência, já que uma cláusula está encaixada em outra.

Braga (2002), analisando dados de cláusulas de gerúndio no português falado, investiga a hipótese de que a redução e incorporação dessas estruturas envolve motivações econômicas e icônicas. O cancelamento de marcas gramaticais, reflexo de identidade, aponta para economia, característica da coordenação. Já a codificação de informação-fundo iconicamente redundaria em redução e incorporação. Tais processos, portanto, situariam as reduzidas numa posição intermediária, entre coordenação e subordinação.

A multiplicidade de análises ensejada pelas reduzidas de gerúndio indica seus diversos graus de gramaticalidade, descritos por Braga e Coriolano (2007), a saber: “construções nas quais *V+ndo* funciona como um predicado verbal, construções nas quais a forma constituída por *ndo* desempenha um papel conectivo e construções nas quais funciona ao modo de marcadores discursivos”. (BRAGA; CORIOLANO, 2007, p. 179, *itálico das autoras*). No primeiro grupo, acham-se as circunstanciais, as qualificadoras e as sequenciais, ilustradas, respectivamente, com dados das autoras. Nesses casos, as pesquisadoras admitem que as reduzidas de gerúndio podem ser parafraseadas por estruturas coordenadas, adverbiais ou adjetivas:

(...) Ao sair do veículo, um bandido rendeu a mulher dele, Nilda Ferreira, *roubando* o cordão de ouro e a aliança que ela usava. Knoller, que não estava armado, reagiu e levou um tiro no ouvido. (O Globo – “Dois PMs mortos a tiros em São Gonçalo” – 2 maio 2005)

(...) F: ... professora Sandra. Eu tive tanto ódio dela... Então, eu *pegando* assim o Jornal do Brasil, *olhando* o Jornal do Brasil, eu vi o desenho de uma mulher gorda. Então, pelo desenho do jornal, dessa mulher, eu fiz ela. (Amostra Censo 80 – Falante 42)

(...) Não sei se a fé remove, mesmo, montanhas, mas há ampla evidência empírica *mostrando* que a religião e fé ajudam a viver mais e melhor e a morrer em paz. (O Globo – “A ciência prova” – 8 abr. 2005). (BRAGA; CORIOLANO, 2007, p. 177, *itálico das autoras*).

Decat (2001) enquadra as orações reduzidas entre os casos de justaposição hipotática. Para a autora, há proposições relacionais manifestadas a partir da combinação das cláusulas no discurso, que existem independentemente de serem explicitadas por elos formais. Tal posição

revela que as reduzidas estão aptas a veicular, na articulação com suas respectivas nucleares, valores semânticos variados, conforme também atestam Braga e Coriolano (2007).

Para Rocha Lima (1988, p. 233), as orações reduzidas são aquelas que “têm o verbo numa das formas infinitas ou nominais: o infinitivo, o gerúndio, ou o particípio”. Ao tratar das orações de gerúndio, o autor explica que elas podem ser adverbiais (causal, concessiva, condicional, modal ou temporal) ou adjetivas (apenas com o gerúndio progressivo, que denota um fato em desenvolvimento em relação a determinado ser).

Para Bechara (1999), as orações de gerúndio podem ser ou adverbiais (denotando causa, consequência, concessão, condição, tempo ou modo/meio/instrumento) ou adjetivas (indicando atividade passageira ou atividade permanente, qualidade essencial). Para Cunha e Cintra (2008), tais orações podem ser adverbiais (temporais, causais, concessivas ou condicionais) ou adjetivas. Segundo Haug (2015), as gerundivas⁵ podem ser adverbiais (causais, condicionais, concessivas, finais, temporais ou modais), adjetivas ou aditivas. Já Castilho (2014) as nomeia de gerundiais e discute a possibilidade de serem ambíguas, podendo ser interpretadas como adjetivas ou adverbiais. Para Braga (2002), a diversidade de leituras é favorecida pela não explicitação do tempo-modo verbal e pela eventual presença de conectivo. A autora lembra que, mesmo valendo-se de informações contextuais, há relações que admitem leituras diversas, como o caso de tempo-condição.

Azeredo (2008) explica que, nas orações reduzidas, o gerúndio pode absorver valores circunstanciais de tempo, condição ou causa, por exemplo, “recuperados pela intuição do interlocutor, seja com base nos fatores presentes na situação comunicativa (contexto pragmático), seja em função da natureza mesma do evento designado pelo enunciado”. (AZEREDO, 2008, p. 345). O autor também admite que o gerúndio pode expressar relações de modo, meio, adição, conclusão e consequência.

Para Ford (1987), o fato de haver múltiplas relações expressas por uma estrutura denota sobreposição de relações semânticas. Segundo Ford (1987) e Mann e Thompson (1988), o critério da plausibilidade⁶ pode auxiliar o analista (ou o leitor) a interpretar adequadamente a relação estabelecida entre as porções textuais. Ford (1987) ressalta que, além desse critério, podem ser considerados os fatores contextuais, as temáticas do texto e as relações entre os

⁵ Termo utilizado pela autora.

⁶ “Plausibilidade” refere-se à possibilidade de mais de uma análise para um mesmo fato. O analista irá optar por aquela(s) que melhor atenda(m) aos seus objetivos analíticos. Aplica-se não só à combinação de orações em geral, mas a toda e qualquer análise linguística que se baseie em interpretações.

participantes da interação. Além desses fatores, Marchon (2021) defende que se leve em consideração o projeto argumentativo do texto.

A despeito de constituírem estruturas marcadas⁷ (CAVALCANTE, 2017), exigindo maior esforço cognitivo por parte do ouvinte/leitor (BRAGA, 2002), as reduzidas de gerúndio “pavimentam o discurso, criam as condições, a moldura para a apreensão do que vai ser asseverado na oração núcleo”. (BRAGA, 2002, p. 254). Tal análise é plausível, considerando, por um lado, que marcação é dependente de contexto (GIVÓN, 2001) e, por outro, o que reza o princípio de expressividade: “um procedimento discursivo marcado pode reduzir ou anular o esforço de codificação”. (DUBOIS; VOTRE, 2012, p. 69).

Além dessas considerações sobre as orações reduzidas de gerúndio, cumpre apresentarmos o princípio que motivou nossas principais hipóteses quanto à ocorrência dessas cláusulas de gerúndio em Decretos do Governador do Ceará: a iconicidade, tal como descrita em Givón (2001). Considerando o subprincípio de sequência (GIVÓN, 2001), podemos hipotetizar que a maioria das cláusulas de gerúndio em Decretos seriam antepostas às suas nucleares, contextualizando e justificando a decisão antes de sua apresentação. Já em relação ao subprincípio de quantidade, esperamos que as cláusulas de gerúndio em um mesmo Decreto sejam, em sua grande maioria, expressas em quantidade maior que três, já que os atos administrativos precisam ser substancialmente motivados (JOBIM; BRITTO, 2013).

A Teoria da Estrutura Retórica (RST)

O presente trabalho fundamenta-se nos postulados de uma teoria funcionalista desenvolvida na Costa Oeste Norte Americana – a Teoria da Estrutura Retórica, tendo como seus fundadores William Mann e Sandra Thompson (MANN; THOMPSON, 1987, 1988). Pautada na instrumentalidade comunicativa dos textos, a RST busca descrever a maneira como se organiza o texto em termos de suas porções significativas, os *spans*, em relações hierárquicas internas, para a construção de um discurso coeso. Tais porções podem ser maiores ou menores que a oração; são unidades de informação (DECAT, 2001, 2014), também chamadas, por Carlson e Marcu (2001), de EDU (*Elementary Discourse Units*), definidas arbitrariamente, dependendo dos objetivos a que uma determinada análise se propõe. Assim, elas podem ser orações, períodos, parágrafos ou mesmo porções menores que uma oração. São, portanto, as unidades mínimas de um texto e correspondem, de certa forma, ao que Mann e Thompson (1988) chamam de *spans* (porções textuais).

⁷ Em termos de baixa frequência e alta complexidade cognitiva/estrutural.

As investigações prévias à formulação da RST já observavam que as relações entre partes de textos (cláusulas e grupos de parágrafos, por exemplo) não são necessariamente explicitadas por conectivos. Tais relações, chamadas de “proposições relacionais”, são implícitas, constituindo o significado que *emerge* entre duas porções textuais, por exemplo, entre duas orações, sem qualquer marca formal que as identifique. A RST tem, portanto, como foco descrever “funções e estruturas que tornam os textos eficazes e compreensíveis na comunicação humana”.⁸ (MANN; THOMPSON, 1987, p. 2).

Três são os postulados básicos que regem a RST (MANN; THOMPSON, 1988): (i) os textos são compostos de cláusulas e grupos de cláusulas que se relacionam entre si; (ii) as relações propostas são descritas considerando os objetivos do escritor e as suposições do leitor, refletindo “as opções do escritor para organizar e apresentar os conceitos” (MANN; THOMPSON, 1988, p. 2); e (iii) a relação mais comum é do tipo núcleo-satélite, em que uma porção de texto é ancilar à outra. Além das relações núcleo-satélite, a teoria distingue também as relações multinucleares. No primeiro caso, uma porção de texto subsidiária realça a função de outra porção de texto, que possui caráter nuclear. Na segunda situação, não há uma relação assimétrica, mas um padrão organizacional composto por mais de um núcleo.

No âmbito da combinação oracional, as cláusulas de gerúndio, foco desta análise, podem refletir esquemas da relação núcleo-satélite ou da relação multinuclear, neste último caso, se consideradas em conjunção umas com as outras. Como explicam Mann e Thompson (1988), a distinção discursiva entre núcleo e satélite fornece as bases para a distinção entre cláusula hipotática e principal⁹. Os postulados da RST ajudam a entender que nem sempre há uma correspondência biunívoca entre cláusula nuclear e cláusula hipotática, o que reflete, no uso, padrões de combinação oracional em que uma cláusula hipotática escopa mais de uma nuclear, ou várias cláusulas hipotáticas centram-se em uma única nuclear, situação observada no exemplo (01), apresentado no início deste texto.

Dentre as relações consideradas multinucleares, incluem-se as de contraste, de junção, de lista e de sequência. Já as relações núcleo-satélite são numerosas, incluindo justificativa, circunstância, elaboração, antítese, avaliação, evidência etc. Como afirmam Mann e Thompson (1987, 1988), as relações não constituem uma lista fechada, mas podem ser expandidas ou reformuladas, a depender do escopo de análise, a partir de julgamentos de plausibilidade. A

⁸ “(...) functions and structures that make texts effective and comprehensible in human communication”. (MANN; THOMPSON, 1987, p. 2).

⁹ Apesar de preferirmos o termo “nuclear” ao invés de “principal”, preferimos manter este último, para fazer jus às palavras originais dos teóricos.

prova desse fato é que as relações inicialmente previstas por aqueles autores são expandidas por Mann e Taboada (2005-2021), no site do projeto¹⁰. Outras propostas também podem ser encontradas em Carlson e Marcu (2001) e em Pardo (2005).

Cada uma das relações recebe uma definição que inclui restrições sobre o núcleo e/ou sobre o satélite e a intenção do escritor. A relação núcleo-satélite de “justificativa”, por exemplo, implica que a compreensão do satélite pelo leitor aumenta sua prontidão em aceitar o direito do escritor de apresentar o núcleo. Já a relação multinuclear de “lista” sugere a comparação de itens vinculados entre si, e o escritor pretende que o leitor reconheça essa comparabilidade. A título de ilustração, observamos que, entre as cláusulas de gerúndio em (01), emerge a relação multinuclear de lista. Esses satélites em lista fornecem as informações necessárias para que o leitor aceite o direito de o Governador expedir o Decreto, constituindo, por exemplo, com a segunda parte da unidade-núcleo, a relação núcleo-satélite de justificativa.

Metodologia

Esta pesquisa tem viés qualitativo, pois se propõe a analisar as relações retóricas veiculadas pelas cláusulas de gerúndio em Decretos do Governador do Estado do Ceará. Para Richardson (2012), os estudos qualitativos ocupam-se, entre outros objetivos, em “descrever a complexidade de determinado problema, [e] analisar a interação de certas variáveis (...)”. (RICHARDSON, 2012, p. 80). Essa abordagem, segundo Paiva (2019), inclui, por exemplo, a análise de textos, também chamada de pesquisa interpretativa ou naturalística. Tal viés torna-se relevante, porque permite a investigação, com detalhes, dos processos de combinação oracional, principalmente dos relacionados às cláusulas de gerúndio. A pesquisa qualitativa, por meio da análise de um conjunto específico de textos e de dados, possibilita uma reflexão profunda sobre cada um deles. Além da abordagem mencionada, também nos valem do método quantitativo, apenas para a contabilização das cláusulas de gerúndio, cuja interpretação poderá fornecer evidências para a confirmação dos subprincípios icônicos de quantidade e sequência.

Considerando o critério de atualidade, foram analisados, no Diário Oficial do Governo do Estado do Ceará¹¹, os Decretos do Governador Camilo Santana que foram expedidos nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. A escolha por Diários Oficiais se deu em virtude de, em análise prévia, terem sido identificadas quantidades expressivas de cláusulas de gerúndio nos

¹⁰ <https://www.sfu.ca/rst/01intro/definitions.html>

¹¹ <http://pesquisa.doe.seplag.ce.gov.br/doepesquisa/sead.do?page=ultimasEdicoes&cmd=11&action=Ultimas>

Decretos, foco deste trabalho. A especificação ao estado do Ceará se justifica por ser a região de residência de um dos pesquisadores envolvidos nesta pesquisa, o que possibilita maior imersão no conhecimento das decisões dos gestores locais.

Depois de coletadas, as cláusulas de gerúndio foram categorizadas consoante os seguintes fatores: (i) posição em relação à porção nuclear (anteposta, intercalada ou posposta); (ii) quantidade (uma, duas, três etc.) e (iii) relações retóricas que emergem entre elas e a porção nuclear (lista, circunstância, elaboração, fundo, preparação, justificativa etc.), conforme as tipologias de Mann e Thompson (1987, 1988), Mann e Taboada (2005-2021), Carlson e Marcu (2001) e Pardo (2005). Para a organização dos dados, utilizamos o *software* Excel. Já o único gráfico do texto foi elaborado no *software* RStudio¹², e os diagramas das estruturas retóricas foram feitos com o auxílio da ferramenta RSTTool (O'DONNEL, 2000)¹³.

Acreditamos que, por motivações relacionadas à iconicidade (GIVÓN, 2001), haveria uma predominância de cláusulas de gerúndio que (i) são antepostas, atendendo à direção icônica de contextualização do ato administrativo antes de sua apresentação integral; (ii) aparecem em quantidade maior que três, para fundamentar a decisão com base em um número substancial de motivos e (iii) expressam a relação núcleo-satélite de justificativa (MANN; THOMPSON, 1988), a fim de motivar o decreto.

Análise e discussão dos resultados

A coleta revelou 64 cláusulas de gerúndio, distribuídas em todos os Decretos analisados. Como não é possível apresentar todos esses textos, por questões de espaço, neste artigo, propomos a exemplificação das relações a partir da análise de três deles, a saber: o Decreto nº 34.509, de 05 de janeiro de 2022; o Decreto nº 34.520, de 25 de janeiro de 2022; e o Decreto nº 34.534, de 03 de fevereiro de 2022. Em primeiro lugar, apresentamos os resultados relativos à ordenação e à quantidade das orações de gerúndio em todos os Decretos. Em um segundo momento, discutimos, qualitativamente, por um lado, as relações retóricas que emergiram entre essas cláusulas e suas nucleares; e, por outro, suas funções no discurso.

Quanto à ordenação, os dados de cláusulas de gerúndio apresentaram-se categoricamente antepostos ao verbo da nuclear. Em (02), a oração “CONSIDERANDO o Decreto n. 34.499, de 30 de dezembro de 2021 (...)” está anteposta ao verbo “DECRETA”:

¹² <https://www.rstudio.com/products/rstudio/download/>

¹³ <http://www.wagsoft.com/RSTTool/>

(02)

DECRETO Nº34.509, de 05 de janeiro de 2022.

CESSA OS EFEITOS DA DESIGNAÇÃO DE AGENTE PÚBLICO PARA RESPONDER PELO EXPEDIENTE QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso IV e VI, da Constituição Estadual, CONSIDERANDO o Decreto n. 34.499, de 30 de dezembro de 2021, que designou o Secretário Executivo Planejamento e Gestão Interna da Secretaria do Planejamento e Gestão para responder cumulativamente pelo cargo de Secretário de Planejamento e Gestão, enquanto não nomeado o dirigente máximo do referido órgão, DECRETA:

Art. 1º Ficam cessados, a partir do dia 05 de janeiro de 2021, os efeitos da designação promovida no art. 1º, do Decreto n. 34.499, de 30 de dezembro de 2021, o qual indicou o Secretário Executivo Planejamento e Gestão Interna da Secretaria do Planejamento e Gestão, RONALDO LIMA MOREIRA BORGES, para responder cumulativamente pelo expediente do cargo de Secretário de Planejamento e Gestão.

(...). (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2022a, p. 7, negrito do autor).

Em atenção ao princípio da motivação (BRASIL, 1999; JOBIM; BRITTO, 2013), todo ato administrativo precisa apresentar os fundamentos da decisão, ainda mais em se tratando de Decreto. Nesse sentido, a porção textual que apresenta os motivos é antecipada, atendendo à iconicidade. Embora as cláusulas hipotáticas apresentem relativa mobilidade em relação à nuclear, o gênero em questão parece determinar a posição pré-verbal como uso categórico. De certa forma, textos dessa natureza são mais formulaicos e padronizados, o que restringe as possibilidades de variação estrutural.

A motivação exigida pela prática administrativa, no entanto, não é sempre uma causa efetiva, mas pode ser uma ‘razão’ interna, como lembra Decat (2001), ou alguma sinalização abstrata do que está motivando o ato. Em (02), a cláusula de gerúndio “CONSIDERANDO o Decreto n. 34.499, de 30 de dezembro de 2021 (...)” não parece apresentar uma causa no sentido estrito, nem uma ‘razão’ interna, mas um fato que motiva o Decreto. A cláusula em questão parece funcionar como introdutora do tópico “teor do Decreto n. 34.499”. Talvez uma paráfrase desse texto pudesse ser: “em relação ao Decreto 34.499, o Governador decide que fica cessado um de seus efeitos”. A motivação, nesse caso, diz respeito a questões problemáticas no próprio conteúdo do Decreto citado, que precisam ser revistas.

O que, por um lado, pode ser considerado anteposição¹⁴, em virtude da precedência da cláusula de gerúndio em relação ao verbo “Decreta”, pode, por outro viés, ser analisado como intercalação. Considerando a proposta de Cavalcante (2020), as cláusulas de gerúndio em análise são um exemplo de intercalação entre sujeito e verbo.

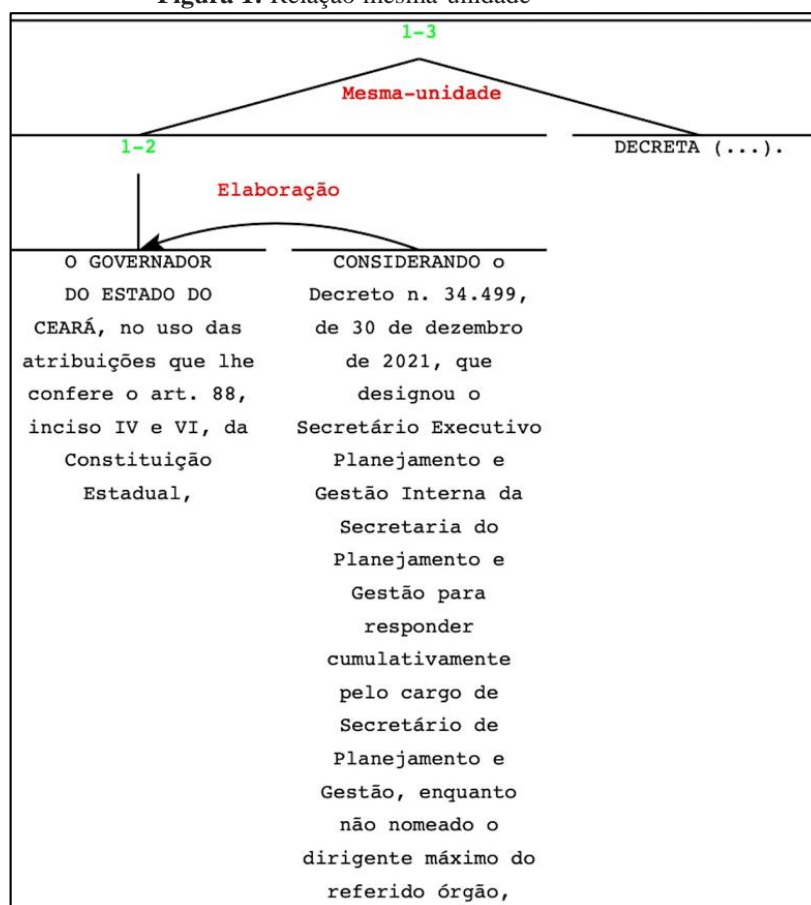
Em (02), a cláusula “CONSIDERANDO o Decreto n. 34.499, de 30 de dezembro de 2021 (...)” posiciona-se entre o sujeito “o Governador do Estado Ceará”, com material

¹⁴ Trabalhos como o de Decat (2001), por exemplo, consideram apenas anteposição e posposição. No primeiro caso, a cláusula é considerada anteposta mesmo que não inicie uma cadeia.

interveniente (“no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso IV e VI, da Constituição Estadual”), e o verbo “Decreta”. Nesse sentido, como mostra Neves (2018, p. 859), a intercalação pode representar posposição e anteposição a determinados termos da principal. No caso em questão, pode-se afirmar também que a reduzida está posposta ao sujeito, o que, iconicamente, é uma estratégia para retomá-lo e (re)elaborá-lo.

Para Cavalcante (2020), a intercalação entre sujeito e verbo atua na orientação referencial, elaborando o referente “Governador do Estado do Ceará”, especificando uma de suas atribuições, motivando, iconicamente, a proximidade espacial entre os termos em questão. Não é sem razão que as pesquisas apontam tendência à correferencialidade do sujeito da cláusula de gerúndio (CASTILHO, 2014), pressuposto na nuclear. Nesse sentido, pode-se dizer que o sujeito estabelece, com o verbo da nuclear, uma relação do tipo mesma-unidade¹⁵:

Figura 1: Relação mesma-unidade¹⁶



Fonte: elaborada pelos autores.

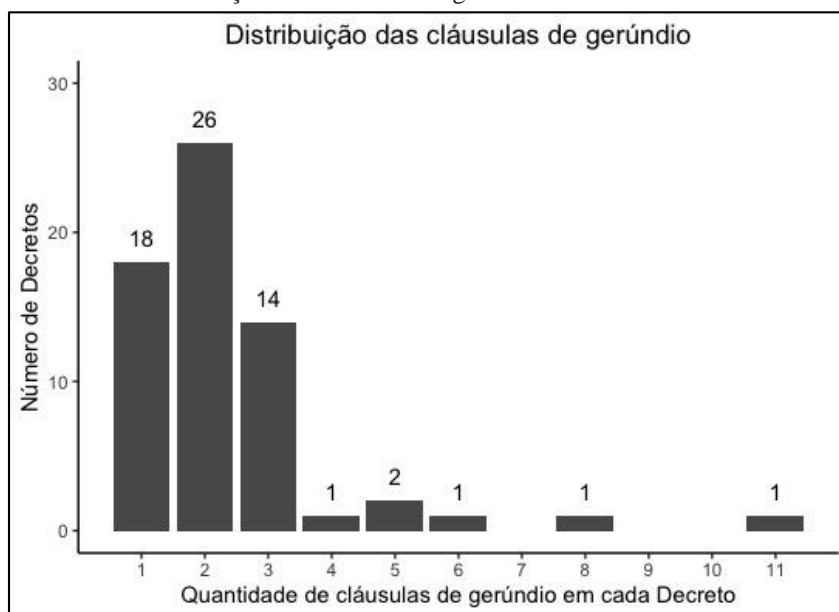
¹⁵ *Same-unit* (CARLSON; MARCU, 2001).

¹⁶ Embora a relação “mesma-unidade” se assemelhe a uma relação multinuclear, as duas porções divididas não são núcleos semânticos, mas apenas núcleos (ou blocos) estruturais. No entender de Pardo (2005), é uma relação estrutural, não semântica nem intencional/argumentativa.

A relação de mesma-unidade, no entender de Carlson e Marcu (2001), é uma pseudo-relação multinuclear, porque, não sendo uma relação semântica, serve para indicar partes descontínuas de uma mesma EDU. A análise empreendida nesta pesquisa, portanto, considera não apenas o nível *interoracional*, mas o *intraoracional*.

No que diz respeito à quantidade de cláusulas de gerúndio em cada Decreto, tomamos como hipótese, também baseados em motivações icônicas, que, uma vez que a motivação do ato administrativo precisa ser explicitada e que esta motivação é codificada por meio das cláusulas de gerúndio, essas estruturas deveriam aparecer em uma quantidade expressiva, maior que três. Em termos icônicos, quanto maior o conteúdo da mensagem, mais substantivamente ela será codificada. Apresentamos, no gráfico a seguir, os resultados da análise quantitativa de todos os Decretos considerados no recorte metodológico da pesquisa:

Gráfico 1: Distribuição das cláusulas de gerúndio nos Decretos

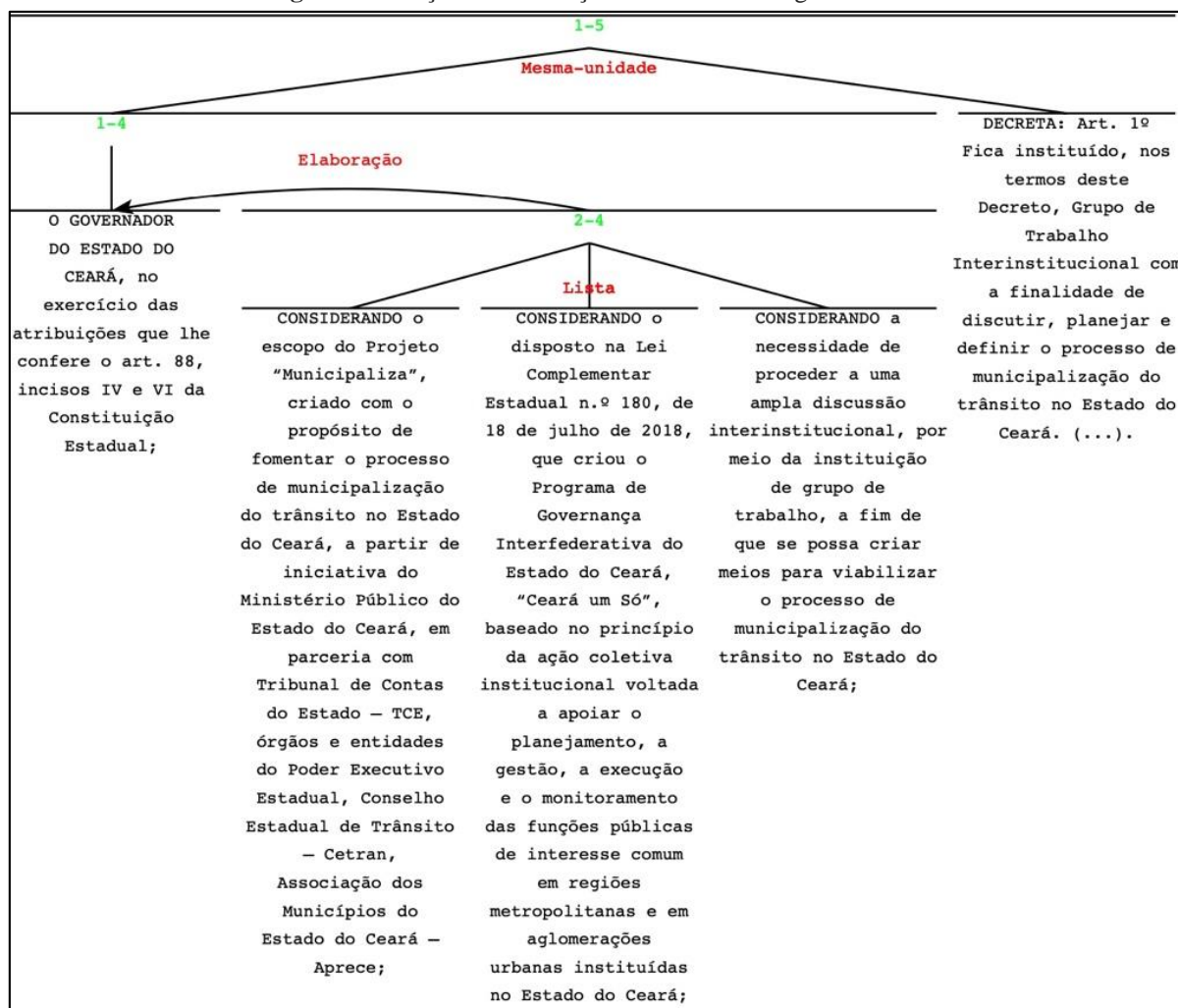


Fonte: elaborado pelos autores.

Como se pode perceber, os Decretos com duas cláusulas de gerúndio são predominantes, seguidos daqueles com apenas uma e daqueles com três. Há poucos Decretos com quatro ou mais dessas cláusulas, a ponto de não haver Decretos com sete, nove nem dez. Ou seja, embora os Decretos precisem apresentar a motivação, a codificação dessa relação não pode ser usada de maneira exacerbada, sob pena de prejudicar a clareza dos textos legais. Essas estruturas, que refletem uma espécie de coordenação reduzidas com mesmo valor e função (HAUY, 2015), estabelecem entre si uma relação multinuclear de lista, ilustrada adiante, na figura 2. Segundo Mann e Taboada (2005-2021), a relação de lista pressupõe uma comparação de itens ligados entre si.

Tendo em vista o que se discutiu até este ponto, e tendo em mente o princípio de plausibilidade (MANN; THOMPSON, 1988), é lícito considerar as cláusulas em questão como hipotáticas relativas apositivas ou como hipotáticas adverbiais, corroborando a proposta de Castilho (2014) sobre a possibilidade de leitura adjetiva ou adverbial das gerundiais. Ou seja, além da relação multinuclear de lista que emerge entre elas, o conjunto dessas orações estará numa relação núcleo-satélite de elaboração (sendo relativas apositivas¹⁷) ou de circunstância com a porção nuclear, por exemplo (sendo adverbiais). Para essas situações, as representações que propomos são as seguintes:

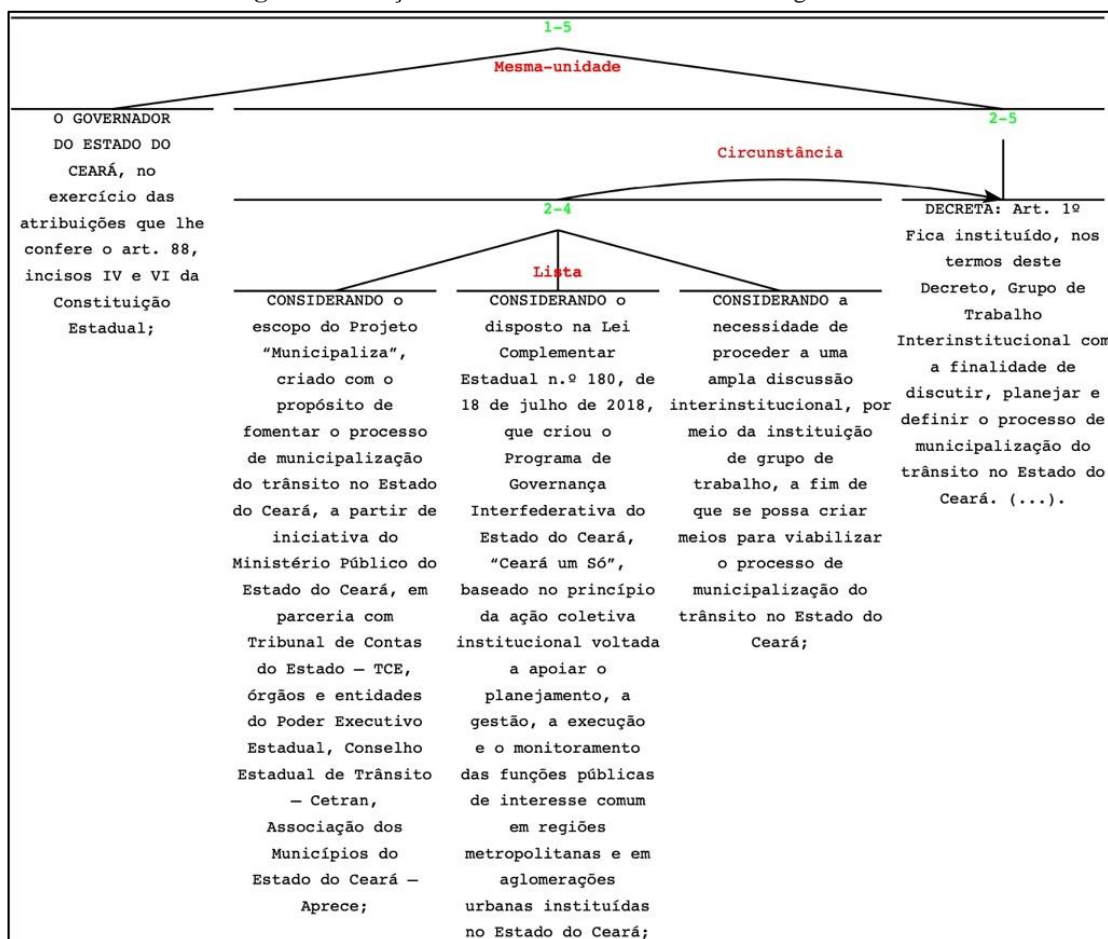
Figura 2: Relação de elaboração nas cláusulas de gerúndio



Fonte: elaborada pelos autores.

¹⁷ Como na paráfrase “O Governador do Estado do Ceará (...), que considera o escopo do Projeto (...), Decreta (...)”.

Figura 3: Relação de circunstância nas cláusulas de gerúndio



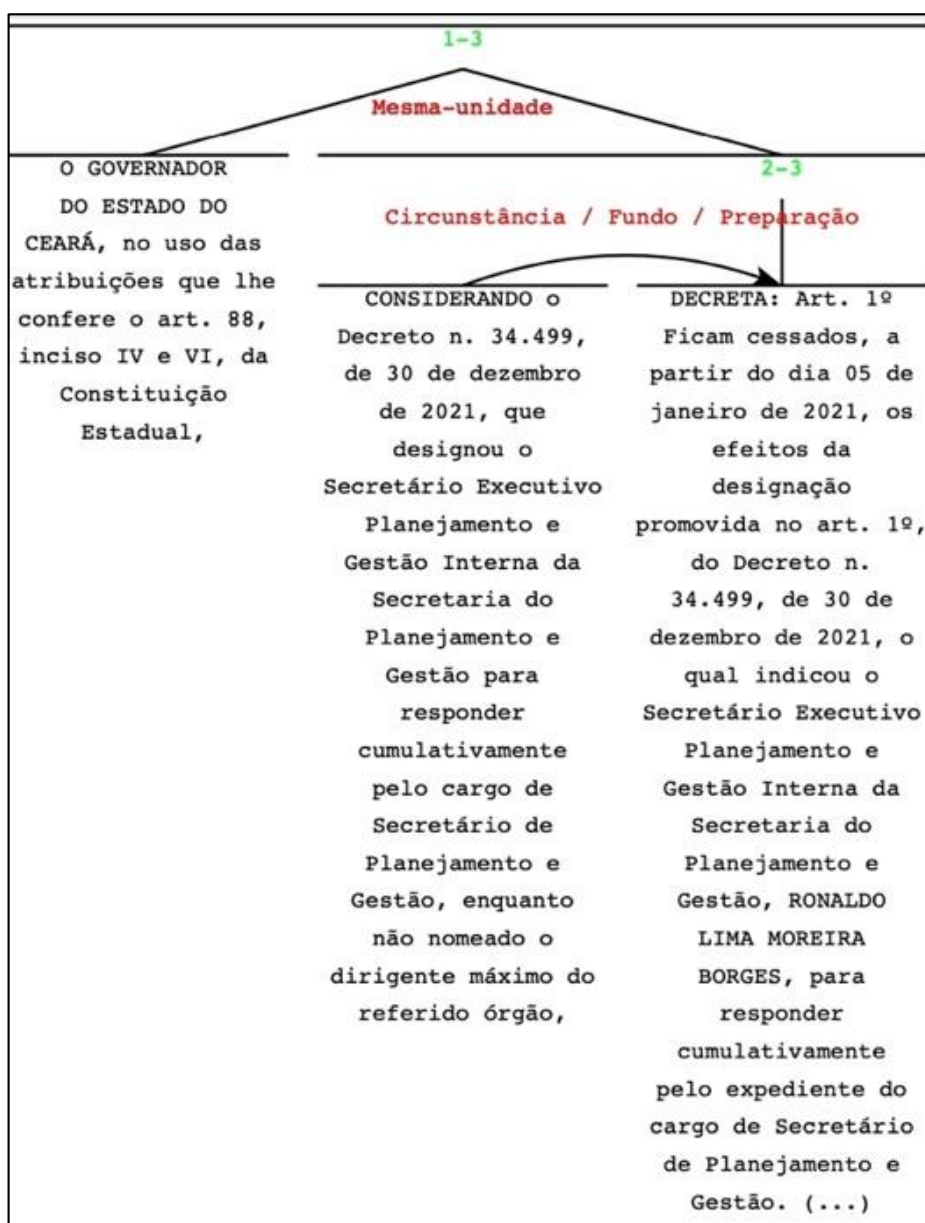
Fonte: elaborada pelos autores.

Na relação de elaboração, o satélite apresenta detalhes adicionais acerca de um elemento do núcleo (MANN; TABOADA, 2005-2021; PARDO, 2005). No texto representado na figura 2, percebe-se que o referente “O Governador do Estado do Ceará” é apresentado como aquele que leva em consideração condições prévias para emitir seu Decreto. Na relação de circunstância, representada na figura 3, o escopo deixa de ser a elaboração do sujeito da ação, mas a ação propriamente dita. As cláusulas de gerúndio são apresentadas, em seu conjunto, como um satélite que contextualiza o assunto do núcleo (MANN; TABOADA, 2005-2021) ou como aquele que apresenta uma situação na qual o núcleo pode ser interpretado (PARDO, 2005).

Na visão de Pardo (2005), além das relações mais informativas (semânticas), há relações mais argumentativas (intencionais). A relação semântica de circunstância assemelha-se à relação intencional de fundo, associação que fica explícita quando Carlson e Marcu (2001) incluem as relações de fundo e circunstância em uma classe maior, também chamada de fundo.

Enquanto a circunstância provê o contexto no qual se insere o núcleo, a relação de fundo mostra que esse contexto pode guiar/orientar o leitor, tornando-o mais capaz (MANN; TABOADA, 2005-2021) ou mais habilidoso (PARDO, 2005) a compreender a informação-núcleo. Ainda uma outra leitura pode apontar emergência de uma relação retórica de preparação: a circunstância é apresentada para guiar/orientar o leitor, que estará mais preparado/capacitado a ler (e compreender) a informação nuclear. Sobre essa questão, vejamos a representação do dado (02), apresentado no início desta seção:

Figura 4: Relação de circunstância/fundo/preparação nas cláusulas de gerúndio



Fonte: elaborada pelos autores.

No texto (02), percebe-se que o leitor só pode compreender que o Decreto 34.499 teve seus efeitos cessados depois de apresentado. Do ponto de vista da iconicidade, a informação “fundo” é antecipada para exatamente fornecer as bases contextuais da compreensão do núcleo: essa antecipação do teor do Decreto 34.499 tem a função de orientar o leitor, que estará mais preparado para compreender que haverá uma alteração em seus efeitos.

O caráter não estanque das relações corrobora o postulado da sobreposição de relações (FORD, 1987). Por isso, o critério da plausibilidade (FORD, 1987; MANN; THOMPSON, 1988) deve ser sempre levado em consideração, já que o analista pode perceber mais de uma relação emergente ao mesmo dado. Reconhecemos que, no caso específico dos Decretos, o uso das cláusulas “considerando (...)”, veiculando principalmente as relações retóricas de circunstância, fundo e preparação, funciona para atender a um requisito do texto legal: o princípio da motivação. Sobre isso, vejamos o artigo 2o e o artigo 50, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999:

Art. 2o A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, *motivação*, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

(...)

Art. 50. Os atos administrativos *deverão ser motivados*, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo. (BRASIL, 1999, *on-line*, grifos nossos).

Como se pode verificar nos artigos citados, o ato administrativo precisa apresentar a motivação, indicando fatos e fundamentos jurídicos, nas situações especificadas nos incisos I-VIII. Ora, o princípio da motivação enseja também a relação retórica de justificativa, definida por Mann e Taboada (2005-2021) como a situação em que, quando o leitor compreende o satélite, ele tende a aceitar que o autor apresente (ou tenha direito de apresentar) (PARDO, 2005) o núcleo. De fato, embora o Governador tenha as atribuições legais para emitir Decretos, ele precisa justificar que seu ato tem bases legais. Essa atitude evita, inclusive, que suas decisões sejam questionadas em instâncias superiores. De forma a ilustrar esse aspecto, vejamos o Decreto a seguir e a representação de suas relações retóricas:

(03)

DECRETO Nº34.534, de 03 de fevereiro de 2022.

REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 17.432 DE 25 DE MARÇO DE 2021 QUE RESERVA VAGAS PARA CANDIDATOS NEGROS E A RESERVA VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CONCURSOS PÚBLICOS DESTINADOS AO PROVIMENTO DE CARGOS OU EMPREGOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

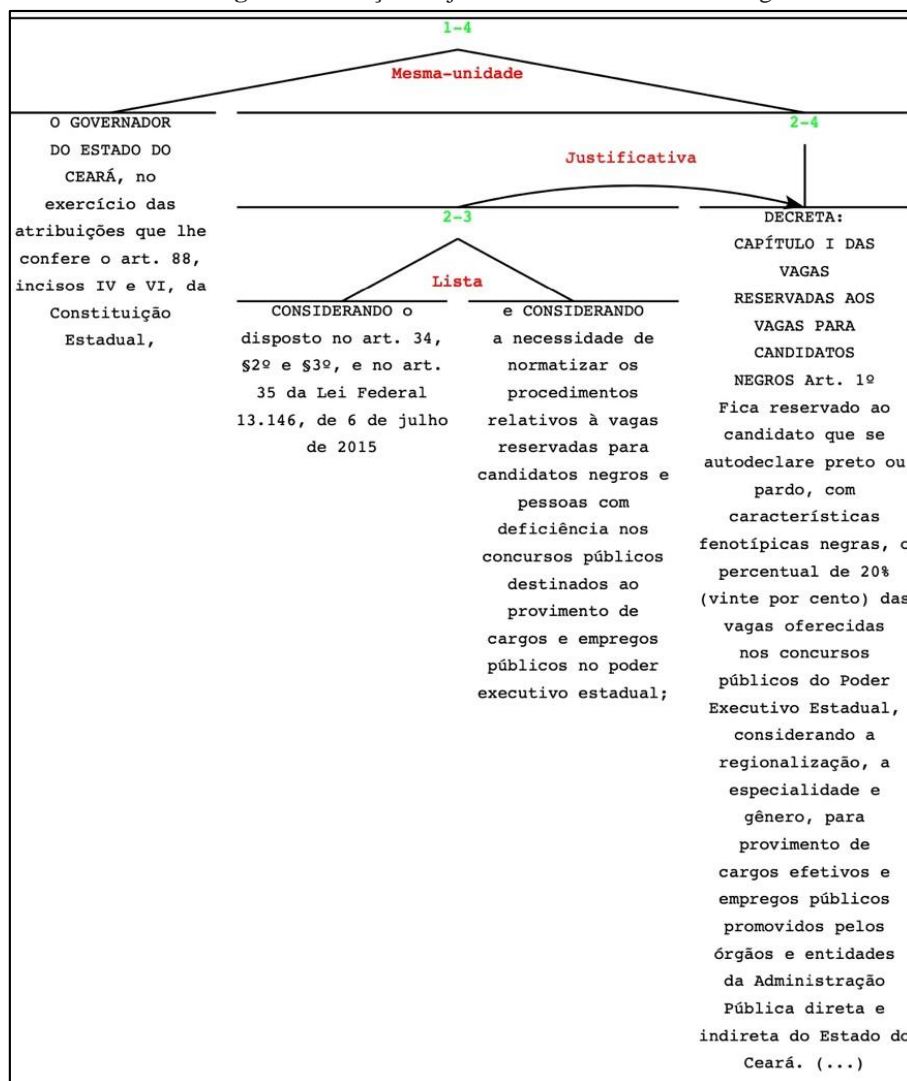
O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, CONSIDERANDO o disposto no art. 34, §2º e §3º, e no art. 35 da Lei Federal 13.146, de 6 de julho de 2015 e CONSIDERANDO a necessidade de normatizar os procedimentos relativos à vagas reservadas para candidatos negros e pessoas com deficiência nos concursos públicos destinados ao provimento de cargos e empregos públicos no poder executivo estadual; DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS VAGAS RESERVADAS AOS VAGAS PARA CANDIDATOS NEGROS

Art. 1º Fica reservado ao candidato que se autodeclare preto ou pardo, com características fenotípicas negras, o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos do Poder Executivo Estadual, considerando a regionalização, a especialidade e gênero, para provimento de cargos efetivos e empregos públicos promovidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado do Ceará. (...). (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2022c, p. 2-3, negrito do autor).

Figura 5: Relação de justificativa nas cláusulas de gerúndio



Fonte: elaborada pelos autores.

No Decreto apresentado no dado (03) e em seu diagrama, explicitado na figura 5, pode-se perceber a motivação jurídica para reservar um percentual de vagas em concursos estaduais para candidatos negros e pessoas com deficiência¹⁸. Como o Decreto afeta direitos e interesses, a prescrição legal é que a motivação seja claramente evidenciada. Por isso, no satélite de justificativa, são destacadas a Lei Federal 13.146/2015 e a importância de se normatizar os procedimentos relativos ao assunto. Essas informações fazem com que o leitor aceite o direito de o Governador decretar a reserva de vagas nos concursos públicos do Estado do Ceará.

Considerações finais

Este trabalho, subsidiado pelos aportes da Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory – RST*) (MANN; THOMPSON, 1987, 1988) e pelo princípio de iconicidade (GIVÓN, 2001), objetivou analisar as relações retóricas que emergem da relação entre cláusula de gerúndio e porção nuclear em Decretos do Governador do Ceará.

O levantamento de 64 cláusulas de gerúndio, referentes aos Decretos publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, mostrou que essas orações se apresentam preferencialmente em posição pré-verbal, intercaladas entre o sujeito e o verbo da cláusula-núcleo com a qual mantêm relação e em quantidade menor que três, emergindo, entre elas, relação multinuclear de lista. Percebemos que o posicionamento da cláusula de gerúndio é motivado cognitivamente em termos de iconicidade (GIVÓN, 2001), já que a contextualização do Decreto tende a vir antes de seu desenvolvimento. Já em relação à quantidade de cláusulas, aplica-se o princípio de expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012), pois o uso excessivo de listas de orações pode prejudicar a clareza do texto legal.

No que tange às relações retóricas, além da aludida relação de lista, que serve para enumerar os fatos de contextualização do Decreto, notamos, por um lado, que a relação núcleo-satélite de elaboração, incidindo diretamente sobre o sujeito da nuclear, caracteriza-o em termos de suas atribuições; por outro lado, as relações de circunstância, fundo, preparação e justificativa preparam e orientam discursivamente o leitor para a compreensão e o aceite do teor dos Decretos.

Por fim, podemos afirmar que o modelo teórico da RST permite perceber que, para além dos fatos linguísticos, as relações previstas na teoria podem explicar a forma de organização

¹⁸ A reserva de vagas para pessoas com deficiência é explicitada no capítulo II do mesmo Decreto, mas não apresentada aqui por limitações de espaço.

dos textos, em especial aqueles do domínio jurídico e seus princípios, entre os quais podemos ressaltar a motivação do ato administrativo.

Referências

AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BRAGA, M. L. Processos de redução: o caso das orações de gerúndio. In: KOCH, I. V. (Org.). *Gramática do português falado – volume VI: Desenvolvimentos*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 239-258.

BRAGA, M. L.; CORIOLANO, J. Construções de gerúndio no português do Brasil. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 175-187, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1431/1132>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm. Acesso em: 25 mar. 2022.

CARLSON, L.; MARCU, D. *Discourse tagging reference manual*. Technical Report ISI-TR-545. 2001. Disponível em: <http://faculty.washington.edu/fxia/Isa2011/readings/RST-tagging-ref-manual.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1. ed. 3a. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CAVALCANTE, S. A. S. Análise das Orações Temporais reduzidas em Espanhol pelo viés do princípio de marcação. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, v. 27, n. 55, p. 83-107, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43820>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CAVALCANTE, S. A. S. *Efeitos prototípicos da intercalação de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais no Espanhol mexicano oral*. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51477/1/2020_tese_sascavalcante.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

CUNHA, Ce.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N. et al. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. 1. ed. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001, v. 5. p. 103-166.

DECAT, M. B. N. A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação. *Veredas on line*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 123-135, 2014.

DUBOIS, S.; VOTRE, S. J. Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico. In: VOTRE, S. J. (Org.). *A construção da gramática*. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 49-71.

FORD, C. Overlapping relations in text structure. In: Annual Meeting Of The Pacific Linguistics Conference, 2., 1986, Oregon. *Proceedings...* DELANCEY, S.; TOMLIN, R. S. (Eds.). Oregon: University of Oregon, Dept. of Linguistics, 1987.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIVÓN, T. *Syntax: An Introduction – Volume I*. Amsterdam: J. Benjamins, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Decreto nº 34.509, de 05 de janeiro de 2022. Cessa os efeitos da designação de agente público para responder pelo expediente que indica, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Ceará, 05 jan. 2022a, série 3, ano XIV nº 003, caderno único. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20220105/do20220105p01.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Decreto nº 34.520, de 25 de janeiro de 2022. Institui o grupo de trabalho interinstitucional com a finalidade de discutir, planejar e definir o processo de municipalização do trânsito no Estado do Ceará. Diário Oficial do Estado do Ceará, Ceará, 25 jan. 2022b, série 3, ano XIV nº 018, caderno 1/2. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20220125/do20220125p01.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Decreto nº 34.534, de 03 de fevereiro de 2022. Regulamenta a Lei Estadual nº 17.432 de 25 de março de 2021 que reserva vagas para candidatos negros e a reserva vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos destinados ao provimento de cargos ou empregos públicos no âmbito dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Ceará, 04 fev. 2022c, série 3, ano XIV nº 027. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20220204/do20220204p01.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. “Subordination” in universal grammar. In: *Annual Meeting Of The Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984, p. 510-523.

HAUY, A. B. *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JOBIM, G.; BRITTO, G. *Legislação para a gestão*. Curitiba: InterSaberes, 2013.

MADEIRA, J. M. P. *Administração pública*: tomo I. 12. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

MANN, W. C.; TABOADA, M. *RST Web Site*. 2005-2021. Disponível em: <https://www.sfu.ca/rst/01intro/definitions.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MANN, W.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: A Framework for the Analysis of Texts. *ISI/RS-87-1909*, 1987. Disponível em: https://www.sfu.ca/rst/05bibliographies/bibs/ISI_RS_87_185.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

MANN, W.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization. *Text*, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988. Disponível em: https://www.sfu.ca/rst/05bibliographies/bibs/Mann_Thompson_1988.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

MARCHON, A. H. Cláusulas finais e cláusulas consecutivas: um estudo dos aspectos discursivos na construção da argumentação. *Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, n. 60, p. 400-429, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/445>. Acesso em: 09 fev. 2022.

PAIVA, V. L. M. O. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2019.

O'DONNELL, M. J. *RSTTool 2.4: A markup tool for Rhetorical Structure Theory*. (2000). Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/234777252>. Acesso em: 26 mar. 2022.

PARDO, T. A. S. *Métodos para Análise Discursiva Automática*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-29082005-172336/pt-br.php>. Acesso em: 22 mar. 2022.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social - métodos e técnicas*. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

**SOBRE CLÁUSULAS ENCAIXADAS A NOMES-CÁPSULA:
ASPECTOS SEMÂNTICOS, DISCURSIVOS E COGNITIVOS**

**ON EMBEDDED CLAUSES IN SHELL NOUNS: SEMANTIC,
DISCURSIVE AND COGNITIVE ASPECTS**

Thiago Laurentino de Oliveira¹

Eduardo Patrick Rezende dos Reis²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar aspectos semânticos, discursivos e cognitivos que caracterizam as construções formadas por nomes abstratos, os “nomes-cápsula” - do inglês *shell noun* (SCHMID, 2000; 2007; 2018), e pelas orações subordinadas a eles vinculadas - estas chamadas de “especificativas” por Raposo *et alii* (2013). Com isso, ancorados em uma visão cognitivo-funcional da língua, visamos a enfatizar que: (1) a compreensão e a análise das chamadas “orações especificativas” exigem que se considerem as propriedades semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas dos nomes-cápsula; (2) o objeto em investigação constitui um exemplo de construções linguísticas que se encontram na fronteira entre duas categorias, hipótese prevista pela Teoria dos Protótipos (cf. TAYLOR, 2005); (3) o uso dos nomes abstratos ligados a cláusulas subordinadas constitui uma marca de subjetividade com a qual o falante pode codificar morfossintaticamente seu ponto de vista (TRAUGOTT; DASHER, 2002). Para ilustrar e evidenciar os aspectos em discussão, utilizamos ocorrências das referidas construções, extraídas do Corpus NOW (*News on the web*), que integra o *Corpus do Português* e reúne jornais e revistas brasileiras, em formato digital, produzidos entre os anos de 2012 e 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes-cápsula. Orações Especificativas. Categorização. Teoria dos Protótipos. Linguística Centrada no Uso.

ABSTRACT: This article aims to analyze semantic, discursive and cognitive aspects that characterize the constructions formed by abstract nouns, “shell nouns” (SCHMID, 2000; 2007; 2018), and by the subordinate clauses linked to them – these are known as “specific constructions” by Raposo *et alii* (2013). Therefore, based on a cognitive-functional approach, we aim to emphasize that: (1) the understanding and analysis of the so-called “specific constructions” require that the semantic-cognitive and discursive-pragmatic properties of the shell nouns be considered; (2) the object under investigation constitutes an example of linguistic constructions that are on the border between two categories, a hypothesis predicted by the Prototype Theory (cf. TAYLOR, 2005); (3) the use of abstract names linked to subordinate clauses constitutes a mark of subjectivity with which the speaker can morphosyntactically encode his point of view (TRAUGOTT; DASHER, 2002). To illustrate and highlight the aspects under discussion, we use tokens of the aforementioned constructions, extracted from

¹ Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ. Contato: thiagolaurentino@letras.ufrj.br.

² Mestrando em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: eduardorezende@letras.ufrj.br.

the Corpus NOW (News on the web), which integrates *Corpus do Português* and brings together Brazilian newspapers and magazines, in digital format, produced between 2012 and 2019.

KEYWORDS: Shell Nouns. Specific Sentences. Categorization. Theory of Prototypes. Usage-Based Linguistics.

Palavras iniciais

Segundo as descrições gramaticais tradicionais acerca da sintaxe do período composto, podemos encontrar orações subordinadas a um sintagma nominal (doravante, SN) em dois casos. O primeiro deles corresponde a um dos tipos de subordinação substantiva, no qual a oração exerce a função sintática de complemento nominal. Já o segundo caso corresponde a um dos tipos de subordinação adjetiva, em que a oração exerce a função sintática de adjunto adnominal. Em outras palavras, as gramáticas tradicionais preveem que uma oração pode ser ou o argumento/complemento selecionado por um substantivo, ou o adjunto/modificador que especifica a referência de um SN. Os exemplos que seguem ilustram essas possibilidades:

- (1) ... mas ficava-me a certeza / *de que havia ali vários trabalhos, feitos por muitos indivíduos.* (LIMA, 1985, p. 235)
- (2) As terras / *de que era dono* / valiam mais que um ducado. (LIMA, 1985, p. 241)

Formalmente, a principal diferença destacada entre essas construções diz respeito ao elemento que conecta a estrutura oracional ao SN. As sentenças que funcionam como complemento nominal são introduzidas por uma *conjunção integrante* (ou *complementizador*, em descrições mais atuais, cf. MATEUS *et al.*, 2003). Já aquelas que atuam como adjunto adnominal são iniciadas por um pronome relativo, que, além de conectá-las ao SN, estabelece ainda uma relação de correferência.

Existe, no entanto, um conjunto de construções formadas por nomes abstratos ligados a estruturas oracionais encabeçadas por complementizador que “dilui” a fronteira aparentemente bem delimitada entre argumentos e adjuntos oracionais. Tais construções são identificadas por Raposo *et al.* (2013) como *orações especificativas*. Segundo os autores, essas orações não podem ser analisadas como um complemento selecionado pelo nome que acompanham; em vez disso, o mais coerente seria considerá-las um modificador que atua na especificação da referência nominal. Os exemplos abaixo são fornecidos por Raposo *et al.* (2013, p. 1879):

- (3) Surpreende-me [o facto de *que estamos face uma pandemia*].
- (4) Ele não gostou nada d[a ideia de *que o exame fosse adiado*].

Embora sejam formalmente semelhantes às orações subordinadas argumentais (já que são introduzidas pelo complementizador *que*), essas orações se comportam, funcionalmente, como orações relativas, visto que atuam como modificadoras do nome que as antecedem, contribuindo para a construção da sua referência. Argumentamos, contudo, que há outros aspectos a serem descritos e analisados acerca das construções em foco. Seleccionamos alguns deles para o desenvolvimento desta discussão.

Nesse sentido, o presente artigo pretende explorar alguns aspectos que caracterizam as cláusulas³ encaixadas a nomes-cápsula (cf. seção “aspectos funcionais dos nomes-cápsula”). Apoiados em uma visão cognitivo-funcional da gramática, objetivamos enfatizar que: (1) a compreensão e análise das ditas “orações especificativas” exige que se considerem as propriedades semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos dos nomes-cápsula a que elas se vinculam; (2) o objeto em investigação constitui um exemplo de construções linguísticas fronteiriças a duas categorias, hipótese prevista pela teoria dos protótipos (TAYLOR, 2005); (3) o uso dos nomes-cápsula ligados a cláusulas subordinadas constitui uma marca de subjetividade com a qual o falante pode codificar morfossintaticamente seu ponto de vista (TRAUGOTT; DASHER, 2002). Para ilustrar e evidenciar os aspectos em discussão, utilizamos ocorrências de orações especificativas extraídas do *Corpus NOW (News on the web)*, que integra o *Corpus do Português* e reúne jornais e revistas brasileiras, em formato digital, produzidos entre os anos de 2012 e 2019.

Além destas palavras iniciais, o presente artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: na próxima seção, fazemos uma breve revisão da literatura gramatical, sublinhando autores tradicionais e linguistas contemporâneos que mencionam as orações subordinadas encaixadas a nomes intransitivos; em seguida, apresentamos os pressupostos teóricos que orientam as nossas análises e discussões acerca das construções em foco; depois, apresentamos os aspectos funcionais que particularizam os elementos nominais que encabeçam as estruturas; na sequência, descrevemos a tipologia baseada nos usos dos nomes-cápsula, proposta por Schmid (2000; 2007; 2018) e a ilustramos com dados de uso do português brasileiro contemporâneo; por fim, tecemos nossas considerações finais acerca das reflexões colocadas.

³ Reconhecemos a distinção conceitual feita no âmbito das pesquisas funcionalistas entre “oração” e “cláusula”, sendo o segundo termo empregado, geralmente, para designar estruturas que evocam uma unidade informacional, independentemente da presença de um verbo (cf. DECAT, 2011). Ao longo deste artigo, contudo, ambos os termos serão utilizados como sinônimos.

Revisão da literatura

No âmbito da tradição gramatical brasileira da segunda metade do século XX, encontramos apenas na *Moderna gramática brasileira* (1976), de Celso Pedro Luft, uma menção explícita a orações subordinadas substantivas com função de adjunto. Sinalizadas como um “acréscimo à NGB”, Luft (1976, p. 57) descreve

- (...) Orações com função de *adjunto adnominal* de um substantivo da oração regente.
- 1) Desenvolvidas, introduzidas por:
 - (a) Conjunção integrante – *que* – regida de preposição *de*, que pode se omitir (elipse): [O fato [(*de*) *que ele não tenha protestado*] é significativo]. [Foi o caso [*que veio um hóspede sem aviso prévio*]].
 - (b) Pronome relativo sem antecedente: [Para a alegria [*de quantos compareceram*] houve concerto]. [Olhos [*de quem ama*] enxergam mais fundo].
 - 2) Reduzidas de infinitivo: [O fato [*de ele não ter protestado*] é significativo]. [Já é tempo [*de aprender alguma coisa*]]. [No caso [*de ele não vir*], saio sozinho].

Embora sejam apresentados exemplos que claramente se afastam das estruturas oracionais tipicamente analisadas como subordinadas substantivas (ou completivas, em descrições mais atuais) – especificamente, os dois enunciados no item (b) transcrito acima –, chama a atenção, na descrição de Luft (1976) a inclusão de orações que se ligam aos substantivos abstratos *fato* e *caso* por intermédio da conjunção integrante *que*, analisadas como adjuntos adnominais. Ao adotar essa classificação, vemos que o gramático sinaliza a existência de uma função “não convencional” para orações substantivas.

Kury (1987) menciona indiretamente a problemática de análise dessas orações ao final da apresentação das funções sintáticas das orações subordinadas substantivas. O autor refere-se a essas estruturas como “outro tipo de orações subordinadas, formalmente idênticas às substantivas conexas: conjunção integrante ou verbo no infinitivo precedidos de preposição” (p. 77). Transcrevemos abaixo os exemplos oferecidos por Kury (1987), bastante similares aos de Luft (1976):

- (5) “Já era tempo [de que te emendasses]”; “Já era tempo [de te emendares].”
- (6) “É significativo o fato [de que ele não tenha protestado].” (KURY, 1987, p. 77)

Kury (1987) analisa as duas orações destacadas em (5) como adverbiais e a oração destacada em (6) como adjetiva. A classificação como completivas nominais é descartada, “dada a natureza não transitiva dos substantivos a que se ligam” (p. 77). O autor admite que essas construções correspondem a adjuntos adverbiais e adnominais vinculados a um substantivo. Apoiando-se, contudo, em um argumento pretensamente “funcional”, tenta justificar a sua proposta de análise:

Rigorosamente, portanto, [as referidas orações] têm o valor de locução adverbial ou adjetiva, com núcleo substantivo, motivo da sua identidade formal com as substantivas. Mas como a classificação há de ser funcional, devem, a nosso ver, ser arroladas entre as adverbiais e as adjetivas. (KURY, 1987, p. 77)

Podemos refutar essa proposta de análise utilizando tanto aspectos formais como algumas propriedades semânticas. As orações assinaladas em (5) não denotam circunstância alguma, o que descartaria uma interpretação adverbial; antes disso, elas descrevem um estado de coisas relacionado à semântica do substantivo ao qual se ligam. Além disso, parece pouco aceitável antepor essas orações à oração principal: “?[de que te emendasses,] já era tempo”; “?[de te emendares,] já era tempo”. Quanto ao exemplo reproduzido em (6), a análise da oração subordinada como adjetiva não se sustenta, já que esta não é introduzida por um pronome relativo, algo verificável na tentativa de substituição da palavra *que* pelo substantivo *fato*, assumindo que ele seria o antecedente (“do fato ele não tenha protestado”? “ele não tenha protestado do fato”?).

Inconsistências analíticas como essa parecem resultar da visão aristotélica assumida pela tradição gramatical. Segundo essa perspectiva, as categorias gramaticais são estanques e discretas. Não está prevista, nessa concepção, a existência de construções linguísticas à margem ou na fronteira das categorias, como acreditamos ser o caso das “orações especificativas” em discussão. Aprofundaremos essas reflexões na próxima seção deste artigo.

Nas gramáticas descritivas contemporâneas, produzidas por linguistas, encontramos comentários e propostas de análise dessas estruturas em Mateus *et al.* (2003), Raposo *et al.* (2013) e Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2021). Destacamos, aqui, as considerações de cada uma delas.

Mateus *et al.* (2003, p. 614) afirmam que “há verbos, adjetivos e nomes que selecionam como complemento completivas preposicionadas, com relações gramaticais oblíquas”. Fica evidente, pois, que orações como a reproduzida em (7) são analisadas como *complemento* do nome:

(7) Durante a Idade Média, os geógrafos não defendiam a **ideia** [de [que a Terra é redonda]].(MATEUS *et al.*, 2003, p. 614)

As autoras destacam, ainda, que “as completivas com relações gramaticais oblíquas selecionadas por nomes não são facilmente parafraseáveis por um pronome demonstrativo invariável como *isso*, precedido da preposição relevante (...)” (MATEUS *et al.*, 2003, p. 614). A possibilidade de substituir uma completiva pelo pronome demonstrativo é tomada, pelas autoras, como um teste de constituição sintática para evidenciar seu estatuto argumental. A

pronominalização é possível, segundo as autoras, por meio de um determinante demonstrativo *esse/essa* junto ao nome que seleciona a oração:

- (8) a. ?Durante a Idade Média, os geógrafos não defendiam a ideia *disso*.
b. Durante a Idade Média, os geógrafos não defendiam *essa* ideia. (MATEUS *et al.*, 2003, p. 614)

Já em Raposo *et al.* (2013), temos uma descrição mais pormenorizada acerca dessas construções. De acordo com esses autores,

“As orações dependentes de nomes podem ser de dois tipos diferentes: **completivas** e **especificativas**. As primeiras funcionam como argumentos selecionados pelo nome, sendo, portanto, complementos com o mesmo estatuto dos complementos dos verbos ou dos adjetivos; as segundas funcionam como modificadores.” (RAPOSO *et al.*, 2013, p. 1879)

Ao refutar o estatuto de complemento para as orações especificativas, Raposo *et al.* (2013), defendem que “nestes casos, o papel da oração é tornar explícito o conteúdo do sintagma nominal simples que a antecede (...)” (p. 1880). Seguindo essa linha de raciocínio, os autores definem, então, como orações especificativas

(...) o tipo de oração que tem a função de especificar o conteúdo do sintagma nominal do qual depende. Neste caso, a oração funciona como um modificador, e não como argumento do nome, não sendo, portanto, tecnicamente, uma oração completiva. Em consequência, não é possível substituí-la por um pronome demonstrativo, contrariamente ao que sucede com as orações completivas e com os complementos em geral (...).” (RAPOSO *et al.*, 2013, p. 1880)

Os autores apontam também que (1) orações especificativas só podem ser introduzidas pela preposição *de*; (2) os nomes com os quais elas se relacionam só podem ser especificados por determinantes definidos; (3) a escolha do modo verbal dessas orações é determinada pelas propriedades de seleção do verbo da oração que contém o nome especificado. Quanto aos nomes que se combinam com orações, Raposo *et al.* (2013) postulam a existência de três classes: a dos nomes que só selecionam orações completivas (p. ex., *certeza, confiança, demonstração, empenho, estimativa, justificação, fé, medo e vantagem*), a dos que apenas admitem orações especificativas (p. ex., *assunto, boato, fato, hipótese, ideia, maluquice, mentira, notícia, rumor e sorte*) e, ainda, a dos que selecionam orações completivas com propriedades mistas, cujo comportamento é similar ao das especificativas (p. ex., *conclusão, crença, decisão, desejo e promessa*).

Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2021, p. 90), ao descreverem os predicados adjetivais e nominais que selecionam construções subordinadas substantivas, mencionam a existência de *predicados anunciativos*. Nas palavras dos autores, “(...) são aqueles que, dado o

seu conteúdo genérico, enquadram o conteúdo da sentença encaixada em uma classe conceitual, isto é, anunciam que o que os segue é para ser entendido como um fato (...), um assunto (...) ou um conceito (...). O exemplo em (9) compõe a descrição dos pesquisadores:

(9) a colocação que a Maria Lúcia faz e ela faz muito bem, que(r) dice(r), prende-se ao *fato de* que os autores dizem que quando o, o aluno interpreta, ele já faz um exame [EF POA 278] (GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO, 2021, p. 90)

Embora não façam uma discussão sobre o estatuto das orações substantivas vinculadas aos ditos predicados anunciativos – se seriam argumentos ou adjuntos –, os autores colocam em destaque, no trecho citado, um aspecto subjetivo e argumentativo dessas construções. Ao considerar que o nome classifica conceitualmente o conteúdo proposicional da oração que lhe segue, sinalizando como ela deve ser interpretada, assumimos que a construção inteira cumpre a função de influenciar ou conduzir a opinião/avaliação do interlocutor em relação ao que é posto no enunciado. Essa dimensão discursiva dessas construções será detalhada mais adiante, na seção “aspectos funcionais dos nomes-cápsula”.

De modo geral, pudemos verificar, nesta breve revisão de algumas gramáticas tradicionais e descritivas, que diferentes autores reconhecem a existência de orações ligadas a certos nomes que se afastam das propriedades mais emblemáticas das demais orações subordinadas substantivas completivas nominais ou, na nomenclatura mais recente, das orações subordinadas completivas de nome. Vimos, também, que não há um consenso quanto ao estatuto dessas orações, se seriam argumentos/complementos ou adjuntos/modificadores dos nomes que lhes antecedem. Há, contudo, propriedades funcionais bastante evidentes, que parecem particularizar essas construções e que demandam a exploração de aspectos semânticos, discursivos e cognitivos. Com o intuito de explorá-las adequadamente, a partir de uma perspectiva cognitivo-funcional, elencamos, na próxima seção, os pressupostos teóricos pertinentes para essa tarefa.

Categorização, prototipia e subjetividade

Nesta seção, apresentamos os pressupostos teóricos da Linguística Cognitivo-Funcional que embasam a nossa análise das cláusulas encaixadas aos nomes-cápsula. Primeiramente, destacamos os principais postulados dessa perspectiva teórica; em seguida, tratamos da categorização e da teoria dos protótipos, segundo a formalização de Taylor (1995; 2005); por último, exploramos o conceito de subjetividade consoante a perspectiva de Traugott e Dasher (2002) e Traugott (2010).

Em linhas gerais, o rótulo *Linguística Cognitivo-Funcional* (ou *Linguística Centrada no Uso*) tem sido utilizado, nas últimas décadas, para identificar uma das tendências dos estudos funcionalistas da língua. Tem como característica principal a conciliação de abordagens teóricas do funcionalismo norte-americano (desenvolvido, por exemplo, por Talmy Givón, Paul Hopper, Joan Bybee e Elizabeth Traugott) e da Linguística Cognitiva (cujos representantes são George Lakoff, Ronald Langacker, John Taylor, dentre outros).

A gramática é concebida, nessa perspectiva de análise, como uma entidade resultante da estruturação de aspectos comunicativos e cognitivos da linguagem humana. De acordo com Furtado da Cunha (2012, p. 30-31), “essa corrente teórica reconhece o estatuto fundamental das funções da língua na descrição das suas formas, de modo que cada entidade linguística deve ser definida com relação à função a que ela serve nos processos reais de comunicação”. Nesse sentido, ainda segundo a mesma autora, “a linguagem constitui um mosaico complexo de atividades comunicativas, cognitivas e sociais estreitamente integradas a outros aspectos da psicologia humana” (p. 30). As pesquisas que se filiam à Linguística Cognitivo-Funcional têm, pois, como objetivo descrever e explicar os fenômenos da língua a partir das funções semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas que as unidades linguísticas exercem nos variados contextos de uso.

Dentre os diversos postulados teóricos comumente explorados nas pesquisas da área, destacaremos, neste artigo, a categorização, a teoria dos protótipos e as marcas de subjetividade das expressões linguísticas. Começemos pela primeira.

A categorização é concebida como um mecanismo cognitivo que compreende as operações conceituais de identificação e rotulação de entidades (de natureza linguística e extralinguística) como elementos constituintes de um determinado grupo. De acordo com o pensamento objetivista aristotélico, o mundo poderia ser compreendido por meio de um pensamento lógico (cf. SANTOS, 2010). Uma “entidade” seria então constituída de *essência*, que corresponde a traços (de ordem binária) determinantes de sua natureza, bem como é composta de seus *acidentes*, propriedades que não se mostram relevantes na definição do seu “ser” (cf. TAYLOR, 1995, p. 22). Para Aristóteles, essa “entidade” só seria categorizada como membro de uma classe em caso de ela apresentar todos os atributos essenciais que lhe caracterizam; os limites entre as categorias seriam, portanto, claros e rígidos.

Seguindo por outra linha de raciocínio, um conjunto de trabalhos que surge a partir da segunda metade do século XX, como o de Wittgenstein (1953, *apud* FERRARI, 2014), traz evidências contrárias à ideia de que as categorias se apresentam efetivamente como rígidas.

Wittgenstein, com base na categoria *game* (jogo), sinaliza para um problema que se inscreve ao se sustentar a categorização nos moldes aristotélicos: “qualquer traço eleito para a definição da categoria [game] não estaria associado a todos os seus membros” (FERRARI, 2014, p.33). Isso demonstra que as categorias não podem ser tão rígidas, como se entendia sob o prisma do pensamento essencialista. O filósofo entende, então, que há “semelhanças por familiaridade” entre os componentes de uma categoria: os membros da categoria *game*, embora não sejam constituídos das mesmas propriedades, apresentam traços em comum.

À luz da Psicologia Cognitiva, os trabalhos de Rosch (1975; 1978) trouxeram importantes contribuições para o tema, no que diz respeito ao papel da cognição no mecanismo de categorização. Diante dos resultados obtidos, Rosch demonstra que as categorias são constituídas de membros mais representativos, considerados os protótipos; igualmente, elas são formadas por membros cujo *status* é mais periférico, o que evocaria os *efeitos do protótipo* – em linhas gerais, trata-se da possibilidade de ranqueamento dos componentes de uma categoria, que compreende tanto aqueles que melhor a representarão quanto os que se afastarão do membro nuclear (cf. TAYLOR, 2005, p. 41). A autora conclui ainda que as fronteiras entre uma e outra categoria não se encontram muito bem delimitadas; consistem, na verdade, em fronteiras flexíveis.

Taylor (2005), que discute a proposta de Rosch, elucida alguns pontos centrais, que permitem uma melhor compreensão das noções de categoria e protótipo. O autor comenta que uma categoria é constituída de um conjunto de atributos com diferentes “pesos”, referentes à sua importância no diagnóstico dos membros, prototípicos ou não, dessa categoria; dito de outra forma, algumas propriedades terão maior relevância, se comparadas a outras, na caracterização de uma categoria, tal como prevê Rosch (*op. cit.*). Taylor salienta que uma entidade pertencerá a uma determinada categoria caso apresente um “certo número de atributos”, seja ela uma entidade prototípica, que reunirá o número máximo de propriedades, ou uma entidade marginal, que reunirá um menor número de traços.

O autor esclarece também que os membros de uma categoria não necessariamente compartilham todos os mesmos atributos, nem que é fundamental que uma propriedade seja compartilhada entre todos esses membros. Finalmente, aponta que as categorias apresentam “semelhanças familiares”, em que “os atributos se entrecruzam, como os fios de uma corda” (WITTGENSTEIN, 1978, p.32, *apud* TAYLOR, 2005, p. 44)⁴; ou seja, as categorias são

⁴ Todas as citações de textos originalmente em inglês serão reproduzidas com a nossa tradução livre para o português.

constituídas por uma estrutura semântica com “uma forma radial de significados que se aglomeram e sobrepõem” (GEERAERTS, 2006, p.146). Vale salientar que, como bem frisa Consenza (2020), os representantes prototípicos de uma determinada categoria podem variar, a depender da comunidade linguística e da cultura envolvidas.

No âmbito deste artigo, a proposta de categorização delineada por Taylor (1995; 2005) é pertinente por duas razões. Em primeiro lugar, como demonstramos na seção de revisão da literatura, as ditas “orações especificativas” não recebem uma classificação adequada dentro do modelo de categorização discreta, amplamente utilizado pelas gramáticas tradicionais e mesmo por algumas descrições linguísticas, visto que essas orações apresentam traços característicos tanto das orações substantivas quanto das orações adjetivas. Em segundo lugar, conforme será explorado na próxima seção, a própria combinação entre os nomes-cápsula e as cláusulas “especificativas” é um exemplo do mecanismo cognitivo de categorização, haja vista que a escolha do nome-cápsula que encabeça a estrutura consiste em uma classificação dos fatos ou acontecimentos expressos nas cláusulas (cf. SCHMID, 2000; 2018).

Para além dos fatores semânticos e cognitivos, estreitamente relacionados aos conceitos de categorização e protótipo, em uma perspectiva cognitivo-funcional, os fatores discursivo-pragmáticos também devem ser contemplados. Dentre eles, focalizamos aqui a subjetividade. Nas palavras de Lyons (1982 *apud* TRAUGOTT, 2010, p. 33), esse termo “refere-se ao modo como as línguas naturais, em sua estrutura e seu modo normal de funcionamento, proporcionam ao agente locucionário a expressão de si mesmo e de suas próprias atitudes e crenças”. Dito de outro modo, quando dizemos que há marcas de subjetividade em um enunciado ou em um texto, geralmente queremos sinalizar para o uso de construções linguísticas que indiciam, em alguma medida, o ponto de vista, a opinião ou a postura do falante em relação a um fato, evento ou estado de coisas.

Nessa mesma linha de raciocínio, Traugott e Dasher (2002) afirmam que o sujeito falante ou escrevente

(...) seleciona não apenas o conteúdo, mas também a expressão desse conteúdo – qual entidade é escolhida como sujeito sintático, se é usada topicalização, tempo presente ou passado etc. (...) A seleção do repertório gramatical pode ser consciente ou inconsciente. Escritores e retóricos criativos tendem a ser altamente conscientes de suas seleções, outros menos. As escolhas estão correlacionadas com o registro (...) e com o grau de atenção a uma audiência, seja individual ou múltiplos ouvintes/leitores (...). Em todos os casos, as escolhas são, em particular, altamente correlacionadas com a intenção estratégica e com a codificação explícita dessa intenção. (TRAUGOTT; DASHER, 2002, p. 20-21)

Ainda segundo as mesmas autoras, a “objetividade linguística” é algo bastante questionável, uma vez que o simples esforço de construir um enunciado “objetivo” já configuraria uma intenção subjetiva (afinal, há diferentes razões por trás da decisão de tentar imprimir neutralidade ao que se diz ou se escreve). Além disso, conforme a perspectiva delineada pelas autoras, a subjetividade não seria um parâmetro dicotômico, segundo o qual certas unidades linguísticas seriam subjetivas e outras não. Em vez disso, postula-se que

(...) certos tipos de expressões podem ser explicitamente subjetivas, mais especialmente expressões ilocucionárias explícitas, como *Eu prometo que X* etc. Outras podem mascarar subjetividade recorrendo a lexemas associados à verdade “objetiva”, por exemplo, advérbios de sentença como *de fato (...)*” (TRAUGOTT; DASHER, 2002, p. 23)

Indo ao encontro dessa visão acerca da subjetividade linguística, defendemos que as construções investigadas neste artigo se enquadram entre as expressões que mascaram subjetividade, ou melhor, permitem ao falante marcar um posicionamento ou imprimir um juízo de valor de forma sutil, conferindo ao enunciado uma aparência de “verdade objetiva”. Esse traço de subjetividade parece estar intimamente ligado à natureza dos nomes que iniciam a construção; doravante, serão chamados de nomes-cápsula⁵. Tratamos desses nomes na próxima seção.

Aspectos funcionais dos nomes-cápsula

Argumentamos, neste artigo, que a compreensão e análise das “orações especificativas” (cf. RAPOSO *et al.*, 2013) devem considerar as propriedades funcionais dos nomes-cápsula que as antecedem. Fundamentamos a nossa argumentação para os dados do português brasileiro nas hipóteses postuladas por Hans-Jörg Schmid (2000; 2007; 2018) para os dados do inglês norte-americano, que envolvem estruturas muito similares às que analisaremos em português⁶. Nesta seção, descrevemos o que o autor entende por nome-cápsula e as três propriedades funcionais que caracterizam essa unidade linguística.

A definição para nome-cápsula oferecida por Schmid (2018) é claramente funcional. Nas palavras do autor,

⁵ Utilizamos esse rótulo como correspondente à expressão em inglês *shell nouns*.

⁶ Sabemos que, de acordo com Croft (2001), as construções são elementos particulares de cada língua. Isso não impede, entretanto, que comparações translinguísticas sejam feitas quanto a certos aspectos estruturais. Na presente pesquisa, houve a preocupação de comparar apenas as orações com nomes-cápsula do inglês que fossem relativamente similares às estruturas encontradas para o português brasileiro. Esse ponto será retomado mais adiante.

(...) nomes abstratos do tipo *objetivo, ideia, problema, desafio e razão* são usados na função de nomes-cápsula [*ing., shell nouns*], que, metaforicamente falando, encapsulam o conteúdo proposicional codificado em cláusulas complemento (...). Esse conteúdo proposicional é referido como conteúdo encapsulado [*ing., shell content*] (Schmid 2000). (SCHMID, 2018, p. 110)

Em outras palavras, os nomes-cápsula são, na verdade, nomes abstratos que apresentam um conjunto de funções específicas, o que reforça a necessidade de que essas construções sejam analisadas de um ponto de vista funcional. Como alerta o linguista, a capacidade de encapsular conteúdos proposicionais “não é uma propriedade inerente que determina se um dado nome pertence ou não à classe dos nomes-cápsula, mas sim um conjunto de funções que o nome exerce quando é usado em discurso real” (SCHMID, 2018, p. 111). Uma evidência disso é o fato de que nem todos os nomes abstratos podem atuar como encapsuladores; para isso, é preciso que o nome possa “abrir uma lacuna semântica inerente que deve ser preenchida por uma informação do contexto linguístico” (SCHMID, *idem, ibidem*).

Schmid (2018) apresenta, ainda, três propriedades distintivas dos nomes-cápsula, cada uma delas relacionada a um nível de descrição linguística. São elas: a propriedade de conceptualização reificante, a propriedade de caracterização e a propriedade de referenciação subjetificada.

A propriedade de conceptualização reificante se insere no nível cognitivo e diz respeito à função encapsuladora desses nomes, que contribui para a formação de conceitos temporários similares a “coisas”. Segundo Schmid, essa propriedade funcional advém do potencial reificante dos nomes, isto é, “seu potencial para sugerir a existência de uma entidade semelhante a uma coisa delimitada” (SCHMID, 2018, p. 112). Dito de outro modo, a utilização de um nome-cápsula ao lado de uma cláusula faz com que o conteúdo proposicional desta seja coisificado, sintetizado como unidade referencial. Schmid (2018) salienta o caráter efêmero dessa conceptualização, já que o que é caracterizado como um fato, um boato, um problema etc. muda de um uso para outro, a depender do conteúdo da cápsula (ou seja, o conteúdo proposicional da cláusula que o acompanha).

A propriedade de caracterização corresponde a um aspecto do nível semântico. Ao encapsular e conceptualizar o conteúdo da cláusula com a qual se relaciona, o nome-cápsula, conseqüentemente, também caracteriza o conteúdo proposicional codificado no contexto linguístico. Há, aqui, uma diferença importante: enquanto o potencial conceptualizador é transitório, o potencial semântico caracterizador é permanente, pois faz parte do significado lexical dos nomes. Ou seja, o que é conceptualizado como “rumor” ou “fato” varia de acordo com o contexto e/ou com contexto, mas a caracterização como “rumor” ou “fato” será

constante. Haja vista o amplo conjunto de itens que podem atuar como nomes-cápsula, essa caracterização envolve desde significados extremamente genéricos (p. ex., “coisa” e “situação”) até significados bastante específicos (p. ex., “desvantagem” e “maluquice”).

No nível discursivo, os nomes-cápsula exibem a propriedade funcional que denominamos aqui de referenciação subjetificada: “têm uma função de ligar e referir, instruindo leitores e ouvintes a vincular a caracterização semântica fornecida pelo nome àquilo que é codificado como o conteúdo da cápsula” (SCHMID, 2018, p. 112). Em outras palavras, os nomes-cápsula funcionam como articuladores anafóricos ou catafóricos dentro dos textos (a depender do padrão estrutural em que ocorrem), retomando ou prenunciando conteúdos proposicionais e, ao fazerem isso, imprimem uma caracterização, que revela uma marca subjetiva dos locutores. Por essa razão, dizemos que se trata de uma referenciação subjetificada, entendendo que a escolha do nome encapsulador da proposição revela uma marca de subjetividade do produtor do enunciado em questão.

Para ilustrar as três propriedades caracterizadoras dos nomes-cápsula, vejamos o exemplo em (10):

(10) O Nobel de Literatura entregue a Bob Dylan na última quinta-feira, 13, causou movimentação não só nas redes sociais, como também no mercado editorial. Após receber a *surpresa* de [que o astro foi o primeiro músico a receber um prêmio do tipo], parece que o público ficou curioso para saber mais sobre o lado literário de Dylan. Apenas 24 horas após a cerimônia, as vendas dos livros assinados pelo (também) escritor dispararam na lista dos mais vendidos do site Amazon. (*regiaonordeste.com*, 15-10-2016)

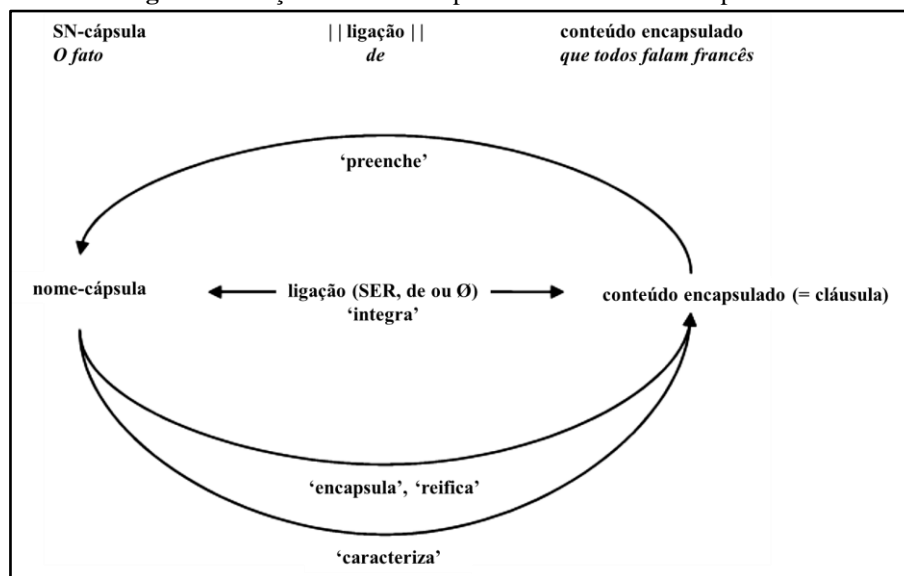
No trecho da reportagem, vemos que o nome abstrato *surpresa* atua como um encapsulador da sentença “que o astro foi o primeiro músico a receber um prêmio do tipo”. Nessa relação entre o nome e a cláusula, podemos observar as três propriedades funcionais descritas por Schmid (2018): (1) o uso de *surpresa* antes da oração a reifica, sintetizando o seu conteúdo proposicional dentro do nome-cápsula, que funciona como uma unidade referencial; (2) ao encapsular o conteúdo proposicional da sentença, o nome-cápsula lhe confere uma caracterização: o acontecimento em questão é qualificado como uma surpresa; (3) a escolha do autor da reportagem pelo nome surpresa estabelece uma referenciação subjetificada, pois não só insere um elo de coesão referencial catafórica na sequência textual como também expressa uma opinião, uma avaliação: afinal, quem disse que o público encarou o Nobel de literatura para Bob Dylan como uma surpresa? Parece haver, nesse caso, uma subjetividade mascarada de verdade objetiva, nos termos de Traugott e Dasher (2002).

Embora o enfoque de Schmid (2000; 2018) seja sobre as propriedades dos nomes-cápsula, ele também tece algumas considerações importantes acerca das cláusulas que acompanham esses nomes, referidas como *conteúdo encapsulado*. Sobre esse conteúdo, diz o autor que

(...) os conteúdos proposicionais das ‘that-clauses’ [equivalentes às cláusulas-que, no português] podem ser indeterminados com relação a se representam eventos ou fatos, quando são vistos isoladamente. Somente quando um predicado superior ou, no contexto presente, um núcleo nominal abstrato é introduzido que o status conceitual é fixado. (SCHMID, 2000, p. 312-313)

Segundo a interpretação de Schmid (2018), os itens que podem atuar como nome-cápsula possuem uma lacuna semântica que é preenchida contextualmente pela cláusula vinculada ao nome. É dessa forma que se estabelece a relação que o linguista descreve como *identidade experiencial*: o SN-cápsula e a proposição preenchedora se referem à mesma representação do discurso. Na figura 1, adaptamos o esquema apresentado por Schmid (2007, p. 316) a um exemplo atestado no português: “Se ignorarmos [o *fato* de que todos falam francês], a decoração nos faz pensar que estamos em solo mexicano” (*esporte.uol.com.br*, 17-06-2019):

Figura 1. Funções do nome-cápsula e do conteúdo encapsulado



Fonte: adaptado para o português de Schmid (2007, p. 316)

No esquema, temos uma síntese da relação que se estabelece entre os nomes-cápsula e o conteúdo encapsulado da oração subordinada. A seta que parte da direita para a esquerda sinaliza a função preenchedora da cláusula, que fornece o conteúdo proposicional ao nome-cápsula. Já a seta dupla que parte da esquerda para a direita evidencia a tripla função do nome-

cápsula em relação à cláusula: encapsular o conteúdo proposicional e, ao mesmo tempo, reificá-lo e caracterizá-lo. Ao centro do esquema, vemos os modos de integração entre o nome e a cláusula em português⁷, que podem se dar por intermédio do verbo copulativo ‘ser’, da preposição ‘de’ ou mesmo sem qualquer item linguístico específico. Essas possibilidades de integração dependem dos padrões estruturais em questão, conforme apontaremos mais adiante.

Na próxima seção, apresentamos a tipologia baseada nos usos dos nomes-cápsula criada por Schmid (2018), ilustradas com dados do português escrito contemporâneo. Encontramos, nesses dados, padrões de construções com nomes-cápsula e cláusulas subordinadas muito similares àqueles investigados por Schmid para a língua inglesa.

Uma tipologia baseada nos usos de construções com nomes-cápsula

Schmid (2000; 2018) descreve seis padrões estruturais dos quais os nomes-cápsula podem participar. São eles⁸: (a) *SN-cápsula + verbo SER + cláusula (de) que*, como em “o problema é que eu tenho que ir agora”; (b) *SN-cápsula + sentença encaixada*, como em “o fato (de) que eu tenho de sair (...)”; (c) *Pronome demonstrativo + nome-cápsula*, como em “esta ideia deve convencer a todos [...]”; (d) *Pronome demonstrativo + verbo SER + nome-cápsula*, como em “esta é uma ideia maravilhosa”; (e) *SN-cápsula + sintagma preposicionado*, como em “a ideia de se divertir”; (f) *SER (“IT IS”) + nome-cápsula + sentença (de) que ou infinitiva* como em “é uma ótima ideia sair e se divertir”. Neste artigo, focalizamos o padrão (b), que consiste na construção com o sintagma nominal (nome-cápsula) seguido de uma cláusula subordinada (notação “N-cl”).

Esses padrões encontram-se distribuídos entre seis classes semânticas, que reúnem diferentes subconjuntos de nomes-cápsula. Schmid (2000, p. 87) adverte que esses grupos foram propostos a partir dos usos identificados para a língua inglesa e não dos significados dos nomes. Essa observação é importante, pois, segundo ele, há “nomes que podem transmitir um número particularmente grande de significados diferentes” por serem “altamente inespecíficos” semanticamente. No Quadro 1, reproduzimos o quadro apresentado pelo linguista:

⁷ Cumpre observar que, no esquema original, Schmid (2007) não prevê a possibilidade de haver uma preposição (of, por exemplo) ligando o nome-cápsula à cláusula, uma vez que sua análise focalizou apenas a língua inglesa. Ao examinarmos dados do português, no entanto, verificamos que a integração através da preposição ‘de’ é uma possibilidade.

⁸ Para fins explicativos, optamos por adaptar os rótulos dos padrões estruturais apresentados por Schmid (2018) para o português. Embora a análise do autor tenha explorado a língua inglesa, podemos perceber que é possível verificar padrões similares no português brasileiro, conforme ilustram os exemplos mencionados no parágrafo. Para os rótulos originais, em inglês, ver Schmid (2018, p. 114-115).

Quadro 1. Classes semânticas de usos dos nomes-cápsula

Classe	Exemplos
Factual	<i>fato, coisa, problema, razão, diferença</i>
Linguístico	<i>notícia, mensagem, rumor, relato, ordem, propósito, questão</i>
Mental	<i>ideia, noção, crença, suposição, objetivo, plano, decisão</i>
Modal	<i>possibilidade, verdade, permissão, obrigação, necessidade, habilidade</i>
Eventivo	<i>ato, reação, tentativa, tradição, atitude, medida, artifício</i>
Circunstancial	<i>situação, contexto, lugar, área, tempo, maneira, procedimento</i>

Fonte: adaptado de Schmid (2007, p. 322)

O padrão N-cl, segundo Schmid, figura nas quatro primeiras classes listadas no quadro: factual, linguístico, mental e modal. Na sequência, além de expor as propriedades que o autor utiliza para caracterizar essas quatro classes na língua inglesa, ilustraremos também, com dados de língua escrita, que é possível aplicar essa classificação semântica ao português brasileiro contemporâneo.

Usos de sentido factual – ocorrem quando os falantes “usam nomes-cápsula para criar cápsulas conceituais para estados de coisas e fatos ‘abstratos’” (SCHMID, 2007, p. 322). Essa classe, segundo o linguista, abarca nomes considerados semanticamente neutros (p. ex., *fato, coisa* ou *fenômeno*), causais (p. ex., *razão, motivo* e *resultado*), evidenciais (p. ex., *prova, sinal* e *evidência*) e atitudinais (p. ex., *problema* e *vantagem*). Nos exemplos em (11), atestamos duas ocorrências do padrão N-cl no sentido factual, em que há a presença dos nomes-cápsula *motivo* e *sinal*:

(11)

a. “O caminho das duas equipes até a semifinal foi complicado e justifica o *motivo* [de que o ganhador da batalha de São Petersburgo será o favorito domingo]”. (www.terra.com.br, 10-07-2018)

b. “O *sinal* [de que poderia haver um vazamento na casa de Lázara] foi encontrado no hidrômetro. Todas as torneiras estavam fechadas, ninguém consumia água e, mesmo assim, o registro continuava girando”. (g1.globo.com, 15-06-2019)

Usos de sentido linguístico – os nomes que integram essa classe “permitem que os falantes retratem atividades linguísticas e seus conteúdos e produtos de várias maneiras” (SCHMID, 2007, p. 322). Dentre essas possibilidades, destacam-se a focalização do conteúdo proposicional (p. ex., *notícia, mensagem, rumor*) e da força ilocucionária (p. ex., *ordem, proposta, pergunta*) dos enunciados encapsulados. Em (11), verificamos duas ocorrências do padrão N-cl no sentido linguístico; na primeira, o nome-cápsula *rumor* qualifica o conteúdo

proposicional da oração subordinada e, na segunda, o nome *proposta* caracteriza a força ilocucionária da sentença que o acompanha:

(12)

a. “Além do boato falso sobre o PSL, também correu o *rumor* [de que Rodrigues seria afiliado ao PT] — o que também não é verdade.” (politica.estadao.com.br, 30-06-2019)

b. Meirelles sublinhou que essa tem de ser uma decisão da sociedade e que, ao debatê-la, não se deve radicalizar. Defendeu ainda a *proposta* [de que a Igreja Católica mantenha aulas de religião em suas escolas, ‘dentro dos princípios de liberdade de opinião’].” (veja.abril.com.br, 20-09-2018)

Usos de sentido mental – correspondem, de acordo com Schmid (2007, p. 323), a relatos de pensamentos. Nas construções envolvendo esse sentido, os nomes-cápsula podem figurar destacando o conteúdo conceitual de um estado mental (p. ex., *ideia*, *noção*, *teoria*) ou ainda focalizando o estado psicológico do experienciador (p. ex., *medo*, *surpresa*, *preocupação*). Os nomes-cápsula *teoria* e *medo* encabeçam as construções N-cl reproduzidas em (13), ilustrando usos que destacam o estado mental e o estado psicológico do experienciador, respectivamente:

(13)

a. “A *ideia*, de acordo com o artista, é fazer alusão à *teoria* [de que, neste exato momento, temos cópias de nós mesmos em universos paralelos ao que vivemos].” (terra.com.br, 25-06-2019)

b. “Depois de dias sem notícias do grupo, o *medo* [de que não estivessem vivos] tomou conta de todos que acompanhavam o caso...” (jovempan.uol.com.br, 23-06-2019)

Usos de sentido modal – “são meios nominais de expressar posturas modais” (SCHMID, 2007, p. 323). O autor segue a classificação proposta por Palmer (1990) para os verbos modais e, a partir dela, subdivide os nomes-cápsula desse grupo em usos epistêmicos (p. ex., *possibilidade*, *probabilidade*, *certeza*), deônticos (p. ex., *permissão*, *tarefa*, *necessidade*) e dinâmicos (*capacidade*, *oportunidade*, *tendência*). Nos excertos que seguem em (14), vemos duas ocorrências do padrão N-cl no sentido modal, sendo uma delas de uso epistêmico (*possibilidade*) e a outra, de uso dinâmico (*tarefa*):

(14)

a. “Após o não dos técnicos, o governador Ronaldo Caiado (DEM) buscou alternativas, como o ingresso no Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) e a *possibilidade* [de que governos estaduais tivessem acesso a 30% dos recursos dos fundos constitucionais.]” (www.jornalopcao.com.br, 30-06-2019)

b. “E a ‘operação Cupido’ de Sally Field deu certo! A atriz de 71 anos conseguiu ajudar na *tarefa* [de que seu filho Sam Greisman, de 30 anos, conhecesse seu crush das Olimpíadas de Inverno, Adam Rippon].” (revistaquem.globo.com, 11-03-2018)

Em todos esses dados, podemos verificar que as propriedades funcionais que Schmid postula para os nomes-cápsula do inglês também são extensíveis para o português brasileiro: a

conceptualização, a caracterização e a referenciação subjetificada. Assim, aplicada ao português, a proposta de Schmid (2000; 2007; 2018) parece consistir em uma interessante alternativa para o tratamento das construções “SN-cápsula + sentença encaixada”. A partir dela, vemos que há uma interrelação entre as suas partes constituintes de modo que ambas (SN e oração encaixada) são igualmente relevantes para a compreensão dos mecanismos linguístico-cognitivos que licenciam e incitam a sua produção.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, pudemos observar que certas gramáticas tradicionais e descritivas reconhecem a existência de um conjunto de orações que se ligam a certos nomes abstratos. Vimos que essas construções apresentam um comportamento híbrido, reunindo tanto características das orações tradicionalmente chamadas de subordinadas substantivas como das subordinadas adjetivas: as sentenças “(de) que”, no âmbito formal, são similares a um complemento; contudo, funcionalmente, se comportam como modificadores dos nomes a que se ligam. Dada sua natureza complexa, não há um consenso quanto ao estatuto dessas orações, ou seja, se consistem efetivamente em constituintes oracionais selecionados pelos nomes que lhes antecedem ou se estão adjungidas a eles. Conforme procuramos sublinhar teoricamente, esse hibridismo parece diluir fronteiras categoriais (tipicamente vistas como discretas), como as de “argumento/complemento” e “modificadores/adjuntos”. Em outras palavras, tais construções evidenciam a fragilidade empírica do modelo aristotélico de categorização, o que nos leva ao encontro da proposta de categorização por protótipos, de Taylor (2005).

Para além das discussões formais e categorias, objetivamos explorar aspectos semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos que caracterizam a relação entre o SN-cápsula e a oração encaixada, a partir de uma visão cognitivo-funcional. Ancorados na proposta de Schmid (2000; 2007; 2018), defendemos que, para alcançar um tratamento mais adequado das orações especificativas (cf. RAPOSO *et al.*, 2013), é preciso contemplar as propriedades funcionais do nome-cápsula, que estabelece estreita relação com as orações subordinadas. Embora tenhamos apresentado apenas uma incursão de caráter ilustrativo, a partir de uma análise qualitativa de dados de uso, argumentamos em favor da aplicação ao português brasileiro da proposta de Schmid aplicada à língua inglesa, que nos fornece um aparato teórico consistente para a análise de dados dessa natureza.

Em estudos futuros, pretendemos ampliar a discussão referente ao estatuto sintático-semântico dessas construções. Visamos a incluir na análise, junto às construções desenvolvidas,

dados de orações reduzidas de infinitivo. Além disso, consideramos que seja fundamental realizar uma análise diacrônica para a construção em foco. Ao olhar para outras sincronias, poderemos verificar se houve um momento específico da história da língua em que essas construções começaram a ganhar força no português.

Referências

- COSENZA, H. A. Semântica de Frames e Teoria de Protótipos: uma análise do poema não, de Augusto de Campos. *Revista do Programa de Mestrado Profissional em Letras da UFCG*. v. 4. n. 2. 2019.
- CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DECAT, M. B. N. *Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. 2012. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo funcional). In: SOUZA, M. *et alii* (orgs.) *Sintaxe em Foco*. Recife: PPGL/UFPE, p. 29-49.
- GEERAERTS, D. Prototype theory: prospects and problems of prototype theory. In: GEERAERTS, D (org.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006, p. 141-165.
- GONÇALVES, S. C.; SOUSA, G. C. de; CASSEB-GALVÃO, V. As construções subordinadas substantivas. In: NEVES, M. H. de M. (org.). *A construção das orações complexas (Gramática do português culto falado no Brasil; v. 5)*. São Paulo: Contexto, 2021, p. 69-121.
- KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1987.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- MATEUS, M. H. M. *et alii* (orgs.). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- PALMER, F. R. *Modality and the English Modals*. London/New York: Longman, 1990.
- RAPOSO, E. B. P. *et alii* (orgs.). *Gramática do Português*, vol. II. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- ROSCH, E. Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology: General*, 104, 1975, p. 192-233.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLYOD, B. B. (Eds.). *Cognition and categorization* Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1978.

SANTOS, R. Y. Wittgenstein e Teoria dos Protótipos sob a ótica da Linguística Cognitiva. *Linguasagem* (São Paulo), v. 14, p. 01-18, 2010.

SCHMID, H. -J. *English abstract nouns as conceptual shells: from corpus to cognition*, Berlin: Mouton de Gruyter. 2000.

SCHMID, H. -J. Non-compositionality and emergent meaning of lexico-grammatical chunks: a corpus study of noun phrases with sentential complements as constructions. *Zeitschrift für Anglistik und Amerikanistik*, 55 (3): p. 313-40. 2007.

SCHMID, H. -J. Shell nouns in English: A personal roundup. *Caplletra*, 64:109–128. 2018.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: Prototypes in linguistic theory*. 2ª ed. Oxford: Clarendon Press, 1995.

TAYLOR, J. R. Prototypes in cognitive linguistics. In: ROBINSON, P.; ELLIS, N. C. (eds.). *Handbook of Cognitive Linguistics and Second Language Acquisition*. New York: Routledge, 2008. p. 39-65.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: A reassessment. In: DAVIDSE, K; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (eds.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization (Topics in English linguistics; 66)*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010, p. 29-71.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

**TECENDO DIÁLOGOS ENTRE FUNCIONALISMO E DIALOGISMO
PARA ANÁLISE DE FENÔMENOS EM PROCESSO DE
VARIAÇÃO/MUDANÇA**

**WEAVING DIALOGUES BETWEEN FUNCTIONALISM AND
DIALOGISM FOR THE ANALYSIS OF PHENOMENA IN THE
PROCESS OF VARIATION/CHANGE**

Marcela Langa Lacerda¹

RESUMO: Este texto tem o objetivo de argumentar que o agenciamento de uma forma/função no uso efetivo da língua ocorre no âmbito dos gêneros do discurso. De cunho interpretativista, esta pesquisa é bibliográfica, e recupera de Bragança (2017) um diálogo entre os campos funcionalista, considerando a vertente da Costa Oeste (GIVÓN, 2001; TRAUGOTT, 2001; HOPPER; TRAUGOTT; 2003, dentre outros) e dialógico (BAKHTIN, 2014 [1924]; BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929]; MEDVIÉDV, 2012 [1928], dentre outros), para tratamento de fenômenos em variação/mudança, tomando o caso da expressão do futuro do presente no português do Brasil como exemplar. Os resultados da investigação apontam para a relevância de se considerar: (i) que a expressão do futuro do presente é uma representação construída no/pelo discurso; (ii) que relações cronotópicas e avaliativas são constitutivas de todos os usos linguísticos; (iii) que recursos linguísticos tais como os variáveis, por um lado, e os multifuncionais, por outro lado, sendo agenciados para cumprir uma função teleológica, não são sempre os mesmos, sendo, por isso, relevantes para o estudo da variação estilística; (iii) que o estilo é, na verdade, dos gêneros do discurso. Daí a argumentação de que é no âmbito dos gêneros que a explicação da relação forma/função deve ser buscada.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo da Costa Oeste. Dialogismo. Fenômenos em variação/mudança. Expressão do futuro do presente.

ABSTRACT: This text aims to argue that the assemblage of a form/function in the effective use of language occurs within the scope of genres of the discourse. Using an interpretive nature, this research is bibliographical, based on Bragança (2017), who has proposed a dialogue between the functionalist fields, considering both the West Coast (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; 2003; GIVÓN, 2001; TRAUGOTT, 2001, among others) and the dialogic perspectives (BAKHTIN, 2014 [1924]; BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929]; MEDVIÉDV, 2012 [1928], among others), for the treatment of phenomena in variation/change, taking the case of the expression of the future of the present in Portuguese from Brazil as an example. The research results point to the relevance of considering: (i) that the expression of the future of the present is a representation constructed in/by the discourse; (ii) that chronotopic and evaluative relationships are constitutive of all linguistic uses; (iii) that linguistic resources such as variables, on the one hand, and multifunctional ones, on the other hand, being arranged to fulfill a teleological function, are not always the same, being, therefore, relevant to the study of stylistic variation; (iii) that style pertains to the discourse around genres, hence the argument that it is within the scope of the genres that the explanation of the form/function relationship must be sought.

¹ Professora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES, Brasil. E-mail: marcelalanga@yahoo.com.br

KEYWORDS: West Coast Functionalism; dialogism; variation/change phenomena; expressing future of the present.

Palavras iniciais

Em recente tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), expus uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de fenômenos em variação/mudança (BRAGANÇA, 2017), pondo-a à prova com o caso da expressão do futuro do presente no Português do Brasil (doravante PB). A extensa proposta² – a que denominei de *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo* – foi bem aceita pelos primeiros avaliadores e, por isso, de lá para cá, tenho tentado (a) revisá-la, considerando a contribuição de diversos colegas de diferentes grupos de pesquisa, (b) operacionalizá-la metodologicamente e também (c) popularizá-la, por meio de publicações, participação em eventos, debates acadêmicos etc.

Curiosamente, um dos maiores entraves para tudo isso tem sido especificar o público-alvo dessas discussões, pois casamentos teóricos ou pesquisas indisciplinadas, embora agenciem abordagens epistemologicamente compatíveis (e especificamente por isso o casamento é possível), demandam ajustes/reformulações, de modo que o novo escopo teórico-metodológico passa a não ser mais coincidente com nenhuma das abordagens agenciadas para o diálogo; mas, muito frequentemente, temos que lidar com representantes de cada uma das abordagens reivindicando, de nossos trabalhos, conceitos, métodos, referências, leituras e pressupostos particulares, impingindo-nos a lançar mais luz para uma das abordagens, a depender de “para quem estamos falando”, com vistas à garantia da razoabilidade da discussão apresentada.

Na tentativa de contornar esse imbróglio, especificamos, de saída, que o público-alvo deste texto não são variacionistas, funcionalistas ou bakhtinianos, particularmente, mas analistas da língua em uso, sobretudo os que se dedicam ao exame de fenômenos em processo de variação/mudança, e (a) que compreendem que, circunscrevendo, constituindo e justificando os usos linguísticos está a dimensão social (histórico-cultural e pragmática) e (b) que assumem que o mundo interpretativo da prática social é confuso, complexo e contingente (COUPLAND, 2007) e, por isso mesmo, evoca uma crescente ampliação dos níveis de análise – eis a força e a fraqueza de se trabalhar com a língua em uso.

² A tese conta com quase 700 páginas e, embora essa extensão não seja comum (nem desejável), foi compreendida pelos avaliadores, pelos motivos nela apresentados.

Dito isso, (a) retomando e ampliando discussões promovidas por Bragança (2017), mas agora com foco apenas em parte do diálogo tecido entre os campos funcionalista³ e dialógico, (b) ainda considerando o caso da expressão do futuro do presente no PB como ilustrativo de fenômenos em processo de variação/mudança e (c) tendo em mira o fato de que um dos desafios dos estudos funcionalistas é lidar com a questão do texto e do contexto (OLIVEIRA, 2015; SOUSA, 2015), este texto, promove um breve diálogo entre as abordagens em tela, a fim de argumentar que o agenciamento, no uso efetivo da língua, de um par forma/função (especificamente considerando fenômenos em processo de variação/mudança de mesma ou similar natureza que o da expressão do futuro do presente, no PB) ocorre no âmbito dos gêneros do discurso.

O percurso argumentativo deste texto segue do particular (com considerações sobre um fenômeno específico) para o geral (com reflexões epistemológicas e teórico-metodológicas)⁴, registrando-se a advertência de que não se apresenta aqui um estudo *sobre* variação/mudança em dados do PB, mas o desenvolvimento de um raciocínio, de natureza epistemológica e teórico-metodológica, em prol da emergência de uma ressignificada abordagem para o exame de fenômenos em variação/mudança – notadamente porque respeita à circunscrição dos usos linguísticos aos gêneros do discurso.⁵

Para essa discussão, distanciado da pretensão de projetar um *modus operandi* teórico-metodológico para uma abordagem de interface, este texto está assim organizado: (i) na próxima seção, explanam-se algumas questões que envolvem a expressão do futuro do presente, especificamente; (ii) na sequência, destacamos pontos de diálogos entre as abordagens funcionalista e dialógica; (iii) em seguida, na seção central deste texto, apresentamos um dos desafios da pesquisa funcionalista (o de lidar com as noções de texto e contexto), com vistas a argumentar que a perspectiva dialógica sobre os gêneros do discurso pode ser produtiva para enfrentamento dessa questão, considerando, nesse tópico, a explicação sobre por que a relação

³ A vertente funcionalista em tela é o *funcionalismo norte-americano*, que tem como seus representantes Bybee, Givón, Heine, Claudi, Hünemeyer, Kuteva, Hopper; Traugott, Dasher – e, no Brasil, Braga, Paiva, Cezário, Martelotta, Alonso, Sousa, Tavares, dentre muitos outros.

⁴ Atenção: não estamos considerando que a articulação entre uma abordagem funcionalista e uma de análise de gênero (de texto e/ou de discurso) seja inédita na literatura dos estudos funcionalistas. Apenas não faremos menção a outros trabalhos dessa natureza porque o objetivo deste texto se realiza por meio da explanação de um tipo específico de articulação.

⁵ Nesse cenário, considerando como objeto de reflexão a própria argumentação (e pressupondo que ela é válida), submetemos aos leitores parte de uma extensa proposta de articulação, que, embora tenha nascido em função da análise de um objeto de estudo em particular (Cf. BRAGANÇA, 2017), pode ser produtiva também para outros fenômenos em processo de variação/mudança, o que justifica nosso interesse em registrar o público-alvo aqui previsto: os analistas da língua em uso, considerando o interesse em fenômenos em processo de variação/mudança, e não em referencial teórico canônico/protocolar.

entre forma/função se estabelece no âmbito dos gêneros do discurso; (iv) por último, tecemos algumas considerações finais sobre o debate aqui empreendido.

O caso da expressão do futuro do presente no PB

Em trabalhos anteriores (BRAGANÇA, 2017; LANGA-LACERDA, 2021), considerando o raciocínio funcionalista, temos sinalizado para a complexidade que envolve a expressão do futuro do presente (doravante FP) no PB, tendo em vista que, dentre outros aspectos, trata-se de uma nomeação que referencia, concomitantemente, *forma verbal*, indiciando a noção de categoria gramaticalmente codificada para expressar tempo, e *função de referência temporal*, também relacionada a valores aspectuais e modais interconectados.

Assim, em termos de *forma*, o FP, no PB atual, tem sido expresso: (i) pelo futuro sintético (sairei); (ii) pelo presente do indicativo (saio); (iii) pela perífrase *ir* (presente) + infinitivo (vou sair); (iv) pela perífrase *ir* (futuro) + infinitivo (irei sair); (v) pela perífrase *ir* (presente) + *estar* + gerúndio (vou estar saindo); (vi) pela perífrase *estar* (futuro) + gerúndio (estarei saindo); (vii) pela perífrase *estar* (presente) + gerúndio (estou saindo); (viii) pela perífrase *modal* + *estar* + gerúndio (devo estar saindo; quero estar saindo etc.), dentre outras.

Já em termos funcionais, as formas e construções do FP, no PB atual, seguem as tendências universais já especificadas pela literatura, conforme a seguir, de codificar diferentes funções do domínio funcional TAM⁶, de modo que diferentes trabalhos se dedicam a investigar o valor funcional mais proeminente de uma dada forma, em cada uso⁷:

[f]uturos são universalmente temporal/aspectual ou temporal/modal ou todos os três; e a correlação desses em uma determinada forma está sujeita a flutuações diacrônicas, como resultado de uma ‘divisão do trabalho’ dentro do sistema verbal em vários períodos no desenvolvimento de uma língua (FLEISCHMAN, 1982, p. 84-85).

Contribuindo ainda para a complexidade desse fenômeno está o fato de a categoria gramatical de tempo se ancorar em três diferentes elementos⁸: *o momento de fala* (o intervalo de tempo de cada oração no ato da comunicação); *o momento de ocorrência das situações*

⁶ De acordo com Görski e Tavares (2017, p. 49) um domínio funcional é “caracterizado como uma área coberta por (macro)funções/significações gramaticais que se projetam, via codificação, em mecanismos linguísticos que se articulam de forma mais, ou menos recorrente e regularizada em diferentes níveis”. O domínio funcional TAM (Tempo, Aspecto e Modalidade) é considerado complexo (macrofunção) ou um macrodomínio porque as categorias de tempo, aspecto e modalidade atuam articuladamente. Cada uma dessas categorias pode ser considerada, no entanto, um domínio funcional específico, como o domínio funcional de tempo, o domínio funcional de aspecto e o domínio funcional de modalidade, embora todas elas compartilhem, em alguma medida, traços umas das outras. Para mais informações, cf. Bragança (2017).

⁷ Cf., por exemplo, Fonseca e Gonçalves (2009), Fonseca (2010a), Fonseca (2010b).

⁸ Neste ponto, estamos nos baseando na interpretação lógica formulada pelo filósofo e matemático Reichenbach (1947), por ela ser muito difundida na literatura, já que é bastante próxima das intuições do falante e se aplica bem ao português (ILARI, 2004).

referidas (o intervalo de tempo que se atribui ao referente de um verbo); e o *momento de referência* (o intervalo de tempo da contemplação do ato verbal pelo falante que transmite essa perspectiva ao ouvinte) (REICHENBACH, 1947), o que conduz às seguintes premissas a serem observadas no estudo do tempo gramatical, de modo geral, e do FP, de modo particular, conforme Langa-Lacerda (2021):

- i. o ponto central para a representação temporal é o aqui/agora do sujeito ou o momento de fala (MATEUS et al. 1989), de modo que o tempo gramatical é, ao mesmo tempo: *categoria relacional ou dêitica*, já que relaciona o momento da situação reportada ao momento de fala (FLEISCHMAN, 1982; COMRIE, 1985); *propriedade da sentença*, já que morfemas verbais temporais representam uma categoria formal da gramática (FLEISCHMAN, 1990); e *propriedade da pragmática*, por se ancorar em unidades externas à língua, tais como o momento de fala e o sujeito (GIVÓN, 2001);
- ii. há tempos, contudo, em que o momento de referência para a localização temporal de uma situação não é momento de fala, mas outras situações projetadas contextualmente (/textualmente), sendo, por isso, considerados tempos anafóricos (COMRIE, 1985);
- iii. há ainda tempos que combinam esses dois tipos de referência temporal: o momento de fala e o momento de referência, evocando uma perspectiva dêitico-anafórica;
- iv. e, por fim, alguns tempos podem indicar duração ou repetição, de modo que uma situação se efetiva num momento, mas não se encerra ao final dele, ao que se denomina, por exemplo, *presente estendido* (REICHENBACH, 1947), ou situações que, embora localizadas no momento de fala, não se limitam a ele, porque podem se associar a uma fração de tempo que veio antes (o passado) ou a uma fração de tempo posterior (o futuro) (CORÔA, 2005), o que suscita também, no que tange à investigação do tempo futuro, a emergência do conceito de *relevância do presente* (FLEISCHMAN, 1982), segundo o qual, independentemente do tempo cronológico (pode estar distante ou não do momento de fala), o falante estabelece (psicologicamente) uma conexão entre presente e futuro, devido ao fato de a situação futura ser avaliada (pelo falante) como estando relacionada ao estado de coisas do presente, fazendo com que o futuro seja visto em termos daquilo que agora constitui o futuro (CORÔA, 2005), sendo pois, esse tempo, uma representação das *projeções mentais e emocionais* dos sujeitos (FLEISCHMAN, 1982).⁹

O que mais de perto nos interessa, neste texto, é a compreensão da literatura funcionalista de que a maneira como o falante *avalia* a potencialidade das situações futuras (da possibilidade à certeza, por exemplo), tomando o presente como referência (conectando-se a ele ou apartando-se dele), não apenas integra as formas de se referir ao futuro, como também

⁹ Seguindo definições de trabalhos anteriores, consideramos que o futuro do presente se refere a situações que se projetam para além do momento de fala e que tomam esse momento (quer direta, quer indiretamente) como ponto de referência. As formas de FP em variação expressam, pois, essa função, estando ainda a ela associadas, variavelmente, as noções de aspecto e de modalidade.

motiva a combinação entre formas e funções que elas podem exercer, no amplo quadro do domínio funcional TAM, em cada situação de interação (GIBBON, 2014), o que justifica a relativa instabilidade dessa relação (entre formas e funções) na representação da expressão do FP. Neste ponto vale lembrar que os sujeitos, contudo, só podem operar, variavelmente, sobre a relação forma/função, no sentido de atualizá-la, conforme avaliação ou projeções mentais e emocionais, porque há um inventário de formas e funções para isso – porque há, portanto, relativas estabilidades formais, usos rotinizados, dados aos sujeitos para o processo de comunicação. E, conforme Hopper e Traugott (2003), o inventário de formas existentes para a codificação de um domínio funcional ou de uma função, numa dada sincronia, é o inventário das vias evolutivas que lhes deram origem, “[...] porque a soma total dos vários tipos estruturais que pode codificar um domínio funcional alvo particular não é senão a soma total das várias vias de gramaticalização diacrônica de um possível domínio-fonte funcionalmente similar” (GIVÓN, 2001, p. 23). Nesse sentido, neste texto, estamos considerando a variação na expressão do FP como resultado de diferentes processos de gramaticalização¹⁰, já que o ponto de vista assumido é o funcionalista (e não o variacionista ou sociofuncionalista).

Para os fins deste texto e sintetizando a questão, importa destacar que, dada a complexidade da relação entre forma/função, na expressão do FP, conforme vimos argumentando, o falante sempre aciona uma referência a partir da qual situa a predicação temporal, de forma que não há uma relação direta entre o tempo dos acontecimentos no mundo e a expressão gramatical de tempo, uma vez que entre um e outro há o trabalho dos sujeitos que, podendo estabelecer diferentes pontos de referência para se reportar às situações ou mesmo avaliá-las de diferentes modos, promove também diferenças linguísticas, considerando o par forma/função, para a representação temporal. Esse modo de compreender o fenômeno da expressão do FP pode, inclusive, ser aplicado ao modo funcionalista de compreender toda a linguagem, uma vez que, nas palavras de Neves (2006, p. 80), a

[...] comunicação se refere, pois, a estados, eventos, indivíduos que fazem parte do mundo construído no discurso, não importando a existência, ou não, das coisas desse mundo no mundo real. A construção desse mundo tem ponto de partida nos propósitos do falante, que constrói seus enunciados¹¹ conferindo relevância aos argumentos segundo o que seja conveniente a esses propósitos.

¹⁰ Para um panorama sobre diferentes processos de gramaticalização que ensejam a diversidade de formas que atualmente codificam, no PB, o domínio funcional do FP, cf. Bragança (2017).

¹¹ Uma explicação parece relevante, neste ponto: geralmente, os estudos funcionalistas (e também variacionistas) usam os termos *discurso* e *enunciado*, alternativamente, em referência à língua em uso, sem muitas especificações ou coincidências, visto que podem se voltar para diferentes aspectos do uso linguístico, conforme interesses particulares de pesquisa. Neste texto, conforme argumentação apresentada na sequência, lemos esses termos (e também o termo *enunciação*) de modo circunstanciado, inscrevendo-os no âmbito da perspectiva dialógica da linguagem, uma vez que, com isso, acreditamos que não estamos desconsiderando pontos de interesse dos estudos funcionalistas, mas ampliando-os, especificando-os e também ressignificando-os, já que, com o diálogo teórico

É precisamente esse aspecto que aponta para a agentividade dos sujeitos nos processos de representação do mundo social, pela/na linguagem; que indicia a compreensão de que a especificação da relação forma/função é uma conquista contextual (/pragmático-interacional), sem, contudo, perder-se de vista que essa conquista se ancora num amplo quadro de possibilidades que são dadas (histórico-culturalmente) aos sujeitos, por conta da própria história evolutiva da língua.

Assim, se, por um lado, os sujeitos dispõem de recursos (leia-se: formas e funções e associações mais canônicas entre determinadas formas e determinadas funções) para a expressão do FP, nada garante que, no uso evêntico da língua eles recorrerão a usos, a associações já historizadas, pois sempre há o potencial de se agenciar usos criativos para efeitos de sentido que vão além de usos anteriores (TRAUGOTT, 2001). A seguir, tecemos um diálogo entre questões funcionalistas, valendo-nos do caso da expressão do FP, e questões, bakhtinianas, com vistas à argumentação pretendida neste texto.

Promovendo o encontro: aspectos epistemológicos

Nesta seção, tecemos um diálogo epistemológico, por meio de duas diferentes vias apenas, entre as abordagens bakhtiniana e funcionalista, conforme a seguir, considerando a complexidade da relação entre formas e funções para expressar o FP, no PB atual. Na seção seguinte, então, agenciamos a discussão sobre essa relação e os gêneros do discurso, especificamente.

Em primeiro lugar, se, do ponto de vista funcionalista, vimos na seção anterior que a referência ao FP é construída no/pelo discurso¹², do ponto de vista dos Escritos do Círculo de Bakhtin (doravante ECB) também não se pode confundir, na discussão sobre a relação entre linguagem e realidade, a distinção entre *mundo representante* (o mundo real, ou seja, o mundo do “tempo-espaço totalmente real onde [...] se encontra o manuscrito ou o livro, [onde]

em tela, estamos em busca, justamente, de uma renovada epistemologia para o tratamento de fenômenos em variação/mudança (especificamente). Sem prescindir, portanto, de ideais funcionalistas, nosso intento é ampliar a concepção de linguagem, por meio do diálogo ora proposto, para tratamento mais sistemático de aspectos que circunscrevem o uso linguístico – que, conforme assumimos neste texto, sempre ocorre sob a forma de enunciados. Mais adiante, especificamos esses termos (discurso e enunciado).

¹² Retome-se a observação de que *discurso*, nos estudos funcionalistas, refere-se, de modo geral, à língua em uso, ao passo que, nos ECB, “o termo *discurso* é substituído por *relações dialógicas*” (BRAIT, 2012, p. 22; grifos da autora), isto é, pode ser tomado como conteúdo ideológico, como posição ou ponto de vista que se assume em relação a outras posições, no mundo da vida. A perspectiva assumida neste texto é a de que a noção de uso linguístico não pode abrir mão da visão de que ele “nasce, vive e morre no processo de interação” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 86), de modo que sempre indicia uma tomada de posição em relação a outros usos, em relação a outros conteúdos ideológicos. Assim, assumimos que todo uso linguístico é fundamentalmente ideológico.

encontra-se também o homem real que criou a língua falada, que ouve e lê o texto”, o mundo, enfim, “criador do texto” (BAKHTIN, 2018, p. 230)) e *mundo representado* (o mundo da linguagem, o mundo da construção de imagens) (BAKHTIN, 2014 [1936- 1937]): porque há “uma fronteira rigorosa” entre um mundo e outro, dado que o que a enunciação faz é pintar o mundo a partir de um ponto de vista. Por conseguinte, até a referência a fatos pessoais já se torna uma representação dos fatos, ou seja, mesmo se “eu narrar (escrever) um fato que acaba de acontecer comigo, já me encontro, como *narrador* (ou escritor), *fora do tempo-espaço onde o evento se realizou*” (p. 360; grifos do autor).

Por outro lado, segundo os ECB, apesar da fronteira rigorosa que separa esses dois mundos, não sucede que ela seja intransponível: como o mundo real (do autor e do leitor) também é cronotópico, ou seja, implica uma relação espaço-temporal, é desses cronotopos reais que se originam os cronotopos (criados e refletidos) no mundo representado, no mundo da linguagem. Desta forma, esses dois mundos, embora não se confundam, estão indissolivelmente ligados e, por esse motivo, o enunciado¹³ e o mundo nele representado penetram o mundo real, enriquecendo-o; e, de igual modo, o mundo real penetra o enunciado e o mundo nele representado, num constante processo de renovação mútua (BAKHTIN, 2018).

Em diálogo, portanto, com a perspectiva funcionalista, nesse ponto, é no âmbito de discussões dos ECB sobre a fato de a linguagem ser essencialmente cronotópica, ou seja, de sempre implicar um modo de assimilação e representação da relação espaço-tempo (mais que isso, de implicar a representabilidade dos *eventos* e dos *homens* a partir de determinadas imagens espaço-temporais), que encontramos um caminho profícuo para o estudo da língua em

¹³ *Enunciado e enunciação* podem ser considerados termos alternativos (enunciado/enunciação), no âmbito dos ECB, e, de modo geral, considerando os limites deste texto, referem-se ao “emprego concreto e único da língua em campos específicos de atividade humana (BAKHTIN, 2011[1952-53], p. 261), à unidade concreta e real da comunicação, um todo de sentido e que se constitui de duas dimensões: uma verbal e outra social. Como tal, o enunciado é uma unidade “em relação indissociável com a vida” (GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO [GEGe], 2009, p. 36).), e, por isso, uma unidade diferente das unidades da língua (palavra e oração), tal como concebida pela linguística hegemônica (da época em que emergem os ECB); no primeiro caso, estamos diante de um *signo*, cuja característica é a possibilidade de ser sempre novo, sempre emergente/movente, sempre um novo ato semiótico; no segundo caso, estamos diante de um *senal*, sempre reiterável, idêntico a si mesmo, aspecto necessário para a mútua inteligibilidade, mas que precisa ser superado para que se conquiste a eficácia de um signo vivo (PONZIO, 2011). Para o estudo de fenômenos em variação/mudança, estamos reivindicando/propondo, na esteira da perspectiva dialógica, conforme argumentação subsequente, que o par *forma/função* seja visto em sua face sígnica, em seu ato semiótico, em sua potencialidade, portanto, de constituir uma relação sempre nova e de também indiciar novos significados, a depender do todo de sentido em que são agenciados, de modo que nem mesmo as formas sejam vistas como sendo sempre as mesmas – perspectiva que, em nossa compreensão, se alinha à noção de gramática emergente, dos estudos funcionalistas.

uso – mais especificamente, para o estudo de fenômenos em variação/mudança, conforme já apontado por Bragança (2017), considerando o seguinte raciocínio: a enunciação, sendo praticada em um *mundo representante* específico, ou seja, em campos/esferas culturais específicos/as, é configurada pelo tipo de *percepção e representação* que esses, por meio de seus enunciados, desenvolvem da relação espaço-tempo; como o enunciado atua no plano da representação – o que significa incluir qualquer objeto de enunciação “não só no campo da existência espaçotemporal [sic], mas também no campo semântico” (BAKHTIN, 2018, p. 236) –, o exame das relações cronotópicas dos enunciados, por meio do modo como representam os eventos e o homem, constitui um meio, dentre outros, para a compreensão dos modos como cada domínio cultural significa e representa a própria experiência (histórico-cultural).

Nesse sentido, argumentamos que é pela porta dos cronotopos que o exame de fenômenos em processo de variação/mudança (de mesma ou similar natureza que o fenômeno da expressão do FP, por exemplo), pode ser potencializado: imagine o leitor como seria produtivo para o analista, de saída, considerar o modo como cada domínio cultural significa e representa a própria experiência, situando, por exemplo, os dados da língua em uso, em exame, no âmbito das relações cronotópicas que os constituem; no caso específico da expressão do FP, podemos imaginar que os diferentes modos de assimilação da relação espaço-tempo nas esferas jornalística, jurídica, científica e religiosa, só para citar algumas, podem ser um importante princípio explanatório sobre o agenciamento mais frequente de determinados pares forma/função, uma vez que cada uma dessas esferas se orienta para a realidade, em termos cronotópicos, de modo específico; cada uso em investigação, situado em esferas culturais específicas, pode ser motivado, nesse sentido, por uma questão de natureza epistemológica, considerando o modo como cada esfera se orienta para a realidade.¹⁴

A título de exemplificação, Langa-Lacerda (2021), contrastando usos de FP em artigos jornalísticos que versavam sobre o futuro pós COVID-19, produzidos segundo a ótica de duas diferentes esferas (a ótica da esfera religiosa, de matriz judaico-cristã, e a ótica da esfera científica), assim aduz:

Na esfera religiosa, a avaliação que os sujeitos fazem do futuro não depende da historicidade dos acontecimentos, mas da narrativa bíblica sobre a história da humanidade [:] o tempo da humanidade, como um todo, é compreendido como breve, e o seu fim também está previsto; tudo que ocorre entre o início e o fim da humanidade é tido como conhecido, como já narrado pela Bíblia [...] [Assim, a articulista cristã] assume que sabe que o dia seguinte [pós COVID] está assegurado [assumindo um] tom mais assertivo [em todo o texto, a começar pelo título: *Haverá dia seguinte.*”]

¹⁴ Aqui parece estar o embate central da discussão ora proposta: argumenta-se ser produtivo examinar o par forma/função como uma unidade a serviço de um todo de sentido específico (o enunciado), e cuja significação é indissociável desse todo, no âmbito do qual o par estará em relação a outros pares forma/função.

[pelo qual o falante se compromete com a realização de um estado-de-coisas, mesmo sem haver nenhum indício pragmático para a sua efetivação] (p. 11-12).

[Na esfera científica, por outro lado] a articulista [...] precisa assumir que não sabe sobre como será o mundo pós-COVID-19, porque sua fonte de segurança são as provas produzidas pela ciência [mas a ciência vive o seguinte dilema, segundo Maingueneau: [...] um perito é sempre um perito de um saber em particular, e não sobre a pandemia ou sobre os rumos globais pós-pandemia; [...] a pandemia ainda está em fase de descoberta, e os especialistas, cada um em sua área, não têm tempo de ler as centenas de artigos divulgados, embora precisem oferecer, publicamente, “certezas”. Assim, os diversos especialistas requisitados pela mídia vivem o seguinte paradoxo, nas palavras do autor: “[...] se ele está convidado a falar, ele tem um contrato de fala que pressupõe que ele sabe o que fala e que vai levar conforto às pessoas. Mas, na verdade, ele não sabe, porque não tem tempo de saber. A única saída é fazer a gestão da contradição: aceitar o contrato de fala midiático que implica que ele sabe, aceitar a legitimidade do cientista, mas não dizer que sabe aquilo que não sabe, mas dizer que a ciência não sabe, preservando a legitimidade das instituições’. [Por isso, no texto analisado, a articulista assumiu] um tom modalizado. (p. 11-12)

Depois de feita esse tipo de análise, de base interpretativista, Langa-Lacerda (2021) verifica os seguintes usos de FP nos textos analisados, que parecem validar a argumentação precedente, no sentido de fazer ver que considerações sobre os diferentes modos de apreensão e representação (cronotópica) da realidade são um forte princípio explanatório para/sobre os usos desse fenômeno (e estendemos a argumentação, por hipótese, para a análise de fenômenos similares): (a) no artigo religioso, um total de 9 ocorrências de formas de FP, sendo 8 formas de futuro sintético e apenas 1 de presente do indicativo; do ponto de vista funcional, essas formas eram mais proeminentemente *modais* (que temporais ou aspectuais) e uma modalidade *do tipo deôntica*, segundo Givón (2001, 2002), ou do tipo *orientada para o falante*, segundo Bybee, Perkins e Pagliuca, (1994), associadas à noção, dentre outras coisas, de manipulação; (b) no artigo científico, apenas 2 ocorrências, ambas na forma sintética; e, do ponto de vista funcional, o seguinte cenário: predomínio da modalidade epistêmica, relacionada ao grau de comprometimento do locutor com a veracidade da situação a que se refere e que, comumente, avalia as situações futuras como certas, segundo Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), para expressar o seguinte posicionamento da articulista: é certo que não sabemos o que vai ocorrer após a pandemia, mas é igualmente certo que algo “surgirá” depois de tudo isso (num cenário epistemicamente necessário).

Por esse tipo de análise, note o leitor que, embora as formas de FP sejam as mesmas nos dois textos (predominantemente a sintética), há importantes diferenças funcionais entre elas, e o fator explicativo para o agenciamento delas não está na formalidade do texto, mas no todo

projetado da enunciação, de modo que o par forma/função ganha o *tom*¹⁵ de todo o texto, sendo especificamente esse aspecto o responsável por motivar as diferenças funcionais verificadas.

Além disso, esse tipo de resultado parece confirmar a perspectiva de Traugott (2001) segundo a qual a multifuncionalidade de recursos envolvidos em processos de gramaticalização pode também indicar algum potencial para o estudo da variação estilística¹⁶, uma vez que, nessas condições, as formas variantes não são sempre as mesmas, na medida em que, ao desempenharem, nos usos situados, diferentes funções, tendo em vista os diferentes propósitos comunicativos dos falantes (que estão, lembre o leitor, ancorados em um cronotopo típico), já não são equivalentes no sistema linguístico e, por isso, indiciam diferentes estilos, diferentes modos de ser e estar no mundo. Em outras palavras, poderíamos supor que as formas sintéticas em um texto e outro, exercendo diferentes funções, são, com efeito, diferentes formas¹⁷, participando da construção de diferentes estilos, nos diferentes processos de percepção e representação dos eventos e do homem.

Em segundo lugar, além disso, se, do ponto de vista funcionalista, a avaliação que os sujeitos fazem sobre a potencialidade das situações futuras atua no processo de agenciamento do par forma/função, do ponto de vista dos ECB encontramos a concepção de que a avaliação é fundante de todos os usos linguísticos, mantendo, inclusive, estreitos laços com a noção de cronotopo, pelos motivos que se apresentam a seguir.

Referindo-se à uma postura agentiva dos sujeitos em relação (i) ao objeto da enunciação, (ii) a outros enunciados e (iii) aos interlocutores da interação, a ação de valorar a experiência vivida e expressar essa valoração não se trata de ato da consciência individual (nem nos ECB e nem na perspectiva funcionalista), uma vez que “toda consciência viva encontra valores culturais já prontos à mão, como dados a ela, e toda a sua autoatividade se resume em reconhecer a sua validade em si” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 53). Assim, para os ECB, a consciência viva é uma consciência cultural; por conseguinte, a experimentação de qualquer experiência e o tom valorativo conferido a ela só pode ganhar sua unidade dentro da unidade da cultura.

Dito isso, consideremos, em primeiro lugar, a avaliação frente ao objeto da enunciação, sobre o quê Medviédev (2012 [1928]) concebe que, como todo enunciado é um ato social (cf.

¹⁵ *Tom, entonação apreciativa, avaliação, valoração*, dentre outros, são termos alternativos no âmbito dos ECB para fazer referência à posição axiológica, à visão de mundo do sujeito, no uso da linguagem.

¹⁶ Em nossa compreensão, a variação estilística a que se refere Traugott (2001) não é conforme a abordagem laboviana, a *Attention to speech*, mas conforme os estudos de terceira onda variacionista, as *Speakers Designs*. Sobre essas abordagens, cf. Schilling (2013).

¹⁷ Tal como em estudos funcionalistas, a crítica a abordagens que tratam as formas linguísticas como sendo sempre as mesmas é uma das mais contundentes dos ECB. Sobre isso, cf. Volochínov (2013 [1928], p. 117).

4.1.1), uma de suas peculiaridades é ser um fenômeno histórico não apenas porque seu sentido é histórico e social, mas também porque “o próprio fato de sua pronúncia e, em geral, de sua realização aqui e agora, em dadas circunstâncias, em dado momento histórico, nas condições de dada situação social” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 183) é histórica.

Assim, em certo momento, foi um dado sentido, e não outro, que se tornou objeto da comunicação discursiva, ou seja, que entrou no horizonte concreto dos interlocutores em decorrência tanto de um conjunto de condições histórico-sociais, quanto de uma situação concreta de enunciação, já que cada época do desenvolvimento humano delimita objetos particulares que receberão a atenção de um corpo social. São esses objetos, então, que dão origem aos enunciados.

Mas o ponto da questão é que, para que recebam atenção de um corpo social, é imprescindível que os objetos estejam ligados às condições de existência de uma sociedade ou de um de seus grupos e, frente a essas, adquiram um valor particular, adquiram alguma relevância interindividual, já que “*não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social*” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV] (2014 [1929], p. 46) grifos do autor). Por esse motivo, a avaliação social é o fator que atua na própria organização da visão e compreensão dos acontecimentos do mundo, dado que, nos termos de Medviédev, “*só vemos e compreendemos aquilo que, de uma maneira ou outra, toca-nos, interessa-nos*” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 191; grifos nossos). A avaliação social, nesse sentido, é a própria condição para a enunciação.

Disso resulta, quanto ao que mais diretamente nos interessa, a premissa de que a forma de um enunciado é a forma de um conteúdo e da relação valorativa que o falante mantém com ele – ou seja, “[e]u devo experimentar a forma como minha relação axiológica ativa com o conteúdo” (BAKHTIN, 2014 [1924], p. 58). Por esse motivo, acredita-se que a forma da enunciação realiza a posição ou a atividade de uma avaliação: a “unidade da forma é a unidade da posição axiológica ativa” (BAKHTIN, 2014 [1924], p. 67).

Mas, além disso, como toda enunciação, enquanto forma de um conteúdo valorado, só ocorre em resposta a outras enunciações, toda manifestação discursiva pressupõe apreciação de outros pontos de vista, já que qualquer ideia só nasce e se forma no processo de interação e luta com a ideia de outros. Por isso, a avaliação que se faz de enunciados já ditos (no passado) ou mesmo de enunciados que se antecipa, que se pré-figura como futuras respostas, também determinam a estrutura da enunciação. Por esses aspectos, “a expressão do nosso enunciado é determinada na só [...] pelo conteúdo semântico-objetual desse enunciado mas também pelos

enunciados do outro sobre o mesmo tema, aos quais respondemos, com os quais polemizamos” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 297). A avaliação que se faz da enunciação alheia, precedente e subsequente, também determina, portanto, a estrutura da enunciação.

Por fim, a avaliação que o falante constrói da relação sócio-hierárquica entre ele e seu auditório também determina a estrutura da enunciação. Nessa relação, inclusive, também está implicada a representação do objeto de discurso, já que, segundo Volochínov, “toda palavra realmente pronunciada (ou escrita com sentido), [...] é expressão e produto da interação social de três: do falante (autor), do ouvinte (leitor), e daquele de quem ou de que se fala (protagonista)” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 85).

Neste ponto, cabe retomar que, do ponto de vista funcionalista, Traugott e Dasher (2005), tendo em vista a complexa relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor na interação, em reconhecimento do “papel ativo do destinatário/leitor na elaboração de estratégias retóricas e de indexar e organizar o ato comunicativo” (TRAUGOTT; DASHER, 2005, p. 5), chamam a atenção para as inferências induzidas pelo contexto como motivação para o desencadeamento de processos de mudança. E destacando as relações intersubjetivas, Traugott (2010a, p. 2), para além de considerar a semantização de implicaturas, destaca que “o falante/escritor evoca implicaturas e convida o ouvinte/leitor a inferi-las”, de modo que, uma inferência já nasce da relação entre os participantes da interação. As duas abordagens em perspectiva, portanto, parecem compreender que o “elo entre gramática e uso se concretiza na relação entre falante e ouvinte, que negociam sentido de maneira interativa, tanto respondendo ao contexto quanto criando contexto” (MARTELOTTA; ALONSO, 2012, p.92).

Retomando às concepções dos ECB, pode-se concluir que a avaliação “não apenas é compreendida e considerada sob a perspectiva da situação imediata das práticas discursivas, como pelas conjecturas sócio-histórico-culturais constitutivas desse contexto” (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 192), de modo que não se deve perder de vista que os domínios culturais em que ocorre a enunciação constituem o próprio horizonte social (um horizonte literário, científico, moral, jurídico etc.) a partir do qual a avaliação se constrói. Por isso é que “toda a estrutura formal do discurso, em uma considerável medida, depende da relação que reduz a enunciação às supostas valorações compartilhadas daquele meio social para o qual está orientada a palavra” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 82-83); em outros termos, pode-se dizer que “o julgamento da situação [...] interfere diretamente na organização do enunciado e [...], justamente por isso, deixa no produto enunciado as marcas do processo de enunciação” (BRAIT, 2005, p. 93). A avaliação social, portanto, determina todos os aspectos

da enunciação: “a escolha do objeto, da forma e sua composição individual nos limites do enunciado. Ela determina, ainda, a escolha do conteúdo e da forma, bem como a ligação entre eles” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 184).

Conceber que a estrutura formal da enunciação depende da valoração do meio para o qual ela se orienta é conceber que, do ponto de vista estilístico-composicional, por exemplo, a avaliação social atua na própria seleção e distribuição das formas linguísticas, respeitando-se um horizonte linguístico, uma vez que a própria expressão de um conteúdo, de um conjunto de intenções é limitada, além de pelas condições de comunicação de um grupo, pelas possibilidades gramaticais, ambas dadas aos falantes. Ao que parece, não estamos diante, portanto, de uma força (a avaliação) que, facultativamente, atua sobre a distribuição dos usos linguísticos (em alguns usos, em alguns fenômenos), mas diante de uma força fundante desses usos, para a qual, portanto, estudos da língua em uso devem se voltar.

Como, dessas discussões epistemológicas, evocamos a concepção de gêneros do discurso e como, deles, depreendemos diretrizes analíticas para o exame de fenômenos em processo de variação/mudança é o que se apresenta a seguir.

Continuando o encontro: enfim, os gêneros e as formas/funções

Para além das aproximações feitas precedentemente, há ainda um ponto geral comum entre as abordagens em tela, do qual, notoriamente, ninguém pode discordar, qual seja: tanto a perspectiva funcionalista quanto a bakhtiniana se interessam pelo estudo da língua em uso, embora essa noção assumam caráter distinto em uma abordagem e outra¹⁸. Para os fins deste texto, estamos argumentado que é produtivo circunscrever os usos linguísticos no âmbito dos *enunciados* (orais e escritos) – a unidade real e concreta da comunicação, realizada entre sujeitos organizados socioculturalmente.

A questão que se destaca agora é que a pesquisa funcionalista, em geral, tendo a tarefa de explicar a correlação entre padrões linguísticos e funções comunicativas, ainda lidam com a “ausência de uniformidade nas concepções [...] do que *seja o fenômeno da comunicação e dos fatos a ela concernentes passíveis de exercerem pressões sobre as estruturas gramaticais*” (SOUSA, 2015, p. 88; grifos nossos). Por isso, em suas tendências atuais, esses estudos precisam lidar com o que Oliveira (2015) aponta como o “verdadeiro desafio aos funcionalistas” (p. 22): a questão da tratativa do contexto de uso da língua e da especificação

¹⁸ Por questões de espaço, não estamos considerando, neste texto, pontos de divergência entre as abordagens em tela, embora reconheçamos a relevância desses aspectos, convertidos em objeto de investigações futuras.

de seus aspectos constitutivos e motivadores dos fenômenos linguísticos. O contexto, segundo a pesquisadora, mesmo sendo uma questão cara aos estudos funcionalistas, ainda “é tratado como entidade vaga, genérica, de contornos pouco ou nada definidos e, por isso mesmo, sua abordagem, tanto do ponto de vista teórico quanto do metodológico, tona-se tarefa de difícil e complexa execução” (p. 22).

Para além do já especificado na seção precedente (sobre dois aspectos contextuais), agora vamos refletir sobre como e por que os gêneros do discurso impactam os usos, segundo os ECB, e os argumentos centrais, para isso, são: que não há uso que não seja em forma de gênero do discurso e que nos gêneros estão indiciados todos os elementos do contexto que interessam à pesquisa funcionalista (porque os gêneros são a própria prática a ser observada), pelos seguintes motivos.

Segundo a ótica dos ECB, toda intenção de dizer, ao que vamos chamar de intenção discursiva, se realiza por meio de enunciados e, mais que isso, é ela que determina *o todo* do enunciado; e um dos aspectos (e o mais importante) da inteireza do enunciado, indicando, inclusive, sua conclusibilidade, seu acabamento é a adaptação da intenção discursiva a uma forma de gênero. Isso significa dizer que a construção da enunciação, apesar de conduzida pela intenção discursiva, não se faz livremente, mas se orienta pelas formas típicas de estruturação da totalidade discursiva, a que se denominam *gêneros do discurso*.¹⁹

Os gêneros discursivos, enquanto “*tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 262; grifos do autor), são, então, uma totalidade discursiva “acabada e resolvida” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 193), de modo que cada gênero de discurso é um tipo especial de construção de um todo enunciativo. Como tal, os gêneros correspondem a *situações típicas de interação*, vinculadas a esferas sociais específicas, e que refletem, portanto, em sua constituição, a finalidade e as condições sócio-ideológicas da esfera a que se filiam. Em cada campo cultural, portanto, “existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 266). Isso significa que os gêneros do discurso não são criados pelos indivíduos, mas dados a eles

¹⁹ As dimensões constitutivas dos gêneros são: i) *conteúdo temático*, que são os objetos e sentidos da enunciação; (ii) *estilo verbal*, que concernem à seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da língua; (iii) *composição*, que respeita à seleção dos procedimentos composicionais para a organização, disposição e acabamento da totalidade discursiva, estando nisso implicados os elementos da interação (como a relação que se estabelece entre os interlocutores) e o próprio cronotopo típico do gênero. (BAKHTIN, 2011 [1952-53]). Neste texto, nosso foco é o estilo verbal que, embora definido como a seleção de recursos gramaticais e lexicais da enunciação, ultrapassa esse aspecto pois ele é, em primeiro lugar, “*visão de mundo* e só depois é o estilo da elaboração do material” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 187). Conforme explica Brait (2010b, p. 87), isso significa que estilo “*não trabalha com palavras, mas com os componentes do mundo, com os valores do mundo e da vida [...]*” (grifos da autora).

(historicamente), quase que do mesmo modo que as formas da língua (os recursos gramaticais e lexicais), já que “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (p. 282). Em vista disso, tanto as formas do sistema da língua quanto as formas típicas de enunciado (os gêneros do discurso) chegam à consciência dos indivíduos fortemente vinculadas (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 283), do que se pode concluir que a *consciência é de natureza genérica*, ou seja, o pensamento se estrutura por meio de unidades de sentido típicas. Disso resulta que os gêneros do discurso são uma força normativa, de maneira que, do ponto de vista do falante, representam modos sociais de construção do discurso; e, do ponto de vista do ouvinte, representam um horizonte de expectativas em relação às regularidades que apresentam – quanto à extensão aproximada, quanto ao conteúdo temático, quanto ao estilo verbal, quanto à expressividade etc. (RODRIGUES, 2001; ACOSTA-PEREIRA, 2013). Nos termos de Bakhtin (2011 [1952-53], p. 283),

[n]ós aprendemos a moldar o nosso discurso em forma de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, advínhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso [...].

Mas, ainda segundo Medviédev, cada gênero é capaz de lançar luz ou dominar apenas aspectos específicos da realidade, porque ele mesmo possui formas próprias de visão e compreensão da realidade. Enquanto modos historicizados de ver o mundo, modos típicos de conceptualização de aspectos específicos da realidade, os gêneros do discurso não são, portanto, nem forma nem ideologia, mas “ideologia modeladora da forma” – um tipo específico de atividade [...] que incorpora uma percepção específica da experiência” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 299; grifos do autor).

Em vista disso, é pelos “olhos do gênero” que os indivíduos se orientam para a realidade; são eles que ensinam a ver, já que “a compreensão da realidade desenvolve-se e origina-se no processo da comunicação social ideológica” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 200), mediada e efetivada pelos gêneros do discurso. Mesmo assim, embora moldem o nosso discurso, os gêneros diferem consideravelmente das formas linguísticas, no que tange aos critérios de estabilidade e normatividade, pois são bem mais flexíveis, livres e plásticos (BAKHTIN, 2011 [1952-53]). Mantendo estreito vínculo com as circunstâncias temporais, espaciais e ideológicas que orientam o discurso e o constituem, “a realidade do gênero é a realidade social de sua realização no processo de comunicação social” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 200) e, por

isso, eles são sensíveis a quaisquer alterações sociais, registrando-as em todas as suas dimensões constitutivas.

Os usos de que falamos, então (tanto o funcionalismo, quanto os ECB), sendo historicamente situados, só se efetivam no âmbito dos gêneros do discurso e, por isso, os estilos de linguagem são, na verdade, estilos de gêneros: é aos gêneros que correspondem determinados estilos. Resultado de enunciações relativamente regularizadas para uma determinada função sociocultural (científica, religiosa, cotidiana) engendrada em esferas específicas e sob determinadas condições de comunicação, os gêneros historicizam, cada um deles, uma dimensão temática, uma composicional e uma estilística também relativamente estável, embora *inflexões* (BRAIT, 2010, p. 89), contrariando as coerções dos gêneros, também sejam possíveis, dado justamente o aspecto idiossincrático e evêntico que constitui a enunciação.

A análise da língua em uso, portanto, de recursos linguísticos que sempre cumprem função teleológica, não pode desconsiderar que o estudo dos recursos linguísticos só pode ser feito em relação direta com o estudo dos gêneros” (AMORIM, 2004, p. 111), porque, nos termos de Bakhtin (2011 [1952-53], p. 291; grifos nossos), “[q]uando escolhemos as palavras, *partimos do conjunto projetado do enunciado*”, de modo que é pelos gêneros que os usos rotinizados são dados ao sujeitos (porque não aprendemos palavras em estado de dicionário, mas no uso situado).

Em síntese, os gêneros do discurso parecem ser a instância de análise do par forma/função, porque a forma é selecionada a depender da finalidade, da função, que lhe é conferida no âmbito de finalidades e intenções comunicativas, de modo que diferentes funções podem e devem ser vistas como uma questão estilística (TRAUGOTT, 2001), sendo o estilo uma propriedade dos gêneros do discurso. Como tal, os usos tanto podem evocar relações já historizadas (usos mais regulares), quanto usos mais evênticos (/pragmáticos). E se o analista quiser investigar a motivação das relações (forma/função) contraídas nos gêneros, terá que se voltar para o todo (de sentido) projetado, ou seja, para a enunciação, que indicará, por meio de suas marcas formais, todos os aspectos constitutivos do contexto que lhe ensejou – porque os gêneros indiciam o contexto mais amplo (histórico-cultural) e mais imediato (pragmático), concomitantemente – quais sejam: (i) conjuntura socioeconômica; (ii) sistemas ideológico-culturais; (iii) perspectiva pessoal/ avaliação; (iv) tipo de interação social; (v) audiência; (vi) tipo de relação entre os interlocutores; (vii) conteúdo temático; (viii) organização estilístico-

composicional; (ix) grupo social; (x) relações cronotópicas; (xi) enunciações alheias (precedentes e subsequentes).

Além disso, se pudermos, então, admitir a argumentação deste texto como válida, basta olhar para como os gêneros mudam para sabermos como as formas da língua mudam. Conforme Rojo (2005), o estudo da mudança linguística precisaria ter em vista que: (i) as relações sociais evoluem; (ii) a interação verbal evolui no quadro das relações sociais; (iii) as formas dos atos de fala, ou seja, os gêneros do discurso evoluem como consequência das mudanças na interação verbal; (iv) e todo esse processo evolutivo se reflete na mudança das formas linguísticas, para cujo exame vale a interpretação linguística habitual.

O diálogo tecido neste texto entre as abordagens em tela tem o objetivo, portanto, de lançar luz sobre como os fatores de (i) a (iii) podem ser potencializados, no estudo da língua em uso, por meio de um diálogo com os ECB, destacando-se o fato de não haver, nos ECB, categorias analíticas previstas *a priori* (pois elas devem ser apreendidas de cada situação de interação) – dada a compreensão de que o fazer científico em ciências humanas é uma prática interpretativa que se afasta de métodos objetivo-matemáticos. Nessa via, Brait (2006) considera que a “pertinência de uma perspectiva dialógica se dá pela análise das *especificidades discursivas constitutivas de situações em que a linguagem e determinadas atividades se interpenetram e se interdefinem [...]*” (BRAIT, 2006, p. 29; grifos nossos), ponderação que realça não só a concepção de sujeito em movimento (histórico-cultural), mas também a de linguagem como uma prática que os constitui situacionalmente.

Se a concepção bakhtiniana de que “nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um completo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 268) estiver correta, de modo que o inventário das vias de gramaticalização diacrônica que dão origem a soma total dos vários tipos estruturais que podem codificar um domínio funcional indicaria uma trilha de gêneros do discurso, então os estudos funcionalistas que se voltam para o exame da complexa relação forma/função no âmbito de domínios funcionais, tal como é o caso da expressão do FP, podem considerar os ECB uma mina ainda a ser explorada, para potencialização das respostas de que estamos em busca.

Palavras finais

Este texto teve o objetivo de argumentar que o agenciamento de um par forma/função, considerando fenômenos em processos de variação/mudança, ocorre no âmbito dos gêneros do

discurso. Para isso, (a) partimos de reflexões sobre um fenômeno específico, o caso do FP, (indicando que a representação temporal em geral e a do FP, em particular: depende de aspectos gramaticais – historicizados, regularizados, rotinizado – e pragmáticos (/evênticos), relacionados também às projeções que os sujeitos fazem da cena futura, com base no modo como avaliam o estado de coisas no presente), (b) em direção a uma discussão epistemológica (considerando como constitutivos, fundantes de todos os usos linguísticos aspectos cronotópicos e avaliativos) e teórico-metodológica (admitindo que os usos linguísticos se dão no âmbito dos gêneros do discurso e são agenciados para cumprir funções teleológicas a eles atinentes, de modo que os estilos de linguagem são, na verdade, dos gêneros do discurso).

Em busca de princípios explanatórios para o exame da língua em seu efetivo uso, consideramos que o diálogo entre as abordagens em tela tem o potencial de lançar luz sobre alguns dos principais desafios atuais da pesquisa funcionalista – o de lidar com as noções de texto e de contexto, pois ambos estão indiciados nos gêneros do discurso, segundo a ótica dos ECB. Retomando resultados de alguns estudos sobre o FP realizados sob essas bases (BRAGANÇA, 2017; LANGA-LACERDA, 2021), vimos que o tipo de análise que aqui se pratica é bem diferente do tipo de análise que se pratica fora de um olhar que, de saída, considera a função teleológica dos usos linguísticos, embora, inegavelmente, o campo funcionalista evoque, como premissa fundamental, o trabalho com o texto e com o contexto: de base interpretativista, reconhece-se que a função não basta para explicar a forma, sendo no *interior de sistemas culturais* que o exame da língua em uso deve se efetivar, pois neles há princípios localmente relevantes, responsáveis por conferir uma certa consistência aos pontos de vistas dos indivíduos e, em decorrência disso, uma certa consistência quanto aos usos linguísticos. Embora esses princípios já estejam na literatura funcionalista, acreditamos que o diálogo com os ECB, considerando aspectos filosóficos, teóricos e metodológicos, podem potencializar a investigação de fenômenos em processo de variação/mudança, similares ao da expressão do FP.

O quanto pode ser aceito desse tipo de argumentação compete aos analistas da língua em uso examinar, a fim de que, mais do que ficar a critério do trabalho de cada pesquisador, construamos uma teoria geral sobre o complexo fenômeno da linguagem – em busca do que ainda estamos. Sigamos com a exposição (inacabada) da ideia.

Agradecimentos

Agradeço aos pareceristas pelas contribuições. As faltas que, por ventura, ainda persistem neste texto são de minha responsabilidade.

Referências

ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo. A prática de análise linguística mediada pelos gêneros do discurso: matizes sócio-históricos. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 494-520, jul./dez., 2013.

AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2004.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 1993 [1919-1921].

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Os gêneros do discurso. In:_____. *Estética da criação verbal*. 6ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1952-53], p. 261-306.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. O problema do autor. In:_____. *Estética da Criação Verbal*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979], p. 173-192.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. [Volochínov]. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F.Vieira. 16º ed. São Paulo: Hucitec, 2014 [1929].

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In:_____. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 7ª ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2014 [1924], p. 13-70.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo*. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2018.

BRAGANÇA, Marcela Langa. Lacerda. *Uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de variação/mudança: reflexões a partir da expressão do futuro do presente*. 2017. 696 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In:____ (Org.). *Bakhtin: Dialogismo e Construção de Sentido*. 2ª ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005, p. 87-98.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-32.

BRAIT, Beth. Estilo. In: _____. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010b, p. 79-102.

BRAIT, Beth. Perspectiva dialógica. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. *Texto ou discurso?* São Paulo, Contexto, 2012, p. 9-29.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere.; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

COMRIE, Bernard. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

COUPLAND, Nikolas. *Style: language variation and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FLEISCHMAN, Suzanne. *The future in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

FONSECA, Ana Maria Hernandez. *A perífrase verbal IR + infinitivo e o futuro do dialeto riopretano: um estudo na interface sociolinguística/gramaticalização*. 2010a. 176f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2010a.

FONSECA, Ana Maria Hernandez. Tempo, Aspecto, Modo / Modalidade (TAM) na expressão de futuridade. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 39 (1): p. 45-58, mai.-ago. 2010b.

FONSECA, Ana Maria Hernandez; GONÇALVES, Sebastião. Carlos Leite. Um estudo sociofuncionalista da perífrases verbal *ir + infinitivo*. *Anais do SILEL*, vol. 1, Uberlândia: EDUFE, 2009, p.1-10.

GIBBON, Adriana. *Trajetória de gramaticalização da perífrase IR (presente) + infinitivo no domínio funcional do futuro: análise sincrônica e diacrônica em amostras de fala e escrita gaúchas*. Tese. (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis 2014.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: An Introduction*. v.I, Amsterdam/Philadelphia: J.Benjamins, 2001.

GIVÓN, Talmy. *Bio-linguistics: the Santa Barbara lectures*.Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2002.

GÖRSKI, Edair Maria; TAVARES, Maria. Alice. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. In: BAGNO, M.; CASSEBGALVÃO, V.; REZENDE, T. F (Orgs.). *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017, p. 35-63.

GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO (GEGe). Palavras e contrapalavras: glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin. São Carlos: Pedro & João, 2009.

HOPPER, Paul; TRAUOGOTT, Elisabeth. *Grammaticalization*. 2. ed Cambridge: Cambridge University Press, 2003. E-BOOK.

ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

LANGA-LACERDA, Marcela. A expressão do futuro do presente, os gêneros do discurso no âmbito da terceira onda variacionista e o mundo pós-covid-19: algumas incursões. *Working Papers em Linguística* (ONLINE), v. 22, p. 246-277, 2021.

MEDVIÉDEV, Pavel. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

MORSON, Gary. Saul; EMERSON, Caryl. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2008.

NEVES, Maria Helena Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Josane Moreira. *O futuro na língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. 254f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Mariangela Rios. Contexto: definição e fatores de análise. In: OLIVEIRA, M. R; ROSÁRIO, I. da C. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 22-35.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto, 2011.

REICHENBACH, Hans. *Elements of symbolic logic*. New York: The MacMillan Company, 1947.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – PUCSP, São Paulo, 2001.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L; BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial. 2005. p. 184-207.

SCHILLING, Nathalie. Investigating stylistic variation. In: CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING, N. (Eds.). *Thenhandbook of language variation and change*. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 327 – 349.

SOUSA, Gisele Cássia. Motivações pragmático-discursivas: definição e fatores de análise. In: OLIVEIRA, M. R; ROSÁRIO, I da C. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 86-98.

SCHILLING, Natalie. Investigating stylistic variation. In: CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter; CHILLING, N. (Eds.). *The handbook of language variation and change*. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 327 – 349.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Zeroing in on multifunctionality and style. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 127-136.

VOLOCHÍNOV, Valentin. N. (do Círculo). Palavra na vida e a palavra na poesia: Introdução ao problema da poética sociológica. In: _____. *A Construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução e Notas de João Wanderley Geraldi (Org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 [1926], p. 71-100.

VOLOCHÍNOV, Valentin. N. (do Círculo). As mais recentes tendências do pensamento linguístico ocidental. In: _____. *A Construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução e Notas de João Wanderley Geraldi (Org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 [1928], p. 101-130.

CONECTORES CORRELATIVOS EM CONTEXTOS DE ORALIDADE: PRODUTIVIDADE FUNCIONAL VIA GRAMATICALIZAÇÃO

CORRELATIVE CONNECTORS IN ORALITY CONTEXTS: FUNCTIONAL PRODUCTIVITY THROUGH GRAMMATICALIZATION

Raissa Goncalves de Andrade Moreira¹
Camilo Rosa Silva²

RESUMO: Este artigo recorta dados de uma pesquisa mais ampla que investiga conectores correlativos, destacando evidências de que a correlação se trata de um processo sintático e discursivo distinto da dicotomia tradicional: coordenação/subordinação. Os dados em análise são oriundos da modalidade de língua falada, coletados no *corpus* D&G da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Cotejamos o tratamento que representantes da gramática tradicional destinam ao tema com análises mais recentes, desenvolvidas por pesquisadores filiados a abordagens da linguística funcionalista. Para explicar, a partir dessa ótica, a constituição dos processos de formação dos pares correlativos, aplicamos os princípios de gramaticalização de Hopper (1991). Por conclusão, constatamos a produtividade de novos pares ou a transformação de pares já consolidados pelos usos e defendemos que a correlação é um fenômeno em emergência.

PALAVRAS-CHAVE: Correlação. Gramaticalização. Conectores correlativos.

ABSTRACT: This paper consists of a section from a broader research, which investigates correlative connectors, looking for evidence that the correlation is about a syntactic and discursive process distinct from the traditional dichotomy: coordination / subordination. The data under analysis comes from the spoken language modality, collected in the D&G *corpus* in the city of Natal, Rio Grande do Norte. We oppose the treatment that representatives of traditional grammar address to the theme with more recent analyzes developed by researchers affiliated with functionalist linguistic approaches. To explain, from a functionalist optics, the constitution of the formation processes of correlative peers, we apply principles of grammaticalization of Hopper (1991). For conclusion, we defend that the correlation is a phenomenon in emergence, noting the productivity of new peers or the transformation of peers already consolidated by uses.

KEYWORDS: Correlation. Grammaticalization. Correlative connectors.

Introdução

¹ Mestre e doutoranda em linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: raissamoreira28@gmail.com.

² Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba com Pós-Doutorado em Letras na Universidade Federal de São Paulo. Professor titular da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: camilorosa@gmail.com.

O tema deste trabalho, a correlação, eventualmente desperta a atenção de estudiosos da área de sintaxe. A presente discussão é recortada de uma pesquisa mais ampla que investiga conectores correlativos, aderindo ao coro dos estudiosos defensores de que a correlação se trata de um processo sintática e discursivamente distinto tanto da coordenação quanto da subordinação.

Os dados que ilustram a reflexão são oriundos da modalidade de língua falada, coletados no *corpus* D&G da cidade de Natal, Rio Grande do Norte (FURTADO DA CUNHA, 1998)³. A despeito da ocorrência da correlação em dados de escrita, optamos por restringir esta reflexão à amostra de oralidade, considerando a maior produtividade⁴ dos referidos conectores nessa modalidade de uso da língua.

Embora o problema da correlação seja observado por alguns gramáticos tradicionais (MELO, 1968; LUFT, 2000), na medida em que reconhecem as especificidades que o configuram, ele não é contemplado a contento nas descrições que tais autores realizam, uma vez que se restringem ao enquadramento de enunciados correlatos inseridos ora em processos de coordenação, ora de subordinação. Além disso, as abordagens de cunho essencialmente prescritivistas reproduzem os modelos já padronizados desse tipo de estruturação sintática, fato que pode estar relacionado à decisão da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que optou por não cancelar a correlação como um terceiro processo de articulação de orações, embora à época de sua publicação, em 1959, essa questão já estivesse posta.

Por outro lado, pesquisadores funcionalistas, a exemplo de Rodrigues (2007), Módolo (2008), Castilho (2010) e Rosário (2012), ampliam a investigação sobre a correlação e trazem contribuições relevantes para a apreensão e descrição do fenômeno.

Nosso objetivo principal, neste artigo, é trazer à tona essa discussão, arrolando especificidades do processo da correlação, observadas em dados de língua oral. Para tanto, apontamos a emergência de usos que atestam a manifestação dos princípios de gramaticalização formulados por Hopper (1991), especialmente, a estratificação, a persistência e a divergência, verificados na dinâmica de uso dos conectores correlativos. Acreditamos que, por essa via de análise, podemos flagrar o caráter adaptativo da língua (DU BOIS, 1985) que possibilita ao

³ O *corpus* abarca cinco diferentes gêneros de textos orais transcritos: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião, bem como seus correspondentes na modalidade escrita, redigida pelos próprios entrevistados após suas declarações orais. Desta forma, os participantes produziram cinco textos na modalidade falada e os mesmos cinco na escrita, totalizando um número de 10 produções textuais por informante, estratificados equitativamente em relação a sexo e escolaridade.

⁴ A produtividade aqui está relacionada à ideia de frequência de tipo, correspondendo à recorrência de itens de um *corpus* que apresentam um determinado padrão.

usuário alterar padrões linguísticos já cristalizados. Além disso, refletimos sobre a correlação como estratégia constitutiva de um processo autônomo de articulação de orações. (RODRIGUES, 2007; ROSÁRIO, 2012)

A condução da análise é funcionalista, convergindo à concepção de que a gramática é organizada por um conjunto de regras observáveis nos usos e diretamente relacionadas à noção de discurso. Dessa maneira, os itens e construções linguísticas são passíveis à mudança e afetados pelos contextos de interação. Hopper (1987) denominou esse carácter dinâmico da língua de *gramática emergente*, explicando que tal processo é constante, gradual e dirigido pelo discurso. Nesse cenário teórico, dentre os vários processos de mudança linguística, a gramaticalização guarda lugar como responsável por mudanças que atingem as diversas línguas.

Visando atingir nosso propósito, estruturamos este texto em três seções: na primeira, discutimos questões básicas relacionadas às estruturas correlatas, tanto na visão da gramática tradicional, como na perspectiva funcionalista. Na segunda seção, recuperamos algumas discussões acerca da gramaticalização, mas nos fixamos nos princípios elencados por Hopper (1991). Na sequência, desenvolvemos a discussão a partir de dados que apontam singularidades do processo de correlação em registros da língua falada. A essa seção, seguem as considerações finais.

A correlação como procedimento sintático?

A NGB não menciona o processo da correlação como procedimento sintático⁵. Nesse documento, a correlação é considerada um recurso retórico que se acomoda tanto à coordenação quanto à subordinação. Preso a essa perspectiva, o estudo tradicional das sentenças complexas se encontra, nas gramáticas, na parte do período composto, restrito ao escopo desses dois processos.

Para a classificação do chamado período composto, é levado em conta o grau de dependência sintática observado entre as partes que o compõem. Desse modo, orações coordenadas são “aquelas que, no período, não exercem função sintática umas em relação às outras, isto é, são orações independentes” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 391). Já as orações

⁵ Bechara (1988) corrobora esse entendimento, ao se reportar a José Oiticica para esclarecer que, ao contrário deste autor, não considera a correlação e a justaposição como dois outros processos de combinação oracional que se somam à coordenação e à subordinação, pois, enquanto estes dois últimos são conceitos associados às noções de dependência ou independência sintática, os primeiros dizem respeito ao modo como essas orações (coordenadas e subordinadas) se ligam. De acordo com o autor, “as conjunções coordenativas e subordinativas se podem apresentar, na expressão de nossas ideias, *simples* e *enfáticas* ou *correlatas*” (BECHARA, 1988, p. 105 – grifos do autor). Ou seja, a correlação é abordada como um mecanismo de ênfase.

subordinadas são as que, “ao contrário das orações coordenadas e intercaladas, exercem alguma função sintática em relação à outra” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 392). A respeito do grau autonomia/dependência dessas orações, Luft (2000, p. 45) afirma que “o período composto pode ser estruturado de dois modos, conforme a natureza das orações que o compõem: a) apenas com orações independentes, b) com oração principal e oração(es) subordinada(s)”.

Já para Azeredo (2002, p. 155), além da coordenação e da subordinação, há um terceiro tipo de procedimento sintático: a justaposição. Para o autor, “dois ou mais constituintes do enunciado se dizem unidos por justaposição quando não há qualquer marca formal – concordância, palavras gramaticais – dessa união. As palavras gramaticais que servem de instrumento a estes processos são os conectivos”.

Azeredo (2002, p.118) chama a atenção para a coordenação correlativa e explica que esse processo se realiza por meio dos pares *ou... ou, ora... ora, quer... quer, não... nem* — que exprimem disjunção; *não só... mas também, não só... senão também, não apenas... mas ainda, tanto... como* — que exprimem união; *senão... ao menos, não... mas, mas... não* — que exprimem preferência/compensação. Como podemos perceber, embora admita a existência de um terceiro mecanismo de combinação oracional – a justaposição -, o autor acomoda a correlação no âmbito da coordenação. Em sua obra intitulada Gramática Houaiss, Azeredo (2014, p. 302) trata esses conectores de valor aditivo como “adjuntos conjuntivos” e os mantém na classe dos coordenativos. Vale destacar que o autor não concebe a correlação como um processo sintático, mas um “expediente retórico, de rendimento enfático no discurso”, constituindo-se em um processo muito presente na linguagem argumentativa (AZEREDO, 2014, p. 351).

Uma breve referência aos pares correlativos é feita por Bechara (2009, p.473), quando trata das subordinadas comparativas e consecutivas, que, segundo ele, não são adverbiais propriamente ditas, pois “guardam uma certa analogia com as adjetivas porque dependem de um antecedente, de natureza quantificadora ou de unidade quantificada (adjetivo ou advérbio) e só mantém relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente”.

No entanto, estudos mais recentes, como veremos a seguir, vêm sugerindo e, por vezes, comprovando, que as classificações apresentadas pela chamada tradição gramatical apresentam flutuações e inconsistências, principalmente, no que diz respeito à relação de (in)dependência estabelecida entre as partes constitutivas dos chamados períodos compostos.

É importante ressaltar, como já demos a entender, que o conjunto das especificidades inerentes ao tema da correlação não é de todo negligenciado na abordagem tradicional. Melo

(1968), por exemplo, entende o referido arranjo como autônomo em relação aos outros dois processos, conforme podemos conferir na seguinte passagem:

Para nós a correlação é um processo sintático irreduzível a qualquer dos outros dois, um processo complexo, em que há, de certo modo, interdependência. Nele, dá-se a intensificação de um dos membros da frase, intensificação que pede um termo, muitas vezes ocorre como que uma retenção para um salto, a que se segue o salto. (MELO, 1968, p. 152)

O autor considera a correlação como exterior à coordenação e à subordinação, tratando-se de um processo complexo em que há a intensificação de um dos elementos do enunciado. Embora essas anotações estejam em Melo (1968), a temática não é aprofundada, o que pode ser compreendido ao se levar em conta o contexto de produção dessa gramática em consonância com a NGB.

Em suma, quando contemplado nas abordagens tradicionais, o tema da correlação é discutido rápida e indiretamente, como ocorre em Cunha (1990), Cunha & Cintra (1985), Rocha Lima (1998), Luft (2000) e Kury (2002); ou o é em comentários que apontam tipos específicos de correlação: aditivas, comparativas, consecutivas, proporcionais, mencionados por Luft (2000) e Kury (2002), sem que se especifique a correlação como um processo autônomo em relação à coordenação e à subordinação. (RODRIGUES, 2007)

Por outro lado, entre pesquisadores ocupados com a descrição e análise da língua a partir das situações de uso, observamos uma tendência à defesa da correlação como um terceiro tipo de organização sintática, que não se restringe ao vínculo entre orações, posto que contempla, também, construções não-oracionais.

Nesse contexto, Rodrigues (2007) considera a correlação como um processo que se distingue dos dois outros processos por ser marcado pela interdependência. A descrição que a autora faz leva em conta fatores que se impõem como avanços em relação às descrições conservadoras:

- a correlação apresenta conjunções que vêm aos pares, cada elemento do par em uma oração;
- no período composto por correlação, as orações não podem ter sua ordem invertida, isto é, não apresentam a mobilidade posicional típica das subordinadas adverbiais;
- as correlatas não podem ser consideradas parte integrante de outra, como ocorre com as substantivas e as adjetivas. (RODRIGUES, 2007, p. 232-233).

Sem desprezar a abordagem tradicional, mas apoiada na visão de estudiosos de perspectivas teóricas baseadas no uso, a autora propõe que a correlação, em português, seja subdividida em correlação aditiva, correlação alternativa, correlação comparativa, correlação proporcional e correlação consecutiva. (RODRIGUES, 2007)

Já Castilho (1988) defende que as sentenças complexas envolvem três diferentes tipos de relação, quais sejam: (I) estruturas independentes ou coordenadas; (II) estruturas

dependentes ou subordinadas; (III) estruturas interdependentes ou correlatas. Como visto, a correlação, nessa perspectiva, é articulada num processo de interdependência, o que faz com que constitua um terceiro tipo de encadeamento sintático, ao lado da coordenação – calcada em estruturas independentes – e da subordinação, constituída por relações de dependência.

Compartilhando essa compreensão e com o olhar influenciado pela teoria funcionalista de análise dos fenômenos da língua, Rosário e Rodrigues (2017, p. 44) definem a correlação nos seguintes termos:

O processo de composição do período em que existe interdependência das orações. Caracteriza-se por suas orações ligarem-se por meio de dois conectivos e manifestarem intensificação, realce, ênfase. A primeira oração depende da segunda, assim como a segunda depende da primeira, motivo pelo qual não há oração principal no período composto por correlação, já que ambas as orações são correlatas.

Esse ponto de vista desmonta a possibilidade de que estruturas vinculadas por conectores correlativos se articulem em relação de dependência a uma matriz, destacando-se a existência de relações de interdependência que impediriam de considerar ocorrência de subordinação pura e simples para os casos em que se codifica a correlação.

A apreensão do problema por essa perspectiva já ecoa em Módolo (2005), quando ele avalia a reação dos estudiosos que não veem consistência na divisão tipológica dual em coordenação e subordinação para classificar todas as sentenças complexas. O autor explica que isso pode ser pontualmente observado na confusão que se estabelece entre as orações coordenadas explicativas e as subordinadas causais. Esse ruído também ocorre na classificação dos pares correlativos, que são tradicionalmente alocados tanto entre as orações coordenadas como entre as subordinadas. Para justificar esse pensamento, o referido autor recorre aos seguintes exemplos: a) Erasmo *não só* chegou *como também* tomou café. b) Erasmo tomou o café *tão* depressa *que* engasgou. (MÓDOLO, 2005, p. 3)

Módolo (2005) defende que, nesse caso, as orações (a) e (b) não podem ser consideradas nem coordenadas nem subordinadas e sugere a existência de um *continuum* que acomodaria a correlação entre a parataxe e a hipotaxe, numa classificação inspirada em abordagens funcionalistas (LEHMANN, 1988; HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Assim, a correlação poderia ser entendida como uma etapa que dividiria “propriedades ora com as coordenadas e ora com as subordinadas” (MÓDOLO, 2012, p. 447). Ao buscar refinar sua descrição, o autor afirma que a composição das estruturas correlatas pode suceder-se de duas formas:

a) correlatas espelhadas (formadas por espelhamento, por repetição do mesmo elemento conectivo, como no caso das correlatas alternativas e alguns tipos de comparativas de igualdade): *ou... ou, seja... seja, ora... ora, quer... quer, tanto... tanto, assim... assim, qual... qual, quem... quem, tal... tal, quanto... quanto, já... já, nem... nem*; b) correlatas não espelhadas (em que os elementos conectivos são diferentes, como no caso das correlatas aditivas, consecutivas, proporcionais, hipotéticas,

equiparativas, diferenciativas e algumas comparativas). (MÓDOLO, 2005, p. 1, grifos do autor).

Ainda segundo Módolo (2008), a estrutura das duas sentenças que se correlacionam está estreitamente vinculada por expressões conectivas. Desse modo, a correlação apresenta uma relação simultânea entre as partes, em que o processo de redobrimento sintático está na base de sua gramaticalização.

Como podemos observar, nas diversas abordagens que contemplam a correlação, a questão mais saliente diz respeito às discrepâncias que envolvem o compartilhamento de traços com as noções de coordenação e subordinação corroborando a inconsistência de uma classificação que simplesmente acomode o referido processo em uma dessas tipologias.

Além disso, como explica Castilho (2010), há uma precariedade na distinção entre as concepções de coordenação e subordinação, uma vez que são tênues, por exemplo, as relações entre coordenadas explicativas e subordinadas causais, entre coordenadas adversativas e subordinadas concessivas, entre sentenças gerundiais adjetivas e adverbiais etc. Nas palavras do autor: “pesquisas sobre a modalidade falada trouxeram evidências adicionais sobre a precariedade da linha que separa a coordenação e a subordinação” (2010, p.385). Em se tratando das correlatas, Castilho (2010) também as vincula ao estatuto de um terceiro tipo de relações intersentenciais.

O fenômeno, nessa perspectiva, é tratado como um processo de redobrimento sintático que estaria na base da gramaticalização das conjunções correlatas. Castilho (2010, p. 387) explica que esse processo consiste na ocorrência de um segmento X a que corresponde obrigatoriamente um segmento Y. Nessa perspectiva, o autor informa que “os efeitos de redobrimento sintático estão por toda parte na gramática do português, porém nem sempre nos damos conta que estamos diante de um mesmo fenômeno.”

A partir dessa caracterização, evidencia-se que a correlação ocorre por meio do redobrimento dos conectores ou de sua segmentação, quando não ocorre espelhamento. A estrutura que está na primeira parte do enunciado depende do elemento que está na segunda parte, e vice-versa, de tal modo que a dependência sintática que se estabelece entre as formas conectivas é também verificável na correlação de sentidos entre as partes formativas do enunciado.

Não deixa de ser surpreendente que Castilho (2010) recorra à posição defendida por Oiticica (1952), para quem as relações de coordenação e de subordinação não captam todas as possibilidades de relacionamento intra ou intersentencial. Ou seja, o problema é percebido mesmo por gramáticos mais remotos, sem que a descrição tenha avançado em direção a um tratamento mais esclarecedor ou mais consistente acerca do tema. De fato, se pode encontrar

em Oiticica (1952, p.13) que a correlação constitui um processo de composição do período que “[...] sempre andou confundido com o da subordinação em todas as gramáticas brasileiras ou estrangeiras”.

Após esse brevíário, no qual tentamos situar o problema a partir de amostras do tratamento mais tradicional e de diálogos com autores funcionalistas, como Módolo, Castilho, Rosário e Rodrigues, na próxima seção, abordaremos a gramaticalização de conectores para tentarmos situar os pares correlativos nos processos de emergência linguística.

Princípios de gramaticalização

Uma das observações geralmente postas nos estudos filiados ao Funcionalismo Linguístico refere-se ao fato de que uma gramática funcionalista se aplica às diversas línguas e aos diversos tipos de línguas, pois nelas se equilibram o geral e o particular. Nesse sentido, a gramática, especialmente para a perspectiva teórica denominada Linguística Funcional Norte-Americana, deve ser olhada como produto sujeito a instabilidades ou, ainda, como um sistema de regularidades decorrentes das pressões de uso, que estão ligadas a necessidades comunicativas e pragmáticas. É assentada nessa concepção que se manifesta a chamada *gramática emergente*.

O uso desse termo na área dos estudos da linguagem foi introduzido por Hopper (1987) para referir-se a uma gramática que está continuamente se constituindo, uma vez que, conforme o uso, novas estruturas gramaticais se desenvolvem. Assim, em decorrência das condições contextuais, a estrutura da gramática é instável, sujeita a pressões internas e externas, num dinamismo que nunca cessa. Nesse sentido, a gramática redefinida por Hopper (1987) é amparada nos usos e corresponde a uma organização cognitiva que está relacionada com as experiências discursivas individuais do falante. O linguista explica que, quando o sujeito fala, aciona cognitivamente um conjunto de experiências interacionais passadas. Fica evidente, portanto, que essa concepção se opõe à perspectiva de gramática como sistema abstrato e unificado de regras e princípios.

No ponto de vista assumido por Hopper (1991), o falante faz emergir formas gramaticais novas a partir de material linguístico já disponível. Nesse ambiente teórico, portanto, o processo de gramaticalização implica na codificação dos usos funcionais da língua para atender as necessidades comunicativas dos falantes, estando diretamente relacionado com os componentes contextuais que envolvem a interação.

Para Hopper (1991), existem cinco princípios relacionados a processos de mudança por gramaticalização, tomada na concepção de percurso de um papel lexical para um gramatical ou,

se já gramatical, para outro mais gramatical ainda. São os seguintes os princípios: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização.

A *estratificação* ocorre porque a gramaticalização gera novos itens, que desempenham funções nas quais coexistem e competem com as formas antigas. Sendo assim, no transcorrer do tempo, formas que exercem uma mesma função, no mesmo contexto, convivem no repertório das comunidades, a despeito de uma tendência à eliminação de formas concorrentes. Já o princípio da *divergência* refere-se à permanência do item na função original, mantendo-se de modo autônomo ao lado da forma gramaticalizada, embora divirjam funcionalmente. Quanto ao princípio da *especialização*, ele tem a ver com a frequência de uso. A recorrência em determinados contextos faz o item se especializar no desempenho de uma determinada função semântica ou discursiva, vencendo a concorrência e assumindo a preferência do usuário para a codificação de conteúdos contextualmente específicos. Por sua vez, pelo princípio da *persistência*, observa-se que algum traço da palavra-fonte pode se manifestar em uso inovador na língua, ou seja, traços semânticos, sintáticos ou discursivos da forma-fonte podem ser identificados também no uso mais gramaticalizado. Por fim, quanto ao princípio da *decategorização*, os itens perdem os traços da categoria em que eram reconhecidos originalmente. Por exemplo, formas plenas, como nomes e verbos, perdem sua flexibilidade morfossintática e passam a exercer funções típicas das formas menos autônomas.

Como é dado a entender, esses princípios não são excludentes entre si. Tampouco, há dependência de manifestação de um em relação a outro. O fato é que, nos dados analisados neste trabalho, podemos apontar com alguma nitidez a potencial ocorrência dos princípios da estratificação, da divergência e da persistência, conforme tentaremos evidenciar adiante.

O que não se pode negar, considerando os cinco princípios elencados por Hopper (1991), é que eles confirmam o caráter gradual do processo de mudança, uma vez que conferem aos elementos analisados o grau de “mais” ou “menos” gramaticalizados. Portanto, a preocupação não é se eles pertencem definitivamente à gramática, ou seja, esses princípios não discriminam os processos de mudança que resultam em gramaticalização e os que não resultam.

Na próxima seção, apresentamos dados da pesquisa para a discussão e relacionamos os processos emergentes à manifestação desses princípios.

Os pares correlativos em situação de uso

Nesta seção, discutimos o processo de gramaticalização em alguns pares de conectores correlativos. Conforme já informado na introdução, este trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla, de modo que, embora não constitua objetivo do presente texto, julgamos necessário

apresentar um panorama da frequência de uso, uma vez que esta é fator relevante para a concretização dos processos de mudança linguística. No *corpus*, quantificamos 131 ocorrências de pares correlativos, classificados em alternativos, comparativos, aditivos e consecutivos.

A tabela 1, a seguir, apresenta a quantificação das ocorrências dos referidos pares, verificados no *corpus* D&G (Natal) tanto na modalidade falada quanto na modalidade escrita. Como descreve a tabela, dentre os quatro tipos de correlativos, aqui catalogados a partir do seu valor semântico, destacam-se as estruturas alternativas como as mais produtivas, seguidas, em ordem decrescente de frequência, das comparativas, das aditivas e das consecutivas.

Tabela 1: Quantificação dos tipos de correlação

TIPO DE CORRELAÇÃO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	%
alternativas	66	50,4%
comparativas	43	32,8%
aditivas	16	12,2%
consecutivas	06	4,6%
TOTAL	131	100%

Fonte: os autores

Ao restringirmos a quantificação às ocorrências de correlação na modalidade de língua oral, que é o recorte que nos interessa aqui, chegamos aos resultados expostos na tabela 2:

Tabela 2: Quantificação dos tipos de correlação na língua oral

TIPO DE CORRELAÇÃO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	%
alternativas	62	54,87%
comparativas	40	35,40%
aditivas	07	6,20%
consecutivas	05	3,53%
TOTAL	114	100%

Fonte: os autores

Como podemos observar na tabela 2, a gradação quantitativa dos pares correlativos presentes no recorte específico de língua oral repete a sequência decrescente da quantificação geral que considera as duas modalidades: escrita e fala. Os excertos de (1) a (4) ilustram cada tipo de correlativa conforme sequência mencionada: alternativas, comparativas, aditivas e consecutivas.

(1) [...] a hora do intervalo ... a gente fica sentado ... conversando ... *ou* conversando *ou* se tiver dinheiro pra lanchar ... lancha ... também se num tiver ... bem ... e pra ... como é:: quando o pessoal leva lanche né ... o colégio ... a turma fica reunida no colégio ... aí quando o pessoal leva lanche ... todo mundo lancha... (GF17/D&G/:155 – língua falada).

(2) [...] veja só ... o ensino público é muito mais escolas ... então há uma:: uma cultura e tudo ... então ... você tem que formar primeiro a base para melhorar estado ... município ... e:: instituto federal ... escolas federais ... então ... é:: você vai melhorando isso aí ... aí só assim vai melhorando as médias ... mas em todo caso tem muito *mais* escola pública *do que* particular ... (D&G – língua falada).

(3) [...] aí a gente não é ... num obedecia né ... ao ... ao toque de alerta pra todo mundo ir fazer suas obrigações ... aí ele colocava lá o:: som né ... um corinho ... bem acelerado que a gente num tinha condições de ficar mais deitada né ... a gente se levantava né ... cada um tinha hora também determinada pra ir ao banheiro ... né ... fazer suas necessidades ... depois ... não tomava café ... a gente ia logo fazer o culto doméstico ... né ... de manhã ... então nesse ... nessa consagração pela manhã ... *não só* eu senti *como* todo mundo sentiu ... a gente tava lá ... e era um amor tão grande ... (D&G – língua falada).

(4) [...] é ... caneta *tão* chique *que* num sabe nem escrever direito... (D&G – Língua falada).

Retomando os princípios sistematizados por Hopper (1991), tentamos evidenciar como três deles se manifestam nos dados do *corpus*: os princípios da divergência, da persistência e da estratificação.

Conforme anotado em seção anterior, o *princípio da divergência* entrevê a permanência em uso de um item que, ao mesmo tempo, se mantém como forma-fonte, preservando seu sentido original e coexistindo com formas derivadas, as quais podem passar a exercer funções inovadoras. Para ilustrar esse princípio, recorreremos à seguinte ocorrência:

(5) [...] e... de vez em quando ... a gente se depara com grupo saindo de dentro de uma duna daquela e ... se encaminhando ao asfalto ... às passarelas de acesso pra corrida pra bicicleta ... e o importante nesse ... nesses encontros é... *quer* cumprimentasse as pessoas *quer* ... passasse normal. (D&G – língua falada).

O par *quer... quer* funciona como conector oracional correlativo alternativo. O valor de alternância desempenhado por esse par é de exclusão, tendo em vista que a ocorrência de um fato elimina a possibilidade de o outro também ocorrer. Nesse caso, manifesta-se o princípio da divergência, já que se inibem marcas da categoria plena (verbo) para a forma *quer*, que passa a assumir características da categoria secundária (conector), assinalando o deslocamento de uma categoria menos gramatical para outra mais gramatical. Ao indicarmos que algumas características deixam de se manifestar – embora nesse caso específico isso não ocorra – estamos nos referindo à invariabilidade que dispensa adequação de desinências flexionais, uma vez que, em tais situações, se neutralizam possíveis concordâncias de pessoa e de número.

Vale destacar que, a despeito da mudança que leva o item a operar como conector, a forma plena original continua disponível na língua e exerce toda a funcionalidade que lhe é inerente em diversos contextos de uso. Isso quer dizer que o sentido e as flexões da forma *querer* como verbo pleno não desapareceram e convivem com o uso que tem a forma conectora

invariável. Assim, está caracterizada a *divergência* funcional entre as formas primitiva e derivada. Evidentemente, esse par já é consolidado nos usos da língua como um competente item correlativo ao qual os falantes recorrem para indicar noção de alternativa. O que pretendemos aqui é demonstrar como o princípio da divergência atua e como a presença recorrente desse conector em contextos de alternatividade ilustra a ativação do referido princípio.

Já o *princípio da persistência* diz respeito à conservação de traços característicos da forma-fonte no comportamento da forma-derivada, o que faz com que ocorra a preservação de partes do seu valor semântico e ou de seu papel sintático e discursivo, mesmo que atue em novas funções e em novos contextos. No caso dos pares correlativos de base verbal, alguns deles preservam características de sua origem, as quais influenciam seu valor, como se pode depreender no exemplo do par *seja... seja*. Vejamos:

(6) [...] a maioria são senhoras ... senhoras que ... é ... já com uma profissão definida ...
seja ... dona de casa ... é ... *seja* profissionais autônomas como ... dentistas ... é ...
advogadas ... mas a maioria são mulheres ... porque o preconceito nessa área é muito forte ... (D&G – língua falada).

A ocorrência (6) é ilustrativa do princípio de *persistência*. O par *seja... seja* estabelece uma relação de alternância, tendo em vista que o falante formula uma ideia de revezamento entre os fatos, de modo que uma situação exclua a outra. No processo de gramaticalização desse par correlativo, a despeito da passagem de uma função lexical para uma mais gramatical, alguns traços de seu sentido original tendem a persistir. Percebemos a manutenção de sua funcionalidade estrutural, uma vez que é comum anotar usos dessas formas que estabelecem concordância verbal com eventuais sujeitos sintáticos, mesmo constituindo casos de conexão correlata alternativa, o que poderia ter acontecido no recorte (*sejam profissionais como dentistas*), embora não tenha sido essa a opção do informante. Portanto, são pares conectores que podem realizar concordância número-pessoal.

Se comparada ao *quer... quer* da ocorrência (5), essa especificidade do *seja... seja* é destoante, o que pode sinalizar que este item não tenha ainda completado seu processo de gramaticalização nessa função conectora correlativa. Enquanto isso, não se tem conhecimento de que o *quer... quer* registre forma flexionada quando atua nessa função, o que dá prova do estágio mais avançado de seu processo de gramaticalização na função relacional.

Vejamos a ocorrência, no *corpus*, de um outro conector correlativo:

(7) [...] ela é uma secretária comum ... e tem o seu patrão ... é empresário que tem um plano de ... construir a ... usina nuclear ... *não* para gerar energia ... e *sim* sugar da cidade ... ela ... esquece alguns papéis no escritório e volta ... (D&G – Língua falada).

Em (7), parece estar ocorrendo uma mudança assinalada pela ausência do *só* (*não só*), ou seja, o conector continua o processo de gramaticalização pela perda de estrutura em relação à formação original. O par correlativo *não* \emptyset ... e *sim*, nesse excerto, une dois segmentos: na prótase, *para gerar energia*, e na apódose, *sugar a cidade*, estabelecendo uma relação de adição conectada pelo referido par, que marca, também, a condição de interdependência dos conteúdos linguisticamente codificados. Talvez possamos considerar esse uso como uma variante de *não só ... mas também*; assim, teríamos uma forma menos marcada estruturalmente e carregada de valor argumentativo reforçado na antítese entre os polos negativo e afirmativo da expressão: *não... e sim*.

Em nossos dados de língua oral, foram encontradas 2 ocorrências do par correlativo *não... e sim*. Rosário (2012) chama a atenção para os processos de subjetivização e intersubjetivização que explicariam o surgimento desse tipo de estrutura, a qual está a serviço de uma maior expressividade para o discurso.

Para indicar a possibilidade de tendência desse tipo de economia, como o do *não* \emptyset , temos, no *corpus*, ocorrência com *não só... mas*, na qual se dá o apagamento do *também* (*não só... mas também*), neste caso, no segundo segmento:

(8) [...] é ... eu gosto de várias coisas ... né ... que são muito interessantes ... mas ... uma coisa que eu ... aprendi a fazer desde pequeno e gosto muito é nadar ... eu comecei a nadar basicamente porque eu tinha um problema de saúde ... né ... alérgico e a médica recomendou que eu nadasse ... isso desde os seis anos de idade ... né ... até os doze eu nadava por nadar ... mais por causa do problema ... quando eu fui chamado para participar da equipe do América e comecei a ... a entrar no clima ... realmente ... de competição ... né ... num clima de equipe ... né ... passei a encarar o negócio *não só* um ... um ... hobby ... *mas* um esporte realmente que eu tinha que me dedicar ... né ... e eu acho superinteressante a natação ... né ... (D&G – Língua falada).

Na ocorrência (8), o informante revela como a natação deixou de ser um *hobby* e passou a ser um esporte sério. Notamos que o valor de correlação aditiva ocorre por meio dos pares *não só... mas*. Na prótase, ocorre uma negação marcada por *não só um hobby*, e na apódose emerge a ideia de inclusão marcada por *mas* \emptyset *um esporte realmente que eu tinha que me dedicar*. Rosário (2012), que também encontra ocorrência desse par nos dados por ele examinados, explica que *não só... mas* apresenta uma forte característica argumentativa.

Em usos como esses, evidencia-se a condição de interdependência que caracteriza a correlação, visto que *não só... mas* não pode ser interpretado como uma estrutura simples, nem

permite a interpretação de uma das formas isoladamente. Módolo (2008) já atesta essa condição ao apontar a natureza complexa de tais estruturas.

Como vimos, o *princípio da estratificação* ocorre quando novos itens coexistem com outros já consolidados e exercem função idêntica no interior de uma mesma categoria. No nosso caso, podemos apontar, a título de exemplificação, a manifestação desse princípio, além dos itens já mencionados, no par *desde... até* com valor aditivo:

(9) [...] ao redor da casa ... é encimentado ... mas o quintal todo não é encimentado ... algumas partes é ... como por exemplo ... *desde* o portão *até* a garagem é encimentado ... na garagem ... é grande dá pra dois carros ... tem (D&G - língua falada).

Para cogitarmos o caráter de inovação característico de um item numa determinada função, consultamos gramáticas e livros didáticos, conferindo se suas listas de exemplos para tais conectores contemplam esses itens. Além disso, não há como fugir à própria intuição de usuários da língua que, ao serem surpreendidos por usos supostamente inéditos, à primeira vista/audição, podem acusar, no processamento da informação, algum estranhamento. Observando esse par correlativo, o *desde... até*, constatamos que ocorre uma preocupação em marcar dois limites espaciais: inicial (o portão) e final (a garagem). Assim, a relação desencadeada consiste numa adição de informações, materializada entre os dois fragmentos que representam duas partes da casa cimentada.

Desse modo, no uso do par *desde... até* amplia-se a *estratificação* da classe, uma vez que se trata de uma nova forma entre os conectores correlativos aditivos. Considerando essa inclusão, aceitaríamos que o par *desde... até* coexiste com formas mais antigas que representam o referido grupo de conectores. A lista de itens aditivos formulada por Luft (2000) cita os pares *não só... mas também, não somente... como também*, entre outros. Já Rodrigues (2007) elenca os pares *não só... como, não apenas... como, tanto... como, não apenas... mas também, tão... como*.

Chama-nos a atenção que o par *desde... até* seja formado por duas preposições. Como vimos, o par aparece nos dados do *corpus* como conector que adiciona informações, estabelecendo relação aditiva, marcada pela interdependência entre os dois blocos de informação, característica que temos destacado como típica da correlação.

Remetemos a atenção para a defesa que Tavares (2012) faz de que o princípio da estratificação está relacionado com a renovação da gramática, pois possibilita a composição de novas estruturas, no nosso caso, a formação do par *desde... até*, que se apresenta, no contexto em tela, como conector que atende aos propósitos comunicativos do informante. De fato, parece

ocorrer a gramaticalização de formas que passam de uma classe para funcionar, também, em outra, gerando novos itens no domínio dos conectores correlativos, sem que os itens que já existiam nessa classe sejam excluídos, pelo menos, não imediatamente.

Em suma, nesta seção, pudemos atestar as peculiaridades semântico-sintáticas de alguns pares de conectores correlativos, conforme a verificação de seu estágio de gramaticalização, a partir dos princípios formulados por Hopper (1991): estratificação, divergência e persistência.

Conforme já afirmamos, um dos propósitos deste trabalho é ressaltar algumas evidências de que a classe dos conectores correlativos está aberta à inovação já que combinações são produzidas pelos falantes nos diversos contextos interacionais. Concluindo, alçamos uma amostra de outro par correlativo, cuja existência não parece contemplada nos manuais de gramática e em materiais didáticos afins, mas que na emergência dos usos revela força argumentativa e busca por expressividade, ou até mesmo, habilidade do falante para resolver demandas comunicativas com o que se lhe apresenta mais fácil de codificar e, provavelmente, de processar.

Vejamos:

(10) [...] eu acho isso meio perigoso porque as crianças elas ... não entendem ainda bem *seja* ... ser um homem bom *ou* um homem mau e ... copiam esses modelos equivocadamente ... se enchem de armas a ... na defesa é ... às vezes até copiando modelos de ... personagens más ... de vilo/ vilões né? (IM30/D&G/:69 – língua falada)

Em *seja... ou* talvez se revele uma inusitada combinação, fruto da substituição de termo replicado, já cristalizado na estruturação dos conectores correlativos (*seja... seja*).

Da observação dos dados em análise, atestamos a produtividade da gramaticalização no domínio dos pares correlativos. As formas não listadas nas gramáticas e identificadas no *corpus* têm origem, predominantemente, em verbos, advérbios e preposições, que migram para assumirem função de conector, a qual, em todos os casos observados, é uma função mais gramatical que aquelas que abrigam as formas-fonte originárias.

Considerações finais

Sabemos que os usos linguísticos não ocorrem aleatoriamente, uma vez que as escolhas feitas pelos usuários da língua transitam entre o que já está estabilizado e a necessidade da inovação perante o contexto comunicativo. Neste trabalho, ao analisarmos usos de itens correlativos, defendemos que os pares aqui destacados como inovações são exemplos de variação/mudança conforme o grau de rotinização na comunidade de fala.

Da observação dos dados em tela, constatamos que a gramaticalização é produtiva no domínio da correlação. Tanto as formas já cristalizadas quanto as inovadoras identificadas apontam a migração de itens a partir de classes menos gramaticais para exercerem a função conectora, que é, em relação à função original, mais gramatical.

Podemos constatar a utilização de formas antigas para o exercício de novas funções, com destaque para novos arranjos e a combinação inusitada de pares tanto quanto a alteração de pares já consolidados que não estão imunes aos processos de variação e mudança.

Confirmamos, ademais, que a constituição dos enunciados correlatos se configura como um processo de combinação de orações, como também, de estruturas não-oracionais, que, *stricto sensu*, não se enquadram nem nas tradicionais concepções de coordenação nem nas de subordinação, especialmente, por revelarem uma relação de interdependência na articulação das orações ou fragmentos interpostos.

Referências

- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BECHARA. Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro, Padrão, 1988.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 12. ed., Rio de Janeiro, FAE, 1990.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2001.
- DU BOIS, John W. Competing motivations. In: HAIMAN, John. *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.342-365.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angelica (Org). *Corpus discurso & gramática - a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul. *Emergent grammar*. Berkley Linguistics Society, 1987.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth; HEINE, Bernd. (Orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p.17-35.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed., São Paulo, Ática, 2002.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: Uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO. Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

MÓDOLO, Marcelo. As construções correlatas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008. p. 1089-1102.

MÓDOLO, Marcelo. Gramaticalização e semanticização das conjunções correlativas “sem cabeça”: o caso do que consecutivo. In: LOBO, Tânia.; CARNEIRO, Zenaide.; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne.; RIBEIRO, Silvana. (Orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, p. 441-452, 2012. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/67y3k/pdf/lobo-9788523212308.pdf> Acesso em: 15 mar. 2022.

MÓDOLO, Marcelo. *Correlacionando orações na língua portuguesa*. 2005. Disponível em: <https://issuu.com/museulp/docs/correlacionando_oracoes_na_lingua>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

ROCHA LIMA. Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1998.

RODRIGUES. Violeta Virgínia. Correlação. In: VIEIRA, Silva Rodrigues; BRANDÃO, Silva Figueiredo. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 225-235.

ROSÁRIO, Ivo Costa. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2012.

ROSÁRIO, Ivo Costa; OLIVEIRA, Mariangela Rios *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2014.

ROSÁRIO, Ivo Costa; RODRIGUES, Violeta Virgínia. Correlação na perspectiva funcionalista. In: RODRIGUES, Violeta Virgínia. *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. p. 39-58.

TAVARES, Maria Alice. Gramática emergente e o recorte de uma construção gramatical. In: SOUZA, Edson Rosa. *Análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 33-51.

USOS DE *COM CERTEZA* ENTRE OS SÉCULOS XV E XX
USES OF *COM CERTEZA* BETWEEN THE 15th AND THE 20th
CENTURIES

Ester M. Gonçalves¹

Deise Moraes Pinto²

RESUMO: Este artigo é resultado da dissertação de Mestrado em que discutimos caminhos que podem ter levado à formação de *com certeza* modalizador, que posteriormente desenvolveu diferentes especializações pragmático-discursivas nessa função. A hipótese inicial é de que *com certeza*, que atualmente possui uso mais discursivo-pragmático (advérbio modalizador epistêmico), tinha, em sua origem, uso mais qualitativo, mas posteriormente passou a ter também valor modalizador e se tornou cada vez mais frequente com esse sentido. Como ponto de vista teórico-metodológico, lançamos mão da Linguística Funcional Centrada no Uso. Através dessa perspectiva, na qual se define *construção* como um pareamento de forma e sentido/função, analisa-se a língua em seu real contexto de uso e concebe-se sua gramática como uma rede de construções que se interligam. Supomos, então, que outras construções além da adverbial qualitativa podem ter contribuído com a formação do uso modalizador de *com certeza*. Consideramos, para análise, dados do *Corpus do Português* dos séculos XV a XX e, neste artigo, nos ativemos, principalmente, a uma análise de cunho qualitativo. As frequências *type* e *token* das construções foram levantadas apenas de modo a dar suporte à descrição e análise dos usos. Os resultados demonstraram que, dos séculos XV ao XVIII, o valor qualitativo de *com certeza* é predominante, mas usos como predicativo do sujeito e adjunto adnominal também foram encontrados. Já nos séculos XIX e XX, o valor modalizador é o mais frequente e apresenta usos distintos. Propusemos, então, uma classificação de *com certeza* modalizador em diferentes subtipos a partir desses usos.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Funcional Centrada no Uso. Construção adverbial. *Com certeza*. Modalizador.

ABSTRACT: This article is the result of the Master's dissertation in which we discuss the paths that may have led to the formation of the modal value of *com certeza*, which developed different pragmatic-discursive specializations in this function. The initial hypothesis is that *com certeza*, which currently has a more discursive-pragmatic use (epistemic modal adverb), had, in its origin, a more qualitative use, but later it started to have a modal value and became increasingly frequent with this meaning. As for the theoretical-methodological point of view, we make use of the Functional Usage-Based Model. Through this perspective, in which *construction* is defined as a pairing of form and meaning/function, language is analysed in its real context of use and its grammar is conceived as a network of interconnected constructions. We assume, then, that constructions other than the qualitative adverbial may have contributed to the formation of the modal use of *com certeza*. We considered, for the analysis, data from the 15th to the 20th centuries of *Corpus do Português* and, in this article, we focused mainly on a qualitative analysis. The *type* and *token* frequencies of the constructions were only surveyed

¹ E-mail para contato: deisecmp@hotmail.com.

² E-mail para contato: estergoncalves@letras.ufrj.br.

in order to support the description and analysis of uses. The results showed that, from the 15th to the 18th centuries, the qualitative value of *com certeza* is predominant, but uses such as predicative and adnominal adjunct were also found. In the 19th and 20th centuries, the modal value is the most frequent and has different uses. We therefore proposed a classification of modal *com certeza* into different subtypes based on these uses.

KEYWORDS: (Functional) Usage-Based Linguistics. Adverbial Construction. *Com certeza*. Modal Adverb.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar um recorte de uma pesquisa³ realizada sobre os usos de *com certeza* dos séculos XV a XX, período no qual observamos as possíveis mudanças que levaram essa construção ao uso adverbial modalizador. Todos os dados foram coletados no *Corpus do Português* (Aba Gênero / Histórico), e, como embasamento teórico, utilizamos principalmente a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Sob essa ótica, a língua é analisada em seu real contexto de uso e concebe-se sua gramática como uma rede de construções que se interligam, entendendo-se *construção* como um pareamento de forma e sentido/função.

Inicialmente, partimos do pressuposto de que *com certeza* forma parte de uma construção adverbial qualitativa, [V [com certeza]_{Adv qualitativ}], expressando semântica de modo (ex.: “a única coisa que qualquer pessoa sabe *com certeza* é que no Brasil vale mais um bom acordo do que uma boa demanda.”. *Labirinto Judiciário* (apud CASTILHO, 2016)). Entretanto, *com certeza* também compõe outra construção adverbial: a modalizadora epistêmica [[com certeza]_{Adv modaliz} Or], expressando a certeza do usuário da língua a respeito do conteúdo da asserção (ex.: “os concessionários que não se adequarem a essa nova realidade estarão, *com certeza*, fora do mercado dentro de poucos anos.”. *Do show-room para a oficina* (apud CASTILHO, 2016)). Apesar de ambos os usos de *com certeza* serem possíveis no português contemporâneo, a construção modalizadora, aparentemente, é a mais frequente. Já a construção qualitativa parece estar restrita a usos específicos com determinados verbos de cognição e de atividade verbal, como *saber* e *dizer*. Tendo isso em vista, as perguntas iniciais que se colocam são: a construção qualitativa com *com certeza* deu origem ao novo nó (construção) de *com certeza* (o modalizador)? Quais contextos de uso propiciaram o surgimento desse novo nó? Quais os processos envolvidos em sua formação? O uso modalizador apresenta nuances de sentido? A hipótese inicial foi baseada em estudos realizados com advérbios em –*mente* (MORAES PINTO, 2002; 2008), que evidenciam que o sentido qualitativo de certos

³ Desenvolvida no Mestrado por Ester M. Gonçalves sob orientação da Profa. Deise C. de Moraes Pinto.

advérbios com essa terminação está envolvido no aparecimento de seus respectivos valores modalizadores. Moraes Pinto (2002) verificou que *certamente* e *seguramente*, que, no português arcaico, eram usados como advérbios de modo, passaram a ser usados principalmente como modalizadores. Com base nisso, estendemos à locução *com certeza* a hipótese de que seu uso como modificador de verbo é anterior ao de modificador de oração, defendendo-se, ainda, que a construção adverbial qualitativa com *com certeza* deu origem a um novo nó (construção) na rede: o de *com certeza* adverbial modalizador.

Nesse sentido, os objetivos iniciais foram: a) analisar, do ponto de vista diacrônico, a formação da construção adverbial modalizadora constituída de *com certeza*; e b) observar possíveis especializações discursivo-pragmáticas dessa construção.

Quanto à Metodologia, a dissertação teve caráter quali-quantitativo, através do qual se consideraram as instâncias de *com certeza* levantadas dos séculos XV a XX, submetendo-as à análise de vários fatores. Neste artigo, serão depreendidas as características sintático-semânticas de *com certeza* em cada contexto de ocorrência, bem como a formação dos diferentes usos e a relação entre eles. Serão apresentadas as frequências *type* e *token* que auxiliaram a análise.

Fundamentação teórica

Sob o viés da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), a língua é estudada em seu contexto real de produção e se observam os fatores que motivam diferentes usos. Concebe-se a gramática como emergente, isto é, em constante (re)elaboração, em uma relação de simbiose com o discurso: ao mesmo tempo em que ela oferece ao usuário da língua elementos para serem usados no discurso, do discurso surgem novos usos desses elementos que, quando frequentes e convencionalizados, passam a integrar a gramática.

Essa abordagem também se caracteriza por tomar como base a Gramática de Construções. No caso da LFCU, lança-se mão de uma Gramática de Construções baseada no uso (nos moldes de GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001; dentre outros). Segundo Goldberg (*apud* Hilpert, 2014), o conhecimento linguístico dos falantes pode ser representado por uma rede de construções (um *construct-i-con*), que é um inventário onde se armazenam as construções (pareamentos de forma-sentido) na cognição do usuário da língua.

Traugott & Trousdale (2013, p. 3), apoiando-se em Goldberg (2013), destacam algumas características da abordagem construcionista: (a) a unidade básica da gramática é a construção; b) a estrutura semântica é mapeada diretamente na estrutura sintática da superfície; c) a língua,

como outros sistemas cognitivos, é uma rede de nós (construções) e *links* entre nós; as associações entre alguns desses nós assumem a forma de hierarquias de herança (relações taxonômicas que capturam o grau em que propriedades de construções de nível inferior são previsíveis a partir de outras mais gerais); d) a variação interlinguística (e dialetal) pode ser explicada de várias maneiras, uma delas é através dos processos cognitivos de domínio geral; e (e) a estrutura da língua é moldada de acordo com o seu uso.

As construções se definem como *unidades simbólicas convencionais*, simbólicas por serem signos que geralmente possuem associação arbitrária entre sua forma e função; e convencionais por serem compartilhadas entre os falantes de uma língua (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013). Além disso, as construções são unidades que, em alguma medida, são tão idiossincráticas ou frequentes (GOLDBERG, 1995; 2006) que são agrupadas como pareamentos de forma (propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas etc.) e função (propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais) na mente do usuário da língua. Sendo assim, as construções se constituem desde unidades menores, como uma palavra (ex.: *computador*), até unidades maiores, como o esquema sintático SVO (ex.: *Maria leu um livro*).

Para o armazenamento das construções e de suas propriedades na memória do falante, além da frequência, é importante ressaltar a relevância dos processos cognitivos de domínio geral (BYBEE, 2010), que não se limitam à língua, e sim estão presentes em toda experiência do ser humano no mundo biossocial. Entre esses processos/mecanismos estão o *chunking* (capacidade de processar sequências de unidades como um único bloco de informação), a categorização (capacidade de reconhecer padrões), a memória rica (capacidade de estocar mentalmente detalhes da experiência com a língua), a analogia (capacidade de produzir novas construções com base em construções presentes em experiências prévias), a associação transmodal (capacidade de associar cognitivamente experiências coocorrentes), dentre outros. Observamos que, por trás dos diferentes usos de *com certeza*, estão processos como *chunking*, categorização, memória rica e analogia. Além disso, tais usos constituem diferentes construções, já que, apesar de conterem a locução *com certeza*, expressam diferentes sentidos através de formas distintas (têm, por exemplo, escopos diferentes). Sendo assim, a LFCU fornece o arcabouço teórico para uma análise que dá importância tanto à forma quanto à função do objeto estudado.

Com certeza em gramáticas tradicionais e nas de orientação linguística

É importante enfatizar que, tanto nas gramáticas tradicionais quanto nas de orientação linguística, *com certeza* raramente é mencionado e, quando o é, essas obras preveem apenas seu uso como adverbial modalizador, conforme será visto nesta seção.

Castilho (2016), por exemplo, menciona o *com certeza* ao falar dos modalizadores epistêmicos e apresentar dados tanto com advérbios em *-mente* (*realmente, evidentemente, naturalmente, logicamente*) quanto com modalizadores epistêmicos preposicionais (*sem dúvida nenhuma, com certeza*). O autor (*op. cit.*) especifica, ainda, dentre as funções expressas por adverbiais preposicionais, os valores de *qualidade* (ilustrado por um exemplo com *com franqueza*) e de *modalização* (ilustrado por “Ele falou isso *com certeza* porque tinha evidências do caso” (p. 593) e por mais um dado, com *sem dúvida*). Se tomarmos esse exemplo de *com certeza*, já é possível depreender uma leitura ambígua, a depender do recorte sintático que enfocemos: i) Ele falou isso *com certeza* = *com segurança, com convicção* (modo); ii) *com certeza* porque tinha evidências do caso = *certamente* (modalizador).

Martín Zorraquino (2015), ao estudar os adverbiais de modalidade epistêmica (*evidentemente, naturalmente, por supuesto, en efecto, sin duda* etc.) no espanhol atual, aponta que:

los elementos analizados sirven fundamentalmente para reforzar la aserción (en el caso de los signos que destacan lo evidente) o para ponderarla (se trata, más bien, de los signos que enfatizan la certidumbre: *ciertamente, verdaderamente*). Pero, en la construcción del discurso, se emplean, con ese valor, para otros objetivos: por ejemplo, para justificar la conclusión en un conjunto argumentativo de tipo ilativo-consecutivo (ejemplo 35)⁴, o para destacar el primer elemento de una construcción adversativa⁵. (MARTÍN ZORRAQUINO, 2015, p. 55. Notas e grifos da autora)⁶

⁴ Exemplo 35: “Daba envidia viajar en estas fechas por el resto del mundo y ver el esplendor luminoso de los Campos Elíseos, o asomarse a las pantallas del cine y la televisión para descubrir que había otras formas de anunciar un tiempo de fiestas [...]. Este año las cosas han cambiado y, *ciertamente*, los madrileños podemos disfrutar de un gran salto en el tiempo.” (*Apud* CREA, *La Razón*, 02.09.2002)” (MARTÍN ZORRAQUINO, 2015, p. 55).

“Dava inveja viajar nestas datas pelo resto do mundo e ver o esplendor luminoso dos Campos Elíseos, ou se achegar às telas do cinema e da televisão para descobrir que havia outras formas de anunciar tempo de festas [...]. Este ano as coisas mudaram e, *certamente*, os madrilinhos poderão desfrutar de um grande salto no tempo.” (tradução nossa; grifos no original).

⁵ Exemplo 36: El evento más importante en la Zaragoza de 1908 fue la Exposición Hispano-Francesa. Pudo haber otras actividades importantes, *desde luego* [*ciertamente / evidentemente / sin duda / naturalmente / ...*], pero la Exposición marcó la vida y el desarrollo de la ciudad de forma determinante. (E. Fernández Clemente, *Aragón en el siglo XX*, Zaragoza, Librería General, 2002, 123).

“O evento mais importante em Zaragoza de 1908 foi a Exposição Hispano-Francesa. Pode ter havido outras atividades importantes, *desde luego* [*certamente/ evidentemente/ sem dúvida/ naturalmente/ ...*], mas a Exposição marcou a vida e o desenvolvimento da cidade de forma determinante.” (tradução nossa; grifos no original).

⁶ “os elementos analisados servem fundamentalmente para reforçar a asserção (signos que destacam o evidente) ou para ponderá-la (trata-se, mais especificamente, dos signos que enfatizam a certeza: *ciertamente, verdaderamente*). Mas, na construção do discurso, empregam-se, com esse valor, para outros objetivos: por

Como é possível depreender a partir de Martín Zorraquino (2015), os modalizadores epistêmicos podem também, a depender do contexto, funcionar como articuladores de conclusão ou de ênfase. Tendo em vista esses apontamentos, consideramos, inicialmente, que: i) *com certeza* figuraria em duas construções: a adverbial qualitativa, quando modifica verbo; e a adverbial modalizadora, quando modifica sentença ou algum elemento específico; ii) também é preciso observar quais são os papéis desempenhados por esse modalizador epistêmico no discurso.

Com base nisso, na próxima seção, apresentamos os resultados que obtivemos a partir da análise da frequência *token* e da frequência *type*.

Frequências *token* e *type* de *com certeza*

Nesta seção, apresentaremos os resultados da análise de *com certeza* dos séculos XV a XX. Entretanto, é importante salientar que também buscamos dados nos séculos XIII e XIV do *Corpus* do Português, mas não foram encontradas ocorrências nessas sincronias. Enfocamos, então, os séculos XV a XX, sendo que, até o século XVIII, a quantidade de dados é relativamente baixa (51 ocorrências). Já nos séculos XIX e XX, foram levantados, respectivamente, 427 e 678 dados de *com certeza*. Decidimos, então, fazer um recorte nessas duas últimas sincronias e considerar apenas as 100 primeiras ocorrências de cada uma. De qualquer modo, observamos as demais ocorrências desses séculos e, aparentemente, apresentavam os mesmos padrões de usos levantados nos 100 primeiros dados.

É preciso ressaltar também que, quanto ao século XIX, o *Corpus do Português* nos oferece dados de *com certeza* presentes somente em obras literárias, sobretudo, narrativas ficcionais. Por conseguinte, também optamos por delimitar a nossa amostra do século XX à seção *ficção*. Em ambos os séculos, encontramos dados inseridos tanto nos diálogos entre personagens como nas próprias palavras do narrador.

A tabela 1 mostra a quantidade de dados⁷ de *com certeza* (frequência *token*) encontrados nos séculos XV a XX e seus tipos (frequência *type*):

exemplo, para justificar a conclusão em um conjunto argumentativo de tipo ilativo-consecutivo (exemplo 35) ou para destacar o primeiro elemento de uma construção adversativa” (tradução nossa; grifos no original).

⁷ Os dados ambíguos foram considerados, porém não foram incluídos na tabela. Por não serem usos prototípicos, a análise de tais ocorrências foi de cunho qualitativo.

Tabela 1: Frequências *type* e *token* de *com certeza* dos séculos XV ao XX

TIPOS DE USO	SÉC. XV	SÉC. XVI	SÉC. XVII	SÉC. XVIII	SÉC. XIX	SÉC. XX	TOTAL
Adjunto adverbial qualitativo	1	1	17 60,7%	18 90%	6 6%	7 7%	50 20%
Adjunto adnominal/predicativo do sujeito	-	1	9 32,1%	2 10%	-	-	12 4,7%
Adjunto adverbial modalizador	-	-	2 7,2%	-	94 94%	93 93%	189 75,3%
TOTAL	1	2	28 100%	20 100%	100 100%	100 100%	251 100%

Fonte: adaptado de GONÇALVES (2021).

Como demonstrado na tabela 1, foi analisado um total de 251 ocorrências de *com certeza* nessas sincronias, tendo havido baixíssima frequência nos séculos XV (1 ocorrência) e XVI (2 ocorrências), mas um aumento de *tokens* (ocorrências) e de *types* (tipos) a partir do século XVII (28 dados), com pequena queda no século XVIII (20 dados). Dentre as 251 ocorrências de *com certeza* da amostra, 189 apresentam valor adverbial modalizador (aproximadamente 75% dos dados), 50 (20%) possuem função adverbial qualitativa e 12 (aproximadamente 5%) são de adjuntos adnominais ou predicativos do sujeito. Esses dois últimos usos de *com certeza* (como adjunto adnominal e como predicativo do sujeito) chamam a atenção porque foram atestados em três séculos (XVI, XVII e XVIII) do *corpus*, mas não são mencionados nem previstos em outros trabalhos. Apesar de o número de dados em certas sincronias parecer estatisticamente irrelevante, é possível observar algumas tendências. Olhando ainda panoramicamente a tabela 1, percebe-se que, do século XVII para XVIII, houve uma tendência de aumento na frequência de ocorrência do uso de *com certeza* como adverbial qualitativo (de 60,7% para 90%, respectivamente), ao passo que houve diminuição na frequência de uso como adjunto adnominal/predicativo do sujeito (de 32,1% para 10%, respectivamente) e a ocorrência de uso como adverbial modalizador é baixíssima (apenas 2 dados⁸ - aproximadamente 7% - no século XVII e nenhuma ocorrência no século XVIII). Por outro lado, a partir do século XIX, a

⁸ Esses dois dados de *com certeza* modalizador do século XVII são de conclusão lógica situacional, um dos quatro subtipos de modalizador que será visto mais adiante.

frequência de uso de *com certeza* como adverbial modalizador aumenta significativamente (94% no século XIX e 93% no século XX) enquanto a frequência de uso como adverbial qualitativo cai drasticamente (6% e 7%, nos séculos XIX e XX) e não foram encontradas ocorrências de usos como adjunto adnominal ou como predicativo do sujeito.

Tendo isso em vista, podemos postular que, aparentemente, a consolidação do uso de *com certeza* modalizador é mais recente do que o uso de *com certeza* qualitativo. Também é válido dizer que dois dos quatro subtipos de modalizadores que veremos mais adiante (o de *reafirmação* e o de *focalização*) não aparecem até o século XVIII. Só encontramos ocorrências desses usos nos séculos XIX e XX). Isso pode ser uma evidência de que, como consequência da consolidação de *com certeza* como modalizador (aparentemente no século XIX), com o aumento da frequência de ocorrências, houve também uma expansão de padrões (tipos) de uso desse modalizador.

Como mencionado, em contrapartida aos dados de valores categoricamente qualitativo e modalizador, também encontramos *com certeza* como predicativo do sujeito, conforme se vê no exemplo a seguir:

- (1) Ocupou o Infante Dom Afonso hum recosto mais levantado que outra terra, & o exercito dos Mouros se alojou nos lugares visinhos enchendo grande espaço daquelles campos. Confiados estavam em o principio os nossos, lembrados do socorro que Deos costumava dar aos seus na maior necessidade; & **com certesaque** avia entre elles soldados de muita experiencia & valor, e que os governava hum Principe de grande animo & ventura (CORPUS DO PORTUGUÊS: *Monarchia Lusitana*, Frei António Brandão; século XVII)

Embora *com certeza* esteja distante do sujeito (*os nossos*), podemos perceber que a ele se refere, ligado por um verbo relacional (*estavão*) e funcionando, portanto, como predicativo. Interpretamos da seguinte forma: no princípio os nossos estavam com confiança [...] e certos de que havia entre eles soldados de muita experiência e valor. Nesse caso, parece que ainda não há um *chunk*⁹ consolidado, como é o caso do uso modalizador de *com certeza*, mas esse tipo de contexto pode ter servido de gatilho para o *chunking*¹⁰ e, conseqüentemente, contribuído para o aparecimento do uso modalizador. Nos termos de Diewald (2006)¹¹, tal contexto pode ser

⁹ Uma sequência de unidades interpretada como um único bloco de informação.

¹⁰ Processo cognitivo de domínio geral que possibilita interpretar sequências de unidades como um bloco único, um *chunk*.

¹¹ Diewald (2006), ao tratar de contextos na gramaticalização de construções, propõe 3 tipos: atípico, crítico e de isolamento. O primeiro contexto abordado é o *atípico*, que forma parte das pré-condições do processo de mudança: ocorre uma expansão da distribuição da unidade lexical, que passa a ser usada em contextos nos quais não aparecia antes. Então, o novo significado surge a partir de uma implicatura conversacional. No *crítico*, desencadeia-se o processo de mudança em que se dão múltiplas opacidades estruturais e semânticas, permitindo várias interpretações alternativas, inclusive o novo significado gramatical. E, por fim, no contexto *de isolamento*, consolida-se o processo de mudança, isto é, ocorre a reorganização e diferenciação da nova construção e da construção já existente.

considerado como *atípico*, já que não é usual (nesse dado, *com certeza* se encontra distante do elemento que modifica (nesse caso, o sujeito) e em uma posição que pode ser confundida com margem de oração, posição que, mais tarde, vem a ser a mais típica do modalizador). Sendo assim, daí pode ter sido gerada uma implicatura de modalização e o tipo de contexto em que *com certeza* ocorre seguido de *que*, como nesse dado do século XIX, que se vê a seguir:

- (2) Suponhamos que Shakespeare apresentava em cena uma daquelas personagens que ele se comprazia em enfeitar com todas as flores do seu gênio, Hamlet, Lear, Otelo ou Macbeth. Se no meio de um daqueles seus monólogos, em que a beleza do verso rivaliza com a sublimidade do pensamento, lhe fosse preciso apresentar também um importuno, um servo, por exemplo, que viesse chamar seu senhor para a mesa, **com certeza que** ele não poria versos na boca do vilão, nem se cansaria em imaginar uma perífrase para dizer em versos: " O jantar está posto". (CORPUS DO PORTUGUÊS: *Leonor de Mendonça*, Gonçalves Dias; século XIX)

Nesse exemplo, conseguimos depreender com mais clareza a função de *com certeza*, que ocorre como modalizador. É importante também destacar que *com certeza que* não está entre um verbo e seu complemento, mas entre uma oração e outra, sendo a primeira condicional, que põe em relevo o plano da hipótese/possibilidade (Se no meio de um daqueles seus...) e introduz/prepara o caminho para o resultado/consequência ou conclusão provável, a certeza.

Conforme mencionamos, foram analisados 100 dados de *com certeza* do século XIX e 100 dados do século XX. Como visto na tabela 1, nessas duas sincronias só ocorreram os usos adverbiais (qualitativo e modalizador) de *com certeza*, sendo a frequência da construção modalizadora (94 ocorrências no século XIX e 93 ocorrências no século XX) muito maior que a frequência da construção qualitativa (6 ocorrências no século XIX e 7 ocorrências no século XX), diferentemente do que se vê nas sincronias anteriores (séculos XV, XVI, XVII e XVIII), em que ocorreram apenas dois dados da construção modalizadora (no século XVII), contra um total de 49 dados de outros usos (37 de adverbiais qualitativos e 12 de predicativo do sujeito e adjunto adnominal entre os séculos XV e XVIII).

Reiteramos que os dados dos séculos XIX e XX se encontram em narrativa ficcional (em grande parte, romances) que contém ou diálogos entre personagens ou a fala do narrador, isto é, trata-se, de certo modo, de uma possível representação de dado da oralidade, na ficção. Isso posto, surge a questão: *com certeza* modalizador se convencionaliza na ficção a partir do século XIX? Pagotto (1998), em *Norma e condescendência: ciência e pureza*, defende a hipótese de que uma nova norma culta escrita foi codificada durante o século XIX. Baseando-se em Tarallo (1993), Pagotto (1998, p. 51) lembra que "o século XIX é apontado como o período em que as grandes mudanças na sintaxe do português do Brasil se consolidaram". De acordo com os achados deste estudo sobre *com certeza*, até o século XVIII a construção mais

típica é a adverbial qualitativa, com 35 ocorrências (do total de 51 dos séculos XV a XVIII) contra apenas duas ocorrências da construção modalizadora. No entanto, quando nos deparamos com o século XIX, podemos observar que o uso da adverbial modalizadora é mais frequente, sobretudo, em obras de narrativa ficcional que apresentam diálogos entre personagens. É válido ressaltar que Pagotto (1998, p. 51) aponta, ainda, que a literatura foi “o grande motor da promoção de novas formas linguísticas”. Apoiando-se nessa afirmação, temos como hipótese que isso poderia justificar a maior ocorrência de *com certeza* modalizador no século XIX do *Corpus* do Português, que é composto, sobretudo, de narrativas ficcionais¹².

Podemos dizer, com base nesse *corpus*, que o uso como modalizador parece ter se convencionalizado a partir de textos ficcionais do século XIX. Além disso, os diferentes tipos de modalização epistêmica de *com certeza* parecem ser mais evidentes a partir dessa mesma sincronia, isto é, observa-se também um aumento da frequência de tipo dessa construção.

Embora *com certeza* com função qualitativa seja muito menos frequente nessas sincronias (séculos XIX e XX), sua ocorrência ainda é possível, como podemos ver no exemplo a seguir, em que a construção em destaque modifica o verbo *dizer*, posicionando-se à sua direita:

- (3) O barão dizia ontem, no camarote, que uma só italiana vale por cinco brasileiras. Que desaforo! e desaforo de velho, que é pior. Mas por que é que o senhor não foi ontem ao teatro? --Uma enxaqueca. --Qual! Algum namoro; não acha, Virgília? Pois, meu amigo, apresse-se, porque o senhor deve estar com quarenta anos.. ou perto disso.. Não tem quarenta anos? --Não lhe posso dizer **com certeza**, respondi eu - - mas se me dá licença, vou consultar a certidão de batismo. --Já, vá.. (CORPUS DO PORTUGUÊS: *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis; século XIX)

Nesse excerto, há um diálogo em que a personagem Virgília questiona Brás Cubas sobre sua idade e ele, por sua vez, responde-lhe que não pode *dizer com certeza*, isto é, com exatidão, e que terá de consultar sua certidão de batismo. Vemos, então, que *com certeza* incide especificamente sobre *dizer*, qualificando-o. Observando esse e os outros 5 dados de qualitativos encontrados no século XIX (6% das ocorrências dessa sincronia), vemos que o padrão de comportamento da construção qualitativa segue muito parecido com o das sincronias anteriores: ocorre imediatamente ao lado do verbo, que é preferencialmente de atividade verbal (*dizer*, *falar* etc.). Apesar de esse tipo de verbo, juntamente com o de cognição, estar entre os mais frequentes na construção qualitativa até o século XVIII, havia ainda outros tipos recorrentes (como os verbos materiais, por exemplo). Porém, é válido ressaltar que, a partir do

¹² Como no *corpus* do século XIX só foram encontrados dados de *com certeza* em obras literárias, optamos por também coletar, no *corpus* do século XX, apenas as ocorrências da seção *ficção*.

século XIX, há uma diminuição da frequência de *com certeza* adverbial qualitativo no *corpus* analisado e que ele passa a ocorrer apenas em certos usos com verbos de atividade verbal e de cognição específicos.

Assim, a partir dessa observação, passamos a analisar melhor a construção modalizadora, que, nos séculos XIX e XX, teve grande aumento de frequência tanto de ocorrência (respectivamente, 427 e 678 dados, no *corpus* analisado) como de tipo enquanto no século XVII, os 2 dados de *com certeza* modalizador eram apenas do tipo situacional. Portanto, propusemos uma subdivisão dos usos modalizadores.

Com certeza modalizador nos séculos XIX e XX

A construção modalizadora com *com certeza* exprime a certeza do falante, tendo, portanto, caráter epistêmico. Conforme visto na tabela 1, foram encontrados, no *corpus* analisado, 94 dados de *com certeza* modalizador no século XIX e 93 no século XX. Entretanto, no decorrer da análise desses séculos, observou-se que tais dados exibiam diferentes características, o que nos levou a agrupá-las e propor uma classificação dessa construção modalizadora epistêmica em subtipos. A tabela 2 mostra os subtipos de *com certeza* que identificamos a partir dos dados dos séculos XIX e XX e a frequência de ocorrência de cada um:

Tabela 2: Frequência dos subtipos de “com certeza” modalizador nos séculos XIX e XX

SUBTIPOS DE “COM CERTEZA” MODALIZADOR	SÉC. XIX	SÉC. XX	TOTAL
Conclusão lógica situacional	67 71%	65 70%	132 70%
Conclusão lógica evidencial	17 18%	16 17%	33 18%
Focalização	8 9%	8 9%	16 9%
Reafirmação	2 2%	4 4%	6 3%
TOTAL	94 100%	93 100%	187 100%

Fonte: Gonçalves (2021, p. 94, tabela 7).

Primeiramente, cabe dizer que, para essa proposta de subcategorização, também nos valem, em alguma medida, da Linguística de Texto (LT), enfocando, principalmente, o aporte sobre articuladores textuais argumentativos. De acordo com Koch; Elias (2016, p. 61), “a gramática de uma língua possui certos elementos que têm por função indicar ou mostrar a força argumentativa dos enunciados, a direção ou o sentido para o qual apontam.”. As autoras

acrescentam ainda que esses elementos, denominados por Ducrot de *operadores argumentativos*, “permitem orientar nossos enunciados para determinadas conclusões” (IDEM, p. 61). Desse modo, pode haver “uma gradação de força (crescente ou decrescente no sentido de uma mesma conclusão” (Ibidem, p. 63). Tais operadores possuem, então, papel imprescindível na orientação argumentativa dos enunciados em que se inserem. Tendo isso em vista e considerando os distintos padrões de uso de *com certeza* modalizador, entendemos que ele se configura também como um operador argumentativo e propusemos uma subdivisão em i) conclusão lógica situacional; ii) conclusão lógica evidencial; iii) focalização; e iv) reafirmação; conforme os usos que apresentamos e analisamos mais adiante.

No entanto, antes de passarmos à análise de cada subtipo e da tabela 2, cabe esclarecer o termo *conclusão lógica*, que é um sentido que acaba permeando todos os usos de *com certeza* modalizador. A palavra *conclusão* é associada a distintas acepções que, de certo modo, estão interligadas. De acordo com o dicionário Aulete Digital, em termos mais gerais, a conclusão se refere à “ação ou resultado de concluir, finalizar”, mas também diz respeito ao “entendimento que se alcança a partir de observação e análise”. Pelo viés específico da Lógica, a conclusão é a “proposição que fecha um raciocínio e resulta de um processo dedutivo”. Já o próprio termo *lógica*, em sentido mais amplo, refere-se ao “modo coerente pelo qual coisas ou acontecimentos se encadeiam”.

Com base nessas definições de *conclusão* e de *lógica*, consideramos que há usos de *com certeza* modalizador que exprimem essas nuances, conforme veremos a seguir.

i) Conclusão lógica situacional

Dentre os diferentes comportamentos discursivo-pragmáticos de *com certeza*, o mais frequente no *corpus* foi o que denominamos “conclusão lógica situacional” (67 (71%) das 94 ocorrências de modalizadores no século XIX e 65 (70%) das 93 no século XX, conforme se vê na tabela 2). Nesse subtipo, observa-se que o falante, a partir das pistas que a situação apresenta, tem convicção de que alguma coisa ocorreu/ocorrerá. Sua certeza se dá com base no contexto que se coloca. O usuário da língua conjuga todos esses fatores e afirma “com certeza” algo por dedução/inferência. Vejamos a seguir um exemplo:

- (4) - Sinto-me oprimida.. Receio que te vá suceder qualquer desgraça! Não partas, eu te peço, meu amigo! - Isso é nervoso! Olha: vai para o piano. Toca um pouco de música, que a crise passa. - Em todo o caso, se me quiseres fazer um grande serviço, não partas.. - Estás a brincar, Virgínia; pois se te disse já qual é o interesse que me leva. - Ora, não pode haver maior interesse do que o meu em que não vás! - **Com certeza**, não falas a sério.. - Falo, meu querido, falo! é que rigorosamente preciso que não

partas! (CORPUS DO PORTUGUÊS: *A condessa Vesper*, Aluísio Azevedo; século XIX)

Nesse trecho, observamos um diálogo entre um homem e uma mulher que se encontram em um embate, pois ele precisa partir em viagem de negócios e ela não quer que ele vá, pois tem um mau pressentimento. Ela tenta convencê-lo, sem uma razão concreta, de que ele não vá. Porém, ele, incrédulo com esse comportamento inesperado, contesta-lhe (com certeza, não falas a sério). Desse modo, sua convicção se dá devido à situação atípica que se apresenta, já que ela coloca o seu interesse de que ele não viaje, somente por ter tido um mau pressentimento, acima da necessidade dele de realizar a viagem. Portanto, mediante observação e análise da situação, ele conclui/deduz que sua esposa *não deve estar falando sério*.

Em termos de ordenação e escopo, nesse uso, *com certeza* se posiciona à margem esquerda da oração e não modifica especificamente o verbo (*falar*), mas sim a oração como um todo (não falas a sério).

ii) Conclusão lógica evidencial

O segundo uso mais frequente de *com certeza* modalizador no *corpus* foi denominado “conclusão lógica evidencial” (17 (18%) das 94 ocorrências de modalizadores no século XIX e 16 (17%) das 93 no século XX). Nesse subtipo, “com certeza” também exprime conclusão lógica, mas, nesse caso, tal conclusão se dá a partir da exposição de um argumento ou uma sequência de argumentos (suposições, fatos, atributos enumerados, etc.) que, geralmente, antecedem “com certeza”.

No dado a seguir, também podemos observar a nuance de *conclusão lógica*. Porém, diferentemente do exemplo anterior, nesse são apresentados argumentos baseados em evidências (elementos observáveis/objetivos, indícios, sinais, impressões) para a *certeza*:

- (5) Regressava a esquadra, quando caiu um grande temporal, que obrigou os navegantes a procurar o primeiro abrigo que se lhes deparou. Era uma enseada desconhecida, que não figurava em mapa algum. Mas ninguém se importou com aquilo, e todos saltaram em terra, indo pedir pousada à casa de uma velhinha que ali morava. Era uma velhinha com perto de noventa anos, magra, baixa, e horrorosamente feia, caolha e aleijada. Devia ser **com certeza** uma bruxa mas disse que se chamava Sarda. (CORPUS DO PORTUGUÊS: *Histórias da Avózinha*, Alberto Figueiredo Pimentel; século XIX).

Nesse dado, o narrador enumera características da senhora e, com base na sua descrição (“perto de noventa anos, magra, baixa, e horrorosamente feia, caolha e aleijada”) e no imaginário coletivo de como as bruxas aparentam ser, conclui que a tal velhinha é uma. Devido

a esse tipo de argumento que antecede a oração com *com certeza*, classificamos esse modalizador como epistêmico de conclusão lógica evidencial. Nesse exemplo, há ainda a presença de um verbo modal (*dever*), que reforça a modalização e o caráter de conclusão lógica.

Em síntese, esse tipo de uso se caracteriza por conter argumentos que podem ser atributos verificáveis ou indícios que fundamentam a conclusão apresentada na oração encabeçada por *com certeza*.

iii) Focalização

Embora *com certeza* modalizador sempre apresente algum grau de conclusão lógica, há certos contextos em que a função predominante parece ser a de focalização, pois incide sobre uma parte específica da oração em que se encontra (por exemplo, um substantivo ou adjetivo). Sendo assim, denominamos esse terceiro subtipo de *com certeza* de modalizador epistêmico de “focalização”. No *corpus*, houve 8 dados (9%) das 94 ocorrências de modalizadores no século XIX e também 8 dados (9%) das 93 ocorrências no século XX). Segue um exemplo:

- (6) Quer deixar o cara falar, por favor? - explodiu Beny. - Desculpe! - Caio exclamou histriônico. - Você está com a palavra, Adônis. Beny não sabia o que o irritava mais em Caio. Se a voz sempre num tom mais alto, como se o tempo todo ele estivesse se dirigindo a uma platéia, se aquela mistura de sobriedade e extravagância que era a marca registrada dos ex-radicais bem-sucedidos: o cabelo preso num rabo-de-cavalo, a gravata vistosa, o blazer sóbrio traindo no caimento impecável a origem da griffe - italiana **com certeza** - como eram os sapatos e o lenço de seda colocado no bolso do casaco. (CORPUS DO PORTUGUÊS: *Corpo vivo*, Adonias Aguiar; século XX)

Nesse dado, *com certeza* embala a inferência/dedução da origem da grife (deve ser ou só pode ser italiana e não francesa, brasileira ou de qualquer outra nacionalidade) ao mesmo tempo que a destaca, dando foco a ela. Esse tipo de uso pode se dar entre vírgulas ou não. No ocorrência acima, o comentário todo (“italiana com certeza”) se encontra entre travessões, os quais também indicam pausa (que na fala provavelmente se manifesta com uma mudança prosódica). Esses recursos formais (vírgulas, travessões etc.) parecem também reforçar o papel de ênfase de *com certeza*.

iv) Reafirmação

Esse quarto subtipo de *com certeza* modalizador epistêmico retoma elipticamente o conteúdo da afirmação ou pergunta que a antecede, confirmando o que foi dito e imputando-lhe “certeza”. Denominamos, então, de modalizador epistêmico de “reafirmação”.

Encontramos, no *corpus*, apenas 2 ocorrências (das 94 de modalizadores) no século XIX e 4 ocorrências (das 93) no século XX. Vejamos um exemplo:

- (7) Diga pois o que deseja do meu infeliz cliente. Os seus negócios tratam-se comigo!
 - Já lhe disse que são negócios particulares, e só tratáveis com ele próprio. Quero dar uma busca nessas algibeiras, porque é natural que o miserável trouxesse consigo algum documento dos seus crimes. - Ah! Ele era um criminoso? - Dos piores. - E que lhe queria o senhor? - Matá-lo. - Sim? - **Com certeza**. - E não poderia o amigo, com um pouco de boa vontade, substituir essa intenção por outra? - Por outra? - Sim; visto que agora, neste bom momento de repouso e ventre cheio, não me seria muito agradável cumprir com essa desagradável formalidade. (CORPUS DO PORTUGUÊS: *Mattos, Malta ou Matta*, Aluísio de Azevedo; século XIX)

Nessa ocorrência, ao responder à pergunta “Sim?” com a construção *com certeza*, um dos interlocutores, que já havia dito que queria matar o criminoso, reafirma/reforça o seu querer, sem deixar dúvida. Por isso, denominamos esse uso “reafirmação”.

É válido ressaltar que, nesse subtipo de *com certeza*, é essencial que, imediatamente antes, tenha sido afirmado ou perguntado algo (ainda que retoricamente). Tal uso pode ser mais típico de diálogos, portanto, mais provável de ocorrer na oralidade ou em diálogos presentes em narrativas ficcionais, como no dado apresentado.

Considerando esses subtipos, podemos dizer que *com certeza* se configura também como um articulador textual argumentativo (CAMPOS; TORQUATO, 2013) e se insere em contextos nos quais tem como função veicular uma inferência a partir de uma argumentação. Desse modo, quase sempre sucede uma sequência de argumentos que levam a um argumento mais forte, e final, uma conclusão, que, por sua vez, é encabeçada por essa locução adverbial.

Propriedades formais e funcionais das construções com *com certeza*

Além das frequências *type* e *token*, apresentadas anteriormente, outros fatores, como a ordenação, o tipo semântico do verbo e a composicionalidade, foram considerados para a análise de *com certeza* (cf. GONÇALVES, 2021). A seguir, apresentamos um quadro sintético que abarca as propriedades formais/funcionais que levaram em conta tais fatores.

Quadro 1: propriedades formais e funcionais das construções adverbiais com *com certeza*

CONSTRUÇÃO	Propriedades formais	Propriedades funcionais
[V [com certeza] _{Adv. qualitativa}]	- <i>com certeza</i> se posiciona à direita do verbo;	- valor semântico de modo;

	<ul style="list-style-type: none"> - geralmente tem como escopo verbos de cognição e de atividade verbal; - menor integração entre a preposição (com) e o sintagma nominal (certeza). 	<ul style="list-style-type: none"> - ainda apresenta algum grau de composicionalidade em relação a <i>com certeza</i> modalizador.
[[com certeza] _{Adv Modaliz} Or]	<ul style="list-style-type: none"> - <i>com certeza</i> se posiciona predominantemente no início da oração; - maior integração entre a preposição (com) e o sintagma nominal (certeza). 	<ul style="list-style-type: none"> - menos composicional do que <i>com certeza</i> qualitativo; - valor discursivo-pragmático de modalização epistêmica: imprime a certeza do falante; - apresenta-se nos seguintes subtipos: <ul style="list-style-type: none"> i) evidencial: a certeza se dá embasada em evidências que são apresentadas pelo falante; ii) situacional: a certeza se dá embasada em uma situação geralmente descrita no texto.
[Or [com certeza] _{Modaliz Reafirm}]	<ul style="list-style-type: none"> - maior integração entre a preposição (com) e o sintagma nominal (certeza). - <i>com certeza</i> pode ocorrer sozinho na frase. 	<ul style="list-style-type: none"> - valor de reafirmação: o falante reafirma algo que foi dito/perguntado.

[[com certeza] _{Modaliz} Focaliz SN]	<ul style="list-style-type: none"> - <i>com certeza</i> enfoca e se posiciona à direita ou à esquerda de um elemento nominal; - maior integração entre a preposição (com) e o sintagma nominal (certeza). 	<ul style="list-style-type: none"> - valor de ênfase; - menos composicional.
---	---	--

Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

Buscamos apresentar um recorte de uma pesquisa que analisou os usos de *com certeza* na diacronia. Assim, analisamos caminhos que podem ter levado à formação do uso de *com certeza* modalizador e ao desenvolvimento de suas especializações pragmático-discursivas.

Observamos que, dos séculos XV ao XVIII, o uso de *com certeza* como adverbial qualitativo foi mais frequente. Nessas mesmas sincronias, além desse uso, *com certeza* também ocorria como predicativo do sujeito e como adjunto adnominal. O uso de *com certeza* como modalizador só aparece de forma mais consistente no *corpus* no século XIX¹³ (94 dos 100 dados), confirmando a hipótese de que essa construção é mais recente do que *com certeza* qualitativo. No século XVII, sincronia dos primeiros registros de *com certeza* modalizador no *corpus*, esse uso apresenta frequência muito menor (2 dos 28 dados) que *com certeza* qualitativo (17 dos 28). Em contrapartida, nos séculos XIX e XX, verificamos um cenário inverso, pois, a partir do século XIX, o uso como modalizador passou a ser o mais frequente (94 dos 100 dados) e, dentre as demais funções, só ocorreu a de adverbial qualitativo, com baixa frequência (6 dos 100 dados) e com verbos de cognição e de atividade verbal específicos. Essa constatação também se configurou como um indício reforçador da hipótese de que o uso de *com certeza* modalizador tenha se consolidado posteriormente no português.

Sendo assim, quanto à pergunta inicial (se a construção qualitativa com *com certeza* deu origem ao novo nó (construção) de *com certeza* (o modalizador)), nosso estudo, embora não conclusivo devido à escassez de dados, aponta que a construção qualitativa deu origem ao novo nó de *com certeza*, mas também encontramos indícios de que a construção adverbial qualitativa

¹³ O primeiro registro foi do século XVII, com apenas 2 ocorrências, e no século XVIII não foram encontrados dados de *com certeza* modalizador no *corpus* analisado.

tem relação com a de adjunto adnominal e a de predicativo de sujeito, que podem ter dado origem à qualitativa.

Em relação aos contextos de uso que propiciaram o surgimento desse novo nó (modalizador) e aos processos envolvidos em sua formação, o tipo de contexto que pode ter servido de gatilho para o *chunking* (interpretação de *com certeza* como um único bloco de informação, um *chunk*) e, conseqüentemente, contribuído para a categorização de *com certeza* como modalizador, parece ter sido aquele em que *com certeza* se encontra distante do elemento que modifica e em uma posição que pode ser confundida com margem de oração e que, mais tarde, vem a ser a mais típica do modalizador. Nesse tipo de contexto é que pode ter surgido uma implicatura de modalização. A memória rica permite armazenar mentalmente esses detalhes de uso da língua e a analogia possibilita reconhecer esses usos como semelhantes aos de outras construções, passar a identificá-los com (e classificá-los como) elas e a (re)produzir esses novos usos.

Observamos que o uso da adverbial modalizadora, no século XIX, é mais frequente, sobretudo, em obras de narrativa ficcional que apresentam diálogos entre personagens. Postulamos, então, que isso pode se dever ao gênero, haja vista que, segundo Pagotto (1998, p. 51), a literatura promoveu novas formas linguísticas.

Outra questão colocada diz respeito a se o uso modalizador de *com certeza* apresenta nuances de sentido. A partir dos dados levantados nos séculos XIX e XX, notamos diferentes padrões de comportamento de *com certeza* modalizador e propusemos uma subcategorização: i) conclusão lógica situacional; ii) conclusão lógica evidencial; iii) focalização; e iv) reafirmação.

Através do primeiro uso (i) o falante conclui uma ideia/pensamento a partir da situação que se apresenta. No segundo (subtipo ii), ele conclui com base em pistas visuais, geralmente observando tais pistas e as apresentando no seu discurso com uma escalaridade argumentativa, antes de proferir seu argumento mais forte e final encabeçado por *com certeza*. No terceiro uso (iii), *com certeza* destaca uma informação veiculada por um elemento nominal. Por fim, no uso como reafirmação, o falante apenas reafirma o que seu interlocutor perguntou/disse. Trata-se, assim, de um uso mais dialógico, retórico, referenciado, anafórico e encapsulador.

Apesar dessas nuances pragmático-discursivas de *com certeza* modalizador epistêmico, o sentido de conclusão lógica permeia todos esses quatro subtipos.

Referências

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMPOS, C.; TORQUATO, C. P. Articulação. In: COSTA, I. B.; FOLTRAN, M. J. (Orgs.) *A tessitura da escrita*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 124-144.

CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CONCLUSÃO (verbetes). In: *Aulete Digital*, o dicionário da língua portuguesa na internet. Lexikon, 2022. Disponível em: <https://aulete.com.br/>. Acesso em: 14/03/2022.

DIEWALD, G. *Context types in grammaticalization as constructions*. Constructions, Düsseldorf, 2006.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, E. M. *Com certeza na diacronia: uma análise centrada no uso*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

HILPERT, M. *Construction Grammar and its Application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

LÓGICA. In: *Aulete Digital*, o dicionário da língua portuguesa na internet. Lexikon, 2022. Disponível em: <https://aulete.com.br/>. Acesso em: 14/03/2022.

MARTÍN ZORRAQUINO, M. A. De nuevo sobre los signos adverbiales de modalidad epistémica que refuerzan la aserción en español actual: propiedades sintácticas y semánticas, y comportamiento discursivo. In: ENGWALL, G.; FANT, L. (eds.) *Festival Romanística. Contribuciones lingüísticas – Contributions linguistiques – Contributi linguistici – Contribuições linguísticas*. Stockholm Studies in Romance Languages. Stockholm: Stockholm University Press. 2015, p. 37–63.

MORAES PINTO, D. C. *Os advérbios qualitativos e modalizadores em –mente e sua ordenação: uma abordagem histórica*. 2003. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MORAES PINTO, D. C. *Gramaticalização e Ordenação nos Advérbios Qualitativos e Modalizadores em –mente*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2008.

MORAES PINTO, D. C.; GONÇALVES, E. M. Um olhar sobre as construções adverbiais qualitativas e modalizadoras nos séculos XIX e XX. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 2019, p. 36-52.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, v. 2, 1998, p. 49-68.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO [SER + O QUE + V_(ELOCUÇÃO) + SUJ] EM LÍNGUA PORTUGUESA

THE ANALYSIS OF THE CONSTRUCTION [SER + O QUE + V_(ELOCUTION) + SUBJ] IN PORTUGUESE

Ivo da Costa do Rosário¹
Myllena Paiva Pinto de Oliveira²

RESUMO: Neste artigo, por meio dos postulados teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso, buscamos demonstrar que a construção [SER + O QUE + V_(elocução) + SUJ] integra o esquema conformativo em língua portuguesa. Amparados em uma metodologia qualitativa, selecionamos *tokens* do *Corpus do Português* (NOW), constituído de dados do século XXI. Concluimos, a partir de investigação dos dados do português, que a construção em análise, em sequências textuais informativo-argumentativas, apresenta características do domínio da conformidade. Detectamos também dados ambíguos, em que há evidencialidade e focalização amalgamadas, distinguindo-se do padrão canônico da conformidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conformidade. Evidencialidade. Construção.

ABSTRACT: In this paper, through the theoretical postulates of Usage Based Functional Linguistics, we seek to demonstrate that the construction [SER + O QUE + V_(elocution) + SUBJ] integrates the conformative scheme in Portuguese. Supported by a qualitative methodology, we selected tokens from the *Corpus do Português* (NOW), which consists of data from the 21st century. We conclude, from the investigation of Portuguese data, that the construction under analysis, in informative-argumentative textual sequences, presents characteristics of the conformity domain. We also detected ambiguous data, in which there are amalgamated evidentiality and focalization, different from the canonical standard of conformity.

KEYWORDS: Conformity. Evidentiality. Construction.

Considerações iniciais

Nos termos de Oliveira (2018), a conformidade em língua portuguesa pode ser instanciada em diversos níveis morfossintáticos (intraoracional, interoracional e supraoracional). Nas gramáticas normativas do português, contudo, as informações sobre o tema são bastante lacônicas. Geralmente, há apenas uma curta seção dedicada às chamadas orações subordinadas adverbiais conformativas (ROCHA LIMA, 1972; BECHARA, 2009). Em

¹ Doutor em Letras, Universidade Federal Fluminense, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). E-mail: ivorosario@id.uff.br.

² Mestre e Doutoranda em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense. E-mail: myllenaivap@gmail.com.

alguns casos mais raros, esse tema é brevemente referenciado no tratamento das chamadas "preposições atípicas" *segundo e conforme* (cf. NEVES, 2011).

Outros autores, porém, seguem linha diversa, ao adotar uma visão mais ampla do tema e ao mencionar estruturas não canônicas como instanciadoras de conformidade. Raposo *et al.* (2013), por exemplo, asseveram que um determinado tipo das orações relativas pode desempenhar função semelhante à de uma conformativa. Eles demonstram que construções conformativas podem servir de comentário, sendo responsáveis por envolver “epistemicamente o falante ou o ouvinte” em relação ao conteúdo a elas conexo.³ Nas palavras dos autores portugueses,

As orações conformativas têm pontos em comum com as orações relativas de frases [...]. Em ambos os casos, a oração subordinada retoma a situação descrita na principal, quer sob forma de constituinte relativo *o que*, no caso das orações relativas [...], quer sob forma de um conector (*como* ou *conforme*), no caso das orações conformativas. (RAPOSO *et al.*, 2013, p. 2028).

Para ilustrar o que afirmam, os autores oferecem os seguintes exemplos: “O João teve a melhor nota da turma, *o que era esperado*”; “*Como era esperado*, o João teve a melhor nota da turma”. De fato, podemos notar nesses exemplos que as funções semântico-pragmáticas em ambas as estruturas em itálico são equivalentes, visto que representam um comentário da oração matriz, retomando ou projetando seu conteúdo.

Devemos asseverar, desde já, que consideramos “construção conformativa” toda a porção textual que é introduzida pelos conectores, o que pode abranger as seguintes possibilidades: uma oração absoluta; um período composto; dois períodos (simples ou compostos), quando a conexão se dá no nível supraoracional. Ao trabalhar com o conceito de *construção* (como pareamento de forma de significado convencionalizados), alinhamo-nos à visão preconizada por Goldberg (1995) e Traugott e Trousdale (2013), o que abrange tanto unidades simples como unidades complexas, tais como orações e períodos compostos ou complexos.

A investigação dos vários meios de expressão da conformidade permite a elaboração da sua chamada rede construcional, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). No âmbito dessa rede, detectamos a presença de conectores canônicos, como *segundo*, *conforme*, *como*⁴, e outros não canônicos, como *pelo que* (SANTOS, 2018), *que nem* (VIEIRA; SOUSA, 2019), *para* (no

³ Segundo Raposo *et al.* (2013, p. 2028), “o valor epistêmico diz respeito às atitudes de crença e conhecimento dos interlocutores relativamente ao que é dito”.

⁴ Apesar de os gramáticos tradicionais mencionarem o conector *consoante* como introdutor de construções conformativas, até o momento, a partir da pesquisa baseada em vastos *corpora*, não encontramos *tokens* em que esse conector estivesse presente, fazendo-nos considerá-lo um termo em obsolescência (OLIVEIRA, 2018).

sentido de “na opinião de”), *baseado em* (na indicação de fonte da informação) e *ser + o que* (seguido de verbo de elocução).

A abordagem apresentada por Raposo *et al.* (2013), no tocante às construções conformativas, serviu como ponto de partida para a investigação da construção [SER + O QUE + V_(elocução) + SUJ] neste artigo, justamente devido à sua não prototipicidade, alta complexidade e semelhança formal com outras construções da língua portuguesa. Esses pontos fazem com que esse objeto desperte ainda mais o nosso interesse investigativo.

Essa construção, doravante denominada CCVE (construção conformativa com verbo de elocução), é parcialmente preenchida, composta de verbo *ser* flexionado (3ª pessoa do singular), seguido da expressão "*o que*", acompanhada de um verbo de elocução com sujeito posposto. Nossa hipótese é que essa construção tenha função conformativa em contextos específicos. Vejamos um dado ilustrativo:

(01) Essas empresas crescem a cada dia por oferecer os mesmos serviços que as instituições financeiras tradicionais, sem necessidade de comparecimento a espaços físicos e, muitas vezes, sem tarifas e com taxas mais claras e baratas. E o consumidor de serviços bancários quer facilidade. [*É o que comprova a recente pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban): seis em cada dez transações bancárias já são realizadas por o celular ou pelo computador no país, dado o volume de serviços disponíveis por as plataformas móveis*]. Fonte: <https://www.otempo.com.br/economia/fintechs-ameacam-hegemonia-de-bancos-fisicos-tradicionais-1.2202660>. Acesso em 04/11/2021.

Em (01), a CCVE está inserida em uma sequência informativo-argumentativa. Trata-se de um trecho de uma reportagem sobre *fintechs*. Detecta-se aí uma série de assertivas, que termina com “E o consumidor de serviços bancários quer facilidade”, seguida de uma proposição por meio da qual se indica a fonte da informação: “É o que comprova a recente pesquisa da Federação Brasileira de Bancos...”. Essa proposição é veiculada por meio de uma CCVE: [SER + O QUE + V_{ELOC} + SUJ]. Essa construção poderia ser convenientemente parafraseada por "Conforme comprova a recente pesquisa da Federação Brasileira de Bancos...", sem significativo prejuízo semântico. Afinal, a noção de conformidade estaria preservada em ambas as “versões” do mesmo excerto.

Em termos metodológicos, desenvolvemos aqui um estudo mormente qualitativo, com base no *Corpus do Português*⁵, atendo-nos à sua interface mais recente (NOW – *News on the Web*), justamente porque queremos flagrar *tokens* da sincronia do português atual. Vale destacar que não fazemos distinção entre as variedades da língua portuguesa neste trabalho.

⁵ <https://www.corpusdoportugues.org/>

Como arcabouço teórico, adotamos a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), reconhecida como a vertente mais atual do Funcionalismo norte-americano, associada a alguns pressupostos da Linguística Cognitiva e, sobretudo, a conceitos da Gramática de Construções. Por esse motivo, nossos dados não partem da nossa intuição, mas são oriundos de contextos reais de uso, na medida em que, segundo a LFCU, “uso, processamento cognitivo e mudança linguística são articulados, a fim de fornecer explicações a respeito de propriedades observadas das estruturas linguísticas” (BYBEE, 2016, p. 18). Por se tratar de uma pesquisa eminentemente de base sincrônica, adotamos o conceito de construcionalidade, nos termos de Rosário e Lopes (2019), como será explicitado adiante, em mais detalhes.

Feitas essas breves considerações iniciais, com o objetivo de contextualizar a pesquisa e de destacar a sua relevância, passamos à estruturação deste trabalho, que está organizado em cinco seções. Na seção I, brevemente explicamos alguns pontos importantes do arcabouço teórico-metodológico adotado. Na seção II, tecemos comentários sobre o conceito de conformidade adotado neste artigo, a partir do estabelecimento de uma distinção entre conformidade evidencial (nosso foco) e conformidade circunstancial. Dedicamos a terceira seção à definição de (pseudo)clivagem, com o objetivo de apontarmos traços formais e funcionais entre construções (pseudo)clivadas e a CCVE. A discussão dos dados é apresentada na seção IV. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

Perspectiva teórico-metodológica

Para esta pesquisa, adotamos como arcabouço teórico-metodológico a Linguística Funcional Centrada no Uso (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; BYBEE, 2016; ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016). Como já indicado anteriormente, a LFCU parte de postulados clássicos do Funcionalismo de vertente norte-americana, aliando-se aos recentes desdobramentos da Linguística Cognitiva e da Gramática de Construções Baseada no Uso.

Entre os conceitos mais importantes da LFCU está o de construção. *Grosso modo*, construção está associada a um pareamento convencionalizado de forma e função. Croft (2001) refina esse conceito ao defender que a forma conjuga propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas. A função (ou o significado), por sua vez, agrega propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais.

Tanto Traugott e Trousdale (2013) quanto Croft (2001) concordam com a ideia de que construções constituem os blocos que constroem a gramática de uma língua. Esses blocos organizam-se hipoteticamente por meio de diferentes nós e *links*, de natureza dinâmica, uma

vez que se moldam ao longo do tempo para cumprir novas necessidades comunicativas dos falantes.

As construções podem ser totalmente substantivas ou preenchidas (como é o caso, por exemplo, dos conectores *como*, *segundo*, *conforme* etc.) ou totalmente esquemáticas (como é a construção bitransitiva, formada por *slots* abertos: SUJ + V + OD + OI). Além desses dois tipos, há uma série de construções parcialmente esquemáticas, dispendo de posições fechadas e abertas, como é o caso da CCVE: [SER + O QUE + V_{ELOC} + SUJ]. As duas primeiras posições são preenchidas, destacando-se que a primeira é passível de flexão, ao passo que as duas últimas são abertas, visto que V_{ELOC} e SUJ podem ser preenchidos respectivamente por meio de uma variedade de verbos de elocução e de sujeitos distintos.

No plano da mudança linguística, Traugott e Trousdale (2013) estabelecem uma importante distinção entre *construcionalização* e *mudança construcional*. No último, haveria mudança em apenas um dos polos da construção, ou na forma ou no significado. Por sua vez, construcionalização envolve criação de novos nós ou construções inaugurais. Assim, as construções, após micropassos de mudança, o que pode incluir processos cognitivos diversos, como *chunking*⁶, por exemplo, são realocadas em um novo esquema, constituindo, dessa forma, um novo nó na língua, o que também se dá por meio de neoanálises⁷. O fenômeno da construcionalização está associado a aumento de esquematicidade⁸ e produtividade⁹ e diminuição da composicionalidade.¹⁰

A agenda de estudos construcionistas em língua portuguesa voltados para a mudança linguística é profícua. Em razão disso, a pesquisa diacrônica é frequente nos estudos na

⁶ O *chunking* é um processo que gera unidades complexas de organização a partir de partes singulares. Por meio desse processo, geram-se *chunks*: sequências de unidades embaladas como unidades de sentido. (cf. ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016)

⁷ Neoanálise é o mecanismo que consiste em uma nova interpretação para uma forma já existente, o que normalmente ocorre por meio da negociação de sentidos. Segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 36), o termo *neoanálise* é preferível a *reanálise*.

⁸ A *esquematicidade* diz respeito ao nível de abstração das construções, tendo em vista que esses pareamentos simbólicos podem ser abstratos ou específicos (além de pontos intermediários). A organização esquemática das construções tem sido representada por meio de uma hierarquia comumente composta de três níveis: esquemas > subesquemas > microconstruções. Os constructos, por sua vez, são os *tokens* ou dados empiricamente comprovados no uso (cf. TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016)

⁹ A *produtividade* diz respeito à extensibilidade da construção, associada a sanções e restrições. O levantamento de frequência *type* e *token* também é importante nesse aspecto. (cf. TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016)

¹⁰ *Composicionalidade* diz respeito ao grau de transparência entre forma e significado das construções. Pode ser de natureza sintática ou semântica. Segundo Rosário e Oliveira (2016, p. 246), “*composicionalidade semântica* diz respeito à soma dos significados das partes. Assumimos que uma construção é mais composicional em termos semânticos quando o significado das partes ainda é recuperado no significado do todo. *Composicionalidade sintática*, por sua vez, diz respeito ao nível de integridade morfossintática das subpartes, no sentido de que quanto mais composicional, mais essas subpartes retêm as propriedades gramaticais de sua categoria fonte”.

perspectiva da LFCU, pois é a pesquisa histórica que fornece os dados concretos para a comprovação da mudança linguística. Contudo, Rosário e Lopes (2019, p. 84) argumentam que, assim como é possível postular uma gramaticalização sincrônica (já fortemente consolidada na literatura da área), também é plausível pensar em *construcionalização sincrônica* porque

se mecanismos cognitivos (neuromotores e perceptuais) atribuídos ao ser humano são os mesmos em todas as culturas (cf. BYBEE, 2010), então os mecanismos que operam na mudança diacrônica também atuam nas diversas atividades em que os falantes se inserem em um dado recorte sincrônico.

Os autores destacam que, mesmo a partir de estudos sincrônicos, seria possível observar as camadas de uma determinada língua, por meio das evidências dos mecanismos de variação e de gradiência. Afinal, para que haja mudança na língua, o uso original de uma determinada construção não precisa necessariamente desaparecer, mas pode coocorrer com outros novos usos. Em outras palavras, em um mesmo recorte sincrônico, convivem usos mais antigos e concretos ao lado de usos mais recentes e abstratos. O estado atual de uma língua é sempre um mosaico de estabilidade e de conservação junto a instabilidades e inovações.

Seria possível, portanto, analisar a mudança linguística em perspectiva construcional de um ponto de vista sincrônico. Levando em consideração o conceito de gradiência, resultado sincrônico de sucessivos micropassos de mudança, Rosário e Lopes (2019, p. 10) consubstanciam essa ideia por meio do conceito de construcionalidade – “relação sincrônica estabelecida entre construções, de tal sorte que (i) duas construções A e B apresentam horizontalmente algum grau de parentesco, ou (ii) uma construção menos esquemática pode ser associada verticalmente a uma ou mais construções de natureza esquemática”.

A pesquisa, à luz da LFCU, exige uma análise com base em dados reais da língua, tendo em vista que, de acordo com seus pressupostos teóricos, o sistema linguístico se conforma no uso, por ação de fatores não apenas linguísticos, mas também cognitivos e sociocomunicativos. Nesta pesquisa, utilizamos o *Corpus do Português NOW*, que conta com aproximadamente 1,4 bilhão de palavras oriundas de jornais e revistas disponíveis na internet entre os anos de 2012 e 2019. Com base nesse material, realizamos uma análise sincrônica, com foco no português¹¹ contemporâneo (século XXI).

Na seção de busca do referido *corpus*, inserimos o verbo *ser* na terceira pessoa do singular em todos os tempos verbais do modo indicativo, seguido de “o que”. Buscamos apenas

¹¹ Em termos metodológicos, reiteramos que este trabalho não estabelece distinção entre as variedades do português.

os verbos flexionados na terceira pessoa do singular porque entendemos que o referente do verbo *ser* é toda a informação contida na unidade informacional anterior. Não consideramos pesquisar os verbos no modo subjuntivo porque Oliveira (2018) argumenta que as construções conformativas não são recrutadas em contextos dubitativos ou hipotéticos, seara dos tempos desse modo verbal.

Fizemos um recorte concentrado nas primeiras 50 ocorrências resultantes da busca eletrônica para cada tempo verbal, e o principal critério de seleção para análise foi a presença de verbo de elocução, sobretudo com sujeito posposto – característica marcante de construções conformativas oracionais prototípicas. Desse grupo, destacamos os *tokens* que instanciavam conformidade evidencial¹².

Procedemos a uma análise essencialmente qualitativa, tomando como base a relação entre o pesquisador, na condição de usuário da língua, e o objeto analisado (BRYMAN, 1998; LACERDA, 2016). A principal vantagem desse tipo de pesquisa, apesar de não propiciar a análise de uma quantidade vultosa de dados, é justamente a observação e a interpretação de cada dado, o que permite a descrição minuciosa do fenômeno.

Com base na observação dos *tokens* detectados no *corpus*, pelo método indutivo, podemos sugerir generalizações relacionadas ao objeto em língua portuguesa. Considerando o recorte já explicitado, no presente do indicativo, detectamos 11 dados, além de 3 dados no pretérito perfeito e 3 dados no pretérito imperfeito. Não encontramos nenhuma ocorrência, com função conformativa evidencial, nos tempos futuros do indicativo.

Feitas essas considerações de cunho teórico-metodológico, vejamos como a literatura nos apresenta a noção de conformidade.

Breve Comentário sobre a Conformidade

Compreendemos a conformidade como um domínio funcional (TEIXEIRA; ROSÁRIO, 2016), ou seja, como uma grande área semântica capaz de abrigar muitas construções linguísticas aparentadas pelo sentido. É muito comum que haja sobreposições nos domínios funcionais, justamente devido à sua complexidade. Nesse sentido, a conformidade faz fronteira com outros domínios, como os da comparação, do modo e da proporção. Entre esses domínios há relações gradientes, o que nos faz romper com visões categóricas.

¹² Conforme se apresentará na seção seguinte, entendemos *conformidade evidencial* (ou *linguística*) como aquela em se estabelece a identidade de eventos/ideias a partir de distintos atos de fala.

Diante dessa realidade empírica, Kortmann (1997), por exemplo, insere a noção de conformidade dentro do espectro semântico-pragmático da modalidade. Azeredo (2007), por sua vez, abriga a noção conformativa dentro da categoria de comparação. Castilho (2010) também reforça essa aproximação entre domínios.

Por meio da revisão bibliográfica, é possível notar, em algumas gramáticas, exemplos que não deveriam ser considerados centrais na dita categoria das orações subordinadas adverbiais conformativas, por revelarem traços desses outros domínios (cf. OLIVEIRA, 2018). Vejamos um caso oferecido por Azeredo (2007): “Como (ou *conforme*) costuma ocorrer com as celebridades genuinamente inimitáveis, Zózimo Barroso do Amaral acabou copiado no Brasil inteiro por colunistas sociais. (M Sá Corrêa, *Veja*, 26.11.97)”. Esse exemplo está instanciado pelo conector *como*, essencialmente polifuncional e contextualmente dependente.

Para Azeredo (2007), o conector *como* tem função conformativa quando estabelece ligação entre orações em que uma confirma o conteúdo da outra. O autor assume a possibilidade de substituir o conector conformativo por *conforme*, devido à sua transparência. Contudo, apesar de uma notável sobreposição de funções, no exemplo, a função comparativa é saliente. Argumentamos que o verbo *ocorrer*, nesse caso, funciona como um encapsulador, englobando um evento omitido porque está disponível na oração matriz (celebridades são copiadas). Vale destacar que esses detalhes, como o tipo de verbo presente na oração, comumente são desconsiderados na análise tradicional dos fatos da língua.

Mateus *et al.* (2003) também apresentam exemplos que ajudam a comprovar que os dados, em muitos casos, espelham funções sobrepostas, como se verifica a seguir: a) “A decoradora arranjou a sala *conforme lhe recomendaram*.”; b) “*Conforme lhe recomendaram*, a decoradora arranjou a sala.” Em (a), as autoras demonstram que a porção em destaque recai sobre o verbo *arranjar*, proporcionando uma leitura mais modal. Assim, de que modo a sala foi arranjada? Foi arranjada conforme a recomendação que receberam. Por outro lado, em (b), existe maior possibilidade de leitura conformativa, na medida em que o trecho em itálico tem como escopo toda a oração matriz. A anteposição da oração introduzida por *conforme* veicula a ideia de que a decoradora arranjou a sala em conformidade com o que lhe foi recomendado. A diferença é tênue, está associada à posição das orações e é devida a fatores como pontuação/prosódia e posição das orações. Entretanto, tudo isso fica escamoteado em perspectivas mais tradicionais, centradas demasiadamente no item conjuncional (no caso, em *conforme*). Em outras palavras, em compêndios normativistas, ambos os casos seriam tomados

como exemplos de orações subordinadas adverbiais conformativas, sem as nuances que aqui apresentamos.

Fernandes (2017), em estudo sobre construções proporcionais, mostra que a conformidade toca o domínio da proporção, sobretudo quando se trata do conector *conforme*. Oliveira (2018) mostra *tokens* que podem evidenciar essa relação. Vejamos um caso:

(02) Os recursos compulsórios são arrecadados pelo Ministério da Previdência Social, nas guias do INSS, [*conforme cada legislação determina*]. Cada indústria ou empresa do comércio, para ficar nos exemplos das instituições ligadas à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional do Comércio (CNC), paga em torno de 2,5% de contribuição sobre a folha de pagamento. Fonte: [Revista Poli, n. 3, 2009, p. 9], disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/revista_poli_-_3.pdf. Acesso em 04/11/2021.

Oliveira (2018) argumenta que, em (02), um evento induz o outro, corroborando a ideia de Barreto (1999) e Silva (2011) sobre a função indutora das construções conformativas. No dado, em cada legislação está expresso o valor percentual de contribuição de indústrias e empresas. Em outras palavras, o valor seria *proporcional* ao que está determinado em cada legislação. Argumentamos, assim, que a noção de proporcionalidade pode ser um refinamento "quantitativo" da ideia de conformidade, uma vez que a proporcionalidade mobiliza sempre a comparação de duas grandezas.

Em razão da possibilidade dessas sobreposições, dos limites tênues entre domínios, é preciso recortar o objeto. Temos, portanto, definido a conformidade de duas maneiras distintas: de um lado, conformidade linguística (ou evidencial); de outro, conformidade não linguística (ou circunstancial).

Entendemos por conformidade linguística (ou evidencial) aquela em se estabelece a identidade de eventos/ideias a partir de distintos atos de fala. Esses casos são detectados nos constructos formados, principalmente, por verbos de elocução, que recrutam outro ato comunicativo, ou verbos de percepção metafóricamente utilizados como representantes de uma ideia/fala/pensamento, como o exemplo a seguir:

(03) Esse método de alfabetização foi substituído pelo Mobral, que é uma técnica desidratada. Trabalhava-se com palavras geradoras, [*como Paulo Freire propunha*], mas eram palavras que não davam margem a discussões muito elucidativas. Fonte: [Revista Poli, n. 2, 2008, p. 17], disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/revista_poli_-_2.pdf. Acesso em 04/11/2021.

O trecho em destaque (“como Paulo Freire propunha”) ajuda a explicar o valor da expressão mencionada anteriormente (“palavras geradoras”), além de informar a origem da expressão. Apesar de ter um escopo focal, não é um caso modal, mas tipicamente conformativo, em razão sobretudo do contexto¹³ e do cotexto¹⁴ em que está inserido. A conformidade em casos dessa natureza é evidencial.

Conformidade não linguística (ou circunstancial), por outro lado, está associada à identidade entre eventos do mundo biofísico-social. Luft (2000) mostra um exemplo que ajuda a identificar esse tipo de conformidade: “*Conforme é o pássaro, assim é o ninho*”. Nesse caso, existe uma relação de causalidade entre os eventos. Depreendemos uma relação de implicação entre o trecho em itálico e a informação presente na oração matriz. Podemos perceber que para cada tipo de pássaro existe um tipo de ninho; pássaro e ninho estão atrelados de modo que um esteja em conformidade com o outro. Não há, em casos como esse, identidade entre atos comunicativos, mas entre entidades do mundo externo, extralinguístico, biofísico. A conformidade aqui é circunstancial. Com base nesse tipo de ocorrência, postulamos que podem surgir usos ambíguos, o que faz com que os domínios modo, comparação, proporção se aproximem da conformidade.

Por necessidade de recorte, definimos que está em foco neste artigo a *construção conformativa linguística* do tipo evidencial. Estamos interessados especificamente em demonstrar que a CCVE integra o esquema conformativo. Entre suas funções, destacamos a de indicar fonte de informação, atribuir autoridade ou expressar evidencialidade de alguma proposição contígua, como observaremos nos dados a seguir.

Antes de encerrarmos esta seção, chama a nossa atenção uma parte da configuração morfossintática da CCVE. Estamos nos referindo às subpartes “SER + o que”, presentes em construções clivadas ou aparentadas. Por esse motivo, na seção seguinte, faremos uma breve inserção nesse tópico.

Notas sobre a (pseudo)clivagem

O objetivo deste artigo não é dar ênfase à construção (pseudo)clivada em si. Contudo, consideramos importante caracterizá-la brevemente, tendo em vista que a CCVE apresenta

¹³ De acordo com Martelotta (2011), os contextos extralinguísticos, as situações de comunicação, elementos semânticos, pragmáticos e discursivos são caros aos estudos linguísticos.

¹⁴ Cotexto se define pelas “relações intratextuais – aspectos diretamente ligados à materialidade linguística, mas que ultrapassam o nível da sentença. A noção de cotexto envolve um *cline*.” (SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014, p. 24).

semelhanças marcantes com esse tipo de construção. No Brasil, com relação à clivagem, em perspectiva funcionalista, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Braga (2009), Braga, Oliveira e Barbosa (2013) e Oliveira (2019). De acordo com Braga, Oliveira e Barbosa (2013, p. 30-31), clivagem é

uma estrutura complexa formada por duas orações, uma das quais introduzida por um pronome relativo ou palavra *QU* e a outra apresentando o verbo *ser*. A esta estrutura bioracional corresponde uma proposição que poderia ter sido expressa por uma oração simples equivalente, isto é, desprovida da palavra *QU* e verbo *ser*.

Os autores, nesse trecho, evidenciam a parte estrutural da construção clivada, com destaque para sua composição e complexidade. Do ponto de vista semântico-pragmático, argumentam que, desde os estudos seminais sobre o assunto, já se atribuíam à construção clivada uma *função focalizadora*. De fato, as construções clivadas sempre envolvem verbo copular, questões relacionadas a foco e contraste, além de ter caráter bioracional (BRAGA, 2009).

A focalização pode acontecer em diversas categorias morfossintáticas. Vejamos os tipos de clivagem detectados pelos autores e seus respectivos exemplos (BRAGA; OLIVEIRA & BARBOSA, 2013, p. 33-34):

Quadro 1 - Tipos, configuração e exemplos de construções clivadas em português

<i>Tipos</i>	<i>Elementos</i>	<i>Exemplos</i>
Construção pseudoclivada	Quem/ O que + Oração sem constituinte clivado + Verbo Ser + Constituinte clivado	Quem / estava com a chave / era / o jardineiro.
Construção pseudoclivada invertida	Constituinte clivado + Verbo Ser + O que/Quem + Oração sem constituinte clivado	Esse padre / foi / quem / deixou o colégio para a ordem.
Construção pseudoclivada extraposta	Verbo Ser + Constituinte clivado + Quem/O que + Sintagma verbal	É / ele mesmo / quem / declama.
Construção Foco Ser	Oração sem constituinte clivado + Verbo Ser + Constituinte clivado	Todo homem que está ficando velho quer / é / jogar.
Construção clivada canônica	Verbo Ser + Constituinte clivado + Que + Oração sem constituinte clivado	Fui / eu / que / escrevi.
Construção Ser Que	Constituinte clivado + Verbo Ser + Que + Oração sem constituinte clivado	Eles / é / que / uma vez implicaram comigo.
Construção Que	Constituinte clivado + Que + Oração sem constituinte clivado	Eles / que / enrolaram.
Construção Ser... Ser Que	Verbo Ser + Constituinte clivado + Verbo Ser + Que + Oração sem constituinte clivado	É / o homem / é / que / faz ele violento, né?

Fonte: elaboração própria, com base em Braga, Oliveira e Barbosa (2013).

Para Braga, Oliveira e Barbosa (2013), as pseudoclivadas têm as seguintes características em comum: elementos morfossintáticos focalizados, traços semântico-pragmáticos dos elementos focalizados e correlação modo-temporal. Os autores explicam, ainda, que esse tipo de clivada pode recair sobre objetos diretos e circunstanciais.

Chama nossa atenção a semelhança entre a CCVE e as *pseudoclivadas extrapostas*, em destaque no Quadro 1. Afinal, ambas se iniciam com o verbo *ser*, seguido de “o que/quem” e de um sintagma verbal. Utilizando um exemplo simples baseado na experiência do pesquisador com a língua, apenas para ilustrar e aproximar as construções, comparamos, a seguir, ambas as estruturas. Na primeira linha reproduzimos uma pseudoclivada extraposta listada por Braga, Oliveira e Barbosa (2013). Doravante, essa construção será indicada como CPE (*construção pseudoclivada extraposta*). Na segunda linha, apresentamos uma CCVE com certa correspondência estrutural, se comparada à CPE:

Quadro 2 – Comparação entre CCVE e CPE

	UNIDADE INFORMACIONAL ANTERIOR	VERBO <i>SER</i>	CONSTITUINTE FOCALIZADO	O QUE / QUEM	SINTAGMA VERBAL	SUJEITO POSPOSTO
CCVE	X	É	-	o que	afirma	Y
CPE	-	É	ele mesmo	quem	declama.	-

Fonte: elaboração própria.

Como vamos demonstrar na seção de análise de dados, o elemento supostamente focalizado na CCVE não está na própria construção em si, mas na oração anterior, em outro período. Assim, a CCVE “É o que afirma Y” retoma anaforicamente alguma informação já expressa no discurso (representada no quadro por X). Por sua vez, o elemento Y representa o sujeito posposto, que é sua posição frequente nas sentenças com verbos de elocução (MARQUES; CEZARIO, 2015) e, conseqüentemente, nas construções conformativas evidenciais (cf. OLIVEIRA, 2018).

Argumentamos que a ausência do constituinte clivado no interior da CCVE impacta seu polo funcional. A falta do material interveniente entre o verbo *ser* e “o que” permite a aproximação desses elementos, provocando alteração no polo formal da construção por meio neoanálise. Daí que esses elementos, agora mais amalgamados, menos analisáveis, não funcionam exclusivamente como subpartes de uma construção clivada, mas adquirem função conformativa evidencial. Na CCVE, verifica-se que há um verbo de elocução seguido de sujeito posposto (simbolizado por Y), indicando fonte da informação.

O arranjo [SER + O QUE + V_(elocução) + SUJ], mais vinculado em suas partes, por sua vez, faz a retomada da unidade informacional anterior, como é comum nas conformativas evidenciais em geral.

A CPE, de outro modo, apresenta o constituinte focalizado dentro de sua própria estrutura ("ele mesmo", como demonstrado no exemplo do Quadro 2). Além disso, não apresenta sujeito posposto. Por fim, não cumpre o mesmo papel de retomar unidades informacionais anteriores, como o faz a CCVE. Logo, apesar de algumas semelhanças, CCVE e CPE são distintas tanto em termos formais quanto funcionais, ressalvada a possibilidade de sobreposição entre ambas, como veremos na seção seguinte.

Análise de Dados

Conforme já dissemos, utilizamos o *Corpus do Português* como base para o mapeamento dos dados de análise. Chegamos a 17 constructos: 11 *tokens* com o verbo no presente do indicativo, 3 *tokens* no pretérito perfeito do indicativo e 3 *tokens* no pretérito imperfeito do indicativo.

Essa maior produtividade do presente do indicativo em CCVE reforça os achados de Tavares (1997) sobre o domínio jornalístico. A sequência expositivo-argumentativo é o contexto das construções conformativas evidenciais, como também é o *locus* preferencial da CCVE. Devemos recordar que o presente do indicativo expressa verossimilhança e factualidade, o que se compatibiliza com a noção de conformidade evidencial.

Os *tokens* que se seguem servem de exemplo para nossa análise qualitativa. Vejamos:

(04) No caso dos bombeiros catarinenses, a ajuda dos drones se reflete em todas as frentes de trabalho. [É o que explica o tenente Pedro Reis, um dos pioneiros do uso da ferramenta na corporação]. “Os drones auxiliam na gestão de um evento ou ocorrência. (...)”. Fonte: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/ciencia-e-tecnologia/drones-permitem-economia-e-melhoria-nos-servicos-do-governo-de-santa-catarina>. Acesso em 04/11/2021.

A CCVE está sublinhada no dado (04). O verbo *ser* está no presente do indicativo. O verbo de elocução *explicar*, também no presente do indicativo, está seguido de um sujeito posposto, que preenche o *slot* verbal da construção. A CCVE não apenas retoma a assertiva anterior, encapsulada em “o”, como também prepara o interlocutor para a citação seguinte. A validação da informação (“No caso dos bombeiros catarinenses, a ajuda dos drones...”) se dá em virtude da inserção de sua fonte, ou seja, o ato de fala do tenente Pedro Reis, cuja

caracterização chancela a sua confiabilidade (“um dos pioneiros do uso da ferramenta na corporação”).

Percebemos, por meio do dado (05), a seguir, que a correspondência entre o tempo dos verbos *ser* e de elocução não é condição *sine qua non* para a instanciação da conformidade evidencial. Essa característica reforça que não estamos diante de uma construção clivada focalizadora simples, tendo em vista que a CPE apresentaria correlação de tempo verbal entre a oração clivada e a não clivada:

(05) O Flamengo vai insistir na tentativa de contratar o atacante Pedro, do Fluminense. [É o que afirmou o vice-presidente de futebol do clube, Marcos Braz, em entrevista ao canal Fox Sports, realizada no sábado, após a vitória por 3 a 1 no jogo-treino contra o Madureira]. O duelo, que aconteceu na Gávea e com portões abertos para a torcida, foi o primeiro da equipe desde que o técnico português Jorge Jesus assumiu o comando. Fonte: https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/5788121/flamengo-fara-segunda-proposta-por-pedro-diz-marcos-braz. Acesso em 04/11/2021

O *token* (05) ilustra claramente uma CCVE. O verbo SER está no presente do indicativo, mas está seguido de um verbo no pretérito perfeito do indicativo (*afirmou*). Diferentemente do dado (04), neste aqui, o segundo ato de fala, que aponta a fonte da informação, ocorreu em tempo anterior, em outro veículo de comunicação (canal Fox Sports). Observamos ainda a ocorrência do verbo de elocução (*afirmar*) com sujeito posposto. A construção, seguindo sua função conformativa evidencial, se constitui como comentário acerca da informação presente no período anterior (“O Flamengo vai insistir na tentativa de contratar...”). Portanto, a focalização não ocorre, como acontece normalmente com as clivadas, no mesmo período, mas pelo estabelecimento de uma conexão supraoracional.

O próximo dado (06) contém verbo no pretérito imperfeito:

(06) E Jesus conclui que é assim no céu sempre que um PECADOR se converte. Ao fundo da cena estão noventa e nove JUSTOS que não precisam de conversão. [Era o que pensavam os escribas e fariseus, e nós tantas vezes também!] A ovelha ou um de nós que se perde, perde-se porque volta as costas a Deus. Fonte: <https://www.imissio.net/artigos/51/2553/domingo-iv-da-quaresma-quando-deus-sai-ao-nosso-encontro/>. Acesso em 04/11/2021

O *token* (06) está inserido em um trecho narrativo-argumentativo. A origem, fonte da proposição/pensamento (“noventa e nove justos não precisam de conversão”), está presente na construção sublinhada. Trata-se de uma CCVE canônica, à semelhança de (01), (04) e (05). No constructo, assim como ocorreu nos dados já citados, há comentário sobre parte da oração anterior. Há, contudo, uma particularidade: trata-se de uma conformidade *focal*, porque não

abarcando inteiramente o período anterior. Oliveira (2018) demonstrou que construções conformativas com escopo focal são mais difíceis de serem apreendidas porque exigem do interlocutor um conhecimento prévio sobre o assunto que o contexto não fornece. No *token* (06), é preciso conhecer a relação entre fariseus e necessidade de conversão para entender que a construção sublinhada não está conectada com todo o trecho anterior, mas apenas a uma parte.

Esse tipo de conformidade exemplifica, de certo modo, o que Mann e Thompson (1983) entendem por “proposição relacional”, ou seja, uma relação entre a contiguidade de orações ou sequências maiores do texto e o significado que emerge dessa relação. Em outras palavras, há uma relação implícita entre a informação disponível pelo usuário no texto e a combinação das partes relacionadas (DECAT, 2010).

Oliveira (2018) ilustra esse tipo de relação por meio de um conector canônico previsto nas gramáticas de língua portuguesa. Para efeitos de comparação, vejamos:

(07) Não sou a favor de fechar conselho nem acabar com as conferências, [*como muita gente está propondo*]. Temos que aperfeiçoar: coibir reeleição, fazer rotatividade, estimular os setores sociais a participarem e discutir o tamanho e a dimensão do SUS no Brasil. [Revista *Poli*, n. 1, 2008, p. 20]. Fonte: <https://www.revista.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/20-anos-do-sus-20-anos-da-constituicao-brasileira>. Acesso em 04/11/2021

O segmento conformativo em destaque (“como muita gente está propondo”) justifica o motivo de o enunciador não ser *a favor de acabar com as conferências e fechar o conselho*. Trata-se de uma estratégia semelhante à do *token* (06): além de comentar e informar a origem da proposição/pensamento (escribas e fariseus), de alguma forma justifica a inserção do conteúdo, neste caso, “noventa e nove justos que não precisam de conversão”. Neste dado (07), de modo análogo, a origem da proposição é “muita gente”, que está propondo o fechamento do conselho e o fim das conferências.

No próximo dado, temos uma construção que se afasta dos traços prototípicos da CCVE. Em (08), os verbos estão no pretérito perfeito do indicativo, e é possível perceber uma nuance conformativa evidencial amalgamada a uma focalização realizada pela clivagem. Vejamos:

(08) O que Trump quer é equilibrar a balança comercial (importações/exportações) com a China, como seja, através da importação massiva pela China de produtos agrícolas americanos. [Foi o que Trump anunciou: ao mesmo tempo que deu indicação de que podiam ser levantadas as restrições de venda de produtos à Huawei (que não ponham em causa a segurança dos EUA, ou seja não envolve tecnologia para 5G) disse que a China ia fazer compras massivas de produtos agrícolas americanos (os chineses desmentiram)]. Fonte: <https://pplware.sapo.pt/smartphones-tablets/dependencia-huawei-componentes-eua/>. Acesso em 04/11/2021

Trata-se de um trecho da seção de comentários de um blogue de tecnologia. Esse trecho se refere à influência do relacionamento entre China e Estados Unidos no destino da empresa Huawei. No início do dado, o período que antecede a construção analisada já apresenta uma pseudoclivada (“O que Trump quer é equilibrar...”). Com relação ao trecho destacado, que constitui nosso maior foco de atenção, observamos que a informação veiculada indica a fonte/origem do que foi enunciado (no caso, a fonte é o então presidente Donald Trump). A construção focaliza essa fonte, uma vez que é influenciada metonimicamente pela proximidade da pseudoclivada presente no período anterior. Vale destacar que, neste dado, a construção não tem sujeito posposto, diferentemente dos outros dados.

De acordo com Marques e Cezario (2015), contrariando a sequência natural do português (SUJ + V + O), verbos de elocução induzem a posposição do sujeito. Não é o que observamos no dado (08). Como sabemos, o processo de ritualização de estratégia discursivas pressiona a gramática (BYBEE, 2016). Assim, aplicando essa máxima a esse caso em especial, postulamos que a ritualização do sujeito posposto com verbos de elocução força o deslocamento do sujeito quando se deseja promover uma focalização. Nesse caso, percebemos a manutenção da posição canônica do sujeito (anteposta ao verbo), o que nos faz inferir que a conformidade evidencial está presente de certa forma, mas prevalece a função focalizadora da informação. Trata-se, assim, de um uso híbrido ou de uma sobreposição entre CCVE e CPE.

Dando continuidade aos exemplos com verbo no pretérito perfeito do indicativo, o *token* (09) indica mudança de perspectivação, verbo de percepção e novamente sujeito anteposto:

(09) Ao falar sobre a Venezuela, Trump passou a criticar o socialismo e afirmou que ao assistir debate dos pré-candidatos democratas para 2020 avaliou que o partido “se tornou o partido socialista”. “Eu ouvi um rumor de que democratas vão mudar o nome do partido para partido socialista, [foi o que eu ouvi]”, disse o americano. Fonte: <https://nominuto.com/mobile/noticias/mundo/com-bolsonaro-trump-evita-colocar-brasil-no-meio-de-guerra-comercial-com-china/187686/>. Acesso em 04/11/2021

Seguindo a categorização de Scheibman (2001), o verbo *ouvir* é perceptivo. Oliveira (2018) demonstrou que esse tipo de verbo pode aparecer em construções conformativas encabeçadas pelo conector *como*. Esses tipos verbais são encontrados em constructos com sujeitos antepostos, assim como está no dado (09). Podemos destacar ainda que, diferentemente dos outros *tokens*, em (09), a construção não está em período diferente, o que é característico das tradicionais orações subordinadas adverbiais conformativas.

Nesse dado, está em foco a eleição de 2020 à presidência dos EUA. Trump critica o partido de oposição, acreditando desqualificá-lo, ao dizer que passará a se chamar socialista. A

presença da palavra *rumor* na primeira oração, que traria descrédito à informação, projeta a necessidade de uma suposta fonte, origem. Ao reutilizar o verbo *ouvir*, Trump traz para si a garantia de confiabilidade da sua assertiva ao mesmo tempo que se exime da responsabilidade sobre o conteúdo. A perspectiva discursiva, que diz respeito à focalização de aspectos na cena (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013), é diferente da dos demais *tokens* aqui apresentados, porque neste caso não se menciona quem produziu a mensagem, mas quem a recebeu. Contudo, percebemos o traço da conformidade evidencial da construção no comentário sobre o que está dito na oração anterior. Esse é mais um uso híbrido, devido às suas particularidades.

Ao longo desta seção procuramos demonstrar que a CCVE instancia a conformidade em língua portuguesa fora de um padrão mais canônico estabelecido pelas gramáticas normativas. Além da CCVE prototípica, argumentamos que, entre os dados, encontramos tanto contextos híbridos, em que podemos detectar a focalização associada à conformidade, quanto contextos em que claramente não se percebe a presença da clivagem de modo tão óbvio, mas prevalece a função conformativa da construção.

Entre os *tokens* destacados neste artigo, os dados (04), (05) e (06) são os mais centrais da categoria CCVE, porque mais se aproximam da noção de conformidade. Eles apresentam verbo de elocução, referem-se a uma unidade informacional presente na oração anterior e encontram-se com sujeito posposto. Os dados (08) e (09) são distintos. Em (08), há um certo hibridismo. Por um lado, há um uso conformativo evidencial (que o aproximaria da CCVE) mas, em função do contexto, desempenha um forte papel focalizador (próprio da clivagem). Além disso, o sujeito está em posição canônica, antes do verbo de elocução. Por fim, o dado (09) também é marcado por hibridismo porque, apesar de não ser centralmente evidencial, é capaz de apresentar claramente a fonte da informação.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi demonstrar que o esquema da conformidade também pode ser instanciado por meio de uma microconstrução complexa em língua portuguesa, chamada aqui de CCVE. Nesta seção cabe fazer algumas considerações finais, de modo a retomarmos os pontos principais deste texto.

Postulamos que, nos contextos em que está mais clara a conformidade, atua o processo cognitivo *chunking* (BYBEE, 2016), tendo em vista que as partes – *ser, o que, verbo de*

elocução e sujeito – não podem mais ter seus significados decompostos. Todos esses elementos, que formam a CCVE, passaram por um processo de neoanálise sintática e semântica, já que seus arranjos colocacionais e seus significados foram alterados no processo de recrutamento para a nova função, qual seja, a de expressar conformidade evidencial.

Isso também significa que a soma do significado das partes já não corresponde completamente ao sentido global da construção. Agora, a CCVE tem função de atribuir fonte, origem, ou fazer um comentário sobre o período anterior, como fazem as construções conformativas canônicas. Assim, o *chunking* ocorreu em função da perda de composicionalidade.

Mostramos ainda que há casos híbridos, exemplificados nos dados (08) e (09), que apresentam sobreposição de função focalizadora (típica da clivagem) e conformativa. Esses *tokens* demonstram a presença de camadas na língua, comprovando a influência de ambientes semânticos e pragmáticos na mudança (cf. TRAUGOTT, 2008). Essa diversidade de usos gradientes, por sua vez, exhibe relações de construcionalidade, visto que evidencia usos mais canônicos e concretos em convivência com usos mais híbridos e abstratos.

Sobre a produtividade, não podemos afirmar que houve aumento da frequência *token*, tendo em vista que não fizemos uma análise quantitativa da construção. Seria necessário controlar a frequência, a partir de um levantamento maior de dados. Contudo, a análise qualitativa nos permite asseverar que houve aumento de esquematicidade. Com o uso da CCVE como instanciadora de conformidade evidencial, o esquema conformativo é incrementado. Dentro do domínio da conformidade, como dissemos, detectamos dois subesquemas: o circunstancial e o evidencial. Conectores como *segundo, conforme, como* e, também, "SER + o que" funcionam, de fato, como microconstruções conformativas. A construção em análise, portanto, integra o domínio da conformidade, e, ao integrá-lo, a CCVE aumenta seu grau de esquematicidade.

No processo de construcionalização, o *mismatch* pode ser resolvido à medida que a construção se alinha a um novo esquema (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Assim, apesar de não evidenciarmos diacronicamente os micropassos de mudança, com base em dados sincrônicos, amparados no paradigma da construcionalidade gramatical (procedural), nos termos de Rosário e Lopes (2019), defendemos a plausibilidade da integração da CCVE ao grupo das construções oracionais que veiculam conformidade em português.

Novas análises ainda precisam ser feitas, a fim de ampliarmos o conhecimento acerca da conformidade, bem como as propriedades mais específicas da CCVE e sua relação com

construções aparentadas, como é o caso dos dados híbridos aqui destacados. Por ora, afirmamos que a CCVE, em algum grau, integra o esquema conformativo, sobretudo em contextos informativo-argumentativos. Cremos que essa é uma importante contribuição para a área das investigações centradas nos conectivos e na conexão de orações, já que rompemos com uma visão demasiadamente centrada nas conjunções canônicas. *É o que* demonstram os dados analisados neste artigo.

Referências

- AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (UFBA), 1999.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.
- BRAGA, Maria Luiza. Construções clivadas no português do Brasil sob uma abordagem funcionalista, *Matraga*, v.16, n. 24, p. 173-196, 2009.
- BRAGA, Maria Luiza; OLIVEIRA, Diego Leite & BARBOSA, Elisiene de Melo. Gradiência e variação nas construções de foco no português brasileiro. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Língua em Uso*, v. 17, p. 29-43, 2013.
- BRYMAN, Alan. Quantitative and qualitative research strategies in knowing the social world. In: MAY, Tim & WILLIAMS, Malcom (Eds.). *Knowing the social world*. Philadelphia: Open University Press. 1998.
- BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha. Rev. Téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez Editora. 2016.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, Fapesp. 2010.
- CROFT, William. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press. 2001.
- DECAT, Beatriz. A hipotaxe adverbial em português: materializações e funções textual-discursivas. In: *Simpósio Mundial de Estudos em Língua Portuguesa*. Universidade de Évora. Évora, 2010, p. 113-131.
- FERNANDES, Thaís Pedretti Lofeudo Marinho. *Construções correlatas proporcionais sob a perspectiva da linguística funcional centrada no uso*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFF), 2017.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino & SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Maria Maura & FURTADO DA CUNHA, Maria

Angelica. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj. 2013.

GOLDBERG, Adele Eva. *Construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press. 1995.

KORTMANN, Bernd. *Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1997.

LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da Cunha. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística*. Volume especial, p. 83-101, 2016.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo. 2000.

MANN, William & THOMPSON, Sandra. *Relational propositions in discourse*. Los Angeles: Information Sciences Institute of University of Southern California. 1983.

MARQUES, Priscilla Mouta & CEZARIO, Maria Maura. Estudo diacrônico da ordenação do sujeito no português. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da (Org.). *A gramática da oração: diferentes olhares*. Natal: EDUFRN. 2015.

MARTELOTTA, Mario Eduardo. *Mudança Linguística: uma abordagem centrada no uso*. São Paulo: Cortez. 2011.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (Org.). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho. 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp. 2011.

OLIVEIRA, Diego Leite de. O tratamento da variação em Gramática de Construções Baseada no Uso: a propósito das construções clivadas em português brasileiro. *Diadorim*, vol. 21, n. 2, p. 62-82, 2019.

OLIVEIRA, Myllena Paiva Pinto. *Funções semântico-pragmáticas das construções conformativas oracionais: uma análise centrada no uso*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras (UFF), 2018.

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et al.* *Gramática do português*. v. 2. Coimbra: Fundação Colouste Gulbekian. 2013.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1972.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; LOPES, Monclar Guimarães. Construcionalidade: uma proposta de aplicação sincrônica. *Soletras*, 37, p. 83-102, 2019.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariangela Rios. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, São Paulo, 60(2), p. 233-259, 2016.

SANTOS, Cassiano Luiz do Carmo. *A construcionalização do segundo, conforme e pelo que*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFRJ), 2018.

SCHEIBMAN, Joanne. Local patterns of subjectivity in person and verb type in American English conversation. In: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Philadelphia: John Benjamins North America. 2001.

SILVA, Anderson Godinho. *Cláusulas com noção de modos em português: um estudo funcionalista*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (UFRJ), 2011.

SPERANÇA-CRISCUOLO, Ana Carolina. *Funcionalismo e cognitivismo na sintaxe do português*. São Paulo: Editora da Unesp. 2014.

TAVARES, Maria Alice. O verbo no texto jornalístico: notícia e reportagem. *Working Papers em Linguística*, n. 1, p. 123-142, 1997.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Machado; ROSÁRIO, Ivo da Costa. O estatuto da microconstrucionalização no quadro da mudança linguística. *Revista Linguística*, volume especial, p. 139-151, 2016.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of Degree Modifiers in English. In: REGINE, Eckardt, JÄRGER, Gerhard & VEENSTRA, Tonjes (Eds.). *Variation, selection, development: probing the evolutionary model of language change*. New York: Mouton de Gruyter. 2008.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs & TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press. 2013.

VIEIRA, Caio Aguiar; SOUSA, Valéria Viana. A arquitetura construcional do *que nem* na Língua Portuguesa: mudanças construcionais e construcionalização. *Soletras*, 37, p. 246-271, 2019.

INSTANCIACÕES DO ESQUEMA VOLITIVO [(EU) QUERO LÁ V_{INF}] NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

INSTANCES OF THE VOLITIONAL SCHEMA [(EU) QUERO LÁ V_{INF}] IN CONTEMPORARY PORTUGUESE

Mariangela Rios de Oliveira¹

Bruna Ribeiro Lemos²

RESUMO: Neste artigo, elegemos como objeto de pesquisa o esquema volitivo [(eu) quero [lá V_{inf}]] e sua instanciãção no português contemporâneo, tal como se apresenta em Lemos (2022). Fundamentadas no Funcionalismo, a partir de Traugott e Trousdale (2013), Hilpert (2014) e Bybee (2010; 2015), entre outros, levantamos e analisamos instanciãções do esquema referido no banco de dados *Corpus do Português* e verificamos que esse esquema se divide em dois subesquemas: um de polaridade positiva, codificado como [[(eu) quero] [lá V_{inf}]], e outro de polaridade negativa - [[(eu) quero lá] [V_{inf}]]. Com base em análise quali-quantitativa, conforme Cunha Lacerda (2016), constatamos que tais subesquemas apresentam outras distinções, além da polaridade, como nível de composicionalidade, de produtividade e de intersubjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Construção volitiva. Polaridade positiva e negativa. Contextos de uso. Morfossintaxe. Mudança linguística.

ABSTRACT: In this article, we chose as an object of research the volitional scheme [(eu) quero [lá V_{inf}]] and its instantiation in contemporary Portuguese, as presented in Lemos (2022). Based on Functionalism, from Traugott and Trousdale (2013), Hilpert (2014) and Bybee (2010; 2015), among others, we raised and analyzed instantiations of the referred schema in the *Corpus do Português* database and verified that this schema is divided into two sub-schemas: one of positive polarity, encoded as [[(eu) quero] [lá V_{inf}]], and another of negative polarity - [[(eu) quero lá] [V_{inf}]]. Based on qualitative and quantitative analysis, according to Cunha Lacerda (2016), we found that such sub-schemes present other distinctions, in addition to polarity, such as level of compositionality, productivity and intersubjectivity.

KEY-WORDS: Volitional construction. Positive and negative polarity. Usage contexts. Morphosyntax. Linguistic change.

¹ Professora titular de Língua Portuguesa da UFF; pesquisadora 1B do CNPq e Cientista do Nosso Estado pela Faperj. Líder do Grupo de Estudos *Discurso & Gramática* – UFF; e-mail: mariangelariosdeoliveira@gmail.com.

² Mestre em Estudos de Linguagem pela UFF; membro do Grupo de Estudos *Discurso & Gramática* – UFF; e-mail: lemos.br@gmail.com.

Introdução

Com base no aparato teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), nos termos de Traugott e Trousdale (2013) e Hilpert (2014), entre outros, analisamos neste artigo o esquema volitivo [(eu) quero lá V_{inf}] a partir de sua instanciação no português contemporâneo. De acordo com a perspectiva construcional assumida pela LFCU (GOLDBERG, 1995; 2006; CROFT, 2001), esse esquema é concebido como uma *construção*, definida esta como pareamento convencionalizado de forma e conteúdo³, codificada como [[Forma] <---> [Conteúdo]], de acordo com Traugott e Trousdale (2013, p. 8).

Consideramos, como Lemos (2022), que o esquema [(eu) quero lá V_{inf}] veicula conteúdo geral volitivo, orientado, nos termos de Dubois *et al* (1973, p. 615), para a expressão da “vontade do sujeito da enunciação”, principalmente por conta de sua subparte nuclear verbal *quero*. Assumimos que esse esquema se distribui em dois eixos de polaridade, correspondentes a dois subesquemas, ou subgrupos, a depender do tipo de polaridade veiculada, ou seja, do sistema de contraste positivo/negativo expresso na língua⁴. Defendemos também que cada subesquema apresenta nível de intersubjetividade distinta, com base em Tantucci (2018); para o autor, a intersubjetividade pode ser imediata, quando tem foco específico, voltado para um interlocutor individualizado, ou pode ser estendida, quando a inferência se dirige mais genericamente a uma terceira pessoa, tornando o foco do que se declara mais amplo, voltado para a comunidade linguística.

Trabalhamos com dados extraídos do site *Corpus do Português*⁵ - categoria *Web/Dialetos* – do Brasil (PB), Portugal (PE), Angola (PA) e Moçambique (PM). Ilustramos a seguir a instanciação desses dois subesquemas a seguir:

(1) A Joana foi uma grande anfitriã quando fui visitar Helsínquia o ano passado e recomendo a todos. Eu fui lá e *quero lá voltar*. Força Joana, estamos aqui todos a torcer por ti. Bjinhos com saudades e um até breve para matarmos novamente as saudades. [<http://provaoral.blogspot.com/2008/01/chamada-internacional-grande-moda-do.html>].

(2) Sinceramente *quero lá saber do prémio Nobel*. Alguém se lembra quem venceu à dois anos ou à três anos. Mas de uma coisa podemos estar certos: VAMOS SEMPRE NOS LEMBRAR DO NOSSO QUERIDO JRR TOLKIEN. [<http://www.valinor.com.br/17726/>].

³ Como Rosa (2019), optamos por adotar o termo *conteúdo*, mais abrangente, ao invés de *função* ou *sentido*, também usados na LFCU.

⁴ Em português, por exemplo, a distinção de polaridade positiva/negativa pode ser expressa: na morfologia, como em *feliz/infeliz*; no léxico, como em *alto/baixo*; na sintaxe, como em *saber/não saber*.

⁵ Disponível em www.corpusdoportuguês.org

Em (1), numa sequência expositiva, *quero lá voltar* expressa o efetivo desejo do locutor de regressar a um local determinado, a cidade de Helsínquia. Esse espaço é retomado anaforicamente duas vezes pelo pronome locativo *lá* no segundo período do parágrafo, por intermédio da coordenação aditiva: *Eu fui lá e quero lá voltar*. Como segunda oração coordenada desse período, *quero lá voltar* expressa a vontade do locutor em retornar a Helsínquia, no destaque desse propósito para um interlocutor específico.

Em (2), *quero lá saber do prêmio Nobel* veicula o desejo do locutor em polaridade negativa. Esse fragmento é marcado por tom persuasivo e injuntivo, em que o locutor invoca seu interlocutor com a pergunta retórica *Alguém se lembra quem venceu à dois anos ou à três anos*, por intermédio da qual expressa também sua indignação. A ação sobre o interlocutor é manifestada ainda na grafia em caixa alta do último período. *Quero lá saber*, antecedido da expressão modalizadora *sinceramente*, sinaliza, na verdade, que o locutor não quer, de fato, saber ou se interessar pelo Prêmio Nobel. No lugar do uso da negativa canônica do português (*não quero*), ele recorre a uma expressão mais *pesada*, em termos semântico-sintáticos (*quero lá saber*), capaz de traduzir de modo mais emocional e intensivo a volição negativa, num tipo de estratégia que amplia o que é declarado, em nível de maior intersubjetividade, dado que não só expressa seu ponto de vista, mas também age sobre o interlocutor, num tipo de convite a que partilhe sua opinião também.

Assumimos que, em contextos como (2), as subpartes do esquema [(eu) quero lá V_{inf}] se encontram mais vinculadas e em maior nível de abstração do que em fragmentos como (1), uma vez que veiculam sentido negativo e intersubjetividade estendida. Uma das evidências da maior integração de forma e conteúdo referida é o *status* da subparte *lá* em dados como o ilustrado em (2), nos quais esse elemento perde traços da categoria pronominal adverbial, metaforizando-se e vinculando-se à subparte verbal antecedente como um afixoide⁶, concorrendo para articulação de sentido negativo (*quero lá*).

Essa distinção de polaridade volitiva na instanciação de [(eu) quero lá V_{inf}] nos permite hipotetizar, como Lemos (2022), que tal esquema se distribui em dois subesquemas: [[(eu) quero] [lá V_{inf}]] – polaridade positiva - e [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] – polaridade negativa. O tipo de vínculo semântico-sintático da subparte *lá* ao elemento verbal *quero* e o tipo de verbo que

⁶ Conforme Booij (2010), consideramos *afixoide* uma categoria gradiente, situada no intervalo entre termos lexicais, de conteúdo mais pleno, como nomes e verbos, e termos gramaticais, de conteúdo abstrato, como afixos e desinências. Assim, em (2), a subparte periférica *lá* em *quero lá saber* é assumida como afixoide.

preenche o *slot*⁷ V_{inf} são fatores fundamentais para a classificação desses subesquemas e sua instanciamento na língua.

Em termos de produtividade no uso linguístico, hipotetizamos que [[(eu) quero lá] [V_{inf}]], de polaridade negativa, é o subesquema mais instanciado no português contemporâneo. Consideramos ainda que essa maior frequência de instanciamento é motivada por fatores de ordem pragmático-discursiva, como os registros mais informais e menos monitorados, as estratégias de ênfase ou intensificação, bem como por pressões de natureza cognitiva, como metaforização e metonimização, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), e *priming*⁸, de acordo com Diessel (2017), mais especificados na seção sobre fundamentação teórica.

Para dar conta de nossos propósitos, este artigo se divide em cinco seções. Na primeira, nos dedicamos à descrição de nosso objeto, o esquema [(eu) quero lá V_{inf}], no detalhamento de suas subpartes e na abordagem do domínio funcional da volição, conteúdo veiculado por esse esquema. A seguir, trazemos os fundamentos da LFCU que sustentam nossa análise, com foco na abordagem construcional da gramática. A terceira seção é voltada para a apresentação do *corpus* trabalhado, do tratamento dos dados, com ênfase no método misto, conforme proposto por Cunha Lacerda (2016). Na quarta seção, procedemos à análise dos dados, orientada segundo os dois subesquemas em que se distribui nosso objeto maior de pesquisa: [[(eu) quero] [lá V_{inf}]] – polaridade positiva - e [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] – polaridade negativa. A quinta seção traz nossas considerações finais e apontamentos de continuidade da investigação. Por fim, listamos as referências bibliográficas citadas no artigo.

O esquema [(eu) quero lá V_{inf}]

O esquema [(eu) quero lá V_{inf}] articula conteúdo volitivo, constituindo-se, assim, num dos variados recursos de que dispõe a gramática do português para essa expressão maior. Em termos da tradição da pesquisa funcionalista, de acordo com Givón (1984) e Hopper (1991), entre outros, consideramos que a volição é um *domínio funcional*, ou seja, uma vasta área semântica, tal como a indeterminação, a negação ou a modalização, por exemplo.

No âmbito dos estudos linguísticos, a volição tem sido tratada na investigação das expressões de desejo, vontade, intencionalidade, propósito, tanto no nível da factualidade quanto no da não-factualidade. Destacamos neste artigo a natureza intersubjetiva da volição,

⁷ Termo referente a subpartes abertas de uma construção, que são preenchidas por constituintes distintos; quanto mais *slots* tem uma construção, mais esquemática esta deve ser.

⁸ Processo pelo qual a ativação de informação na memória é facilitada por meio de uma ativação anterior da mesma informação, ou de informação relacionada.

uma vez que nosso objeto de pesquisa constitui-se num modo de agir sobre o outro, por intermédio de *inferências sugeridas*, nos termos de Traugott e Dasher (2002), pelas quais o locutor *convida* o interlocutor a partilhar com este pontos de vista, crenças, valores e também desejos ou vontades. Nesse sentido, concordamos com Oliveira e Prata (2020, p. 120), para quem “a volição também é descrita como revestida de natureza acional e intersubjetiva, porque sua manifestação também consistiria em um modo de agir sobre o outro.”

Conforme Topor (2011), a volição distribui-se em dois eixos: o da desejabilidade e o da indesejabilidade. Essa distinção semântica do domínio da volição vai ao encontro das propriedades funcionais específicas de cada um dos subesquemas em que se distribui nosso objeto de pesquisa, respectivamente: [[(eu) quero] [lá V_{inf}]] – polaridade positiva - e [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] – polaridade negativa. Assim, no fragmento (1), apresentado na Introdução, temos a manifestação da desejabilidade (*quero lá voltar*), de outra parte, em (2), a expressão é da indesejabilidade (*quero lá saber do prêmio Nobel*).

Em termos estruturais, classificamos o esquema [(eu) quero lá V_{inf}] como complexo, uma vez que é formado por quatro subpartes⁹, assim especificadas:

- Primeira subparte: pronome pessoal *eu*, codificado entre parênteses porque pode não estar preenchida, uma vez que, em português, algumas desinências verbais já fazem referência ao sujeito, como no caso da primeira pessoa do singular.
- Segunda subparte: elemento verbal *quero*, nuclear no esquema, responsável pela articulação do conteúdo volitivo.
- Terceira subparte: elemento locativo *lá*, com estatuto distinto, a depender do subesquema instanciado: se pronome locativo anafórico, em [[(eu) quero] [lá V_{inf}]], como (1); se afixoide de sentido negativo, em [[(eu) quero lá] [V_{inf}]], exemplificado em (2).
- Quarta subparte: *slot* V_{inf}, espaço aberto a ser preenchido por verbo no infinitivo, na complementação da segunda subparte *quero*; esse *slot* pode ser instanciado somente pelo infinitivo, como em (1), em *quero lá voltar*, ou ainda pode ter o infinitivo complementado, como em (2), em *quero lá saber do prêmio Nobel*.

⁹ No detalhamento das subpartes, nos atemos somente àquelas que compõem o esquema estudado; entendemos que algumas subpartes podem se alterar em outros arranjos, como a primeira, que pode ser preenchida por outras formas pronominais ou mesmo SN.

Dessas quatro subpartes, destaca-se a segunda, codificada na forma verbal *quero*, em torno da qual se articula o sentido básico volitivo do esquema [(eu) quero lá V_{inf}]. O verbo *querer* é prototipicamente referido como membro exemplar veiculador da volição no português, como podemos depreender pelas seguintes definições:

que.rer [Lat. *quaerere*, “procurar”. 1B] *vtd.* **1.** Ter vontade de; desejar. **2.** Ter intenção de; tencionar. **3.** Desejar possuir. **4.** Ordenar, exigir: *Quero que você vá buscar o que pedi.* **6.** Consentir; permitir. **7.** Necessitar de; querer. **8.** Ambicionar: *Queiram o poder.* **9.** Julgar, acreditar. **10.** Pretender: *Queremos aumento salarial!* (...). (HOLANDA, 2010, p. 631).

que.rer *v.* [mod. 18] *td.* **1** sentir vontade de possuir ou realizar (...); desejar **2** ter a intenção de; tencionar, planejar <*queria sair cedo, mas se atrasou*> **3** fazer tenção de; ensaiar, tentar <*com um ano, já queria correr*> **4** ter forte desejo de; ambicionar, cobiçar <*q. o poder absoluto*> **5** determinar com firmeza; ordenar <*quero silenciar agora!*> **6** estar na eminência ou ter possibilidade de; ameaçar <*o vento quer derrubar tudo*> *t.d.i* **7** (prep.. de) ter (algo) em mente quanto a; pretender, esperar <não sei o que ele quer de nós> *t.i* **8** (prep. a) ter simpatia, amizade ou afeto por, gostar. (HOUAISS, 2010, p. 648).

Em ambas as fontes citadas, as acepções de *querer* se situam no domínio funcional da volição. Algumas dessas acepções, como a de *julgar e acreditar*, em Holanda (2010), e a *ter simpatia, amizade ou afeto*, em Houaiss (2010), afastam-se mais do sentido volitivo prototípico, configurando-se como marginais dentro desse domínio funcional. No caso do conteúdo veiculado por nosso objeto de pesquisa, o esquema [(eu) quero lá V_{inf}], podemos considerar que o conteúdo volitivo é prototípico, distribuído, de acordo com Topor (2011), em desejabilidade e indesejabilidade, conforme, respectivamente, cada um dos subesquemas: [[(eu) quero] [lá V_{inf}]] – polaridade positiva - e [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] – polaridade negativa.

Fundamentação teórica - LFCU

Nossa investigação se fundamenta nos pressupostos da LFCU, viés mais recente do Funcionalismo norte-americano que incorpora, em seu aparato teórico, a abordagem construcional da gramática, perspectiva oriunda do Cognitivismo. Nesses termos, nos alinhamos a Traugott e Trousdale (2013), Bybee (2010; 2015) e Hilpert (2014), em seus trabalhos acerca dos usos linguísticos e a consequente convencionalização desses usos na gramática, bem como consideramos contribuições de Goldberg (1995; 2006) e Croft (2001), no que tange ao enfoque construcional.

No Brasil, a linha investigativa da LFCU é assumida em Rosário e Oliveira (2016) e Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), entre outros. Para esses últimos autores, Funcionalismo e Cognitivismo se aproximam em vários pontos, partilhando concepções como:

(...) a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural. A gramática é vista como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua; portanto, ela pode ser afetada pelo uso linguístico. (FURTADO DA CUNHA; BISPO E SILVA, 2013, p. 14).

Conforme também sintetizam Martelotta e Alonso (2012), a LFCU considera que os usos linguísticos devem ser analisados holisticamente. Segundo os referidos autores, tais usos resultam de três tipos distintos de motivação, que incidem complementarmente em prol da convencionalização gramatical: a) os pragmático-discursivos, relativos às propriedades contextuais que moldam as interações; b) os cognitivos, atinentes, entre outros, aos processos de domínio geral¹⁰, como referidos por Bybee (2010); c) os estruturais, concernentes à própria configuração da gramática.

A motivação estrutural incorporada à pesquisa no contexto da LFCU está fundada na premissa de que a língua é um inventário de construções, ou seja, de unidades de forma e conteúdo pareadas simbolicamente e fixadas via frequência e rotinização, nos termos de Croft (2001). Orientados por tal premissa, podemos classificar nosso objeto de pesquisa, o esquema [(eu) quero lá V_{inf}], como uma construção, na medida em que corresponde a um formato, a uma estrutura sequencial fixa, que veicula conteúdo específico, voltado para a expressão volitiva.

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), construções podem ser classificadas mediante três fatores, todos em perspectiva gradiente. O primeiro deles, a *esquematicidade*, se refere ao grau de generalidade da construção; assim, temos construções muito esquemáticas, cujas subpartes são totalmente formadas por *slots*, como [SVO] ou [SN], por exemplo, bem como outras parcialmente esquemáticas, com uma ou outra subparte aberta, como nosso objeto [(eu) quero lá V_{inf}], e ainda outras totalmente especificadas, nomeadas pelos citados autores de *microconstruções*, como [eu quero lá ir]. O segundo fator é a *produtividade*, que diz respeito à possibilidade de expansão construcional, ou seja, à frequência com que novos pareamentos são criados a partir de um esquema maior (frequência *type*), ou ainda à ocorrência de um mesmo padrão no uso linguístico (frequência *token*), nos termos de Bybee (2007). A *composicionalidade* constitui o terceiro fator construcional e corresponde ao grau de transparência entre forma e conteúdo das subpartes de uma construção, desse modo, podemos

¹⁰ Bybee (2010) destaca cinco desses processos, que não específicos do uso linguístico: categorização, analogia, *chunking* (agrupamento), memória enriquecida e associação transmodal.

dizer que há construções muito composicionais, em que as subpartes concorrem mais efetivamente para o sentido construcional, como em muitas construções do léxico, e outras bem menos composicionais, em que o conteúdo geral da construção não corresponde à soma do conteúdo de cada subparte, o que acontece geralmente com construções da gramática, como nos casos do conector [ou seja] e do marcador discursivo [vá lá], por exemplo.

Ainda segundo Traugott e Trousdale (2013), o inventário de construções de uma língua se organiza em níveis hierárquicos, conforme a especificidade de cada construção. Assim, os autores consideram que construções formadas por subpartes abertas, ou *slots*, por serem mais esquemáticas, ocupam posição mais alta na rede linguística, sendo nomeadas de *esquema*. Os esquemas, por sua vez, distribuem-se em *subesquemas*, como formações mais específicas, dotadas de conteúdo também mais específico que o esquema. Na posição mais baixa da hierarquia, figuram as microconstruções, definidas como *types* individuais totalmente preenchidos em suas subpartes.

Aplicados os fatores construcionais e o tratamento hierárquico propostos por Traugott e Trousdale (2013) a nosso objeto de pesquisa, podemos classificar [(eu) quero lá V_{inf}] como uma construção volitiva parcialmente esquemática, formada por quatro subpartes, sendo a final um *slot*. Esse esquema maior, por sua vez, se desdobra em dois subesquemas, que têm formato e conteúdo mais especificados: [[(eu) quero] [lá V_{inf}]] – polaridade positiva - e [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] – polaridade negativa.

No que concerne à composicionalidade, esse fator também tem grau distinto a depender de cada um dos subesquemas. Assim, em [[(eu) quero] [lá V_{inf}]], detectamos maior composicionalidade, uma vez que *quero* tem polaridade positiva, mais plenitude de sentido e é complementado por V_{inf} antecedido por pronome anafórico, que retoma espaço físico (*lá*). De outra parte, em [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] constatamos o maior vinculação entre *quero* e *lá*, fazendo com que a volição tenha polaridade negativa, com a perda das propriedades de sentido locativo e de referenciação anafórica de *lá* em prol da criação do *chunk* (BYBEE, 2010) [(eu) *quero lá*]. De acordo com a autora referida, o *chunking*, ou agrupamento, é um processo cognitivo de domínio geral por intermédio do qual há o encadeamento de unidades que são usadas juntas, criando-se uma unidade de nível maior, mais integrada em termos de forma e conteúdo.

Por conta das distinções referidas, constatamos que o subesquema de polaridade positiva [[(eu) quero] [lá V_{inf}]] se aproxima mais a uma oração transitiva prototípica, organizada em torno de um sujeito que tem o desejo ou a intenção de efetivamente fazer algo em algum lugar. Já o subesquema [[(eu) quero lá] [V_{inf}]], por conta da polaridade negativa veiculada, tem

seu conteúdo mais abstratizado e em maior nível de intersubjetividade, uma vez que convoca um interlocutor genérico a partilhar a indesejabilidade expressa, já que o sujeito não tem, de fato, propósito algum de atuar ou saber de algo.

Em termos de produtividade, como destacamos nas seções subseqüentes, constatamos que, dos subesquemas em análise, o de polaridade negativa tem a maior frequência *type* e *token* no *corpus*. Esse resultado, a ser comentado posteriormente, é evidência da expansão do subesquema [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] face a [[(eu) quero] [lá V_{inf}]] no português contemporâneo.

Em nossa pesquisa, consideramos dois tipos de neoanálise, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), que são determinantes na distinção dos subesquemas da [(eu) quero lá V_{inf}] e que constituem, de fato, faces da mesma moeda, dado que contemplam, respectivamente, os dois eixos construcionais: o da forma e o do conteúdo. Uma das neoanálises é a *metonimização*, que corresponde a rearranjos ao nível estrutural de um pareamento, assim, a alteração de fronteiras entre subpartes de uma construção implica reinterpretações que conduzem à mudança linguística. Outra neoanálise, correlata à metonimização, é a *metaforização*, referente à derivação de sentidos, no caminho da abstração e da polissemia. Analisadas ambas as reinterpretações a partir dos subesquemas aqui trabalhados, podemos dizer que o de polaridade positiva é menos metafórico e metonímico do que o de polaridade negativa, uma vez que neste ocorre o *chunk* [(eu) quero lá], motivando rearranjo estrutural (metonimização) e articulação de sentido negativo (*metaforização*).

Destacamos ainda o efeito do *priming* (DIESSEL, 2017) como relevante para os contextos em que se instancia o esquema [(eu) quero lá V_{inf}]. Para o autor, *priming* é definido como um processo através do qual a ocorrência de uma informação na memória facilita uma nova ocorrência a ela correspondente ou relacionada. Assim, consideramos que a presença de termos veiculadores de conteúdo volitivo em contextos específicos pode acionar instâncias dos subesquemas em análise, dado que integram o domínio funcional da volição. Em nossos dados de análise, por exemplo, não raro as instanciações do esquema [(eu) quero lá V_{inf}] são antecedidas de orações em torno do verbo *querer*, como se estas, de certa forma, motivassem os padrões de uso por nós pesquisados.

Metodologia

Em consonância com a LFCU, nossa análise é pautada em dados de efetivo uso linguístico, levantados do *Corpus do Português* (CdP), em particular da categoria

Web/Dialetos. Essa subparte do CdP foi adicionada em 2016 e traz uma amostra, com cerca de um bilhão de palavras, de páginas da *web* recolhidas entre os anos de 2013 e 2014. Tal banco de dados é composto por sequências textuais de quatro países de língua portuguesa: Brasil (PB), Portugal (PE), Angola (PA) e Moçambique (PM). Para o levantamento de nossos dados, consideramos essas variedades do português contemporâneo indistintamente.

No procedimento de coleta, em primeiro lugar, aplicamos a palavra-chave *quero lá* na interface *pesquisar*, na categoria *Web/Dialetos* independentemente da variedade dialetal (PB, PE, PA ou PM). Feita a busca, o procedimento resultou em 605 ocorrências. No segundo momento, para compor o *corpus* efetivo de análise, selecionamos desse contingente as primeiras 200 ocorrências, com foco em dados nos quais, posposto a *quero lá*, houvesse verbos na forma infinitiva, como, por exemplo, *quero lá ficar*, *quero lá ir* ou *quero lá saber*; consideramos também a possibilidade de ocorrência de elementos intervenientes nessa formação, como *quero lá bem saber*. No terceiro momento, descartamos alguns dados, que se mostraram fora do escopo da construção estudada, como *quero lá chegando*, *quero lá esse livro* ou *quero lá você*, ou que se repetiam, algo que ocorre por vezes na coleta de dados do CdP. Por fim, selecionamos 179 *tokens* para análise, resultantes dos descartes feitos a partir das 200 primeiras ocorrências selecionadas inicialmente e que integram o *Corpus Lemos* (2022).

Procedemos ao tratamento desses 179 dados em viés quali-quantitativo. De acordo com Cunha Lacerda (2016), esse método, também nomeado como *misto*, consiste em alinhar conceitos da abordagem qualitativa com a quantitativa. A metodologia qualitativa tem caráter analítico e inclina-se a: “a) oferecer uma descrição detalhada do objeto de análise; b) compreender o contexto em que o objeto analisado ocorre; c) considerar como os conceitos surgem a partir dos dados, e não *a priori*” (CUNHA LACERDA, 2016, p. 86). Já o tratamento quantitativo, complementando a tarefa interpretativa, controla e quantifica a frequência de ocorrência de dados, apontando níveis de produtividade maior ou menor e tendências de uso e de mudança linguística.

Qualitativamente, focalizamos os dados em seu contexto de uso efetivo, no apontamento do tipo de polaridade volitiva expresso e do subesquema que o instancia. Observamos estratégias de referenciação bem como metonimização e metaforização envolvidas em tais usos, na detecção de estratégias inferenciais e intersubjetivas que motivam a instanciação dos subesquemas em que se distribui [(eu) quero lá V_{inf}]. Em termos estruturais, levamos em conta o *priming*, nos termos de Diessel (2017), na observação da presença de

ativações anteriores, sob forma de ocorrências lexicais de conteúdo volitivo que possam atuar como força motivadora para as instanciações pesquisadas.

Analisamos também o tipo semântico do elemento que preenche o *slot* V_{inf} em cada subesquema. Esse procedimento visa confirmar o pressuposto de que o tipo de pareamento de forma e conteúdo, na expressão de polaridade positiva ou negativa, tem forte relação também com o sentido da subparte V_{inf} . Para tanto, nos orientamos segundo a proposta a seguir, que sumariza tipos semânticos verbais com base na taxonomia clássica de Scheibman (2000):

Quadro 1: Tipo semântico do verbo

Tipo de verbo	Descrição	Exemplo
Cognição	Atividade cognitiva	Saber, pensar, decorar
Corporal	Gestos e interações corporais	Comer, beber, dormir, fumar
Existencial	Existência, acontecimento	Ser, estar, ter, acompanhar
Sentimento	Emoção, desejo	Querer, desejar, sentir, necessitar
Material	Feitos e acontecimentos, concretos, abstratos	Fazer, ir, ensinar, trabalhar, usar, brincar
Percepção	Percepção, atenção	Olhar, ver, ouvir, encontrar
Possessivo/relacional	Posse (<i>x</i> tem / possui <i>y</i>)	Ter, possuir
Relacional	Posse de ser (<i>x</i> é <i>y</i>)	Ser, ser como, tornar-se
Verbal	<i>Dicendi</i>	Dizer, falar, perguntar

Fonte: Tavares e Freitag (2010, p. 106)

Como podemos observar, o Quadro 1 aponta nove tipos verbais, que servem de parâmetro para que possamos classificar semanticamente o elemento a preencher o *slot* V_{inf} nos dados em análise.

Análise de dados

Em termos quantitativos, os 179 dados gerais nos permitem apontar tendências da instanciação de [(eu) quero lá V_{inf}] no português contemporâneo, na consideração da produtividade construcional desse esquema, com base na frequência *type* e *token* de tais usos. Assim, esta seção está dividida em três subseções, a partir dos dois subgrupos em que se distribuiu o esquema volitivo [(eu) quero lá V_{inf}], em análise quali-quantitativa. Na primeira seção, nos dedicamos ao tratamento do subesquema de polaridade positiva [[(eu) quero] [lá V_{inf}]]; na segunda, voltamos para o subesquema de polaridade negativa [[(eu) quero lá]

[V_{inf}]]; na terceira seção, apresentamos sinteticamente os resultados gerais obtidos e comparamos os dois subesquemas.

(1) Subesquema [[(eu) quero] [lá V_{inf}]]

Dos dois subgrupos de construções em análise, este, de polaridade positiva, é o menos produtivo, uma vez que é constituído por somente 11 dados, dos 179 gerais, ou seja, não chegando a 10% do total levantado. Os 11 dados se distribuem entre oito ocorrências no PE e três no PB, sem registro nas demais variedades do português, conforme nossa seleção preliminar de dados a partir do CdP. Esse número maior de dados no PE nos permite formular a hipótese, a ser testada com base em análise empírica mais robusta, de que a variedade europeia do português tende a instanciar mais esse subesquema do que as demais.

Nos 11 fragmentos instanciadores do subesquema [[(eu) quero] [lá V_{inf}]], temos a ocorrência de uma oração transitiva¹¹, integrante do domínio funcional da volição em polaridade positiva, como em:

(3) Lá existe uma cidade santa de ruas de ouro, de muro de Ouro, de muro de jasmim, um perfeito tesouro. A CIDADE DE DEUS. E as esquinas e praças parecem cristal reluzente e a cidade inteira É resplandecente. Eu quero entrar lá, *Eu quero lá morar. Pelas ruas eu passearei, em um coral de anjos eu estarei a cantar. E quando lá chegar, eu quero abraçar com você que está lutando aqui, Se preparando também pra subir a este lindo lugar.* [<http://compartilhar-mensagem.blogspot.com/2009/03/cidade-de-deus.html>].

(4) Pergunto aos meus companheiros de mesa como é que se vai para Graceland. *Amanhã, antes de voltar para Boston, quero lá ir.* [<http://www.etudogentemorta.com/author/vgrilo/page/2/>].

(5) Passo para as mãos da minha querida esposa o dito mapa. Ela por sua vez dá umas quantas olhadelas e eu, ao ver que ela o tem ao contrário (não sei porque insisto), retiro gentilmente o mapa das suas mãos com o pretexto de que *quero lá ver qualquer coisa.* [<http://autocaravanasmododevida.blogspot.com/2009/01/parques-de-campismo-sim-os-parques-de.html>]

A maior composicionalidade do subesquema [[(eu) quero] [lá V_{inf}]] pode ser constatada em termos contextuais por sua instanciação em (3), (4) e (5). Nos três fragmentos, o locutor comenta acerca de um espaço específico: em (3), temos a descrição inicial da *Cidade de Deus*,

¹¹ De acordo com Hopper e Thompson (1980), a transitividade é uma noção contínua e escalar, envolvendo propriedades do verbo e de seus argumentos. Assim, assumimos que instanciações do subesquema [[(eu) quero] [lá V_{inf}]] se configuram como orações transitivas de grau médio, dado que tanto a agentividade do sujeito quanto a afetação do objeto não são registradas.

marcada por tom onírico e encantador; em (4), o locutor tem intenção de ir para a cidade de Graceland e expressa claramente esse desejo; em (5), é destacado um mapa, como um referente espacial que é entregue pelo locutor à esposa. Esses locais são retomados anaforicamente pela subparte *lá*, que forma com V_{inf} o objeto de uma vontade efetiva, na formação do *chunk* [*lá* V_{inf}]. Tanto a subparte nuclear *quero* quanto seu complemento [*lá* V_{inf}] veiculam sentido mais concreto e objetivo, o que confere a essas instâncias de uso a marca da intersubjetividade imediata, nos termos de Tantucci (2018), uma vez que o conteúdo volitivo positivo é direcionado a um interlocutor individualizado, convidado a partilhar o desejo do locutor. Para o referido autor, toda interação é um evento intersubjetivo de atenção conjunta, uma vez que pressupõe, ao menos, um locutor e um interlocutor; portanto, o que existem são graus de intersubjetividade, que vão desde a mais imediata, atinente a contextos específicos em que atuam os usuários, até a estendida, na qual a referência se expande para a coletividade e a genericidade social.

Observamos que o tipo semântico de V_{inf} também concorre para que o subesquema [[(eu) quero] [*lá* V_{inf}]] seja assumido como mais composicional, conforme ilustramos na tabela a seguir:

Tabela 1: Tipo semântico de V_{inf} no subesquema [[(eu) quero] [*lá* V_{inf}]]

Tipo de verbo	Descrição	Verbo	Nº. de dados
Material	Existência, acontecimento	Voltar	6
		Morar	1
		Ir	2
Existencial	Feitos e acontecimentos, concretos, abstratos	Estar	1
Percepção	Percepção, atenção	Ver	1

Fonte: Lemos (2022, p. 66)

A Tabela 1 aponta que, das 11 instanciações do subesquema [[(eu) quero] [*lá* V_{inf}]] de nosso *corpus*, nove preenchem o *slot* V_{inf} com verbos de tipo material, sendo *voltar* o mais frequente, seguido de *ir*, com duas ocorrências, e *morar*, com uma ocorrência. Ainda são registrados dois dados com verbos de distinto tipo semântico: um com *estar* (existencial) e um com *ver* (percepção). Tal resultado evidencia que V_{inf} se coaduna com o sentido locativo e a referenciação anafórica da subparte *lá*, formando com este o todo semântico-sintático [*lá* V_{inf}], que funciona como o escopo da volição, esta veiculada por [(eu) quero].

Esse resultado confirma o pressuposto de que o subesquema de polaridade positiva é mais composicional, com subpartes menos vinculadas, em arranjos menos abstratos. Em [[(eu) quero] [lá V_{inf}]], a subparte *lá* se coloca entre *quero* e seu complemento, este codificado como V_{inf}. Tal inserção diminui o vínculo da forma verbal com seu objeto, ao mesmo tempo em que reforça o pareamento [lá V_{inf}].

(2) Subesquema [[(eu) quero lá] [V_{inf}]]

A grande maioria dos 179 dados de nosso *corpus* corresponde a instâncias desse subesquema, perfazendo 168 ocorrências, com registro nas quatro variedades do português pesquisadas. Nesse grupo de dados, também se constata a maior ocorrência no PE, num total de 144 fragmentos, seguido do PB, com 20 dados, e ainda esporádicos usos no PA (3 fragmentos) e no PM (1 fragmento). Tal frequência é indício da maior produtividade *type* e *token* desse subesquema e ratifica ainda a maior produtividade do esquema volitivo [(eu) quero lá V_{inf}] na variedade europeia do português. Esse último resultado também necessita de investigação a partir de maior número de dados a fim de que seja, de fato, confirmado e interpretado.

As instâncias de [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] são motivadas por contextos mais injuntivos, marcados por maior intersubjetividade. Nesses contextos, verificam-se com frequência frases exclamativas, interrogativas, expressões de indignação, de exortação, enfim, usos que atuam sobre o interlocutor no sentido de o convencerem a partilhar pontos de vista, crenças e atitudes. Trata-se de fragmentos como os seguintes:

(6) Já ouvi umas duas vezes o comentário: "«Aff... Mas vai ser uma chatice com esse filho de vocês hem"». Sabe a minha resposta: "«fala com a minha mãe"». Tô nem aí! Outra coisa importante: já conversei com marido. Decidiremos nós sobre a criação do nosso filho. Se alguém nos afrontar, e for da minha família, converso (ou discuto) eu. Se for da família dele, ele que se vire (*eu quero lá brigar com sogra? hahaha*). [<http://minhamaequesdisse.com/2013/04/a-linha-entre-o-pitaco-e-o-abuso/>].

(7) *Quero lá ir para o `heaven'!!!* Não me conhece, mas se conhecesse saberia que aquilo em dois dias tirava-me do sério, punha o céu todo de pantanas. Era despedida do céu, coisa inédita provavelmente... ahaha. Que raio de coisa para se dizer, ali no final. [<http://amanhecertardamente.blogspot.com/2013/08/pronto-eu-sei-que-nao-e-bonito-fazer.html>].

(8) Eu tive sorte de, no nordeste do Brasil, ter sido criado por um casal muito visionário. O fato do papai chegar ao socialismo pelo lado da cristandade, por ter sido seminarista e deixar quando se apaixonou por minha mãe, conheceu aquela galega e pensou: '*Eu quero lá ficar no celibato? Eu quero é comer essa linda, maravilhosa*'. No fundo foi isso e que despertou nele outro tipo de

coisa. [http://www.sul21.com.br/jornal/todas-as-noticias/a-internet-e-a-possibilidade-de-o-autor-entrar-nessa-historia-diz-lenine-sobre-direitos-autorais/].

(9) E diz que traz oitenta (sim oitenta) medidas debaixo do braço. Pois eu não estou nada preocupada, quero que vão todos dar uma volta ao bilhar grande, e espero, mais uma vez que o TC esteja pronto, como tem feito a defender a Constituição. Estamos num país insano, governado por gente insana, e estamos todos insanos! Ou estarei errada! Só vos digo, vêm aí??? *Quero lá saber!* [http://www.eparaqueconste.pt/]

Em (6), (7), (8) e (9), temos sequências textuais em que prevalece o tom persuasivo do locutor, nas quais, por intermédio de interrogações, exclamações e interjeições, entre outros recursos linguísticos, como demonstram Traugott e Dasher (2002), é feito um *convite ao partilhamento da indesejabilidade veiculada*. Consideramos, com base em Tantucci (2018), que se trata de um nível de intersubjetividade estendida, na medida em que esse direcionamento do conteúdo volitivo negativo é mais amplo, na consideração de uma terceira pessoa mais genérica, que funciona conceptualmente como portador social de tal conteúdo. Assumimos, nesses casos, que o locutor não se dirige somente a seu interlocutor, mas faz uma declaração amplificada, que aponta, para quem quer que seja, seu ponto de vista acerca da negação [(eu) quero lá] de algo tomado genericamente [V_{inf}], como em: *eu quero lá brigar com sogra?*, *Quero lá ir para o `heaven'!!!*, *Eu quero lá ficar no celibato?* ou ainda *Quero lá saber!*.

Assim, no fragmento (6), temos a indignação de uma mãe com a intervenção de familiares na educação dos filhos, que é enfatizada pela pergunta retórica¹² *eu quero lá brigar com sogra?*. No dado (7), o locutor destaca, com ênfase e emoção, seu propósito de não ir ao *heaven*. Em (8), em tom jocoso, numa outra pergunta retórica veiculada pela instanciação do subesquema [(eu) quero lá] [V_{inf}], o locutor destaca a oportuna opção de seu pai em deixar o celibato e se casar: *'Eu quero lá ficar no celibato?*. Já em (9) *Quero lá saber!* finaliza o depoimento indignado da locutora, que se revolta diante do que considera a insanidade geral de Portugal e de seus governantes.

Nesse subesquema, [(eu) quero lá] forma um *chunk* (cf. BYBEE, 2010), em que detectamos mudança semântico-sintática das subpartes, conferindo menor composicionalidade ao subesquema como um todo. Em termos semânticos, constatamos metaforização, com abstratização tanto do elemento verbal *quero* quanto do locativo *lá*, uma vez que ambos passam a atuar como um todo veiculador de polaridade negativa. Esse conteúdo abstratizado é

¹² Trata-se de uma indagação que não tem como objetivo obter uma resposta, mas sim estimular a reflexão do indivíduo sobre determinado assunto.

acompanhado, metonimicamente, por realinhamento sintático, de modo que *lá*, como afixoide (cf. BOOIJ, 2010), se vincula a *quero*, na expressão do conteúdo volitivo negativo. Como destaca Oliveira (2018), o traço de *granulidade vasta*¹³ do elemento *lá*, atinente ao sentido vago e impreciso que veicula, concorre de modo decisivo para a deflagração da indesejabilidade expressa por esse subesquema como um todo.

A menor composicionalidade e a maior abstratização do subesquema [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] é atestada também quando classificamos o tipo semântico que preenche o *slot* V_{inf} nos 168 dados levantados em nosso *corpus*. A seguir apresentamos a produtividade referida:

Tabela 2: Tipo semântico de V_{inf} no subesquema [[(eu) quero lá] [V_{inf}]]

Tipo de verbo	Descrição	Verbo	Nº. de dados
Cognitivo	Atividade cognitiva	Saber	165
Material	Feitos e acontecimentos, concretos, abstratos	Brigar	1
		Ir	1
Existencial	Existência, acontecimento	Ficar	1

Fonte: Lemos (2022, p. 70)

Constatamos, pela Tabela 2, que, à exceção de três dados, em que se instanciam dois verbos materiais – *brigar*, em (6), e *ir*, em (7), e um existencial – *ficar*, em (8), os demais 165 fragmentos levantados do subesquema volitivo negativo são preenchidos pelo verbo cognitivo *saber*, como ilustrado no fragmento (9). Desses 165 dados, observamos que em 117 ocorre a complementização de *saber* realizada por SN em 50 dados e por SV em 67 dados. Nos demais 48 dados, temos a instanciação do *type* específico [[(eu) quero lá] saber], na formação de uma sequência rotinizada e convencionalizada na comunidade linguística para a expressão da indesejabilidade.

Outro resultado a que chegamos na análise dos contextos de instanciação do subesquema [[(eu) quero lá] [V_{inf}]] é ativação do efeito de *priming* (cf. DIESSEL, 2017). Atribuímos às estratégias de ênfase e ao tom persuasivo desses contextos a motivação para que tal efeito seja ativado, como em:

(10) Ah, Apóstolo! Mas, eu já vi... Eu, também, já vi, mas eu não quero saber do que eu vi de errado. Eu quero saber das coisas boas. *Eu quero lá saber que eu vi*, que disseram, eu quero

¹³ Conforme Batoréo (2000, p. 439), a *granulidade* é um termo da inteligência artificial que define as diferenças nas regiões-de-vizinhança de conjuntos, com base em dois subsistemas: *granulidade vasta* (binômio *lá/cá*) e *granulidade fina* ou *estreita*, correspondente a um ponto específico (tríade *aqui/aí/ali*).

saber é das pessoas que entraram, aqui, quebradas. Aqui, se erguem, aqui, se casam, se restauram, se reestruturam. [<http://igrejacristovive.com.br/mensagens/tu-tens-que-estar-ligado-ao-corpo-de-cristo/>].

(11) Estou, incondicionalmente, do lado dos árabes. *Quero lá saber se se trata duma religião ou dum clube de futebol. Quero lá saber se é uma religião séria ou falsa, Quero lá saber se...* Não reconheço a ninguém, absolutamente a ninguém, qualquer tipo de autorização para usar os meios de comunicação social para ofender ninguém, de forma deliberada, rancorosa, vil e ditada pela falta de educação/formação/civilidade, apenas por escárnio e desprezo. [<http://www.diariodeunsateus.net/2012/09/19/a-liberdade-e-um-bem-maior-do-que-a-fe/>].

Em (10), o depoimento emocionado de um evangélico da *Igreja Cristo Vive* é marcado por expressões volitivas que veiculam seu desejo (*Eu quero saber das coisas boas*) e não desejo (*Eu quero lá saber que eu vi, que disseram*); assim, o locutor cumpre seu propósito comunicativo por intermédio de acionamentos constantes e alternativos da volição, num jogo entre a desejabilidade e a indesejabilidade, tornando o depoimento mais persuasivo. No trecho (11), o efeito de *priming* ocorre pela retomada enfática de instâncias de [(eu) quero lá] [V_{inf}], nas quais o locutor expressa sua indignação e intolerância em relação ao preconceito contra os árabes; para tanto, instância três vezes sequencialmente esse subesquema (*Quero lá saber se se trata duma religião ou dum clube de futebol. Quero lá saber se é uma religião séria ou falsa, Quero lá saber se...*), destacando, assim, seu ponto de vista de modo emocional.

Em esporádicos dados, entre os 179 coletados, o tom enfático e persuasivo se evidencia também pela inserção do elemento intensificador *bem* no subesquema [(eu) quero lá] [V_{inf}], como a seguir:

(12) Tou farto de criticar (e vou fazer-lo até me fartar) aqueles que votam sem saber ou só "porque sim", que não questionam, que não interpelam, esses sim, crítico e criticarei sempre... *E quero lá bem saber que depositem religiosa e cegamente a sua mensalidade.* Alimentar burros a pão de Ló?! Isso sim é de gente burra... [<http://ocacifodopaulinho.wordpress.com/2013/03/19/ja-que-e-dia-de-sondagens/>].

(13) Tens mesmo a certeza que este sportinguismo mantém VIVO o Sporting? É que eu tenho a certeza... que não. Pelo menos para mim... e se para mim, o Sporting morrer, *quero lá bem saber que fica!* O meu amor é ao Sporting e a um ideal... não a um conjunto de pessoas que por acaso pensam (em parte, está visto) como eu... [<http://ocacifodopaulinho.wordpress.com/2013/03/19/ja-que-e-dia-de-sondagens/>].

Em (12) e (13), o locutor expressa toda a sua emotividade e indignação. Em (12), critica enfaticamente a falta de consciência de muitos eleitores, que não avaliam em quem votam; em (13), veicula seu amor e paixão ao time do *Sporting*, independentemente de seus dirigentes e

jogadores. Em ambos os fragmentos, a instanciação do subesquema volitivo de polaridade negativa concorre para a expressão do forte tom emocional, com a inserção de *bem* entre as duas subpartes que formam esse subesquema: [(eu) quero lá] e [V_{inf}]. Interpretamos tal possibilidade como evidência de que [[(eu) quero lá] [V_{inf}]], ainda que menos composicional em relação a [[(eu) quero] [lá V_{inf}]], preserva traços de suas subpartes em maior integridade, o que permite a inserção aqui referida.

(3) Resultados gerais

Sintetizamos, nesta seção, os resultados obtidos com nossa análise do esquema [(eu) quero lá V_{inf}]. Apresentamos a seguir a frequência geral das instanciações desse esquema por tipo de polaridade volitiva e variedade do português contemporâneo:

Tabela 3: Produtividade de [(eu) quero lá V_{inf}] por subesquema e variedade do português

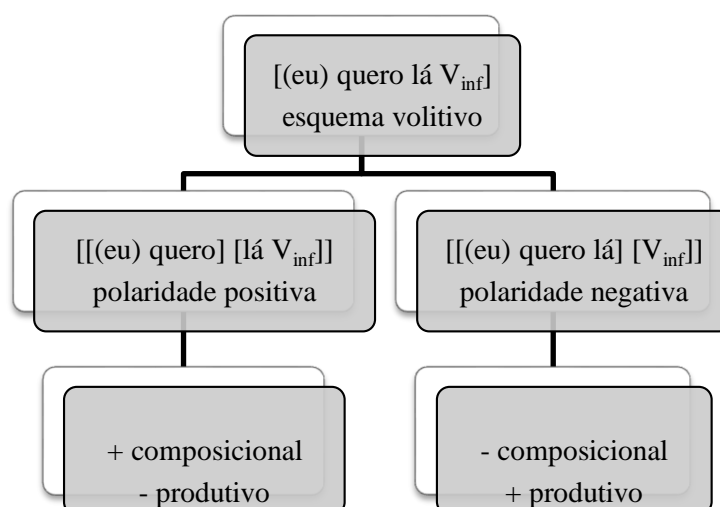
Português Contemporâneo	Ocorrências	[[(eu) quero] [lá V _{inf}]]	[[(eu) quero lá] [V _{inf}]]
PE	152	8	144
PB	23	3	20
PA	3	0	3
PM	1	0	1

Fonte: Lemos (2022, p. 58)

Como podemos observar pela Tabela 3, o PE mostra-se a variedade com maior produtividade de instanciação do esquema [(eu) quero lá V_{inf}], com 152 dados, entre os 179 gerais coletados. A seguir, temos o PB, com 23 dados, e, com baixíssima frequência, o PA (3 dados) e o PM (1 dado somente). Outro aspecto saliente da Tabela 3 é a maior produtividade do subesquema de polaridade negativa [[(eu) quero lá] [V_{inf}]], instanciado em 168 contextos, dos 179 gerais.

Conforme os pressupostos teóricos da LFCU, partimos da análise qualitativa dos 179 dados gerais coletados em nosso *corpus* para propor a hierarquia do esquema [(eu) quero lá V_{inf}] e apontar propriedades de cada um de seus dois subesquemas, como a seguir:

Figura 1: Hierarquia e propriedades do esquema volitivo [(eu) quero lá V_{inf}]



Fonte: Adaptado de Lemos (2022, p. 75)

Nossa análise confirma que o esquema volitivo codificado como [(eu) quero lá V_{inf}], a depender do nível de vinculação semântico-sintática das subpartes envolvidas, se distribui em dois subesquemas. Esses subgrupos expressam a volição a partir de dois eixos de polaridade: positivo e negativo. Observamos ainda distinções no tipo de conteúdo veiculado, no nível de composicionalidade e de produtividade entre tais pareamentos.

Assim, na Figura 1, o subesquema à esquerda corresponde a uma oração transitiva em torno da subparte *quero* como verbo pleno; nesse pareamento, o locativo *lá* atua como adjunto adverbial anafórico de V_{inf}, subparte que funciona como objeto direto de *quero*. Trata-se de um subesquema mais composicional e menos produtivo em relação ao subesquema à direita, uma vez que este se configura como menos composicional e tem maior frequência de ocorrência nos dados em análise.

Considerações finais

Neste artigo, levantamos, classificamos e analisamos padrões de uso volitivo instanciados pelo esquema [(eu) quero lá V_{inf}] em variedades distintas do português contemporâneo. Com base na LFCU, investigamos as propriedades de tais usos a partir de dois subesquemas em que se distribui nosso objeto de pesquisa, que registram composicionalidade e produtividade distintas.

Constatamos que metaforização e metonimização, bem como pressões de natureza inferencial, concorrem para a configuração dos dois subesquemas do esquema volitivo [(eu) quero lá V_{inf}], na manifestação da desejabilidade e da indesejabilidade do locutor. Em relação a [[(eu) quero] [lá V_{inf}]], identificamos que a polaridade positiva atua no nível da intersubjetividade imediata, voltada para a ação do locutor diretamente sobre seu interlocutor, com vistas à expressão de um desejo efetivo. Já no caso do subesquema [(eu) quero lá] [V_{inf}]], a polaridade negativa é veiculada em termos da intersubjetividade estendida, uma vez que a declaração do locutor se apresenta como informe mais genérico, dirigido a pessoas indistintas, dado que constitui expressão de opinião emotiva, de exposição enfática de ponto de vista no âmbito da indesejabilidade.

Consideramos, por fim, que os resultados até agora obtidos com nossa investigação apontam caminhos para novas incursões nessa área de pesquisa. Um deles é a ampliação do número de dados em análise, permitindo maior controle de produtividade, outro é o estudo histórico, na captação de micropassos da mudança linguística que derivaram no esquema volitivo [(eu) quero lá V_{inf}] e seus subesquemas. Enfim, abre-se, a partir de nossa investigação, nova agenda de pesquisa do português em viés construcional, no contexto da LFCU.

Referências

- BATORÉO, Hanna. *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BYBEE, Joan. *Frequency of use and the organization of language*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, Joan. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CROFT, William. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA LACERDA, Patrícia Fabiane. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Linguística*. Volume especial, p. 83-101, dez. 2016.
- DIESSEL, Holger. Usage-based linguistics. In: ARONOFF, Mark. (Eds.). *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2017, p. 1-26.
- DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Evaldo; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013, p. 13-40.

GIVÓN, Talmy. *Syntax*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HILPERT, Martin. *Construction grammar and its application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

HOLANDA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário Aurélio*. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. (Eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, p.17 – 36, 1991.

HOPPER, Paul; THOMPSON, Sandra. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56 (2), p. 251-299, 1980.

HOUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 4. ed. rev. e aumentada, - Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LEMOS, Bruna Ribeiro. *Instanciação de [(eu) quero lá V_{inf}]: uma análise funcional no português contemporâneo*. 129 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2022.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALONSO, Karen Sampaio Braga. Funcionalismo, Cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, Edson Rosa (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, p. 87-106, 2012.

OLIVEIRA, Mariangela Rios. O afixoide “lá” em construções do português: perspectivização espacial e (inter)subjetivização. *Linguística*, v. 14, no. 1, p. 109-129, 2018.

OLIVEIRA, André Silva; PRATA, Nadja Pessoa. Os aspectos semântico-funcionais da volição. In: *Revista do GELNE*, v. 22, no. 2, p. 118-130, 2020.

ROSA, Flávia Saboya. *A mesoconstrução marcadora discursiva refreador-argumentativa: uma análise cognitivo-funcional*. 216 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2019.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariangela Riso. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, v. 2, n. 60, p. 233-259, 2016.

SCHEIBMAN, Joanne. Local patterns of subjectivity. In: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 61-90, 2000.

TANTUCCI, Vittorio. From co-actionality to extended intersubjectivity: drawing on language change and ontogenetic development. *Applied Linguistics*. Nova Iorque: Oxford University Press, p. 1-31, 2018.

TAVARES, Maria Alice; FREITAG, Raquel Meister Ko. Do concreto ao abstrato: influência do traço semântico-pragmático do verbo na gramaticalização em domínios funcionais complexos. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 103-119, 2010.

TOPOR, Mihaela. *Perífrasis verbales del español y rumano – un estudio contrastivo*. 722f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Lleida, Leida, 2011.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

[SEM V_{DICENDI} QUE]: UM CONECTOR HIPOTÁTICO DE ADIÇÃO DO PORTUGUÊS

[SEM V_{DICENDI} QUE]: AN ADDITIVE HYPOTHATIC CONNECTOR IN PORTUGUESE

Monclar Guimarães Lopes¹
Samara Costa Moura²

RESUMO: Neste artigo, buscamos descrever o uso e investigar a origem de [sem V_{dicendi} que], um conector aditivo que atua na articulação hipotática integrada e na hipotática desgarrada do português. O particular interesse por esse objeto está associado: a) à falta de descrição do objeto na literatura linguística; b) ao fato de ser um subesquema não composicional na língua, com traços de dessemantização em relação à construção modal/condicional negativa, sua provável origem. Fundamentamos nossas análises nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (cf. CUNHA et al, 2013; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2016 etc.), com foco especial na perspectiva da construcionalidade (ROSÁRIO e LOPES, 2019), que nos permite reconstruir, hipoteticamente, a trajetória diacrônica das construções com base em sua gradiência sincrônica. Selecionamos 248 ocorrências da sequência *sem + V_{dicendi} + que* da base de dados *Now do Corpus do Português*. Os resultados evidenciam que essa sequência de palavras pode instanciar mais de uma construção: a de conexão aditiva [sem V_{dicendi} que] e a conexão modal/condicional [[sem][oração não finita]]. Além disso, a menor composicionalidade e maior vinculação da construção aditiva em relação à modal/condicional, quando compostas pelos mesmos elementos, são fortes indícios de que a primeira teve sua origem na recategorização da última.

PALAVRAS-CHAVE: Conector aditivo. Hipotaxe integrada e desgarrada. Construcionalidade. Linguística Funcional Centrada no Uso.

ABSTRACT: This paper aims to describe the usage and to investigate the origin of [sem V_{dicendi} que], an additive connector used on attached and/or unattached clauses. The particular interest in this object is associated to: a) the lack of description of the object in the linguistic literature, despite its high frequency; b) the fact that it is a non-compositional subscheme of Portuguese, which probably suffered bleaching in relation to the negative modal/conditional construction, its probable origin. We base our analyzes on the theoretical assumptions of Usage-Based Functional Linguistics (cf. CUNHA et al., 2013; OLIVEIRA & ROSÁRIO, 2016 etc.), with a special focus on the perspective of constructionality (AUTHOR, 2019), which allows us to hypothetically rebuild the diachronic trajectory of constructions based on their synchronic gradience. A total of 248 tokens of the sequence of words *sem + V_{dicendi} que* were selected from *Corpus Now* (www.corpusdoportugues.org). The results show that this sequence of words can instantiate more than one construction: the hypotactic additive construction [sem V_{dicendi} que] and the modal/conditional construction [[sem][nonfinite clause]]. We argue that the additive

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense – e-mail: monclarlopes@id.uff.br.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense – e-mail: samara_costa@id.uff.br.

construction has its origin in the modal/conditional one, given the fact that it is less compositional and its elements are more coalesced to each other.

KEYWORDS: additive connector; attached and unattached clauses; constructionality; Usage-Based Linguistics.

Considerações iniciais

Neves (2018, p. 791), na *Gramática do Português Revelada em Textos*, distingue dois sentidos básicos para a preposição *sem* na articulação hipotática:

a) Modo:

- i) Será que está me seguindo há algum tempo, *sem* eu perceber?
- ii) Lorenzo tinha deixado o fundo da sala, *sem* que eu percebesse.

b) Condição:

- iii) Por isso eu não poderia ir embora *sem* dizer a você, enquanto é tempo, alguma coisa sem sentidos ocultos.
- iv) “*Sem* que se produzam fatos que comprometam a democracia, não podemos deixar que os trabalhadores sem terra sejam donos do país”, afirmou o senador.

Como podemos observar, a articulação hipotática iniciada pela preposição *sem* pode introduzir orações não finitas (i e iii) e finitas (ii e iv). Gostaríamos de ressaltar que, embora a autora não aborde o valor negativo próprio da preposição *sem*, ressaltamo-lo aqui. Assim, sustentamos que *sem*, nas ocorrências supracitadas, introduz orações com valor modal/condicional negativo.

Além dos valores semânticos de modo e condição negativa, encontramos, no português, usos da preposição *sem* em contexto aditivo, tanto em articulações hipotáticas integradas quanto em hipotáticas desgarradas. Como ilustração, vejamos duas ocorrências³:

(01) Meus sentimentos a familiares e amigos, agora como está acontecendo essas fatalidades, com atores, atrizes, músicos e outros, *sem falar que* muitos estão hospitalizados.

(02) Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por exemplo, fazem uso da lenha, mas têm fogões, lareiras e churrasqueiras de boa qualidade. *Sem contar que* a lenha é comercializada nessas regiões.

Tanto em (01) quanto em (02), a preposição *sem* é um dos elementos de uma construção conectora complexa de função aditiva. As expressões destacadas assumem valor de adição em virtude do contexto em que ocorrem. Aparecem entre duas unidades de informação – às vezes

³ Todas as ocorrências deste trabalho foram extraídas da base de dados *Now*, do site *O Corpus do Português* – www.corpusdportugues.org.

articulam orações, como em (01); às vezes, períodos ou parágrafos, como em (02) – e promovem uma expansão por extensão, conforme defendem Halliday e Matthiessen (2004). Segundo os autores, a expansão por extensão pertence ao eixo lógico-semântico e ocorre quando “uma cláusula expande a outra, estendendo-a para além: *adicionando* alguma informação nova” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 378, grifo nosso).

Cabe frisar que a despeito de o sistema tático da Gramática Sistemico-Funcional de Halliday e Matthiessen ser pensado para a cláusula complexa, isto é, para unidades que atuam no nível do período, defendemos que suas categorias podem ser empregadas também em nível transfrásico, como o que ocorre em (02). Um critério adicional que pode ser usado para atestar o valor de adição dessas estruturas é o da comutação – mas como método adicional de análise e não único. Nesse caso, podemos proceder à substituição de [sem $V_{dicenci}$ que] por outras estruturas aditivas, como *além de*, *além disso*: a) meus sentimentos a familiares e amigos, agora como está acontecendo essas fatalidades, com atores, atrizes, músicos e outros, *além de* muitos estarem hospitalizados; b) Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por exemplo, fazem uso da lenha, mas têm fogões, lareiras e churrasqueiras de boa qualidade. *Além disso*, a lenha é comercializada nessas regiões.

Entendemos que, nesses casos, a semântica de adição não está associada particularmente à preposição, mas a construção complexa de que esse elemento participa. Representamo-la, aqui, por meio da seguinte notação: [sem $V_{dicendi}$ que]. Nessa representação, os colchetes representam a alta vinculação sintático-semântica dos elementos. A vinculação sintática se mostra pelo fato de, na conexão aditiva iniciada por *sem*, os elementos estarem dispostos sempre nessa ordem, sem termos intervenientes; a vinculação semântica, à perda de traços composicionais dos elementos que compõem a construção. O sentido de adição não emerge particularmente de um de seus elementos, mas, sim, do todo. Inclusive, quando o falante, em (01), por exemplo, diz “sem falar que muitos estão hospitalizados”, ele faz o contrário do que propõe a semântica dos elementos da construção, na medida em que ele, efetivamente, diz o que não era para ser dito.

As duas ocorrências apresentam diferenças quanto à articulação. A primeira é hipotática integrada, haja vista a sua dependência sintática a uma oração matriz presente no mesmo período. A segunda é hipotática desgarrada (cf. DECAT, 2011), uma vez que está desvinculada do período em que se encontra a oração matriz a que faz referência.

Vale ressaltar que a sequência de elementos *sem* + $V_{dicendi}$ + *que* nem sempre representa uma ocorrência da construção hipotática aditiva, mas, sim, de uma construção modal/condicional negativa, como podemos observar abaixo:

(03) Felício alega que a denúncia do MP o acusa de modo genérico e impreciso, *sem explicar que* atos o tucano teria praticado para frustrar a licitude dos processos licitatórios da Prefeitura de Praia Grande.

Em (03), *sem* introduz uma oração hipotática não finita modal negativa, valor semântico que lhe é mais básico e composicional. Nos dados analisados, temos observado, recorrentemente, que a oração hipotática modal introduzida por *sem* e seguida por verbo *dicendi* tem como pano de fundo um relato. Um outro aspecto que vale a pena ressaltar é que há uma tendência da correlação entre sujeitos na construção com valor modal, fato menos recorrente na de valor aditivo. Como podemos notar acima, *sem explicar que* apresenta uma informação do enunciador sobre um relato atribuído a outrem: Felício alegou que o MP o acusa de modo genérico e impreciso, mas nada falou sobre os atos praticados para frustrar a licitude dos processos. Na verdade, quem fez essa observação sobre o que não foi dito, explicado, foi o enunciador, em cuja fala podemos inferir que houve, por parte de Felício, uma tentativa de escamotear os fatos. Sob esse ponto de vista, enquanto, nas ocorrências 01 e 02, há uma maior vinculação entre a preposição e o verbo *dicendi*, com perda de traços composicionais, na construção modal (e também na condicional), esses elementos se mantêm relativamente⁴ autônomos (já que recuperamos o significado de cada elemento para o sentido global da construção). Por esse motivo, representamos a construção modal/condicional encabeçada por *sem* da seguinte maneira: [[*sem*][oração não finita]]. Nessa notação, os colchetes que separam a preposição *sem* da oração não finita visam a representar sua relativa autonomia sintático-semântica.

É importante também ressaltar que a notação da construção modal/condicional negativa iniciada por *sem* não prevê necessariamente um verbo *dicendi* no interior da oração não finita, porque se trata de uma construção mais geral, que prevê diversos tipos de verbo. Os dados i, ii e iv, previamente extraídos de Neves (2018, p. 791), por exemplo, representam ocorrências dessa construção, a despeito da ausência de verbos *dicendi* no interior da construção.

Neste trabalho, temos dois objetivos principais: 1) diferenciar os usos da construção hipotática aditiva [*sem* V_{dicendi} *que*] da construção hipotática modal/condicional negativa introduzida por *sem*, com foco na diferença de significado, no tipo de articulação sintática – se hipotática integrada e/ou hipotática desgarrada – e no contexto discursivo em que cada uma delas tende a ocorrer; 2) recuperar a trajetória diacrônica da origem de [*sem* V_{dicendi} *que*] a partir de sua gradiência sincrônica. Argumentamos que essa reconstrução histórica a partir de dados

⁴ Empregamos o termo “relativamente” porque entendemos que não há independência, mas menos dependência.

sincrônicos é perfeitamente plausível, haja vista que os inúmeros estudos diacrônicos realizados em investigações tipológicas nos permitem prever a direcionalidade da mudança. Como as pesquisas históricas evidenciam, a formação de construções de natureza mais procedural – como [sem *V_{dicendi}* que] – resulta de processos cognitivos gerais que levam ao aumento de vinculação (*chunking*) e abstratização, à perda de traços composicionais e à recategorização, por exemplo.

Para realizar essa análise, apoiamo-nos nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso, um modelo de análise linguística que busca descrever a gramática das línguas naturais a partir de dados empíricos do uso em perspectiva construcional. Empregamos o método misto de análise, em que selecionamos, ao todo, 248 ocorrências da sequência de palavras *sem + V_{dicendi} + que* na base de dados *Now* do *Corpus* do Português⁵, relacionando cada uma delas à construção a que se vincula: [sem *V_{dicendi}* que] e [[sem][oração não finita]]. Cabe frisar que a base de dados *Now* contém 13 diferentes verbos *dicendi* após a preposição *sem*, entre os quais selecionamos os nove primeiros: *contar, falar, dizer, mencionar, revelar, negar, referir, especificar e explicar*. Desconsideramos os verbos *citar, informar, avisar e afirmar* porque apresentavam uma quantidade de ocorrências relativamente baixa para análise.

No intuito de promover uma apresentação didática, este texto está dividido em seis partes. Além desta introdução, há as seguintes seções: Fundamentação teórica; Procedimentos metodológicos; Análise dos Dados; Considerações finais. Por fim, incluímos as Referências bibliográficas.

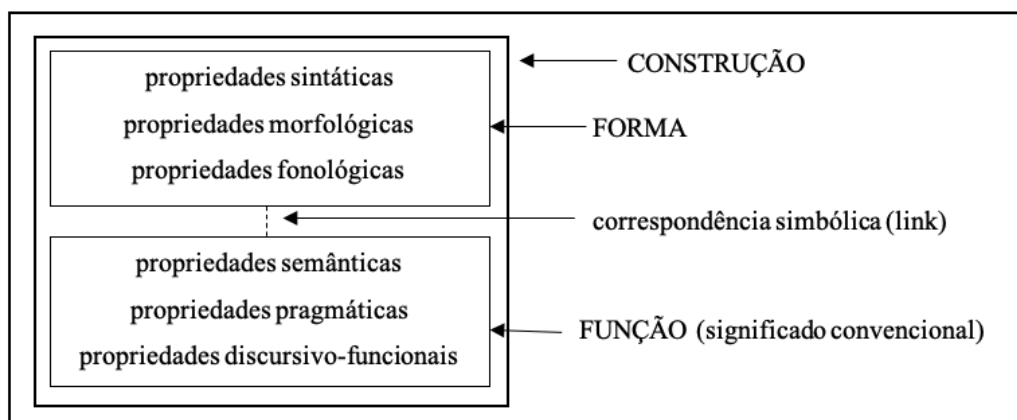
Fundamentação teórica

A Linguística Funcional Centrada no Uso – ou LFCU – (cf. CUNHA et al., 2013; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2016, entre outros) representa uma nova fase do Funcionalismo Norte-Americano, que passa a dialogar com as Gramáticas de Construções Baseadas no Uso (cf. GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001; HILPERT, 2014, DIESSEL, 2019; entre outros). Da mesma maneira que as outras abordagens funcionalistas, busca descrever a gramática das línguas naturais a partir de dados empíricos do uso, na medida em que a enxerga (a gramática) como um sistema adaptativo moldado por duas diferentes forças: motivações internas, que se originam no domínio linguístico, e motivações externas, que pertencem ao domínio dos requisitos funcionais do discurso (cf. DU BOIS, 1985).

⁵ Disponível em: www.corpusdoportugues.org/now.

Uma das principais diferenças entre a LFCU e as outras vertentes funcionalistas é que ela concebe a língua como uma rede de construções – isto é, um inventário interconectado de pareamentos simbólicos de forma e função [[FORMA] \leftrightarrow [FUNÇÃO]] –, em que tanto os aspectos formais quanto os funcionais assumem relevância equivalente. Como sabemos, é consensual em diversas abordagens linguísticas a ideia de que a língua é um sistema altamente organizado que comporta diferentes dimensões: fonológica, morfológica, sintática, semântica, pragmática e discursiva (compreendendo-se, nesta última dimensão, aspectos concernentes às sequências tipológicas, aos gêneros textuais, aos domínios discursivos, entre outros). A abordagem construcional da gramática pode ser considerada uma perspectiva holística, na medida em que busca mapear a atuação dessas diferentes dimensões na descrição gramatical. Como podemos notar logo abaixo, na representação simbólica da construção (CROFT, 2001, p. 18), as seis diferentes dimensões linguísticas constituem propriedades intrínsecas das construções:

Figura 1. A estrutura simbólica da construção.



Fonte: Croft (2001, p.18)

Um outro aspecto importante do modelo é que ele rompe com a perspectiva atomista da gramática, em que o foco costuma recair sobre a palavra como unidade de análise por excelência. Na perspectiva construcional, entende-se que as construções linguísticas podem apresentar diferenças quanto ao tamanho, à especificidade fonológica e à conceptualização, como podemos verificar no quadro abaixo:

Quadro 1. Dimensões das construções

Tamanho	Atômica <i>café, -s (pl)</i>	Complexa <i>sei lá, por isso</i>	Intermediária <i>pós-graduação</i>
Especificidade fonológica	Substantiva <i>café, -eiro</i>	Esquemática <i>SV, Sprep</i>	Intermediária <i>Adj-mente</i>

Conceptualização	Conteudista <i>café, SV</i>	Procedural <i>-s (pl), por isso</i>	Intermediária <i>poder (modal)</i>
------------------	--------------------------------	--	---------------------------------------

Fonte: Rosário e Oliveira (2016, p. 240)

Uma construção como [sem $V_{dicendi}$ que], por exemplo, é complexa quanto ao tamanho (composta por três elementos), intermediária quanto à especificidade fonológica (prevê elementos fonologicamente específicos – *sem* e *que* – e um outro não especificado – o verbo *dicendi*) e procedural quanto à conceptualização (já que a construção apresenta um valor funcional, de conector aditivo). Trata-se de uma abordagem mais adequada para esse tipo de objeto, uma vez que a construção [sem $V_{dicendi}$ que] deve ser interpretada como uma expressão pré-fabricada (cf. DIESEL, 2019), isto é, uma espécie de sintagma complexo que atua como um *chunk*, em que os elementos construcionais se encontram altamente vinculados e o sentido da construção não é uma derivação direta da soma do significado de seus elementos componentes.

Sendo a língua um sistema adaptativo (cf. DU BOIS, 1985), a teoria funcionalista se ocupa não somente da descrição sincrônica da língua, mas também da investigação diacrônica. Sobre esse último aspecto, interessa-nos saber quando novas construções surgem na língua ou, ainda, quando construções já existentes passam a apresentar novas funções. Paralelamente, procuramos entender por que novas construções surgem e por que construções antigas se reconfiguram. Logo, preocupamo-nos em identificar tanto o fenômeno em variação/mudança quanto as forças sociais e cognitivas que motivam a mudança.

Na LFCU, o tratamento construcional da mudança tem sido feito principalmente pelo modelo da construcionalização e das mudanças construcionais (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013), que visa a identificar, na investigação diacrônica, quando ocorrem mudanças construcionais (alterações só no plano formal ou funcional de uma dada construção, sem que isso resulte em uma nova construção) ou construcionalizações (quando a mudança linguística resulta na formação de um novo pareamento de forma e função na língua). Mais recentemente, Rosário e Lopes (2019) elaboraram o modelo da construcionalidade, em que a reconstrução da trajetória diacrônica de uma construção pode ser feita, hipoteticamente, com base na gradiência sincrônica.

Vale ressaltar que o estudo diacrônico com base na sincronia não é novidade no estudo funcionalista. No Funcionalismo Norte-Americano, por exemplo, os termos *gramaticalização sincrônica* e *gramaticalidade* ganharam força e elevada plausibilidade explanatória à medida que os estudos diacrônicos empreendidos indicavam uma direcionalidade para a mudança

gramatical, de modo que, na investigação de um item polifuncional e/ou polissêmico na língua, temos bastante segurança em indicar quais são os usos originais (ou bases) e quais são os mais recentes na língua. Em uma língua natural que apresente, por exemplo, dois usos para o verbo básico de deslocamento espacial (como o verbo *ir* no português, que pode ser empregado como forma plena ou auxiliar de futuro), há uma forte tendência de o uso auxiliar de futuro ter derivado da forma plena, o que nos possibilita levantar hipóteses bastante plausíveis sobre sua emergência histórica com base em dados sincrônicos.

Segundo Rosário e Lopes (no prelo), a construcionalidade pode ser definida como a “relação sincrônica entre duas (ou mais) construções, de modo que uma construção pode ser apontada como base para outra, a partir de seus diferentes níveis de gradiência e gramaticalidade”. Trata-se de uma perspectiva que tem o objetivo de descrever a mudança linguística com base em dados exclusivamente sincrônicos, a partir de generalizações a que chegaram diversos outros estudos linguísticos sobre a direcionalidade da mudança. Mais especificamente, busca identificar a fonte de construções mais recentes na língua, sobretudo as de conceptualização procedural, na medida em que, normalmente, os novos usos mantêm os elementos da construção original em sua composição, só que em uma configuração em que esses mesmos elementos se encontram mais vinculados uns aos outros (ou, ainda, mais abstratizados), e acarretam um sentido menos composicional para a construção (ambos efeitos da repetição e da automatização dos usos). Conforme argumentamos previamente, a sequência de palavras *sem + V_{dicendi} + que* pode instanciar duas construções diferentes, a aditiva – [sem V_{dicendi} que] e a modal/condicional negativa [[sem][oração não finita]]. Sob esse ponto de vista, a primeira pode ser considerada como um resultado da construcionalização da segunda, exatamente porque seus elementos são mais vinculados e é menos composicional (no sentido de que o significado da construção não é o resultado da soma do significado de suas partes).

No Funcionalismo Norte-Americano, os parâmetros de gramaticalização (LEHMANN, 2002) eram amplamente empregados na investigação da gramaticalização sincrônica (ou gramaticalidade). Tais parâmetros podem ser adaptados para a descrição da construcionalidade.

Quadro 2. Parâmetros de gramaticalização

Parâmetro	Eixo	Paradigmático	Sintagmático
Peso		Integridade	Escopo estrutural
Coesão		Paradigmaticidade	Vinculação
Variabilidade		Variabilidade paradigmática	Variabilidade sintagmática

Fonte: Lehmann (2002, p. 110)

Na investigação da gramaticalização sincrônica (ou da gramaticalidade), modelo centrado na emergência de itens de função gramatical, a comparação entre usos menos e mais gramaticais de um mesmo item pode se dar em termos da diferença nos graus dos parâmetros expressos no quadro 2. Como ilustração, ainda sob a perspectiva do item, apresentaremos esses critérios comparando dois usos do verbo *ir*, como verbo pleno (menos gramatical) e verbo auxiliar (mais gramatical):

- a) *Integridade*: o verbo auxiliar apresenta diminuição da integridade semântica em relação ao uso pleno (perda do traço de espacialidade, com metaforização para designação temporal).
- b) *Paradigmaticidade*: o verbo auxiliar integra um paradigma de base semântica comum mais restrito em relação ao verbo pleno. Há mais opções de substituição de *ir*, na função de verbo pleno, do que na função de auxiliar, isto é, o paradigma de verbos de deslocamento espacial contém mais elementos do que o paradigma de verbos auxiliares de futuridade.
- c) *Variabilidade paradigmática*: a partir do momento em que o verbo auxiliar constitui um paradigma mais restrito que o verbo pleno, diminui-se também a liberdade de escolha do usuário. Inclusive, esse parâmetro prevê que “variabilidade intrapragmática diminui com o aumento da gramaticalização” (LEHMANN, 2002, p. 123).
- d) *Escopo estrutural*: o aumento da gramaticalização acarreta a diminuição do escopo estrutural. O verbo pleno *ir* tem um escopo mais amplo (todo o SV, isto é, todo o predicado), ao passo que o auxiliar tem como escopo o verbo principal (isto é, apenas V).
- e) *Vinculação*: o verbo auxiliar *ir* está mais vinculado ao verbo principal do que o verbo pleno (inclusive, como sabemos, alguns testes comuns de auxiliaridade verbal são realizados a partir da verificação da possibilidade da inclusão de elementos – como estruturas de negação – entre dois verbos. Dadas duas frases como *eu pretendo falar sobre isso* e *vou falar sobre isso*, por exemplo, na primeira, sob uma perspectiva formal, temos dois verbos plenos, já que podemos dizer: *eu não pretendo falar sobre isso*; *eu pretendo não falar sobre isso*; na segunda, por sua vez, a negação entre os verbos se torna agramatical: * *vou não falar sobre isso*).
- f) *Variabilidade sintagmática*: diz respeito à facilidade com que um signo pode ser trocado de contexto sintático (referente, sobretudo, à mudança posicional). No signo

gramaticalizado, a variabilidade sintagmática decresce, isto é, há uma tendência à fixidez posicional. Sob esse ponto de vista, o auxiliar *ir* apresenta menos variabilidade em relação ao verbo pleno, sendo restrito à posição esquerda imediata do verbo principal.

Como podemos notar, os parâmetros de gramaticalização nos permitem identificar os usos mais ou menos gramaticais de um item. Como a gramaticalização é um fenômeno diacrônico, resultante da abstratização de categorias mais lexicais (ou menos gramaticais), é possível indicar, com bastante plausibilidade, quais são os usos originais e quais são os mais recentes na língua. No caso em tela, o verbo auxiliar, por ser mais gramaticalizado, tende a ser o mais recente na língua. Isso não diz respeito apenas à língua portuguesa, como também a qualquer língua natural em que um verbo básico de deslocamento espacial também seja empregado como auxiliar de futuro.

Fazendo-se as devidas adaptações, é possível aplicar os mesmos critérios para a análise da construcionalidade na investigação das construções procedurais das línguas. Os estudos diacrônicos sobre a formação das construções complexas – isto é, construções constituídas por dois ou mais elementos – têm mostrado que a forma de valor menos procedural (ou até mais lexical) apresenta os mesmos elementos em sua composição que a construção mais procedural (ou menos lexical). A diferença entre elas reside, sobretudo, no aumento tanto da vinculação entre os elementos que compõem a construção quanto de sua abstratização, bem como na diminuição de sua composicionalidade semântica. Esses aspectos são o resultado da atuação de processos cognitivos gerais, sobretudo, dos efeitos da frequência de uso na memória humana: a repetição leva à automatização; a automatização leva ao *chunking* – isto é, a formação de agrupamentos como unidades cognitivas acessadas em bloco único – e à dessemantização – isto é, à perda de traços de significado, de modo que a unidade apresente algum grau de idiomatismo, já que seu sentido global não é originário da mera soma do significado dos elementos que compõem a construção.

Na última seção, propomos uma análise de [sem V_{dicendi} que], por meio do diálogo da perspectiva da construcionalidade com os parâmetros de gramaticalização de Lehmann (2002).

Procedimentos metodológicos

Para esta pesquisa, levantamos os dados da sequência de palavras *sem* + *Vdicendi* + *que* na base de dados *Now* do *Corpus do Português* (www.corpusdoportugues.org). Trata-se de um *corpus* atual, bastante extenso (contém aproximadamente 1.1 bilhão de palavras), constituído de textos da esfera jornalística entre o período de 2012 a 2019. Ao todo, selecionamos 248 ocorrências, formadas por sequências em que o *slot* do verbo é preenchido por diferentes verbos *dicendi*, conforme consta no quadro abaixo:

Quadro 4. Quantidade de ocorrências da sequência de palavras *sem* + *Vdicendi* + *que* na base de dados *Now*.

Sequência de palavras	Total de ocorrências no <i>corpus</i>	Quantidade de ocorrências selecionadas
1. sem contar que	2.734	30
2. sem falar que	1.554	30
3. sem dizer que	175	30
4. sem mencionar que	132	30
5. sem revelar que	51	30
6. sem negar que	39	30
7. sem especificar que	56	30
8. Sem explicar que	22	20
9. sem referir que	18	18
10. sem citar que	17	0
11. sem informar que	16	0
12. sem avisar que	14	0
13. sem afirmar que	09	0
Total de ocorrências	4.837	248

Fonte: elaboração própria.

Optamos por descartar as quatro últimas sequências tanto em virtude da baixa frequência de ocorrência quanto também pelo fato de os dados anteriores já nos serem suficientes para o estudo proposto. Vale ressaltar que as ocorrências identificadas nesse quadro representam tão somente a quantidade de vezes que essa sequência de palavras ocorre no *corpus*, sem que haja nenhuma análise de sua função na língua.

Feito o levantamento, procedemos à análise dos dados. Nesse processo, empregamos o método misto, que se caracteriza pelo “equacionamento entre a metodologia qualitativa e a quantitativa” (LACERDA, 2016, p. 85). O aspecto qualitativo da análise se deu pela verificação de dois fatores:

- 1) Atribuição da ocorrência como um padrão pertencente à construção modal/condicional negativa – [[sem] [oração não finita]] –, à construção aditiva [sem *Vdicendi* que] ou, ainda, a algum outro padrão construcional não observado anteriormente.
- 2) Identificação do tipo de articulação: se hipotática integrada ou hipotática desgarrada.

O aspecto quantitativo, por sua vez, se deu pela verificação:

- 1) Dos diferentes verbos *dicendi* que licenciam ambas as construções: a modal/condicional negativa e a aditiva;
- 2) Da produtividade *token* de cada um dos padrões que instanciam a construção aditiva.

Análise dos dados

No intuito de garantir a inteligibilidade da apresentação dos dados, optamos por dividir esta seção em três subseções.

Verbos dicendi que instanciam a construção aditiva [sem V_{dicendi} que] e a construção modal/condicional negativa [[sem][oração não finita]]

Todas as 248 ocorrências analisadas são licenciadas por [sem V_{dicendi} que] ou por [[sem][oração não finita]]. Vale ressaltar, no entanto, que, para o último tipo, temos apenas instancieções da construção de valor modal negativo. Sendo assim, não encontramos em nenhuma das ocorrências o valor condicional negativo, o que parece evidenciar uma elevada preponderância do uso modal – pelo menos para os verbos *dicendi* –, em comparação ao uso condicional. A distribuição das análises está disponível no quadro 5:

Quadro 5. Distribuição das ocorrências por padrão construcional.

Sequência de palavras	Ocorrências da construção modal [[sem][oração não finita]]	Ocorrências da construção aditiva [sem V _{dicendi} que]
1. sem contar que	0	30
2. sem falar que	0	30
3. sem dizer que	17	13
4. sem mencionar que	08	22
5. sem revelar que	30	0
6. sem negar que	29	01
7. sem referir que	17	01
8. sem especificar que	29	01
9. sem explicar que	20	0
Total	150	98

Fonte: elaboração própria.

Como podemos notar pelos dados numéricos, a construção modal negativa tem maior produtividade *type*, já que ela ocorre com mais frequência em seis dos nove padrões. Não

obstante, a produtividade *token* da construção aditiva [sem $V_{dicendi}$ que] pode ser considerada bastante superior à construção modal negativa [[sem][oração não finita]] – quando esta é constituída por verbo *dicendi* –, a despeito dos totais apresentados no quadro 5, com base nas ocorrências efetivamente analisadas. A razão para isso se deve à totalidade de ocorrências de cada sequência de palavras no *corpus*. Como podemos ver no quadro 4, *contar* e *falar* representam, juntos, 4.288 ocorrências das 4.837 ocorrências da sequência *sem + V_{dicendi} + que* no *corpus*, o que equivale a 88,6% do total. Cabe aqui, portanto, um raciocínio lógico: há indícios para se dizer que parece haver maior nível de especialização para o padrão aditivo, na medida em que ele atrai verbos *dicendi* mais específicos do que a construção modal. Abaixo, segue uma ocorrência para cada um dos quatro padrões mais produtivos de [sem $V_{dicendi}$ que] como ilustração:

- (04) Acho legal essa troca de apresentadores porque faz com que a galera possa conhecer um outro lado dos artistas. E ter duas mulheres no comando faz com que as espectadoras de TV se orgulhem. Essa representatividade é muito boa. *Sem contar que* a música tem várias caras e estilos – analisa a cantora, de 31 anos.
- (05) A expectativa do Planalto é de que os trabalhos na comissão especial da Reforma da Previdência terminem ainda nesta semana, para que no dia 2 de julho o assunto possa ser votado em plenário. Mas, a situação não é tão simples. Há mais de 70 parlamentares inscritos para debater na sessão de terça, *sem falar que* será necessária muita articulação política – o que, vamos combinar, não é o forte do governo Bolsonaro, a ponto de o próprio presidente reconhecer na sexta que teve problemas nesse quesito.
- (06) Os Warriors, todavia, acabaram impactados pela atuação devastadora de Pascal Siakam, 32 pontos e um índice de aproveitamento acima dos 82%. E também pela ressurreição do até então ultra-irregular Marc Gasol, 20 pontos e 60% de acertos. *Sem dizer que*, mesmo com 34 pontos no seu boletim, Steph Curry, astro principal do Golden State, teve um desempenho pífio, de meros 44%.
- (07) Na Europa, uma loja com sede na Holanda chamada Coolblue tem os modelos que podem ver acima – temáticos dos Vingadores, Homem-Aranha, Capitão América e Homem de Ferro. Estes são feitos para o A50 e A70. A Amazon, Alemanha, por outro lado, lista os mesmos modelos para o Galaxy A40.
O preço de qualquer uma dessas capas é de € 29,90, o que não é barato, mas em linha com o que devem esperar de acessórios oficiais, *sem mencionar que* para a criação destes acessórios a Samsung também tem que pagar royalties para a Marvel.

Em cada uma das ocorrências supracitadas, podemos depreender a noção de adição porque as informações subsequentes ao conector introduzem novos elementos, autônomos em relação aos primeiros. Também podemos proceder, como critério complementar, a um teste de comutação: 04. *Além disso*, a música tem várias caras e estilos; 05. *Além disso* será necessária muita articulação política; 06. *Além disso*, mesmo com 34 pontos no seu boletim, Steph Curry,

astro principal do Golden State, teve um desempenho pífio; 07. *Além disso*, para a criação destes acessórios, a Samsung também tem que pagar royalties para a Marvel.

É importante ressaltar que, por meio dessa estratégia de substituição, não buscamos dizer que *além disso* e [*sem V_{dicendi} que*] sejam construções sinônimas, mas apenas que ambas atuam como conectores de adição na língua. Os dados atestam que [*sem V_{dicendi} que*] ocorre, predominantemente, em sequências argumentativas, em contexto avaliativo. Paralelamente, vale lembrar, conforme declaramos previamente, que [*sem V_{dicenci} que*] representa um uso mais vinculado, abstrato e menos composicional de seus elementos componentes. A noção de adição não advém da soma do significado das partes componentes da construção. Na verdade, o sentido é idiossincrático (à maneira dos idiomatismos), na medida em que *sem* é um elemento de semântica originalmente negativa, valor não recuperável em [*sem V_{dicendi} que*].

Agora, vejamos cinco ocorrências da construção modal negativa [[*sem*][oração não finita]] com os cinco últimos verbos do quadro 5, em que a construção aditiva [*sem V_{dicendi} que*] é improdutiva ou pouco produtiva:

- (08) “Quando cheguei ao Bayern, um sonho se fez realidade. A despedida não será fácil, mas nunca devemos esquecer o que alcançamos juntos”, escreveu o francês. O jogador ainda falou sobre o futuro, mas *sem revelar que* camisa vestiria a partir da próxima temporada.
- (09) “Houve uma altura em que eu disse: vou-me entregar um pouco. Pensei: já que estou nesta experiência tenho de conhecer a pessoa, mas ao mesmo tempo eu retraia-me. Havia qualquer coisa que me dizia que não era bem aquela pessoa que eu queria para mim”, adiantou Ana, *sem negar que* existiu alguma proximidade entre o casal.
- (10) De seguida, o alegado autor do crime telefonou a dois amigos, com quem antes ambos tinham estado, foi ter com eles à Avenida dos Aliados e disse-lhes que o Miguel o tentara esfaquear, *sem referir que* o atingira e abandonara à sua sorte.
- (11) Numa conferência de imprensa nesta quinta-feira, 16 de maio, o porta-voz Gao Feng, citado pela Reuters, garantiu que o Governo chinês avançará com “todas as medidas necessárias” para proteger os interesses das empresas chinesas no estrangeiro, *sem especificar que* medidas seriam essas.
- (12) O presidente americano, Donald Trump, aliado dos sauditas, afirmou em um primeiro momento que as explicações eram críveis, mas depois considerou que eram escassas. “Foi um grande primeiro passo, mas quero obter a resposta”, disse o presidente americano, *sem explicar que* tipo de “resposta” aguarda. (Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/10/ceticismo-internacional-com-as-explicacoes-suaditas-para-morte-de-khashoggi-10624465.html> - Acesso dem 03 de julho de 2021).

Nas ocorrências 08 a 12, temos instanciações da construção hipotática modal negativa [[*sem*][oração não finita]]. A noção de modo pode ser compreendida na relação entre a oração

não finita encabeçada por *sem* e o verbo da oração matriz: (08) *falou, sem revelar*; (09) *adiantou, sem negar*; (10) *disse-lhes, sem referir*; (11) *garantiu, sem especificar*; (12) *disse, sem explicar*. Dessa maneira, podemos entender como a correlação de sujeitos entre a oração matriz e a hipotática é importante na caracterização da construção com valor modal. Ademais, a noção de negação está presente em cada ocorrência, veja: em (08), o jogador francês NÃO revelou que camisa vestiria na próxima temporada; em (09), Ana NÃO negou que existia alguma proximidade entre o casal; em (10), Miguel NÃO referiu que o atingira e abandonara à sua sorte; em (11), o Governo NÃO especificou que medidas seriam essas; em (12), o presidente americano NÃO explicou que tipo de “resposta” aguarda.

Nos exemplos de (04) a (07), por sua vez, a ideia de negação está bloqueada, não sendo possível construir paráfrases com elementos de negação, como fizemos nas ocorrências de (08) a (12). Além disso, a expressão *sem + V_{dicendi} + que* não se vincula semanticamente ao verbo da oração matriz, atribuindo-lhe uma noção de modo, como ocorre nos últimos casos: em (04), *sem contar que* ocorre numa posição desgarrada, já que não se vincula ao verbo *ser* do período anterior nem aos verbos presentes nos períodos anteriores: *acho, faz, possa conhecer, ter, faz, se orgulhem*. O mesmo tipo de análise se estende às outras três ocorrências, isto é, *sem V_{dicendi} que* não se integra semântica nem sintaticamente a nenhum outro verbo precedente, mesmo nas duas ocorrências em que se apresenta em um contexto hipotático integrado – e não hipotático desgarrado, como em (04) –, conforme podemos observar nas ocorrências (05) e (07).

As duas construções na articulação hipotática integrada e hipotática desgarrada

Decat (2011) descreve as estruturas desgarradas como a possibilidade de orações “subordinadas” constituírem sozinhas unidades de informação sem estarem vinculadas sintaticamente com a matriz, não funcionando assim como constituinte desta. Um dos exemplos apontados por Decat (2011, p. 33), na apresentação do fenômeno, é o seguinte:

v. “Esse caso com a modelo Lilian Ramos realmente foi uma tragédia. *Apesar de Itamar ser um senhor solteiro e o ambiente ter sido o carnaval*”. (Estado de Minas, 17/2/94).

Para a estudiosa, há uma desgarrada em (v), uma vez que a adverbial concessiva se separa da oração anterior por ponto final. Não se trata, aqui, na perspectiva da autora, de um erro de sintaxe por parte do autor do texto, mas de um mecanismo “a serviço da estratégia de focalização, destacando a relação semântica mais frouxa entre os enunciados, permitindo

considerar-se a estrutura desgarrada como correspondendo a um ato de fala por si” (DECAT, 2011, p. 129). Como podemos observar nos quadros 6 e 7, a estratégia do desgarramento é bastante produtiva na construção [sem V_{dicendi} que]:

Quadro 6. [sem V_{dicendi} que] e [[sem][oração não finita]] em estruturas integradas e desgarradas.

Sequência de palavras	Estrutura integrada		Estrutura desgarrada	
	Modo neg.	Adição	Modo neg.	Adição
1. sem contar que	0	14	0	16
2. sem falar que	0	10	0	20
3. sem dizer que	16	3	1	10
4. sem mencionar que	7	12	1	10
5. sem revelar que	29	0	1	0
6. sem negar que	29	0	0	1
7. sem referir que	17	0	0	1
8. sem especificar que	29	0	0	1
9. sem explicar que	20	0	0	0
Total	147	39	03	59

Fonte: elaboração própria.

Quadro 7. Percentual de estruturas integradas e desgarradas na construção aditiva e na modal negativa.

	Estruturas integradas	Estruturas desgarradas
Construção aditiva [sem V _{dicendi} que]	40% (39)	60% (59)
Construção modal negativa [[sem][oração não finita]]	98% (147)	2% (3)

Fonte: elaboração própria.

Conforme podemos verificar, a construção modal negativa é pouco produtiva em contextos de desgarramento sintático, sendo bastante pontual sua frequência *token* – 03 ocorrências, o que representa apenas 2% dos dados. Por sua vez, a construção aditiva é bastante produtiva tanto no desgarramento sintático (59 ocorrências, 60% dos dados) quanto na hipotaxe integrada (39 ocorrências, 40% dos dados). Como ilustração, vejamos mais algumas ocorrências de [sem V_{dicendi} que], nos contextos de integração e de desgarramento:

- (13) Com funcionalidade do Chromecast, a Guigo TV oferece plano básico que contém 18 canais: \$15 reais por mês aos primeiros 5 mil assinantes, *sem contar que* o consumidor, antes de adquirir algum pacote, consegue a opção 7 dias grátis.
- (14) Quando foi criada a CPI da Milícia para investigar quem são os chefes das milícias, todos deputados votaram a favor, o único que foi contra a CPI da Milícia foi o Flávio Bolsonaro. *Sem mencionar que* existem vários vídeos do Bolsonaro elogiando milícias, até mesmo seus filhos elogiam.

Em (13), *sem contar que* se apresenta em contexto mais integrado, em que a preposição *sem* atua como um subordinador. No entanto, trata-se de uma vinculação hipotática apenas no plano da forma, mas não no plano do significado. Afinal, não podemos afirmar que “sem falar” se vincula semanticamente ao verbo “ganhar”, presente na oração matriz, como normalmente ocorre quando há a construção modal negativa – conforme vimos ao final da subseção anterior.

Acreditamos que a desvinculação semântica presente nesse tipo de contexto tenha servido, diacronicamente, para que o desgarramento seja recorrentemente empregado como uma estratégia discursiva nessa construção. Já que não há vinculação semântica, não há por que se manter o encaixamento. Por isso, ocorrências desgarradas como a expressa em (14) são relativamente mais frequentes na construção aditiva, em que não há vinculação semântica nem sintática. Provavelmente, isso significa que o usuário da língua veja as informações articuladas por [sem *Vdicendi que*] como unidades informacionais distintas, articuladas somente em nível supraoracional.

A emergência da construção aditiva [sem Vdicendi que]

Na seção 2, apresentamos o conceito da construcionalidade (ROSÁRIO e LOPES, no prelo), cunhado para dar conta da descrição da trajetória diacrônica das construções com base em sua gradiência sincrônica. Como dissemos, a motivação para a elaboração desse modelo surgiu em analogia ao que fez o Funcionalismo Norte-Americano quando criou os termos *gramaticalização sincrônica* ou *gramaticalidade* com esse mesmo fim.

Uma vez que a construcionalização gramatical – isto é, a formação de um novo pareamento de forma e função, de uso procedural – é um fenômeno diacrônico que prevê uma direcionalidade – assim como o fenômeno da gramaticalização –, defendemos, aqui, que é possível a aplicação de parâmetros para definir os diferentes graus de gramaticalidade inerentes às construções linguísticas. Acreditamos, inclusive, que isso representa um ganho para o modelo que, ao conceptualizar a construcionalização como resultado da mudança – e não como processo –, acabou por impactar na representação do *continuum* categorial, aspecto tão caro à perspectiva funcionalista. Afinal, duas construções gramaticais podem apresentar diferentes graus de gramaticalidade (sendo uma delas menos composicional, mais vinculada e abstrata, por exemplo).

Também na seção 2, afirmamos que os parâmetros de gramaticalização (LEHMANN, 2002) são potencialmente replicados na perspectiva da construcionalização para o tratamento da emergência de novas construções gramaticais. Assim como, na perspectiva da

gramaticalização, utilizávamos esses parâmetros para o estudo da gramaticalidade ao compararmos os usos menos e mais gramaticais de um mesmo item, podemos comparar o uso menos gramatical e mais gramatical de uma sequência de elementos *x*, reconfigurada no uso para a expressão de funções mais procedurais.

Com base nesses parâmetros, concluímos que há fortes indícios de que [sem *V_{dicendi}* que] seja uma recategorização de [[sem][oração não finita], porque:

a) Em relação ao parâmetro **integridade**, apresenta diminuição da integridade semântica, já que a noção de adição não emerge da soma do significado de seus elementos componentes. Isto é, é menos composicional e vinculada, dois aspectos prototípicos da formação de construções complexas de função procedural.

b) Em relação ao parâmetro **paradigmaticidade**, a construção passa a integrar um paradigma de base semântica comum mais restrito: a dos conectores aditivos. A classe modal é mais variável, tanto no que diz respeito às possibilidades de escolha do verbo interno à construção, quanto às nuances de sentido articuladas à ideia de modo.

c) Em relação ao parâmetro da **variabilidade paradigmática**, a construção hipotática/condicional negativa é mais geral. Licencia o uso de inúmeros tipos de verbo. Já a construção integrada/desgarrada aditiva tem restrições quanto aos verbos que licencia: apenas alguns poucos verbos *dicendi*.

d) Em relação ao parâmetro **escopo estrutural**, a preposição *sem*, elemento formal responsável pela relação de integração/desgarramento, apresenta escopo estrutural reduzido em relação à construção hipotática modal/condicional negativa. Nesta última, o escopo sintático-semântico é toda a oração não finita. Na primeira, o escopo semântico recai sobre o verbo *dicendi*, com o qual compõe o sentido de adição.

e) Em relação ao parâmetro **vinculação**, na construção integrada/desgarrada aditiva, a preposição e o verbo estão mais vinculados, em virtude de constituírem um *chunk*. A construção hipotática modal/condicional negativa, por exemplo, permite termos intervenientes entre preposição e verbo (*a pandemia da Covid-19 agravou os números da corrupção no país, sem com isso explicar que ações de reposta esta instituição estaria a desencadear com vista a*

colmatar esta situação), ao passo que isso não ocorre na construção hipotática/desgarrada aditiva.

f) Por fim, em relação ao parâmetro **variabilidade sintagmática**, a construção integrada/desgarrada aditiva apresenta menos mobilidade posicional em relação à construção hipotática modal/condicional negativa. A última pode ser anteposta à oração matriz, enquanto a primeira sempre a sucede.

Considerações finais

No português, a sequência de palavras *sem + V_{dicendi} + que* pode ser uma instanciação de duas construções distintas: da construção hipotática modal/condicional negativa [[sem][oração não finita]] ou da construção hipotática integrada/desgarrada aditiva [sem V_{dicendi} que]. Argumentamos, com base no conceito da construcionalidade, que a segunda construção tem como origem a primeira, haja vista que preenche os aspectos comumente atribuídos à construcionalização: seus elementos são mais vinculados, abstratizados e menos composicionais em relação à primeira.

Podemos medir a maior vinculação e a menor composicionalidade de [Sem V_{dicendi} que] de duas formas: 1) o valor aditivo sempre ocorre com os elementos dispostos nessa sequência, com os mesmos itens, sem a existência de termos intervenientes; 2) o sentido global da construção – isto é, seu valor aditivo – não emerge da soma do significado de seus elementos constituintes. Muito pelo contrário, a noção de adição emerge na construção, muito embora a preposição que encabeça a construção tenha uma semântica própria de negação.

[sem V_{dicendi} que] não licencia todos os verbos *dicendi*. De acordo com os 248 dados analisados, dos nove verbos investigados, são mais produtivas as formas *contar, falar, dizer* e *mencionar*, muito pouco produtivas as formas *negar, referir* e *especificar* e, aparentemente, improdutivas as formas *revelar* e *explicar*.

Os dados evidenciam que as duas construções descritas – a modal/condicional negativa [[sem][oração não finita]] e a aditiva [sem V_{dicendi} que] – têm distribuição distinta quanto ao tipo de articulação. As primeiras ocorrem, via de regra, em contextos de hipotaxe integrada, ao passo que as últimas têm uma distribuição relativamente equivalente entre hipotaxe integrada e hipotaxe desgarrada. A hipótese que apresentamos é que o desgarramento é uma provável consequência da desvinculação semântica entre a construção e o verbo da oração matriz. A

lógica inconsciente por trás dessa mudança seria: já que x e y não estão semanticamente integrados, não devem também estar sintaticamente integrados.

[sem $V_{dicendi}$ que] ocorre prioritariamente em sequências argumentativas, em contextos altamente avaliativos/persuasivos. [[sem][oração não finita]], por sua vez, em sequências expositivas, quase sempre reclusa em um cotexto linguístico em que faz referência a um outro verbo *dicendi* da oração matriz, isto é, remete-se a um discurso direto ou indireto prévio.

Referências

CROFT, W. *Radical Construction Grammar*. New York: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad-Faperj, p. 13-39, 2013.

DIESSEL, H. *The Grammar Network*. How linguistic structure is shaped by language use. New York: Cambridge University Press, 2019.

DECAT, M. B. N. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.

GOLDBERG, A. *A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, M. I. M. *An Introduction to Functional Grammar*. New York: Oxford University Press, 2004.

HILPERT, M. *Construction grammar and its application to English*. Edimburgo: Edinburg Textbooks, 2014.

LACERDA, P. F. A. C. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Volume Especial, p. 83-101, 2016.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. 2nd edition. Erfurt: Universität Erfurt, 2002.

NEVES, M. H. M. *A Gramática do Português Revelada em Textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Revista Alfa*, n. 60, v. 2, p. 233-259, 2016.

ROSÁRIO, I. C.; LOPES, M. G. Construcionalidade: uma proposta de aplicação sincrônica. *Revista Soletas*, V. 37, p. 83-102, 2019.

ROSÁRIO, I. C. Construcionalidade e mudança na sincronia. In: ROSÁRIO, I. C. (Org.). *Metodologia da pesquisa funcionalista*. Rondônia: EDUFRO, no prelo.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. New York: Oxford University Press, 2013.

INSUBORDINAÇÃO E DESGARRAMENTO NOS FOLHETINS DO JORNAL DO COMMERCIO NO SÉCULO XIX

INSUBORDINATION AND UNATTACHEMENT IN NEWSPAPERS' SERIALS FROM JORNAL DO COMMERCIO IN THE XIX CENTURY

Marcelo Rodrigues Affonso Junior¹

Violeta Virginia Rodrigues²

RESUMO: No presente trabalho, analisamos a ocorrência de cláusulas independentes, adotando como *corpus* folhetins publicados no *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* em meados do século XIX (AFFONSO JUNIOR, 2022). Nessa investigação, identificamos e descrevemos tais cláusulas, dentro do quadro teórico funcionalista, quanto à categorização desse fenômeno no âmbito do desgarramento (DECAT, 2021; RODRIGUES, 2021) ou da insubordinação (EVANS, 2007; EVANS & WATANABE, 2016; RODRIGUES, 2021). Apresentamos, primeiramente, uma brevíssima revisão bibliográfica comparativa entre a visão tradicional e a proposta funcionalista para a análise do período composto. Alocando nossa pesquisa no contexto funcionalista, dissecamos os dados de cláusulas independentes entre desgarradas e insubordinadas para, então, explorarmos as possibilidades formais de sua constituição e as nuances semânticas veiculadas. Nos resultados, verificamos a presença de 78 cláusulas independentes na análise de 38 periódicos. Desse total, 46 ocorrências foram de desgarradas e 32 de insubordinadas. Critérios como o tipo de introdutor da cláusula, a pontuação escolhida e o modo verbal, de natureza formal, foram levados em conta. Quanto às nuances semânticas, as relações de causalidade, condição, consequência, exclamação e avaliação foram verificadas. A partir dos dados, concluímos que cláusulas desgarradas e insubordinadas já eram usadas no português brasileiro escrito da época dos folhetins.

PALAVRAS-CHAVE: Cláusulas independentes. Desgarramento. Insubordinação. Funcionalismo.

ABSTRACT: In this paper, we analyze the occurrence of independent clauses, taking, as our *corpus*, the newspaper serials published in *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* during the XIX century (AFFONSO JUNIOR, 2022). In this inquiry, we identified and described these clauses according to the phenomenon's categorization either as unattached clauses (DECAT, 2021; RODRIGUES, 2021) or as insubordinate ones (EVANS, 2007; EVANS & WATANABE, 2016; RODRIGUES, 2021), concerning the Functionalist theoretical framework. We aim to present, at first, a short bibliographic review comparing the traditional view and the Functionalist approach to the analysis of composed clauses. Therefore, still amid the Functionalist context, we went through independent clauses' data to divide them between unattached and insubordinate ones so that we could check the possibilities of formal structures and semantic nuances. Concerning the results, 78 independent clauses were collected from 38 daily newspapers: 46 of them were unattached clauses and 32 were insubordinate ones. Some

¹ Mestrando em Língua Portuguesa do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, marcelo.rodrigues@letras.ufrj.br.

² Professora do Departamento de Letras Vernáculas - Setor de Língua Portuguesa e do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, violeta.rodrigues@letras.ufrj.br.

criteria, like the clause introducer, the punctuation and the verb tense, were considered. Concerning the semantic nuances, relations of cause, condition, consequence, exclamation and evaluation were noted. From the data, we understand both unattached and in subordinate clauses were used in the Brazilian Portuguese back in the newspaper serials time.

KEYWORDS: Independent clauses. Unattachement. Insubordination. Functionalism.

Introdução

Este artigo debruça-se sobre a ocorrência dos fenômenos de desgarramento e insubordinação no português brasileiro em folhetins do século XIX à luz do funcionalismo linguístico. Nosso objetivo é verificar, no suporte dos folhetins³, se, no decorrer das publicações no periódico *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* (doravante JC), ocorre o uso de cláusulas desgarradas e insubordinadas e, se sim, que agentes formais e funcionais estão envolvidos nesse processo. Damos atenção aos folhetins cariocas desde sua primeira aparição, em 1839, verificando, no português brasileiro da época, o uso de estruturas desgarradas e insubordinadas num momento em que se convencionou distinguir a língua portuguesa do Brasil daquela dos colonizadores portugueses.

Para atingir tal objetivo, percorremos, neste artigo, o seguinte caminho: num primeiro momento, abordamos os fenômenos do desgarramento e da insubordinação, mostrando sua relação com a articulação de orações e a visão do período composto tanto na gramática tradicional (doravante GT) quanto no funcionalismo, vertente teórica aqui adotada. É crucial abordar o tratamento da subordinação na tradição gramatical com a finalidade de estabelecer que tipos de relações a GT enxerga na articulação de orações e, de forma distinta, como o funcionalismo fornece bases para descrever os fenômenos aqui estudados e acomodá-los em seus pressupostos.

Nesse ponto, a discussão sobre o processo de subordinação é debatida com vistas ao gradiente de processos proposto pela teoria funcionalista, ou seja, a adoção da nomenclatura - e estrutura - hipotaxe para descrever o que comumente é tratado na GT como subordinação completiva, relativa e adverbial. Depois, apresentamos as duas visões que tomamos como fundadoras para a compreensão e o estabelecimento dos fenômenos de desgarramento e insubordinação: a proposta de Decat (1999, 2011, 2021), conjugada aos desdobramentos vistos em Rodrigues (2017, 2019, 2021), especificamente sobre desgarramento e insubordinação no português brasileiro, e a de Evans (2007) e Evans & Watanabe (2016), que tratam do fenômeno

³ Cabe destacar que a seção dedicada aos folhetins, no *Jornal do Commercio*, contava com narrativas contínuas, publicadas periodicamente até o fim de cada história. Tratava-se, majoritariamente, do gênero textual conto, diluído ao longo das edições em que seria publicado.

da insubordinação numa perspectiva interlinguística⁴, na tentativa de traçar padrões de ocorrência do fenômeno.

Com base nesses autores, abordamos especificamente cada um dos fenômenos: desgarramento – termo primeiramente proposto por Decat (1999, 2011, 2021) e, mais tarde, aprofundado por Rodrigues (2017, 2019, 2021) - e insubordinação - termo cunhado por Evans (2007, 2016) - conceituando-os, procurando abordar alguns trabalhos já desenvolvidos a respeito de cada um. Em seguida, detalhamos a metodologia sobre a qual desenvolvemos nossa pesquisa para, enfim, apresentarmos o resultado da coleta de dados e sua respectiva análise qualitativa e quantitativa. Por fim, chegamos às nossas considerações finais, elencando a trajetória da pesquisa e reiterando a resposta a que chegamos.

Revisão bibliográfica

Para compreendermos a corrente a que se filia este trabalho, consideramos cabível destacar, em primeiro lugar, as distintas maneiras como a GT, de um lado, e o Funcionalismo, de outro, entendem e posicionam processos de articulação entre cláusulas em suas descrições.

Período composto por subordinação na gramática tradicional

No contexto da gramática tradicional, o processo de subordinação é analisado, via de regra, como relação de dependência de uma oração subordinada a uma oração principal, como podemos observar no quadro de autores tradicionais a seguir:

Quadro 1: A subordinação na perspectiva de autores tradicionais

Autor	Definição
Rocha Lima (2013, p. 323)	“No período composto por subordinação, há uma oração principal, que traz em si, como dependente, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal.”
Cunha e Cintra (2017, p. 608)	“As orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração, chamam-se subordinadas. O período constituído de orações subordinadas e uma oração principal denomina-se composto por subordinação.”

⁴ Isto é, tomando exemplos de usos oriundos de diferentes línguas, que corroboram a existência do fenômeno, e analisando-os de forma a extrair deles suas coincidências formais e funcionais.

Bechara (2003, p. 561-562)	“Assim, [...], esta gramática respeitará o peso da tradição e verá [...] como oração subordinada o complexo unitário correspondente a uma função sintática exercida por substantivo, adjetivo ou advérbio.”
-------------------------------	---

Fonte: elaboração própria, a partir dos autores citados.

Mesmo que de maneiras distintas, os três autores elencados no quadro 1 tomam a noção de dependência sintática de uma oração subordinada a uma outra, principal. Cunha e Cintra (2017, p. 608), por exemplo, falam em ausência de autonomia gramatical, reforçando a caracterização de dependência inerente, na visão tradicional, às orações subordinadas. Nesse contexto, torna-se tarefa difícil defender a existência dos fenômenos de desgarramento e insubordinação, isto é, de cláusulas independentes, de ocorrência alheia à necessidade de uma principal. Já na proposta funcionalista, que apresentamos em sequência, tal descrição pode ser repensada.

O quadro funcionalista

A perspectiva funcionalista que corresponde à análise e à proposta de articulação de orações leva em conta dois tipos de critérios distintos: a integração formal e a dependência semântica. Retomando a noção do *continuum* de Halliday (1985), também adotada em Mathiessen e Thompson (1988) e Hopper e Traugott (1993), Rodrigues (2019, p. 114), atentando-se à ocorrência de cláusulas independentes, aponta que, para o Funcionalismo, as cláusulas podem combinar-se em regime de i. subordinação, quando há uma relação de complementação traduzida em integração formal e maior dependência semântica do constituinte encaixado; ii. hipotaxe, quando da existência de dependência semântica, mas com menor grau de integração formal; e, finalmente, iii. parataxe, situação em que não há qualquer integração formal, mas, ainda assim, existe dependência semântica. Diante dessa concepção, é possível que pensemos na articulação de cláusulas como num gradiente que vai de um maior grau de integração formal à ausência dele.

A partir da compreensão funcionalista a respeito da articulação de orações, percebemos que há, nessa proposta, melhor acomodação para o fenômeno sob análise neste trabalho. Chegamos a tal consideração levando em conta o *continuum* apresentado, que comporta previsão para a ocorrência de menor grau de encaixamento entre orações tidas, pela tradição gramatical, como subordinadas - isto é, em termos da GT, totalmente dependentes de uma

principal. Como apresentamos a seguir, as cláusulas subordinadas podem se materializar tanto de forma desgarrada quanto de forma insubordinada, ou seja, de forma independente.

Pressupostos teóricos

O menor grau de encaixamento de que falamos na seção anterior recai, prototipicamente, sobre cláusulas hipotáticas (circunstanciais e relativas apositivas). Essa via de análise abre a possibilidade para a ocorrência de forma independente de cláusulas com características formais de subordinadas (no sentido atribuído pela GT). Justamente pelo fato de haver ausência de classificação para esse tipo de fenômeno na GT, buscamos na perspectiva funcionalista as respostas teóricas que satisfaçam e expliquem, de forma coerente, a emergência de cláusulas independentes. Para tanto, lidaremos com o fenômeno considerando duas abordagens diferentes: a do desgarramento e a da insubordinação.

Desgarramento

Dentro da perspectiva funcionalista de análise, Decat (1999, 2011, 2014) foi pioneira nos estudos sobre o fenômeno do desgarramento no português brasileiro. A autora toma o conceito de “unidade informacional”, de Chafe (1980), para estabelecer a ocorrência de cláusulas normalmente enquadradas como subordinadas, mas que podem realizar-se de forma independente, isto é, sem conexão com uma oração principal. Segundo Decat (2014, p. 127-128), para Chafe (1980), as unidades informacionais são “‘jatos de linguagem’ que podem ser identificados pela entonação [...], pela pausa [...], mesmo breve, que separa unidades entre si. Tais unidades, ou jatos, tendem também a se caracterizar sintaticamente como constituindo uma única oração, mas não necessariamente.” Para a autora, portanto, uma estrutura desgarrada é aquela classificada como oração subordinada pela Gramática Tradicional, mas que “ocorre de forma livre, autônoma, já produzida [...] como um enunciado independente” (DECAT, 2021, p. 18).

Apoiando-se nessa possibilidade de concepção de uma cláusula independente, Decat (1999, 2021) abre caminhos para viabilizar a descrição e classificação de orações com características subordinativas que podem ocorrer na ausência de uma principal, sem a ela terem que, necessariamente, se ligar⁵. Uma oração como a destacada em (1) a seguir pode, então, ser enquadrada como *desgarrada*, nos termos da autora:

⁵ Isto é, com características formais, como introdutor, e discursivas, ou nuance semântica veiculada.

1. Emfim ha gentes, que de nada duvidão, isto he, que se reputam capacidades, ter todas as vocações, possuir todos os talentos: o que não sabem, he aquillo que não quizerão dar-se ao trabalho de aprender: o que não fazem, é porque não se querem dar ao trabalho de fazer, poisque , repito-o, possuem a sciencia infusa, tem geito pra tudo: farião outro..... *se ouro se fizesse.*
(JC, edição 3, de 04/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10839).

Ainda nos primeiros trabalhos, quando concebe o termo *desgarramento*, Decat (1999, p. 36) conclui que orações adverbiais (portanto, casos de hipotaxe) são mais suscetíveis ao fenômeno por, entre outras justificativas, não funcionarem como argumentos de itens lexicais, tendo *status* de adjunto. Ainda as orações relativas apositivas, também arroladas no fenômeno da hipotaxe, podem, segundo a autora, ocorrer em contexto de desgarramento (DECAT, 2021, p. 29), como ocorre em (2):

2. - [...] E tende a vondade de dizer-me, Sra., que significação tinhão essas palavras? Elliot.... minha victima! Elliot.... *que me escapára!*.... Ah! sois huma ingrata! sois huma filha rebelde! esperaveis atemorizar-me! esperaveis que eu consentisse no vosso absurdo consorcio! quereir desposar-vos com hum miseravel tratante, hum cousa à toa, sem fortuna nem futuro....
(JC, edição 34, de 10/02/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10963).

Entendemos que a oração em destaque em (2) funciona como oração apositiva a [Elliot], sintagma que modifica, fazendo uma espécie de comentário. Para além dessas estruturas mais suscetíveis, como mencionamos, Decat (2021) também aborda a possibilidade da ocorrência de estruturas de encaixamento na forma desgarrada, como pode acontecer com as completivas. A autora, no entanto, condiciona o fenômeno à necessidade de dar ênfase a uma porção textual anterior, provocando uma espécie de enumeração, em que mais de uma oração ocorreria em sequência, viabilizando a produção de uma oração desgarrada (DECAT, 2021, p. 29), como em (3):

3. - [...] Mas, como huma vez tive a felicidade de prestar-lhe, pensa que eu quero pôr obstáculo á sua fortuna... *que exigirei do seu reconhecimento o sacrificio da sua liberdade*, do seu porvir...
(JC, edição 8, de 10/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10859).

Compreendemos que a oração em destaque é argumento de [pensa], do período anterior. Existe, no entanto, uma primeira oração, [que eu quero pôr obstáculo á sua fortuna...] encaixada ao verbo. A ocorrência da desgarrada [*que exigirei do seu reconhecimento o sacrificio da sua liberdade*] só é possível, para Decat (2021), portanto, por conta da prévia realização de uma oração de estrutura semelhante, mas de forma *não* desgarrada. Esse aparente entrave à

ocorrência desgarrada das orações de encaixamento corrobora, segundo a autora, as diferenças entre hipotaxe e encaixamento, uma vez que a prototipicidade está alocada nas cláusulas hipotáticas, havendo restrições, como explicamos, quando da ocorrência de cláusulas oriundas do encaixamento (DECAT, 2021, p. 30-31).

Em análise mais recente, na esteira do que já anunciara Rodrigues (2019), Decat (2021) propõe algumas mudanças no que tange à concepção e classificação de estruturas desgarradas em português. Para Decat (2021), não é mais possível a ocorrência de uma oração desgarrada “sem que haja um cotexto/contexto com que ela se relacione. Em outras palavras, a estrutura desgarrada tem relação com alguma porção textual que a antecede” (DECAT, 2021, p. 36), o que tira da classificação orações como a que vemos em (4), sem elementos textuais a que se pode ligar:

4. - Caro Elliot, tende hum pouco de coragem, hum pouco de moderação! Segui o exemplo que vos dá vossa esposa. / Eu o devêra, sem dúvida; porém, sou tão miserável! *Se soubesseis que demonio me atormenta e dilacera o coração!* Fui eu que a perdi! eu que causei sua desgraça! Sua ruina, sua miseria, a mim só deve! Huma maldição pesa sobre nós! Hallory nos amaldiçoou.
(JC, edição 37, de 14/2/1839, extraído de:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10975).

Existe uma preocupação da autora em estabelecer o fenômeno do desgarramento como interruptor do “fluxo informacional e sintático” que retoma, necessariamente, algum referente linguístico, quer seja um item lexical ou uma ideia anteriormente expressa (DECAT, 2021, p. 37). Esse caráter anafórico das estruturas desgarradas está no centro da argumentação da linguista que vai ao encontro da exclusão de (4) como cláusula desgarrada: estamos lidando, no exemplo citado, com uma cláusula que não se relaciona com os elementos linguísticos anteriores, diferentemente do que ocorreria se houvesse um contexto como em (1), retomado em (5) a seguir:

5. Emfim ha gentes, que de nada duvidão, isto he, que se reputam capacidades, ter todas as vocações, possuir todos os talentos: o que não sabem, he aquillo que não quizerão dar-se ao trabalho de aprender: o que não fazem, é porque não se querem dar ao trabalho de fazer, poisque , repito-o, possuem a sciencia infusa, tem geito pra tudo: farião outro..... *se ouro se fizesse.*
(JC, edição 3, de 04/01/1839. Extraído de:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10839).

A grande diferença entre (4) e (5) - que faz a primeira ser descartada do rol do desgarramento enquanto a segunda é a ele incorporada - reside no fato de a cláusula destacada em (5) trazer consigo um tipo de informação/comentário a respeito do conteúdo linguístico anteriormente manifestado. Isto é, há uma força anafórica em jogo para a qual o enunciador do

discurso escolheu destacar a cláusula [*se outro fizesse*] como um tópico formalmente separado da cláusula anterior. O serviço à focalização, inerente ao desgarramento, de acordo com Decat (2021, p. 39), está expresso pelo desligamento formal das cláusulas, podendo, ainda, ocorrer “em formatos/configurações variados” (DECAT, 2021, p. 37).

Ainda nesse mesmo trabalho, Decat (2021) abre espaço para o diálogo concernente à natureza das cláusulas desgarradas: “*Desgarramento* não é também um fenômeno derivado de uma operação a partir de uma estrutura chamada ‘original’, em que a oração não vinha desgarrada” (DECAT, 2021, p. 23, grifo da autora). Daqui, depreendemos que não existiria possibilidade tal que propusesse as orações desgarradas como tendo sido desprendidas de uma principal. O caminho é outro: trata-se de orações que já foram originadas dessa maneira, sem uma oração principal. São, por natureza, ocorrências independentes, não vinculadas a um passado de estrutura *oração principal + oração subordinada*.

Para além da natureza das cláusulas que compõem o fenômeno, Decat (2021, p. 31) indica aspectos funcionais envolvidos no uso das desgarradas. A autora destaca a função de adendo ou de elaboração/especificação que as relativas apositivas desgarradas podem ter, além da função de avaliação que as hipotáticas podem estabelecer. Também empreendendo um trabalho que trata de cláusulas desgarradas, Cidade (2020) analisa redações de vestibulandos e verifica a questão da pontuação e da ocorrência do fenômeno do desgarramento. O autor toma, em sua análise, critérios de nuances semânticas como adendo, avaliação, retomada (CIDADE, 2020, p. 24).

Rodrigues (2011) também se interessa pelo tema do desgarramento, iniciando pela investigação de estruturas desgarradas comparativas introduzidas por *que nem*. A autora desenvolveu outros trabalhos também levando em conta o fenômeno do desgarramento como objeto: verificou a relação de interface sintaxe-prosódica de estruturas desgarradas comparativas (SILVESTRE, RODRIGUES, 2014), debruçou-se sobre as adverbiais desgarradas no gênero roteiros de cinema (RODRIGUES, FONTES, 2018), sobre as hipotáticas temporais desgarradas (CAVALCANTE, RODRIGUES, 2018) e sobre as apositivas desgarradas (SOUZA, RODRIGUES, 2018). Em consonância com o tema das cláusulas independentes, a mesma autora também se interessa pelo tema da insubordinação, como exploramos na seção seguinte.

Insubordinação

Rodrigues (2021) interessa-se pela diferenciação entre os fenômenos do desgarramento e da insubordinação pautando-se, dentre outros autores, nos estudos de Evans (2007). Para Rodrigues (2021), o caso das completivas merece destaque porque, a depender das condições discursivas em que ocorre, poderá ser considerado tanto como desgarramento quanto como insubordinação. A autora corrobora a classificação das completivas de uso independente como desgarrada “apenas nos casos em que houver algum material linguístico a ser recuperado” (RODRIGUES, 2021, p. 61), seguindo Decat (1999), que manterá as mesmas condições em Decat (2021). De maneira diferente, ainda segundo Rodrigues (2021, p. 61), “cláusulas completivas em que não há material linguístico a ser recuperado em discurso adjacente são consideradas insubordinadas”. Essa posição coloca a autora mais próxima da análise de Evans (2007).

O autor, ao descrever problemas de sentenças infinitivas, assinala que sentenças desse tipo são tidas como subordinadas. A questão está, justamente, em deparar-se com sentenças infinitivas que não estão, aparentemente, subordinadas a uma principal. Para o linguista, uma das alternativas ao tratamento dessas sentenças é compreendê-las como subordinadas cujas principais foram elipsadas, isto é, omitidas. Esse tipo de sentenças encontra-se no mesmo rol de enquadramento de sentenças que podem ser tidas como o “uso convencionalizado de cláusula principal de que parecem ser, a princípio, formalmente subordinadas”⁶ (EVANS, 2007, p. 367, tradução nossa), às quais o autor dá o nome de *insubordinadas*.

Para chegar à conclusão de origem (e, mais tarde, forma e função) das insubordinadas, Evans (2007) vale-se de dados da modalidade falada de diversas línguas, empreendendo um esforço interlinguístico - isto é, agrupando ocorrências de variadas línguas cujas características eram compatíveis com a proposta de forma e de função das insubordinadas - para o estabelecimento de padrões de insubordinação. Munido desse objetivo, Evans (2007) preocupa-se com a descrição da natureza desse tipo de estrutura. Para isso, propõe, no trabalho de 2007, com revisão em Evans & Watanabe (2016), o que seria o caminho diacrônico de estabelecimento de uma sentença insubordinada. Diferentemente da proposta de Decat (2021), que estabelece que, em português, as orações desgarradas já o são em sua gênese, Evans (2007) e Evans & Watanabe (2016) propõem um processo de formação em quatro etapas.

⁶ No original: “[...] the conventionalized main clause use of what, on prima facie grounds, appear to be formally subordinate clauses.”

Segundo os autores, a cláusula insubordinada é resultado de um processo diacrônico que se inicia no uso de uma subordinada acoplada à sua principal, isto é, um processo de subordinação comum. A partir daí, ocorre a elipse da oração principal, o que atribui à subordinada *status* de independente. Quando ocorre a restrição do material que foi elipsado, passamos à última etapa do processo, que é o uso convencionalizado daquela cláusula como principal, sem recorrência a uma possível antiga principal. É importante ressaltar que, embora seja possível propor uma oração principal à insubordinada, é impossível precisar qual seria essa principal, justamente porque apenas os critérios formais ainda estão presentes (conector que introduz a insubordinada, tempo e modo verbais), de forma que o material a ser interpretado já foi restrito às informações que temos na cláusula independente.

Para além de tratar da natureza das cláusulas insubordinadas, Evans (2007, p. 377) investe na exploração das realizações formais possíveis das referidas estruturas, isto é, no detalhamento do que seria o que chama de aspecto *formalmente subordinado*. Nesse intuito, aprecia seis possíveis cenários em que elementos inerentes a formas subordinadas seguem presentes quando do fim do processo de insubordinação, ou seja, quando já nos deparamos com o último estágio da elipse. Uma conclusão importante que depreendemos de Evans (2007) reside na possibilidade de podermos advogar em favor da existência do fenômeno da insubordinação em qualquer língua em que as características de realizações formais dos usos independentes forem encontradas.

Quadro 2: Realizações formais das insubordinadas

Tipo de realização formal	Exemplificação
1. Formas verbais especialmente subordinativas	Subjuntivo italiano; particípio lituano; apreensivo em línguas australianas; formas não-finitas.
2. Conjunções subordinativas e complementizadores	O “if” (<i>se</i>) de cordialidade em inglês, alemão e francês; caso do complementizador nas línguas yukulta e kayardild.
3. Pronomes logofóricos e reflexivos de longa distância	Expressão de discurso reportado ou pensamento; discurso indireto livre no islandês.
4. Marcadores de mudança de referência	Característica de sentenças subordinadas, mas também usados em principais na língua arrente.

5. Ordem especial de palavras na subordinação	A palavra subordinativa final em verbos na repetição de perguntas no alemão.
6. Combinação de características subordinativas	“Warrum”, em alemão, pode funcionar tanto como um interrogativo na principal quanto como interrogativo de valor subordinativo; “no”, em japonês, é um exemplo de redução de uma insubordinada.

Fonte: adaptado de Evans (2007, p. 279 - 384, tradução nossa).

Além do estabelecimento de padrões de forma, Evans (2007) costura três diferentes funções da insubordinação na tentativa de esboçar a tipologia das referidas cláusulas: 1. indirecionamento e controle interpessoal; 2. insubordinação modal; e 3. sinalização de material pressuposto⁷.

Metodologia

Para fins metodológicos de identificação, consideramos dois tipos de estrutura em nossa análise: 1. desgarradas; 2. insubordinadas. As desgarradas, como vimos, compreendem as cláusulas em situação de hipotaxe ou de encaixamento, desde que ocorram vinculadas a uma porção discursiva e, no caso do encaixamento, apresentem-se em enumeração com outras estruturas do gênero, em consonância com Decat (2021) e Rodrigues (2021). Quanto às insubordinadas, incluímos as orações não relacionadas a porções discursivas, de ocorrência totalmente independente e que encontrem previsão formal e funcional nos levantamentos de Evans (2007) e de Evans & Watanabe (2016).

Nossa pesquisa seguiu o seguinte rito: o primeiro momento foi a tomada de decisão sobre a quantidade de folhetins a serem lidos em busca da ocorrência do fenômeno. Estabelecemos, então, o limite de 40 edições de periódicos⁸. Após a seleção das ocorrências do fenômeno, entre os folhetins encontrados, catalogamos os dados e os dividimos de acordo com os seguintes critérios:

1. estrutura desgarrada ou insubordinada, de acordo com as definições de Rodrigues (2021) e de Decat (2021) ou de Evans (2007) e Evans & Watanabe (2016);⁹

⁷ Cf. Evans (2007, p. 386-423).

⁸ O número de periódicos não é igual ao número de seções de folhetins encontradas, já que a referida seção não estava presente em todas as edições do jornal.

⁹ Entendemos como desgarradas as estruturas independentes que se relacionam com outro material linguístico adjacente; como insubordinadas, entendemos as estruturas que se encaixam nos critérios formais propostos por Evans (2007) e Evans & Watanabe (2016).

2. conector que introduz a cláusula;
3. sinal de pontuação empregado antes da cláusula;
4. modo verbal utilizado na cláusula;
5. forma da cláusula (se desenvolvida ou reduzida);
6. noções semântico-pragmáticas expressas pela cláusula (para as cláusulas consideradas desgarradas, segundo Decat, 2021 e Cidade, 2020, apresentadas na seção *Pressupostos teóricos*, além de conclusões próprias, baseadas nos dados);
7. funções da insubordinação (para as cláusulas classificadas como insubordinadas, de acordo com Evans, 2007, apresentadas na seção *Pressupostos teóricos*).

Cabe ressaltar que o critério (1) teve papel importante na análise, pois foi responsável pelo enquadramento das cláusulas entre os dois grandes grupos alvos de nossa pesquisa: as cláusulas desgarradas, de um lado, e as insubordinadas de outro. Os critérios (2), (3), (4) e (5) foram aplicados tanto às cláusulas consideradas desgarradas quanto às insubordinadas. O critério (6) foi dedicado às desgarradas e o (7), às insubordinadas.

Resultados e análise

Ao fim do processo de coleta, integramos 38 periódicos analisados, contabilizando 78 dados. A essas 78 cláusulas independentes, aplicamos os critérios explicitados na seção *Metodologia*. O primeiro critério, que diz respeito à classificação da cláusula como desgarrada ou como insubordinada, revelou a ocorrência de 46 estruturas desgarradas e 32 estruturas insubordinadas. Exemplificamos um tipo de cada ocorrência destacadas em (6) e (7) a seguir:

6. - [...] Destino incompreensível, tu tiveste o meu braço! tu me constringes a pagar a hospitalidade com a ingratidão e com a morte! *Se, ao menos, hum genio bemfazejo despertasse na mente do infeliz a idéa da fuga!* Se elle se aproveitasse das sombras da noite! Teria eu assim cunprido o meu juramento, sem tingir as mãos em sangue. Oxalá Deos, a Virgem e o Baptista lhe inspirassem esta resolução! (JC, edição 22, de 26/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10915)

7. - Caro Elliot, tende hum pouco de coragem, hum pouco de moderação! Segui o exemplo que vos dá vossa esposa. / Eu o devêra, sem dúvida; porém, sou tão miserável! *Se soubesseis que demonio me atormenta e dilacera o coração!* Fui eu que a perdi! eu que causei sua desgraça! Sua ruina, sua miseria, a mim só deve! Huma maldição pesa sobre nós! Hallory nos amaldiçoou. (JC, edição 37, de 14/02/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&PagFis=10975).

Em (6), estamos diante de um prototípico exemplo de cláusula desgarrada, de acordo com Decat (2021) e Rodrigues (2021). Trata-se de parte de um diálogo entre duas personagens da trama em que a cláusula hipotática em destaque, [*Se, ao menos, hum genio bemfazejo despertasse na mente do infeliz a idéa da fuga!*], oferece as condições necessárias à consequência posterior, que lemos em [Teria eu assim cunprido o meu juramento, sem tingir as

mãos em sangue.], uma espécie de elaboração/explicação. O caráter anafórico da cláusula, a interrupção causada pela pontuação que a antecede e a quebra no fluxo discursivo são, também, aspectos que se somam à classificação.

Já em (7), o fenômeno observado é o da insubordinação. A cláusula possui estrutura de subordinada (introduzida por conectivo subordinativo, modo verbal subjuntivo) sem estar formalmente ligada a uma principal, o que nos permite chegar à conclusão de que a estrutura em destaque, [*Se soubesseis que demonio me atormenta e dilacera o coração!*], está arrolada na classificação de insubordinação para Evans (2007) e Evans & Watanabe (2016). A expressão de desejo, contida na ideia de possibilidade/condição, é um fator que, junto aos outros, corrobora a entrada da estrutura entre as insubordinadas.

Também é interessante observar, no âmbito de (7), que a estrutura não possuiria características que a possibilitariam ser caracterizada como desgarrada, nos termos de Decat (2021) e Rodrigues (2021), justamente por não se ligar a nenhuma porção de texto anterior e por ser uma estrutura do quadro do encaixamento que, para ocorrer de forma desgarrada, obrigatoriamente deveria apresentar-se após uma sequência de encaixamento não desgarrado.

Crítérios formais

Depois da importante divisão ressaltada pelo primeiro critério de análise, debruçamo-nos sobre a investigação a partir dos demais critérios apresentados na seção *Metodologia*, a saber (2), (3), (4) e (5). Consideramos mais adequado apresentar esses dados relacionando-os à primeira dissecação que fizemos, isto é, à divisão entre aquelas que consideramos cláusulas desgarradas e as que catalogamos como insubordinadas.

No que diz respeito às desgarradas, a presença de conectores foi a escolha mais frequente de introdutor das cláusulas, ocorrendo em 50% (23/46) dos dados. Também a escolha pelo pronome relativo foi significativa, representada em 13% dos dados (6/46), assim como a opção pela ausência de conector, que ocorreu em 15% dos dados (7/46). Os usos da conjunção integrante, das sequências *sintagma nominal + pronome relativo*, *demonstrativo + que*, da preposição e da sequência *preposição + pronome relativo* responderam por mais 22% (10/46) das ocorrências.

Quanto à pontuação precedente à cláusula desgarrada, observamos que a combinação [... + m] - leia-se: reticências seguidas de letra inicial minúscula - foi a mais frequente, presente em 52% (24/46) dos dados. Essa estratégia discursiva foi, a nosso entender, uma escolha em

função da manutenção de características orais da enunciação, justamente porque muitos dados correspondem a diálogos das histórias. Essa estratégia serviria à quebra do fluxo sintático e informacional necessária aos efeitos de focalização pretendidos pelos autores. O exemplo (8) a seguir demonstra o uso de um conector, *porque*, e, também, da combinação de pontuação mais frequente entre as desgarradas:

8. - [...] He o que teria sucedido hoje se tivessem dados todos os bilhetes ao autor, como se pratica habitualmente nas peças dos nossos grandes homens modernos, que não querem que, nas representações dos seus dramas, haja hum só bilhete pago.... *porque n'huma primeira representação todo o mundo deve reconhecer-se...* o entusiasmo he então geral. (JC, edição 4, de 05/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10843)

Ainda considerando as cláusulas desgarradas, levando em conta o modo verbal empregado em sua construção, constatou-se o indicativo como mais frequente, tendo estado presente em 67% das ocorrências (31/46), seguido pelo subjuntivo (21% do total, 10/46). Gerúndio e infinitivo somaram quase 11% (5/46) dos dados. Acreditamos que o número de desgarradas no indicativo tenha sido alavancado pela frequente presença de cláusulas apositivas, que tomam, geralmente, o indicativo como modo preferível. Esse quantitativo está relacionado ao maior número de desgarradas na forma desenvolvida, em detrimento da escolha pelas reduzidas (87%, 40/46 dados, contra 13%, 6/46 dados, nesta ordem). O exemplo encontrado em (9) a seguir destaca as ocorrências mais frequentes no âmbito dos dois critérios que acabamos de apresentar:

9. - Porém, meu primo, ignorais acaso que tudo o que possuo he vosso!... Disponde dos meus bens... eu o quero... eu o exijo... em nome de nossas mãis!... *que nos amavão tanto e que se apraizão em considerar-bos meu protector, o marido que me destinava o Céu...* (JC, edição 5, de 07/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10847)

Com relação às cláusulas insubordinadas, por outro lado, constatamos ter sido preferida a ausência de conector, opção encontrada em 56% (18/32) das ocorrências. As conjunções subordinativas foram a segunda opção mais frequente, encontradas em cerca de 34% (11/32) dos dados, seguidas das conjunções integrantes, em cerca de 9% (3/32) dos dados. Podemos entender melhor esses dados se conjugados aos números referentes às formas e modos verbais empregados: 52% (17/32) de subjuntivo, 43% (14/32) de infinitivo e 3% (1/32) no indicativo. Acreditamos que o número de dados no subjuntivo seja justificado pelo fato de muitas cláusulas com nuance condicional estarem envolvidas entre os dados do tipo insubordinado. Apesar de

não majoritária, a alta frequência do uso do infinitivo ajuda a entender a opção maior pela ausência de conectores, como vimos anteriormente. Também é importante destacar o número de dados infinitivos relacionando-o ao quantitativo de cláusulas subordinadas na forma reduzida, 56% (18/32) dos dados, contra 43% (14/32) da forma desenvolvida. Os exemplos encontrados em (10) e em (11) mostram o uso do modo subjuntivo, como mais frequente, e da forma reduzida, respectivamente:

10. - *E se minha prima fosse a primeira em faltar a todas as promessas.... se ella me tivesse dito: <<Sois livre, pois de ha muito tempo vos não amo mais?...>> Pois foi o que ella me disse, Sr.; porém não a teria acreditado ainda se outras circunstancias não viessem provar que ella me engavana.... surprendi-a.... huma noite.... n'huma entrevista!....* (JC, edição 9, de 11/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10863)

11. [...] Porém o Sr. Jeffrey não pôde aplacar a colera do pai, que tarde reconhecia sua falta de prudencia. *Trazer juntas duas pessoas da mesma idade!* preparar elle mesmo esta catastrophe! / Como seria descoberto o segredo da correspondencia entre Maria e Elliot? Todas as conjecturas dos jovens forão inuteis: o que de mais provavel havia, era que a aia, que tinha protegido os amores de Elliot, acharia conveniente pôr-se a salvo, trahindo aquelles a quem servira. (JC, edição 32, de 08/02/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10955)

Já a respeito da pontuação precedente à subordinada, verificamos que não houve uma opção que se destacasse, em número de ocorrências, em comparação às outras. As combinações [... + *M*], reticências seguidas por letra inicial maiúscula, e [... + ! + *m*], reticências seguidas de ponto de exclamação e letra inicial minúscula, estiveram presentes, cada uma, em 18% (6/32) das ocorrências. Foram seguidas pela combinação [. + *M*], ponto final seguido por letra inicial maiúscula, presente em cerca de 15% dos dados (5/32).¹⁰ O exemplo (12) a seguir ilustra a ausência de conectores na construção da cláusula, enquanto o exemplo em (13) dá conta de uma das combinações de pontuação mais utilizadas:

12. - Mal posso crer que sejais vós, Sra., a filha do Sr. Hallory! O que não dirá vosso pai? Não sabeis que fui accusado de furto domestico; que saio de Newgate? Não tendes pejo de fallar comigo? / -Pejo!.... Tenho sim o coração despedaçado! Elliot! como sou desgraçada por ser filha delle! *pensar que he seu sangue que me corre nas veias!* / Elliot abraçou-a convulsivamente: ella estava superior a toda a fraqueza, a toda a timidez do seu sexo. (JC, edição 34, de 10/02/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10963)

13. Quanta afflicções!... Ah! Sr., qualidades tão raras!... Huma pessoa tão distincta!... *E se eu vos dissesse, como a amo...* / Socegai, Sra., entrai em vós, e continuai a

¹⁰ Outras combinações, como [... + ! + *M*], reticências seguidas de exclamação e letra inicial maiúscula, [... + ? + *M*], reticências seguidas de interrogação e letra inicial maiúscula, [? + *M*], interrogação seguida de letra inicial maiúscula, [... + *m*], reticências seguidas de letra inicial minúscula, [! + *m*], exclamação seguida de letra inicial minúscula, [:], dois pontos, [,], vírgula e ausência de pontuação corresponderam, juntos, a 46% (15/32) dos dados..

ministrar-me explicações que possam ajudar-me a servir, de maneira efficar, a pessoa por quem vos interessais. Eia! hum pouco de coragem. (JC, edição 27, 01/02/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10935)

Nuances de sentido

Como apontamos, as cláusulas independentes encontradas em nosso *corpus* foram, inicialmente, separadas entre desgarradas e insubordinadas. Depois de fazer um levantamento que corresponde à forma de ocorrência do fenômeno na discussão ora apresentada, prosseguimos com o critério de análise das funções que tais cláusulas podem empregar no contexto em que se fazem presentes. Essas nuances semânticas foram identificadas de acordo com a classificação de oração independente: se desgarrada, adotamos classificação semelhante à empreendida por Decat (2021) e por Cidade (2020); se insubordinada, utilizamos os critérios dissecados por Evans (2007), apresentados na seção *Pressupostos teóricos*.

A nuance semântica que engloba as ideias de causalidade, condição e consequência foi responsável por 39,1% (18/46) dos dados de ocorrências desgarradas, seguida pela ideia de elaboração, presente em 28,3% (13/46) dos dados. Outros tipos de relações de sentido, como temporalidade, concessividade, realce, fim, adendo e avaliação foram responsáveis, juntos, por 33% (15/46) das ocorrências. As nuances de causalidade, condição e consequência e de elaboração são tipicamente relacionadas às cláusulas hipotáticas, que inserem componentes circunstanciais e de elaboração ao contexto em que estão inseridas, como nos destaques em (14) e em (15):

14. - [...] Tudo estaria acabado! Destino incomprehensivel, tu tiveste o meu braço! tu me constranges a pagar a hospitalidade com a ingratidão e com a morte! Se, ao menos, hum genio bemfazejo despertasse na mente do infeliz a idéa da fuga! *Se elle se aproveitasse das sombras da noite!* Teria eu assim cunprido o meu juramento, sem tingir as mãos em sangue. (JC, edição 22, de 26/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10915)

15. - Meu Deos! como se póde dar credito a escriptos anonymos! *aquelles que os escrevem merecem ordinariamente todas as injurias, todos os epithetos que lanção nos outros.* (JC, edição 8, de 10/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10859)

No destaque em (14), a nuance de condição ao cumprimento do juramento de que fala a personagem é expressa pela desgarrada [*Se elle se aproveitasse das sombras da noite!*]. Em (15), a desgarrada [*que os escrevem merecem ordinariamente todas as injurias, todos os epithetos que lanção nos outros*] elabora e descreve com mais características as pessoas responsáveis pelos escritos anônimos mencionados na cláusula anterior.

Para dar conta da classificação funcional das cláusulas arroladas como subordinadas, levamos em conta a proposta de Evans (2007). Como apresentamos na seção *Pressupostos teóricos*, o autor atribui às subordinadas três grandes grupos funcionais: 1. indirecionamento e controle interpessoal; 2. subordinação modal; e 3. sinalização de material pressuposto. Para cada uma das três possibilidades há subdivisões que dão conta dos casos mais específicos. Em nossa análise, encontramos dados que se enquadram nos três tipos propostos por Evans (2007): 6,25% (2/32) correspondendo à função de indirecionamento e controle interpessoal; 68,75% (22/32) representados pela função de subordinação modal; e 25% (8/32) ocorrendo na função de sinalização de material pressuposto. Os exemplos (16) e (17) a seguir apresentam ocorrências do tipo funcional mais frequente, ou seja, a subordinação modal:

16. - Prompto estou para a morte; todavia, antes de me punires, segue-me. Restituir-te-hei esse thesouro que dizem roubei. Não vacilles, aliás elle ficará perdido para sempre. Nada receies! Que mal te posso eu fazer? *Oxalá tu podesses ler no fundo do meu coração!* (JC, edição 23, 28/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10919)

17. - Ide, Senhor, com Deos; ninguem vo-lo impedirá! Mas o meu homem... o pobre Gilberto!... *Partir sem lhe dizer adeos!* sem que vos possa encontrar! (JC, edição 23, de 28/01/1839. Extraído de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=10919)

É importante destacar que a ocorrência assinalada em (16) coincide com o que Rodrigues (2021) já destaca como ocorrência alheia ao fenômeno do desgarramento. A autora já considera esse tipo de dado, que expressa algum tipo de desejo, como caso de subordinação entre as completivas. A evidência sintática também atua em favor da não-caracterização dentro do fenômeno do desgarramento: não há, expresso, elemento a que se ligue formalmente a cláusula em destaque. Já no caso do destaque em (17), reiteramos a discussão já apresentada sobre a escolha do infinitivo para expressar algum tipo de exclamação, de ato de fala com função de comentário.

Considerações finais

Uma vez que nossos objetivos estavam circunscritos à avaliação da ocorrência do fenômeno das cláusulas independentes na produção de folhetins do *Jornal do Commercio*, tendo como suporte sua caracterização como desgarramento ou subordinação, acreditamos termos chegado à conclusão de que existe sólida evidência comprovando os casos buscados. Partindo de uma primeira visita à gramática tradicional, constatamos a impossibilidade de

encontrar, ali, respostas convincentes e coerentes para o fenômeno em destaque, uma vez que, para a GT, não existe a possibilidade de ocorrência sistemática de cláusulas independentes.

Para encontrarmos fundamento para a alocação do fenômeno no âmbito da articulação de cláusulas, visitamos Decat (1999, 2011, 2014, 2021), Rodrigues (2011, 2021), Rodrigues & Silvestre (2014), Rodrigues & Fontes (2018), Cavalcante e Rodrigues (2018), Souza e Rodrigues (2018), Evans (2007) e Evans & Watanabe (2016) na tentativa de encontrar, entre o desgarramento e a insubordinação, as melhores descrições para cada ocorrência.

Como analisamos, as cláusulas do tipo desgarrada foram mais recorrentes do que as insubordinadas, tendo sido, as primeiras, responsáveis por 59% (46/78) do total de ocorrências. No que diz respeito às cláusulas desgarradas, concluímos que, nos critérios voltados à forma, os conectores firmaram-se como introdutor preferido para o início das cláusulas, a pontuação precedente que mais ocorreu foi [... + *m*] e o modo indicativo mostrou-se mais frequente, assim como as cláusulas desenvolvidas. No concernente às nuances de sentido, a maior parte das ocorrências desgarradas veiculam as relações semânticas de causalidade, condição e consequência.

Já no que tange às insubordinadas, correspondendo a 41% (32/78) do total de ocorrências de cláusulas independentes, concluímos que, em aspectos formais, tenderam à ausência de elemento introdutor. A pontuação precedente não foi, diferentemente do que ocorreu às desgarradas, critério em que verificamos preferência por uma ou outra possibilidade: no universo da insubordinação, houve uma diluição entre as possibilidades de pontuação. Com relação à forma verbal da cláusula, vemos que as insubordinadas se dividiram entre gerúndio e subjuntivo, o que não nos é estranho, levando-se em consideração a já mencionada preferência desse tipo de cláusula pela ausência de conectores e, também, pelo expressivo número de ocorrências na forma reduzida. Na análise semântica, a insubordinação modal foi mais frequente, com destaque para as nuances de exclamação e avaliação.

Nossos dados foram capazes de atestar não só a produção das cláusulas independentes, mas também sua variedade formal e funcional, como expusemos na esteira dos critérios estabelecidos. Finalmente, reiteramos a importância da constatação do fenômeno do desgarramento e da insubordinação como caminhos possíveis para a análise da produção de cláusulas independentes no português brasileiro.

Referências

AFFONSO JUNIOR, Marcelo Rodrigues. *Cláusulas independentes em folhetins brasileiros do século XIX*. Monografia de Final de Curso de Graduação em Letras, Português – Francês, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2022.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CAVALCANTE, Sávio André de Souza; RODRIGUES, Violeta Virginia. A Estrutura Argumental Preferida de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais ‘desgarradas’ em ‘memes quando’. *Gragoatá* (UFF). v. 23. p.518 - 543, 2018.

CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, Wallace L. (Ed.). *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

CIDADE, David Novaes. *Desgarramento de cláusulas hipotáticas em redações de vestibulandos*. Monografia de Final de Curso de Graduação em Letras Português – Alemão, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2020.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português brasileiro*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta* (Linguística e Filologia). v. 2. n.4. Belo Horizonte: PUC Minas, 1999. 2º sem.. p; 23 - 38.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. *Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2011.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação. *Veredas atemática*. v. 18. n. 2. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014. p. 123 - 135.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. O tratamento das estruturas *desgarradas* em português: uma trajetória de pesquisa da língua em uso. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento et al. *Desgarramento, insubordinação discursiva e insubordinação: abordagens funcionalistas*. Campinas: Pontes Editora, 2021. p. 15 - 43.

EVANS, Nicholas. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, I. (org.) *Finiteness. Theoretical and Empirical Foundations*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 366 - 431.

EVANS, Nicholas; WATANABE, Honoré. The dynamics of insubordination. In: EVANS, Nicholas. *Insubordination*. Amsterdam e Filadélfia: John Benjamins, 2016.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold Publishers Ltd., 1985.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Grammaticalization across clauses. In: *Grammaticalization*. CUP: Cambridge, 1993.

JORNAL DO COMMERCI DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Diários Associados, [1827 - 2016]. Diário.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN; THOMPSON (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.

ROCHA LIMA. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 51ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

RODRIGUES, Violeta Virginia. "Desgarramento" das comparativas introduzidas por *que nem*. In: OLIVEIRA, Taísa Pares de; SOUZA, Edson Rosa Francisco. *Guavira Letras: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras / Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Programa de Graduação e Pós-Graduação em Letras*. v. 12. n. 1. (2011). p. 104 - 112.

RODRIGUES, Violeta Virginia. O desgarramento de orações completivas no Facebook. In: *Anais do II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações / organização Ana Beatriz Arena, Ivo da Costa do Rosário, Milena Torres de Aguiar e Monclar Guimarães Lopes*. – 1. Ed. – Niterói: Letras da UFF, 2019 – v. 1, n.2. 352 p. ISBN 978-85-65355-27-8

RODRIGUES, Violeta Virginia (Org.). *Desgarramento de cláusulas em português: usos e descrição*. São Paulo: Blucher, 2019.

RODRIGUES, Violeta Virginia. *Cláusulas sem núcleo em português: desgarramento ou insubordinação?* São Paulo: Blucher, 2021.

RODRIGUES, Violeta Virginia; FONTES, A. M. O desgarramento de orações adverbiais nos roteiros de cinema. In: COELHO, Fábio André Cardoso; SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento; CONFORTE, André Nemi. (Org.). *Descrição e ensino de Língua Portuguesa: temas contemporâneos*. 1ed. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018. v. 6. p. 615-629.

RODRIGUES, V. V.; SILVESTRE, A. P. S. Desgarramento: um novo olhar. In: ARENA, Ana Beatriz et alii (org.). I CCO, 2016, Niterói/RJ. In: *Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações*. p. 217-237. Niterói: Letras/UFF, 2017. Disponível em: <<https://uffcco.files.wordpress.com/2017/12/anais-do-i-seminc3a1rio-do-cco-pubcac3a7c3a3o-com-isbn.pdf>>.

RODRIGUES, Violeta V.; SILVESTRE (b), A. P. S. Desgarramento de cláusulas hipotáticas: interface sintaxe-prosódia. *Estudos linguísticos: perspectivas interdisciplinares*. 1ed. Vitória - ES: EDUFES, 2019, v. 1, p. 359-378.

SILVESTRE, Aline Ponciano dos Santos; RODRIGUES, Violeta Virginia. O 'Desgarramento' de cláusulas comparativas e a interface sintaxe-prosódia. In: XXV Jornada Nacional do GELNE, 2014, Natal - RN. *Anais da XXV Jornada Nacional do GELNE*.

SILVESTRE, Aline Ponciano dos Santos. (Org.). Desgarramento: um novo olhar. In: ARENA, Ana Beatriz et alii (org.). *Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações*. 1ª edição. Niterói: Letras da UFF, 2017. p. 217 - 237.

SOUZA, Karen. P. F.; RODRIGUES, Violeta Virginia. Adjetivas explicativas e o “desgarramento” em sala de aula. In: RODRIGUES, Violeta Virginia (Org.). *Pesquisas em sintaxe e sua aplicação em sala de aula*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editorarte, 2018. v. 1. p. 122-138.

POLÍTICA EDITORIAL

A Revista PERcursos Linguísticos publica minimamente 3 (três) números anualmente e tem como objetivo a publicação de textos científicos nas diversas áreas da Linguística e Linguística Aplicada. Com esse propósito, abre um espaço para a um diálogo acadêmico, que possibilita o debate em torno de diferentes orientações teóricas, transitando desde os paradigmas relacionados com a descrição e a análise linguística até às instigantes perspectivas do discurso e da análise textual, e às questões típicas da ampla área de linguística aplicada.

Por definição da política editorial da Revista, são aceitas contribuições de artigos redigidos em português de pesquisadores doutores, mestres e estudantes de pós-graduação do Brasil e do exterior, bem como estudantes de graduação, em conjunto com seus respectivos orientadores.

Os textos submetidos para publicação na revista são avaliados anonimamente por dois pareceristas do Conselho Editorial. Caso o artigo não seja da área de avaliação desses pareceristas, consultores ad hoc emitirão o parecer também no sistema de avaliação duplo cego. No caso de discrepâncias na avaliação do artigo, ele será avaliado por um terceiro parecerista. Depois da análise, cópias dos pareceres serão encaminhadas aos autores, juntamente com instruções para modificações, quando for o caso. Os trabalhos que não responderem no devido tempo hábil para resposta, não serão publicados na edição a qual foi inserido. Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Só será admitido um artigo por chamada por autor(es).

Os artigos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.

Não serão aceitos artigos de autoria de mais de três autores sem a devida justificativa que deverá ser aceita pelo conselho editorial da PERcursos.

Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista PERcursos Linguísticos, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.

Os autores devem providenciar autorização para uso das imagens. Caso contrário, será necessário retirá-las e apenas descrevê-las.

Os direitos autorais referentes aos trabalhos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista PERcursos Linguísticos, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O trabalho publicado poderá ser acessado pela rede mundial de computadores, sendo permitidas, gratuitamente, a consulta e a reprodução de exemplar do trabalho para uso próprio de quem o consulta. Essa autorização de publicação não tem limitação de tempo, ficando o site da revista responsável pela manutenção da identificação do autor do artigo. Casos de plágio ou quaisquer ilegalidades nos textos apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores.

DIRETRIZES PARA PROPOSIÇÃO DE DOSSIÊ TEMÁTICO (MEMBROS EXTERNOS À REVISTA)

Os proponentes deverão contatar a Revista PERcursos com o título e proposta (resumo de até 400 palavras) do dossiê, para que seja analisada sua convergência com o escopo da revista.

Havendo aceite à proposta, os organizadores deverão encaminhar uma lista de, no mínimo, 10 (dez) especialistas na área do dossiê, para colaboração na avaliação dos artigos.

A edição de texto é de responsabilidade dos organizadores do dossiê, que deverão seguir as diretrizes editoriais da revista. É necessário informar à comissão da PERcursos aquele (s) que ficará (ão) responsável (is) por essa tarefa.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O trabalho deve ser digitado em Word for Windows, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser Times New Roman, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Os trabalhos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências.

O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura e ordem

- Título: centralizado, em maiúsculas com negrito, na fonte 14, no alto da primeira página.
- Título na língua estrangeira escolhida (inglês ou espanhol, quando estas não forem a língua do texto do artigo): centralizado, em maiúsculas com negrito, na fonte 14, no alto da primeira página.
- Nome do(s) autor(es): por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, em fonte 12, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um número que remeterá à nota de rodapé para identificação da titulação e instituição a que pertence(m) o(s) autor(es) e e-mail de contato. A identificação não deve exceder duas linhas da nota para cada autor.
- Resumo: em português para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- Palavras-chave: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, com um espaço simples após o resumo.
- Resumo na língua estrangeira: precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- Palavras-chave em língua estrangeira: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, com um espaço simples após o resumo.
- Texto do artigo: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave em língua estrangeira, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico.

Caso seja necessário apresentar uma sequência ou ordem dentro do próprio corpo de texto, a informação deverá ser numerada, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses. Se a informação for fora do parágrafo principal, essa deverá ser enumerada como algarismos arábicos, ser escrita com tamanho 10, com recuo de 4 cm da margem esquerda, o espaçamento das entrelinhas da citação deve ser simples.

Para citações no corpo do texto, são seguidas as diretrizes abaixo:

- Texto com menos de três linhas completas: tamanho 12, com aspas e dentro do texto. Deve ser acompanhado da referência. Exemplo: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.

- Textos com mais de três linhas completas: tamanho 10, com recuo de 4 cm da margem esquerda, o espaçamento das entrelinhas da citação deve ser simples. Deve ser acompanhado da referência. Exemplo: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula. Quando a referência estiver junto ao texto, deve-se aplicar ponto-final no trecho citado, inserir a referência e aplicar novamente o ponto-final.

- Referências: precedidas desse subtítulo, iniciadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto. Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal). Só devem ser inseridos nas referências textos que foram utilizados ao longo do artigo.

Devem ser seguidos os exemplos abaixo:

Artigos científicos:

SOBRENOME, Nome por extenso. Título do artigo. *Nome da revista*, v. 1, n. 1, p. 1-10, Ano.

Livros autorais:

SOBRENOME, Nome por extenso. *Título do livro*. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

SOBRENOME, Nome por extenso. *Título do livro*: subtítulo. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

Livros organizados:

SOBRENOME, Nome do primeiro organizador por extenso; SOBRENOME, Nome do segundo organizador por extenso (Orgs.). *Título do livro*. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

SOBRENOME, Nome do primeiro organizador por extenso; SOBRENOME, Nome do segundo organizador por extenso (Orgs.). *Título do livro*: subtítulo. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

Livros com mais de 3 (três) organizadores poderão utilizar o recurso *et al.*

Capítulos de livro:

SOBRENOME, Nome por extenso. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome do organizador por extenso (Org.). *Título do livro*. Número da edição. Cidade da editora: Editora. Ano.

Teses e dissertações:

SOBRENOME, Nome por extenso. *Título da tese*: subtítulo. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação (Sigla da Universidade), ANO.

Trabalho publicado em anais de congresso:

SOBRENOME, Nome por extenso. Título do trabalho. *Nome do Congresso sem abreviações*. Instituição responsável (quando houver). Cidade, ano, p. 1-10.

Páginas da internet:

Notícias:

SOBRENOME, Nome por extenso. Título da notícia. *Nome do portal/jornal*, data de publicação. Disponível em: (link da notícia). Último acesso em: (data do último acesso).

Redes sociais:

SOBRENOME, Nome por extenso. *Post em rede social* (inserir título quando houver). Cidade, mês, ano. Nome da rede social. Disponível em: (link da postagem). Último acesso em: (data do último acesso).

Os autores serão requeridos a ajustarem seus textos até que se adequem às normas da revista, sendo condição para publicação dos manuscritos.

No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do site: <http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download>.

Anexos, caso existam, devem ser colocados após as referências, precedidos da palavra Anexo, em negrito, sem adentramento e sem numeração.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

Serão devolvidos aos autores trabalhos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

Declaração de Direito Autoral

O autor de submissão à Revista PERcursos Linguísticos cede os direitos autorais à editora da revista (Programa de Pós-Graduação em Linguística - UFES), caso a submissão seja aceita para publicação. A responsabilidade do conteúdo dos artigos é exclusiva dos autores. É proibida a submissão integral ou parcial do texto já publicado na revista a qualquer outro periódico.

Os trabalhos aqui apresentados utilizam a licença Creative Commons CC BY: Attribution-NonCommercial- NoDerivatives 4.0 International. Para mais informações, verificar:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

PERcursos Linguísticos

Equipe editorial

A/C Patrick Rezende (editor-gerente)

Guilherme Brambila

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910 Vitória – ES

Tel: 0 XX 4009-2801

E-mail: percursoslinguisticos@hotmail.com

patrickrezende@hotmail.com

guilhermebrambilamanso@hotmail.com